

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DENI IRENEU ALFARO RUBBO**

**CAMPESINOS COSMOPOLITAS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO  
POLÍTICA INTERNACIONALISTA DO MST NA AMÉRICA LATINA**

Versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica).

**São Paulo - SP**

**2013**

**DENI IRENEU ALFARO RUBBO**

**CAMPESINOS COSMOPOLITAS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO  
POLÍTICA INTERNACIONALISTA DO MST NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito necessário para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Versão corrigida, o exemplar original se encontra disponível no CAPH (Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Esta versão foi entregue sob autorização do Prof. Dr.º Ruy Gomes Braga Neto, que se declara como de acordo com o procedimento.

São Paulo - SP

2013

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. *Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina*. São Paulo, 2013.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito necessário para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Data de aprovação: 07/03/2013

Local: Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto - orientador  
Departamento de Sociologia - USP

---

Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás - membro titular  
Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP

---

Prof. Dr. Bernardo Ricupero - membro titular  
Departamento de Ciência Política - USP

*Aos meus pais.*

## AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Ruy Braga, pela ajuda, apoio e estímulo permanente, além de suas valiosas sugestões de leitura principalmente a de José Carlos Mariátegui que, sem nenhum segredo, “abriu” portas para minha formação intelectual. Ruy foi quem, mesmo sem me conhecer (como se costuma dizer, “com uma mão na frente e outra atrás”), prontificou-se a enveredar comigo até o final deste trabalho. Agradeço calorosamente sua alta envergadura teórica, sempre também de maneira franca e sincera.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Beatriz Adoue, agradeço imensamente sua participação na banca de qualificação, participação essencial da qual procurei dentro de meus incontornáveis limites seguir sempre que possível suas preocupações. Além disso, manifesto também minha irreduzível admiração pelo seu rigor intelectual e militância exemplar – a “contrapelo” do que se passa dos jardins ociosos da academia e da “militância” acomodada –, e que tentarei sempre, modestamente, seguir.

Ao Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás, interlocutor fundamental nessa minha trajetória, meu muito obrigado pelas inestimáveis conversas, por se mostrar sempre disponível e, sobretudo, aberto às minhas dúvidas, indagações e observações.

A Eleni Varikas e Michael Löwy com quem tive oportunidade ímpar de poder intercambiar ideias, problemas e sugestões sobre meu trabalho, durante a breve estadia em que estiveram na Universidade de São Paulo, em 2012.

Ao MST, em particular a todos aqueles que se disponibilizaram em ceder seu tempo para a realização das entrevistas, especialmente Itelvina Masioli, que me recebeu várias vezes com muita simpatia e paciência na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo. Ao Egídio Brunetto (*in memoriam*), uma homenagem especial, com quem tive a sorte de conversar dias antes de seu lamentável falecimento. Um abraço ao companheiro Tiago Flores, que me levou à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), lugar do qual não consegui mais me afastar.

Aos colegas Luis Alberto Zimbarg e Luiz Carlos Barros do Centro de Documentação e Memória da UNESP, que tornaram possível meu acesso ao respectivo acervo do MST, sempre com muita gentileza e humor.

Às amigas Carolina Foganholo, Letícia Lima, Natália Rizzatti, Daniela Mota, Cintia Reis, Rosa Scaquetti, Claudia Winterstein, Luciana Aliaga, Maria Lúcia, Yandara Pimentel, Maria Angélica, Marta Menezes, Priscila Lourenço, Gabriela Mafud, Stéfani Corraini, Aline Pedro, Raquel de Pádua, Heloisa Barbin, Lina Niwa, Letícia Vano. Um agradecimento

especial à Simone do Prado e Julia Eid, mulheres das quais jamais escondi minha admiração. Ademais, se a primeira não tivesse ressurgido com vida, o presente trabalho estaria fatalmente comprometido. A todas elas, um beijo doce.

À minha irmã, Aninha, que não paro de adorar.

Ao amigo Marcos Camolezi, um agradecimento especial pela leitura atenta deste texto, muitas vezes obscuro e indecifrável, pelas suas sugestões e críticas, mas, sobretudo, pela amizade calorosa e sincera. À professora Flávia Braga Vieira, também pela leitura criteriosa e interessantes sugestões tanto na qualificação quanto no texto final. Aos amigos Waldo Lao, Roberto della Santa e Mario Spezzapria pelo apoio fundamental na reta final deste trabalho e pela gentileza de traduzirem alguns de meus textos. Também aos professores João Marcio, Bernardo Ricupero, Isabel Loureiro, Miguel Mazzeo, Larissa Bombardi e Breno Bringel, que em ocasiões distintas contribuíram para a consecução deste trabalho.

Aos amigos Antonio Rigo, Fernando Vieira, Leonardo La Selva, Afonso Mancuso, Bruno Moretti, Diego Vilanova, Fabio Mascaro, Guilherme Monteiro, Tiago Ocampos, Rafael Higino, Thiago de Paula, Yuri Almeida, Felipe José. Ao Tiago Villa “Joe”, pela amizade e pelas palavras de incentivo constantes. Aos amigos da cidade de Mogi-Guaçu, minha “segunda” família: Rafael Âmbar, Raphael Rodrigues, Ítalo Silva, Renan Domiciano, Fabiano Lealdini, Josiane Zaneti, Gustavo Couto, Raquel Maltempi, um abraço para lá de especial.

Por fim, ao CNPq e CAPES que foram fundamentais para o andamento da pesquisa.

*Ismênia - Estás correndo atrás do impossível.  
Antígona - Pois seja. Na última fronteira do possível,  
tombarei.*

*(Sófocles. Antígona)*

## RESUMO

Desde seu nascimento, há quase trinta anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se destacado pela perenidade de sua organização e disposição de estimular uma diversidade de vínculos capilares com a sociedade civil – o que constitui uma das maiores novidades da história política contemporânea do campesinato brasileiro e voz mais expressiva da questão agrária na América Latina. Diante dessa constatação, o objetivo desta dissertação é apresentar e analisar como a dimensão internacionalista do MST – enquanto elemento real e ativo de construção de um *lócus* político – constitui-se historicamente, a fim de destacar as diversas influências políticas e ideológicas e a composição heterogênea de seu ativismo transnacional, que foram desenvolvidas (e assimiladas) tanto por circunstâncias políticas e econômicas em que o país enveredou quanto pela atuação das lideranças do MST. A hipótese central é de que, a partir da metade da década de noventa, o MST alcança o auge de sua projeção no exterior, não apenas pela referência mundial simbólica e política da luta camponesa, mas pela percepção de que o internacionalismo está enraizado nas condições materiais da luta de classes na agricultura mundializada. Desde então, inicia-se um processo de redefinição de sua estratégia política que passa a ser ampliada internacionalmente, na busca de convergência de linhas políticas e agendas em comum, principalmente com a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e Via Campesina. Todavia, a política internacionalista do MST não nasce, cresce e amadurece politicamente apenas como reflexo passivo do avanço do capitalismo internacional do campo. O desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro e a trajetória internacionalista do MST não constituem duas retas paralelas que podem ser relacionadas ponto a ponto. Na verdade, ambas adquirem configurações espaciais e temporais mais complexas e são estabelecidas em um constante encontro e desencontro. Por exemplo, a dimensão ética-moral e religiosa – principalmente da fonte da Teologia da Libertação e da pastoral da terra – é um fator essencial na motivação subjetiva de uma consciência humanista e universal latino-americana e de uma cultura política de solidariedade internacionalista permanente que o MST desenvolve a partir da própria formação específica que aqui se propõe estudar.

**Palavras-chave:** MST. América Latina. Internacionalismo. Trabalhadores do campo – Atividades Políticas. Relações Internacionais. Sociologia Marxista.



## ABSTRACT

From its birth, almost thirty years ago, the Landless Workers' Movement (MST) has distinguished itself for the continuity of its organisation and its disposition to stimulate a variety of capillary links with the civil society. This characteristic represents one of the major news in the contemporary political history of the Brazilian rural population, so that the MST has become the most expressive voice of the land reform in Latin America. Starting from this consideration, the purpose of this dissertation is to show and analyse how the internationalist dimension of the MST – considered as a real and active element of constitution of a political *space* – took form historically, in order to highlight the different political and ideological influences, and the heterogeneous composition of its international activism, which were developed (and assimilated) both by the political and economic circumstances in the countries where it took place, and by the MST leadership's action. The main hypothesis hereby presented is that, beginning from the mid-nineties, the MST gets the peak of its projection towards the exterior, not only for the symbolic and political worldwide relevance of the peasants fight, but for the perception that internationalism is rooted in the material conditions of the class struggle in globalized agriculture. Since then, it begins a process of re-definition of its political strategy that spreads world-widely, in search of a convergence of political lines and common agendas, mainly with the *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) and Via Campesina. Still, the internationalist policy of MST does not begin, grow and mature politically only as a passive mirroring of the progress of international capitalism of land. That is, the unequal development of capitalism in the Brazilian land and the internationalist trajectory of the MST do not constitute two parallels that can be related to each other point-by-point. Actually, the two of them get more complex spatial and temporal configurations, and are formed in a constant dialectic of agreements and disagreements. The religious and ethical-moral dimension – principally from the liberation theology and the pastoral of land, for instance, is an essential factor in the subjective motivation of a humanistic and universal Latin-American awareness and of a political culture of permanent internationalist solidarity that the MST develops starting from its own specific formation, which is the object of the present study.

**Keywords:** MST. Latin America. Internationalism. Land Workers – Political Activities. International Relations. Marxist Sociology.

## RÉSUMÉ

Dès sa naissance il y a presque trente ans, le Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se distingue par la pérennité de son organisation et sa disposition pour l'encouragement à la création de liens capillaires avec la société civile. Ce caractère consiste dans l'une des plus remarquables originalités dans l'histoire politique contemporaine du paysannat brésilien, de sorte que le MST est devenu la voix la plus expressive de la question agraire à l'Amérique Latine. Face à cette constatation, le but de ce travail est de présenter et d'analyser comment la dimension internationaliste du MST – considérée comme élément réel et actif de construction d'un *locus* politique – se constitue historiquement, en mettant en relief des influences politiques et idéologiques et le caractère hétérogène dont s'est nourri l'activisme transnational du mouvement. Chacun de ces volets a été développé (et assimilé) aussi par des circonstances politiques et économiques qui composent la trajectoire du Brésil que par l'action des dirigeants du MST. L'hypothèse centrale ici présentée consiste en ce que, à partir de la moitié des années quatre-vingt-dix, le MST atteint le sommet de sa projection à l'étranger non seulement à cause de devenir une référence mondiale symbolique et politique de la lutte paysanne, mais aussi à cause de la perception du fait que l'internationalisme est enraciné dans les conditions matérielles de la lutte de classes dans le contexte de l'agriculture mondialisée. Dès lors, commence un procès de redéfinition de la stratégie politique du mouvement, qui est de plus en plus amplifiée internationalement, dans le but d'établir une convergence entre lignes politiques et agendas en commun, surtout avec celles de la *Coordinadora Latinoamericana de Oorganizaciones del Campo* (CLOC) et de la Via Campesina. La naissance, la poussée et le mûrissement de la politique internationaliste du MST n'est pas simplement le reflet passif et négatif de la poussée du capitalisme international en campagne. Le développement inégal du capitalisme dans la campagne brésilienne et la trajectoire internationaliste du MST ne constituent pas deux lignes parallèles qui pourraient être rapportées point à point. À la vérité, les deux ont des configurations spatiales et temporelles plus complexes et témoignent des écarts constants. Par exemple, la dimension éthique et religieuse – relevant principalement de la Teologia da Libertação et de la Pastoral da Terra – est essentielle pour la motivation subjective d'une conscience humaniste universelle latino-américaine et pour la culture politique de solidarité internationaliste permanente que le MST développe à partir de la formation spécifique qu'on se propose ici d'étudier.

**Mots-clés :** MST. Amérique Latine. Internationalisme. Paysans – Activités Politiques.  
Relations Internationales. Sociologie Marxiste.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADPIC** – Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual no Comércio
- ANAP** – Asociación Nacional de Agricultores Pequeños
- ALBA** – Aliança Bolivariana das Américas
- ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas
- ANCA** – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- APRA** – Aliança Popular Revolucionária Americana
- ATC** – Asociación de Trabajadores del Campo
- BM** – Banco Mundial
- CBS** – Comitê Brasileiro de Solidariedade
- CCP** – Confederación Nacional Agrária
- CDRC** – Comitê de Defesa da Revolução Cubana
- CEBS** – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDEM/UNESP** – Centro de Documentação e Memória / Universidade Estadual Paulista
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina
- CENEDIC** – Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania
- CLOC** – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
- CSM** – Coordenadoria de Movimentos Sociais
- CNPA** – Coordinadora Nacional Plan Ayala
- CONCRAB** – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CSUTCB** – Confederación Sindical Unica de Trabajadores campesinos de Bolivia
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRI** – Coletivo de Relações Internacionais
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DN** – Direção Nacional
- ELAM** – Escola Latino Americana de Ciências Médicas
- ENFF** – Escola Nacional Florestan Fernandes
- EZLN** – Ejército Zapatista de Libertación Nacional
- FENOC** – Federación Nacional de Organizaciones Campesinas
- FENOCIN** – Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador
- FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FMLN** – Frente Farabundo Martí para a Libertación Nacional

**FMST** – Friends of the MST

**FSM** – Fórum Social Mundial

**GATT** – Acordo Geral de Tarifas de Comércio

**IC** – Internacional Comunista, III Internacional, ou ainda, *Komintern*

**ITERRA** – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária

**IGRA** – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária

**JCM** – José Carlos Mariátegui

**JST** – Jornal Sem Terra

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens

**MASTER** – Movimento de Agricultores Sem Terra

**MCI** – Movimento Campesino Indepediente

**MRAM** – Modelo de Reforma Agrária para o Mercado.

**MFC** – Movimento Familiar Cristão

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MTD** – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

**OGM** – Organismos Geneticamente Modificados

**OMC** – Organização Mundial de Comércio

**ONGs** – Organizações Não-Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCF** – Partido Comunista Francês

**PPGS** – Programa de Pós-Graduação de Sociologia

**PROFINTERN** – Internacional Sindical Vermelha

**PSP** – Partido Socialista Peruano

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**RST** – Revista Sem Terra

**SSR** – Serviço Social Rural

**SRI** – Setor de Relações Internacionais

**TdL** – Teologia da Libertação

**UE** – União Europeia

**UFSCAR** – Universidade Federal de São Carlos

**UNAG** – Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura

**UNI** – União Nacional Indígena

**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: O PERCURSO DE UMA PESQUISA.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I. ENIGMAS, PROBLEMAS E QUESTÕES SOBRE AMÉRICA LATINA E MST.....</b>	<b>23</b>
1.1. Problemas teóricos para uma interpretação marxista sobre a América Latina.....	24
1.1.1. O falso problema do cosmopolitismo e do localismo na América Latina.....	24
1.1.2. O método dialético-internacionalista de José Carlos Mariátegui .....	28
1.1.3. O irmão (mais novo) de Mariátegui: Florestan Fernandes .....	34
1.2. Problemas teóricos sobre o MST .....	40
1.2.1. As incertezas da periodização .....	40
1.2.2. Organização e forma política .....	49
1.2.3. Uma relação orgânica: o “sem-terra” e o Estado.....	55
<b>CAPÍTULO II. “VOCAÇÃO INTERNACIONALISTA” E LUTAS POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA: OS LIMIARES DA POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MST.....</b>	<b>63</b>
2. 1. “DNA internacionalista” na gestação do MST.....	64
2.1.1. Antecedentes e condicionantes políticos e econômicos: a emergência do MST.....	64
2.1.2. Internacionalista e Latino-americana: a influência da Teologia da Libertação.....	75
2.2. O processo de atuação política internacionalista do MST em desenvolvimento .....	82
2.2.1. O encontro com o internacionalismo: primeiros contatos .....	82
2.2.2. “Párias da Terra”: os protestos contra os 500 anos de dominação. ....	92
<b>CAPÍTULO III. MUNDIALIZAÇÃO DO CAMPO E LUTAS AGRÁRIAS TRANSNACIONAIS: O INTERNACIONALISMO DO MST COMO REALIDADE HISTÓRICA PRESENTE.....</b>	<b>104</b>
3.1. Do mundial ao nacional: notas sobre o capitalismo contemporâneo na agricultura .....	105
3.1.1. Mundialização, neoliberalismo e internacionalização no campo .....	105
3.1.2. Emergência e consolidação do “agronegócio” no Brasil .....	114
3.2. Lutas agrárias transnacionais: fundamentos da CLOC e Via Campesina .....	121
3.3. O MST e a mundialização da luta camponesa: influências e transformações.....	132
<b>CAPÍTULO IV. O INTERNACIONALISMO MULTIDIMENSIONAL DO MST: “MÍSTICA”, COMITÊS DE SOLIDARIEDADE, RELAÇÃO ESTATAL E DESAFIOS COM A BASE SOCIAL. ....</b>	<b>141</b>
4.1. A construção da “mística” num marco supranacional.....	142
4.2. Os comitês de apoio na Europa e América do Norte .....	147
4.3. O internacionalismo estatal: os projetos transnacionais de educação, formação e técnica .....	152
4.4. O internacionalismo do MST entre a base e a direção: desafios e limites .....	158

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>196</b>
1. Entrevistas feitas pelo autor com militantes do MST.....	196
2. Entrevista do autor com Gilmar Mauro, da Direção Nacional do MST.....	197
3. Documentos políticos.....	206



## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1.1. Palavra de ordem do MST: uma cronologia, 1979-2007 .....	42
Quadro 1.2. Tentativa de periodização da trajetória do MST .....	48
Quadro 1.3. Estrutura organizativa do MST .....	54
Quadro 1.4. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo sem-terra em documentos do MST.....	58
Quadro 1.5. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo latifúndio em documento do MST.....	58
Quadro 1.6. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo agronegócio em documentos do MST.....	58
Quadro 2.1. Principais características da Teologia da Libertação.....	76
Quadro 2.2. Tentativa de analogia entre cristianismo e socialismo .....	77
Quadro 2.3. Resoluções do I Encontro na Campanha contra os 500 anos de dominação .....	98
Quadro 2.4. Encontros dos movimentos camponeses latino-americanos para a Campanha dos 500 anos .....	100
Quadro 3.1. Temas da agricultura no âmbito do atual regime capitalista .....	108
Quadro 3.2. O Banco Mundial e as políticas da terra.....	110
Tabela 3.3. Principais empresas do “agronegócio” (em US\$ milhões).....	117
Tabela 3.4. Evolução da Balança Comercial do “agronegócio” no Brasil 1998-2010 (em US\$ bilhões).....	119
Quadro 3.5. Conferências Internacionais da Via Campesina: uma cronologia, 1992-2008.....	127
Quadro 3.6. Palavra de ordem da CLOC: uma cronologia, 1994-2010 .....	127
Quadro 3.7. Comparação entre o velho e o novo internacionalismo.....	131
Quadro 4.1. Páginas na Internet em outros idiomas sobre o MST .....	151

*O pensamento é uma operação viva, cujo progresso é real sem ser, entretanto, linear e, sobretudo, sem nunca estar acabado.*

*(Lucien Goldmann, *Le Dieu Caché*).*

## INTRODUÇÃO: O PERCURSO DE UMA PESQUISA

Neste trabalho pretende-se analisar um movimento nacional – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – a partir de um enquadramento “internacionalista”. Por mais que aparentemente esta seja uma colocação óbvia, é preciso apontar, desde já, que o processo de internacionalização do MST que será laborado nesta pesquisa não significa que o movimento reproduziu-se copiosamente em outros países, a exemplo de várias marcas e logotipos do mundo empresarial e publicitário. Esse particular fenômeno de internacionalização tem um significado totalmente distinto. Está canalizado, na verdade, no âmbito da política de relações internacionais que o MST, desde seu nascimento, sempre estimulou.

Para tanto, antes de aprofundar propriamente questões e problemas específicos que circundam a presente pesquisa, é necessário explicitar quais foram as motivações da escolha do tema – questionamento por si só bastante razoável e que naturalmente exige uma explicação. Afinal, por que o MST? À primeira vista, um tema dessa envergadura poderia pressupor que o objeto de investigação sociológico escolhido estaria assentado na experiência de “campo” ou de uma “prática militante” nas relações internacionais do MST. Definitivamente, não é o caso.

É difícil apontar uma única razão para a escolha que orientou a opção de estudar o MST. Não resta a menor dúvida de que se trata dum Movimento que tem despertado ampla curiosidade – acadêmica e política – ultrapassando as fronteiras do Brasil. Basta olhar, por exemplo, a volumosa brochura *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, organizada sob a direção de Miguel Carter (2010). O livro é resultado de uma conferência internacional realizada em outubro de 2003 com patrocínio do *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford, na qual colaboraram vários especialistas estrangeiros. Trocando em miúdos, basta avançar algumas páginas dos vários ensaios que logo se perceberá que o MST e a questão agrária no Brasil transformaram-se em um tema internacional<sup>1</sup>.

Além disso, não deixa de ser surpreendente que nunca um movimento de camponeses organizado em escala nacional durou tanto tempo como o MST. E como se não bastasse, nunca um movimento de camponeses criou tantos vínculos capilares de

---

<sup>1</sup> A propósito, o livro foi submetido a uma resenha de nossa autoria publicada na *Revista CERU*/Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo (USP), v.22. Cf. Rubbo (2011).

atuação. O MST tem um caráter multidimensional. Como afirma Roseli Caldart (2001, p. 208, grifo nosso), “o MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras *lutas sociais combinadas*”. Ao que tudo indica, essa incontestável perenidade do MST não parece constituir o resultado duma sobrevivência “bizarra” ou um fenômeno meramente “marginal”, como poderiam dizer os ideólogos apegados à vulgata “progressista” da história.

Mas, afinal, existe uma dimensão internacionalista do MST? Em caso afirmativo, como ela se comporta na trajetória do Movimento? De maneira homogênea? Qual bibliografia mais adequada para a abordagem crítica que se almeja? Ora, muito embora o MST tenha sido sistematicamente estudado sob uma intensa produção teórica e estudos empíricos envolvendo contribuições de várias equipes de pesquisadores profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento social – Sociologia Rural, Ciência Política, Antropologia Social, Geografia Agrária etc. –, o tema do internacionalismo, como *relação social política*, seguramente não teve a atenção devida<sup>2</sup>. Existem, contudo, algumas menções sobre o fenômeno. Na realidade, são comentários amiúde periféricos, mas que de certa forma registram a existência de um crescente interesse internacional sobre o MST, diferentemente do internacionalismo como uma *práxis* política. Vejamos, pois.

Zander Navarro (2002, p. 193), em um artigo dedicado ao MST, destaca o crescente interesse internacional a respeito da atuação do Movimento. Em uma nota de rodapé lê-se: “[...] a título de ilustração, a matéria do influente jornal *The New York Times*, que publicou, já em 1997 (20 de abril), em seu caderno dominical, uma longa matéria sobre o MST, intitulada ‘Os despossuídos’, fartamente ilustrada com fotos do conhecido fotógrafo Sebastião Salgado”.

Uma das principais referências sobre o estudo do campesinato brasileiro, José de Souza Martins, também ressalta essa novidade do internacionalismo e caracteriza como um “equivoco” desconsiderar tal fenômeno em relação ao MST, já que há o “caráter moderno e empresarial de sua organização, sobretudo nas relações internacionais”:

---

<sup>2</sup> A exceção é um trabalho que será publicado, de autoria de Breno Bringel, intitulado *O MST e o internacionalismo contemporâneo* (no prelo). Trata-se de uma obra que aborda essencialmente a construção da solidariedade internacionalista através dos diversos comitês do MST no exterior, especialmente a Espanha. Como o leitor verificará, o trabalho presente terá como prioridade *narrar* um suposto internacionalismo que é ativado e gerenciado a partir da direção do MST.

[...] o MST conta com mais de duas dezenas de entidades de apoio no exterior, sobretudo na Europa. Essas entidades aglutinam a favor de sua causa os generosos sentimentos e recursos de setores da classe média europeia. Algo que é, sem dúvida, relativamente novo e muito significativo, especialmente em relação aos trabalhadores rurais do Brasil. Sem contar que o cuidado em estabelecer e administrar essas relações constitui, sem dúvida, a maior das novidades na história do campesinato contemporâneo. (MARTINS, 2003b, p. 196).

Na mesma direção, Plínio Arruda Sampaio aponta que já há algum tempo existe um “evidente sinal” de que a importância do MST ultrapassou a fronteira nacional, embora não se deva “exagerar esse impacto”. Segundo o autor:

Em várias cidades da Europa e dos Estados Unidos existem atualmente grupos de voluntários encarregados de divulgar as lutas dos sem-terra e de abrir canais de comercialização, no mercado alimentício local, para produtos dos assentamentos de reforma agrária. O interesse acadêmico também deve ser mencionado e se revela no grande número de teses e seminários cujos temas giram em torno dos vários aspectos de sua atuação (SAMPAIO, 2010, p. 407).

Miguel Carter e Horário Martins de Carvalho (2010, p. 306), por sua vez, em uma análise sobre o impacto das relações internacionais no desenvolvimento do MST, afirmam que no interior da estrutura organizativa do movimento foi criado o Coletivo de Relações Internacionais (CRI), provavelmente em 1993, embora os primeiros contatos internacionais do MST tenham surgidos anteriormente, a partir do setor de finanças e de projetos específicos. Ainda segundo os autores, a composição do Coletivo formar-se-ia a partir do engajamento político do MST com movimentos populares da América Latina, na elaboração da *Campaña Continental 500 años de Resistencia Indígena, Negra y Popular* (1989-1992).

Em um artigo dedicado a traçar a trajetória histórica do MST no Estado do Pará, os pesquisadores Gabriel Ondetti, Emmanuel Wambergue e José Afonso (2010, p. 274) afirmam que o incidente em Eldorado dos Carajás, região onde foram assassinados 19 manifestantes do MST pela polícia no dia 19 de abril de 1996, teve um fortíssimo impacto no âmbito nacional e *internacional*, o que, por sua vez, gerou expressiva simpatia no exterior pela luta e a história do MST, e apoio financeiro de organizações não-governamentais estrangeiras ao movimento.

Uma das maiores pesquisadoras sobre movimentos sociais, Maria da Glória Gohn também sublinha como os autores anteriores, o impacto internacional que o MST

incitou, mas, ao mesmo tempo, associa a importância “da estrutura econômica internacional”, que pode ajudar a compreender o fenômeno em outros parâmetros:

No plano internacional, cresceu a pressão para a busca de soluções para o homem do campo na realidade brasileira. Há muito tempo que vários analistas estrangeiros, e estudiosos sobre o Brasil, se espantam com o fato deste país ser um dos raros no mundo que ainda não realizou sua reforma agrária. Deve-se considerar também as pressões políticas advindas das ONGS internacionais, pois elas são significativas para formar a opinião pública no exterior. [...]. Ainda no plano internacional, deve-se atentar para as pressões econômicas, advindas das novas orientações do Banco Mundial, no sentido da necessidade de se modernizar as relações sociais no campo como condição indispensável para o aumento de produtividade. Essas diretrizes dão outros parâmetros importantes para o entendimento da questão, do ponto de vista macroestrutural (GOHN, 2000, p. 142).

Como se pôde perceber, muitos dos autores citados destacam a importância internacional do MST na formação inclusive de um setor dentro de sua estrutura organizativa que supostamente “atende” a esse tema (CARTER; CARVALHO, 2010), mas o registro recai principalmente na novidade de seu reconhecimento e impacto no exterior (NAVARRO, 2002; ODETTI, WAMBERGUE, AFONSO, 2010). Tal projeção forneceu um maior diálogo com entidades ligadas aos direitos humanos (GOHN, 2000), angariou prêmios internacionais, um significativo aumento de comitês de apoio no exterior ao MST (SAMPAIO, 2010) e, por fim, financiamento de diversas organizações e associações estrangeiras (MARTINS, 2003). Em suma, as relações internacionais do MST teriam uma conotação financeira, mas também de contatos, de repercussão e de divulgação para alguns setores e organizações estrangeiras.

Contudo, para além dessas caracterizações ligeiras, a observação de Gohn (2000) a propósito das pressões políticas e econômicas internacionais no âmbito do regime de acumulação capitalista no campo brasileiro, ressalta que o tema abre precedente para outro tipo de enquadramento do significado das relações internacionais do MST. Seguindo essa pista, Bernardo Fernandes aprofunda ainda mais essa questão ao elaborar um estudo de teor nacional sobre o processo de formação do MST<sup>3</sup>. O autor diferencia três momentos da formação do Movimento – gestação, consolidação e institucionalização<sup>4</sup> – e aponta, ainda, um quarto (novo) momento: o da *mundialização* do MST. Em suas palavras:

---

<sup>3</sup> Sobre o processo de formação do MST, ver Fernandes (2000), March (2009), Stedile e Fernandes (1999), Branford e Rocha (2004), Coletti (2005), Morissawa (2001).

<sup>4</sup> No item “a problemática da periodização”, no primeiro capítulo, detalhar-se-á com mais precisão essa periodização aventada por Fernandes (2010).

O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política da reforma agrária do mercado do Banco Mundial (FERNANDES, 2010, p. 164).

A ampliação internacional da luta camponesa seria um componente novo para o MST, sobretudo através da filiação à Via Campesina, “principal interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala nacional e internacional” (*Idem*, 2010, p. 187). Além disso, ocorreriam na década de 1990 diversas mobilizações conjuntas e simultâneas em várias cidades do mundo nas quais a participação dos movimentos camponeses e do MST seria expressiva e até mesmo fundamental.

Para Breno Bringel e Alfredo Falero, finalmente, em um artigo redigido a quatro mãos, os autores partem da hipótese de que a construção de redes transnacionais de organizações e de movimentos sociais constitui uma das dimensões-chave nos processos sociais latino-americanos contemporâneos. Localizam o MST como exemplo de um novo ator internacional – ou, segundo a expressão de Tarrow (2005), um “novo ativismo transnacional” – no contexto mais amplo de emergência dum transnacionalismo das lutas e das ações coletivas que “buscam novos sentidos para as práticas sociais” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276). A projeção exterior do MST estaria localizada na segunda metade da década de noventa, coincidindo, portanto, com a proposta da periodização de Fernandes (2010).

Ainda segundo os autores, a ação exterior e transnacional do MST estaria, assim, plasmada fundamentalmente em quatro planos ou “âmbitos de atuação”:

- a) *primeiro*, a relação e a articulação duradoura de espaços e redes transnacionais de organizações e movimentos sociais camponeses (é o caso da CLOC, em âmbito regional, e da Via Campesina, em âmbito global);
- b) *segundo*, a relação permanente com grupos de solidariedade (que recebem diferentes denominações, como Grupo de amigos ou Comitês de Apoio), localizados principalmente no centro do sistema-mundo – Europa e Estados Unidos –, baseada no internacionalismo e na solidariedade com o movimento;
- c) *terceiro*, a cooperação político econômica específica com organizações sociais, instituições e agentes da cooperação internacional públicos (fundamentalmente administrações públicas descentralizadas e universidades) e privados (ONG de desenvolvimento) para a consecução de algum acordo ou projeto específico;
- d) *quarto*, uma articulação mais ampla, em momentos específicos ou contexto particulares, com organizações político-sociais e movimentos sociais não

necessariamente campesinos, em campanhas e espaços internacionais (é o caso do Fórum Social Mundial, por exemplo). (*Idem*, p. 282).

Fica claro, com efeito, que o tema da internacionalização do MST, embora salvo raras exceções tenha sido pouco explorado<sup>5</sup>, é um tópico amplo. O próprio termo internacionalização é genérico, vago, cheios de conotações, inclui aleatoriamente um conjunto imenso de práticas ou de discursos caóticos, dispersos pela abertura que a palavra suscita. Em todo caso, não basta lançar o dístico. É preciso enfrentar o problema, caso contrário corre-se o risco de uma provável falta de precisão do termo.

Na presente dissertação, o internacionalismo é um instrumento metodológico de análise sobre um movimento organizado nacionalmente, o MST, mas que desenvolve uma *atuação política na área de relações internacionais, que se transforma, se metamorfoseia ao longo de sua trajetória. Trata-se de uma práxis política que é um aspecto do processo de constituição de sua própria história*. Porém, qual é universo teórico que poderia amparar e desenvolver tal temática?

Ao empreender uma discussão profícua acerca do que se denominou internacionalismo, não podemos deixar de partir da tradição marxista que desde sua origem foi, na seara da sociologia crítica do conhecimento, a corrente teórica que mais forneceu subsídios para entender a complexidade do conceito em sua multidimensionalidade, que toca no âmbito teórico, metodológico, político e ético-social. Afinal, o internacionalismo marxista emerge como forma de conhecimento, no que diz respeito a uma questão de método, isto é, um instrumento de análise e interpretação de fenômenos e relações sociais e históricas; e emerge como manifestação política, carregada de projeto, organização, estratégia e programa a serem debatidos para servirem de intervenção prática<sup>6</sup>.

Essa influência, entretanto, não foi compreendida de maneira homogênea e trouxe incontornáveis controvérsias para o “campo” marxista. Segundo a análise de Michael Löwy (2000), de um lado, há uma corrente que afiançava a – falsa – ideia de que o poder do nacionalismo estaria inevitavelmente em declínio, o que forma, desse modo, um tipo de internacionalismo homogêneo que rejeita as tradições históricas e as culturas nacionais, já que elas seriam resíduos anacrônicos. Doutro lado, um ponto de

---

<sup>5</sup> É o caso dos trabalhos de Bringel e Cairo (2010), Bringel e Falero (2008) e Bringel, Landaluze e Barrera (2008).

<sup>6</sup> “O internacionalismo marxista sempre foi uma questão de método, na análise, de política, na linha de intervenção, de programa, na perspectiva histórica, e de organização no compromisso com o projeto de construção da Internacional” (ARCARY, 2011, p. 176).



vista que busca constantemente relacionar o nacional e o internacional (na esfera econômica, política, cultural) como um todo orgânico, e não como a soma de todas as partes, construído a partir dos valores autênticos de todas as culturas, buscando compreender as particularidades de cada nação.

Ainda segundo o sociólogo franco-brasileiro, a primeira tendência, sob inegável influência do economicismo e das ilusões do progresso linear, exprime um padrão analítico deficiente por negligenciar o papel da questão nacional e toda a complexidade que a envolve, mas também por basear-se em critérios abstratos ligados exclusivamente às questões “objetivas”. A segunda, contrariamente, expressaria a visão dialética de um *internacionalismo crítico*, pois

repousa precisamente na compreensão da unidade contraditória entre a economia nacional e o mercado mundial, entre a luta de classes nacional e internacional – unidade que já aparece no fato que a especificidade nacional (econômica e social) é produto do desenvolvimento desigual do capitalismo internacional (LÖWY, 2000, p. 82).

Não por acaso, além do pressuposto segundo o qual não se pode compreender a noção de internacionalismo sem perceber suas conexões com a noção de nacionalismo<sup>7</sup>, qualquer manifestação de um movimento internacional ou nacional deve ser compreendida por duas dimensões imbricadas: 1) as condições materiais, objetivas e concretas (a unificação do mundo pelo sistema capitalista); 2) a dimensão subjetiva ou ético-social do internacionalismo, sem a qual “não é possível compreender o total engajamento e os sacrifícios de gerações de militantes” (*Idem*, p. 80) que encarnam a consciência de uma identidade e a vitalidade de uma cultura nacional:

Constitui uma prova histórica que demonstra com veemência que o ideal da solidariedade internacional dos explorados não é apenas uma utopia, um princípio abstrato, mas que pode em dadas circunstâncias, exercer uma atração de massa sobre os trabalhadores e outras camadas sociais exploradas (...) desmentindo o mito conservador segundo o qual as grandes massas do

---

<sup>7</sup> Sob mesma perspectiva metodológica acerca dos laços indissociáveis entre nacionalismo e internacionalismo, afinal, o significado de internacionalismo “apenas possui valor como estrutura de apoio referente ao seu oposto” (ANDERSON, 2005, p. 14), Perry Anderson em seu ensaio “Internacionalismo: um brevíário” (2005) aponta uma curiosa constatação acerca das duas ideias-força: enquanto o conceito de nacionalismo é o mais contestado em termos de valor, com opiniões diversificadas relativas a sua história, ainda que ninguém conteste sua realidade, o conceito de internacionalismo, por outro lado, sofre exatamente do contrário. Ou seja, o internacionalismo gerou um alto consenso de que seu valor é irredutivelmente positivo, contudo, “o preço da aprovação é a indeterminação” (ANDERSON, 2005, p.15). Ele – indaga o autor – é rapidamente identificado como valor, uma palavra política por excelência, mas ele se constitui como força?

povo trabalhador não podem passar a ideologia nacional (LÖWY, 2000, p. 94).

Na América Latina, José Carlos Mariátegui (doravante JCM)<sup>8</sup>, fundador do Partido Socialista Peruano (PSP) e considerado por muitos estudiosos como o primeiro marxista *original* do continente, incorporou em algumas de suas proposições teóricas e políticas a perspectiva de entender a realidade nacional peruana a partir de um enquadramento internacionalista<sup>9</sup>. Pode-se afirmar, inclusive, que Mariátegui foi, *de fato*, o primeiro marxista da periferia do sistema capitalista a incrementar com extrema sensibilidade a temática do internacionalismo, mesmo que de maneira inacabada, já que seria um tema “aberto” a constante atualização e correção, além de permanente “construção”. Seu pensamento introduz no marxismo latino-americano um *internacionalismo metodológico*<sup>10</sup>, elemento fundamental para compreensão de antinomias sociais tanto em se tratando de destrinchar o lugar dos países periféricos na dinâmica do capitalismo internacional quanto da análise de movimentos ou organizações e suas formas de ação política internacional.

Em uma de suas famosas conferências na Universidade Popular Gonzáles Prada, em 1923, pronunciou uma intitulada “Nacionalismo e Internacionalismo”. O marxista peruano aprofunda o problema do nacionalismo e internacionalismo enquanto eixo

---

<sup>8</sup> Historicamente ainda pouco estudado no Brasil, com exceção dos últimos anos em que algumas editoras têm tiveram uma clara preocupação pela divulgação de sua obra no país, Mariátegui é ainda um desconhecido para tradição sociológica marxista brasileira, com raríssimas exceções – entre eles, Florestan Fernandes. Para uma análise da recepção de JCM no Brasil, cf. Pericás (2010). Durante a década de 1970 e 1980, a bibliografia em português da obra de Mariátegui restringia-se basicamente à publicação dos *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*, editada em 1975, pela editora Alfa-Ômega, incentivada por Florestan Fernandes, que estaria também coordenando uma coletânea de artigos organizada por Belloto e Corrêa, em 1982, compilada nos chamados “Cientistas Sociais”. Em tempos mais recentes, uma seleção de textos organizada por Michael Löwy foi lançada pela editora UFRJ, com o título *Por um socialismo indo-americano*, em 2005, e *Defesa do marxismo, polêmica revolucionária e outros escritos*, editada pela Boitempo, em 2011. Por fim, quatro livros foram traduzidos, organizados e prefaciados por Luiz Bernardo Pericás: *Do sonho às coisas*, pela Boitempo, em 2005, *Mariátegui sobre a educação*, pela Xamã, em 2007, *As origens do fascismo*, pela Alameda editorial, em 2010, e *Revolução Russa: história, política e literatura*, pela Expressão Popular, em 2012.

<sup>9</sup> Comumente chamados de “tradição clássica do marxismo” ou somente “marxismo clássico”, como denomina Perry Anderson em *Considerações sobre o marxismo ocidental* (2004), Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky foram os teóricos mais profícuos que assinalaram a importância capital do internacionalismo como eixo central do programa histórico da classe trabalhadora. Ao que tudo indica, JCM foi *provavelmente* leitor de parte significativa das obras dos autores mencionados do “marxismo clássico”. “É possível dizer que em boa medida o marxismo de Mariátegui foi *filtrado* das muitas fontes já citadas, (...) riscadas e anotadas, em sua biblioteca particular. Ele certamente conhecia as obras dos fundadores do socialismo científico, mas, se prestarmos atenção no que ele efetivamente escreveu, encontraremos de forma inquestionável os ecos e resquícios dos escritos e muitos outros autores proeminentes no período” (PERICÁS, 2010, p. 37).

<sup>10</sup> O termo “internacionalismo metodológico”, cunhado por Álvaro Bianchi (2007), é estruturado pela visão “global” do “marxismo aberto” de Leon Trotsky.

analítico e prática política. O caráter está na afirmação de que a presença do internacionalismo na vida contemporânea sinaliza uma nova realidade. O internacionalismo é resultado de um *ideal* e de uma *realidade histórica*, com o primeiro só se manifestando a partir do segundo, enquanto possibilidade real e concreta: “não brota do cérebro nem emerge da imaginação de um homem mais ou menos genial. Brota da vida. Emerge da realidade histórica. É a realidade histórica presente” (MARIÁTEGUI, 1971, p. 156). O ideal seria uma utopia possível, uma “meta próxima”, uma “meta provável”, enfim, uma possibilidade objetiva diante “de uma nova realidade em marcha, de uma nova realidade a caminho”. Essa realidade – ao mesmo tempo, social, econômica e política – seria o advento do socialismo e do capitalismo.

Diante desse novo quadro histórico-concreto surgem em cena dois tipos de internacionalismo: o internacionalismo burguês e o internacionalismo proletário, que “remetem a uma origem comum e oposta ao mesmo tempo”. Para provar a existência desses dois “fatos históricos”, Mariátegui demonstra, primeiramente, a trajetória da civilização ocidental – que tem seu epicentro na civilização europeia –, na qual o regime burguês “libertou todos os entraves para os interesses econômicos”, inclusive as fronteiras nacionais. Além de gerar uma competição e concorrência em escala internacional, a necessidade de conquistar e aumentar a produção para um amplo mercado criou um “tecido internacional de interesses econômicos”, resultando em entidades completamente internacionais e cosmopolitas. Concomitantemente – e opostamente –, o internacionalismo proletário seria da mesma forma uma realidade histórica. Mariátegui utiliza-se de um exemplo para provar a *ligação estrutural, orgânica, constituinte*, entre os proprietários de fábricas e operários de países diferentes:

O proprietário de uma fábrica de tecidos da Inglaterra tem interesse em pagar a seus operários um salário menor do que o proprietário de uma fábrica de tecidos dos Estados Unidos, para que sua mercadoria possa ser vendida mais barata, de modo mais vantajoso e em maior quantidade. Isto faz com que o operário têxtil norte-americano tenha interesse em que não baixe o salário do operário têxtil inglês (*Idem*, p. 159).

E acrescenta um imperativo moral, humanista, o ideal da solidariedade internacional:

Em virtude desses fatos, os trabalhadores proclamam sua solidariedade e sua fraternidade acima das fronteiras e acima das nacionalidades. Os trabalhadores viram que, quando desencadeavam uma batalha, não era apenas contra a classe capitalista de seu país, mas contra a classe capitalista do

mundo. Quando os operários da Europa lutaram pela conquista da jornada de oito horas, lutaram não apenas pelo proletariado europeu, mas pelo proletariado mundial [...]. Cada um dos operários que cai, nesse momento, nas ruas de Berlim ou nas barricadas de Hamburgo não cai apenas pela causa do proletariado alemão. Cai também pela vossa causa, companheiros do Peru (*Idem*, 159-160).

Ou seja, o internacionalismo contém duas faces opostas de uma mesma raiz: o internacionalismo da classe burguesa que se desenvolve em uma unidade econômica internacional e política nacional capitalista e o internacionalismo proletário, no sentido amplo do termo, que se desdobra em uma unidade contraditória entre luta de classes nacional e internacional cujo interesse comum sustenta-se principalmente na solidariedade e na ação segundo um ideal.

Mariátegui registra também a importância da comunicação e de seu aperfeiçoamento (através do progresso técnico e científico) como expressão “das necessidades internacionais da vida de nossos tempos”:

O progresso das comunicações uniu, se solidarizou até um certo grau inverossímil à atividade e à história das nações. Dá-se o caso de que o soco que derruba Firpo no ringue de Nova York seja conhecido em Lima, nesta pequena capital sul-americana, dois minutos após ter sido visto pelos espectadores do match. Dois minutos após ter comovido os espectadores do coliseu norte-americano, esse soco consternava as boas pessoas que faziam fila às portas dos jornais limenhos (*Idem*, p. 164)<sup>11</sup>.

Por último, antes do encerramento de sua conferência, JCM assinala o crescimento de várias tendências de caráter internacionalista que abarcariam diversas atividades sociais, políticas e culturais que estavam em marcha em sua época, a saber: a construção de uma diversidade de órgãos internacionais de comunicação e de coordenação, como, por exemplo, uma internacional de jornalistas, feministas, estudantil, jogadores de xadrez, professores de dança, bailarinos etc. A tendência, portanto, *não seria de um único internacionalismo*, mas a manifestação de internacionalismos, com um irredutível plural.

É evidente que o valor acalentado por JCM e por tantos outros “marxistas clássicos” sobre o internacionalismo tinha uma perspectiva política, mas ela é também um eixo analítico, um “internacionalismo metodológico”. E essas duas dimensões não necessariamente coincidem. Como foi frisado logo no preâmbulo deste trabalho,

---

<sup>11</sup> Curiosidade à parte, as conexões internacionais na atualidade têm sido facilitadas pelo uso extensivo das comunicações – “o tecido nervoso desta humanidade internacionalizada e solidária”, como dirá Mariátegui –, em especial a internet.

pretende-se apresentar e analisar, sob uma perspectiva histórica, a construção política de relações internacionais do MST a partir de um enquadramento “internacionalista”. O Movimento não será enquadrado, portanto, em uma chave explicativa que aprofunde sua repercussão ou visibilidade no estrangeiro – seja nos canais de comunicação, seja em pesquisas acadêmicas<sup>12</sup>. Porém, naturalmente, tais tópicos não serão de maneira alguma obliterados no andamento deste trabalho.

A dimensão internacionalista do MST não pode ser considerada um universo a parte, isolada do ritmo da luta política e do desenvolvimento econômico nacional no campo. O MST tem sua atuação no Brasil, na arena nacional, mas ele está imerso na correlação de forças políticas e econômicas da arena mundial<sup>13</sup>. Não por acaso, por características extremamente específicas de sua formação – principalmente pela influência da Teologia da Libertação (TdL) –, o MST nasce, com uma “vocação internacionalista”, que o instiga a tecer uma diversidade de relações com outros movimentos populares do campo da América Latina.

Pretende-se, então, apresentar e problematizar a ação exterior do MST, mesmo sob um caráter necessariamente exploratório, a partir do ritmo da economia nacional e internacional e o ritmo da luta de classes nacional e internacional. Como hipótese de trabalho, aventa-se que a atuação política internacionalista do MST está estruturada historicamente no cruzamento de diversas influências políticas, econômicas e ideológicas em circunstâncias particulares e pela atuação das lideranças do MST. Ou seja, sob uma investigação sociológica, salientando a importância temática do internacionalismo como categoria analítica fundamental e metodologicamente indispensável para apreender as antinomias sociais de uma determinada realidade histórica, procurar-se-á entender o fenômeno enquanto elemento real e ativo de construção de um *locus* político, tomando o MST como fenômeno social específico. Tratar-se-á, nessa medida, de observar e analisar como a dimensão internacionalista se

---

<sup>12</sup> Apenas como sugestão para estudos sócio-históricos com relação à dimensão internacional do MST, se poderia, por exemplo, aprofundar a recepção do MST na imprensa estrangeira, principalmente seu impacto após o Massacre do Eldorado dos Carajás ou, ainda, na difusão dos trabalhos acadêmicos sobre o MST no estrangeiro.

<sup>13</sup> “Ainda que o espaço central de ação do MST continue sendo o Estado-nação (o espaço social onde se produzem as ocupações, as tensões, a cooperação e o conflito, ou seja, as relações e interações do movimento continuam sendo fundamentalmente o território brasileiro), assim como suas principais demandas continuam sujeitas à territorialidade da política brasileira (a luta pela reforma agrária, por exemplo, continua tendo como principal interlocutor o governo nacional), e cada vez mais perceptível a multidimensionalidade dos processos sócio-geográficos, e as articulações entre sociedade e espaço, que redefinem interesses, demandas e projeções que vão além do âmbito doméstico” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 280).

constitui *historicamente* no movimento, a fim de destacar os elementos principais dessa composição. Nesse sentido, o trabalho assenta-se em destrinchar esse espaço específico de duas maneiras: 1) como *lócus* que tem um percurso histórico composto por diversas influências políticas e ideológicas, que foram assimiladas por uma conjuntura política específica; 2) como forma heterogênea de atuação no exterior.

1) O internacionalismo tem sido um aspecto de atuação política do MST e, por isso mesmo, teve diferentes influências políticas e ideológicas externas. Ela não nasce, cresce e amadurece politicamente *apenas* como reflexo passivo do avanço do capitalismo internacional no campo. Não se consegue compreender os reais condicionantes de construção de um espaço político internacionalista do MST *apenas* pelo crivo do desenvolvimento das relações das forças produtivas com as relações de produção do campo. O desenvolvimento econômico é fundamental para sua compreensão, mas deve ser necessariamente entrelaçado aos ritmos da luta política (no campo e no urbano) e da produção ideológica que estão – um e outro – organicamente ligados a níveis distintos de atuação. Ou seja, o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo brasileiro e a trajetória internacionalista do MST não constituem, portanto, duas retas paralelas que podem ser relacionadas ponto a ponto. Na verdade, ambas adquirem configurações espaciais e temporais mais complexas e são estabelecidas em um constante encontro e desencontro.

- A partir da metade da década de noventa o MST alcança um *auge* de sua projeção no exterior não apenas pela referência mundial simbólica e política da luta camponesa, mas pela percepção de que o internacionalismo está enraizado *constitutivamente* nas condições materiais da luta de classes em decorrência da agricultura mundializada. Desde então, sob nítida influência da *Coordinadora Latinoamericana Organizaciones del Campo (CLOC)/Via Campesina*, o MST inicia um processo de profunda reinterpretação sobre novo modelo de agricultura que tem impactos em suas formas reivindicatórias no país: a construção de demandas que não estavam em sua agenda (ou existiam de maneira secundária)<sup>14</sup> e o redirecionamento de sua estratégia política – os alvos

---

<sup>14</sup> O MST incorpora em sua agenda política nacional os temas discutidos e aprofundados pela CLOC/Via Campesina. São eles: Soberania Alimentar e Comércio Internacional, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos, Agricultura Camponesa Sustentável, Biodiversidade e Recursos Genéticos.

centrais passam a ser as empresas transnacionais da agricultura. Conseqüentemente, há uma participação ativa nos diversos “protestos mundiais” encabeçados por movimentos sociais contra a OMC, o FMI, o G-8 e o Banco Mundial. Para o MST, esta fase traduziu-se posteriormente também pela Campanha Continental Contra a ALCA e a aproximação com o projeto da ALBA. Em suma, a formação de um plano *estratégico* na luta internacional surge como uma necessidade da realidade econômica e social mundial. No entanto, afirmar que o MST, no contexto descrito acima, inicia sua *atuação política internacionalista*, principalmente por estar vinculada à Via Campesina, significa reduzir o fenômeno a uma análise econômica. Deve ser levado em conta que o MST estava construindo esse *locus* desde sua fundação, de modo que os motivos essencialmente econômicos não conseguem explicar a totalidade desse processo.

- A dimensão ética-moral e religiosa – principalmente da fonte da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra – é um fator essencial na motivação subjetiva de uma consciência humanista e universal latino-americana e de uma cultura política de solidariedade internacionalista permanente. A influência da dimensão cristã foi praticamente a entidade responsável que mais trouxe para o MST uma discussão política e ideológica da importância da revolução cubana, nicaraguense e salvadorenha e a necessidade de integração e colaboração entre os agentes sociais do campo. Ademais, esse princípio moral e utópico não somente ajuda a compreender o trabalho voluntário de construção de escolas latino-americanas, mas também a função das inúmeras brigadas internacionalistas do MST que estão presentes em diversos países da América Latina e África. Ou seja, parte dessa prática internacionalista, não fica circunscrita a uma necessidade material de que é preciso se internacionalizar, mas está articulada por uma escolha prática, ou melhor, uma prática mística.

2) O MST desenvolveu uma dimensão internacional complexa e multifacetada. A construção desse vínculo capilar teve distintas formas de atuação ao longo de sua trajetória histórica:

- A relação permanente com movimentos populares ligados ao campo, cuja concretização com duas organizações internacionais de camponeses – CLOC e Via Campesina – é o maior exemplo. Parte fundamental desse elo pode ser

verificada na construção de diversas campanhas internacionais (ou continentais), ações conjuntas e na percepção de incorporar o internacionalismo não como aspecto “externo” da realidade nacional, mas como parte indispensável para uma melhor compreensão de seus problemas;

- A construção e aproximação com os grupos de solidariedade internacional, localizados na América do Norte e na Europa, que constituem o principal canal de divulgação do MST, particularmente depois de 1996, devido ao Massacre do Eldorado os Carajás<sup>15</sup>.
- A relação com os governos do Brasil (a partir de 2003), Cuba e Venezuela – um “*internacionalismo estatal*” – que estabelecem uma relação de cooperação através de projetos ligados à educação (como métodos de alfabetização) e formação política e técnica (como a agroecologia).

Definitivamente não é – e nunca será – tarefa fácil estudar, seja qual for o *locus* de ação, os meandros de organizações sociais, sindicais e políticas, e o MST pela sua incontestável grandeza é garantia de imensas dificuldades, pelo fato de produzirem constantemente suas (re)interpretações políticas e pela criatividade com relação a outros movimentos. Existem vários motivos para essa afirmação “agônica”. O primeiro deles provavelmente reside no que se refere à posição política do Movimento e o impacto dessa visão de mundo no pesquisador. Como se sabe, desde muito tempo o MST é constantemente assediado por pesquisadores, e isso implicou em posições distintas de muitos deles. Nesse quadrante, o que não faltou são trabalhos sobre o MST claramente enviesados pela instrumentalização política. Ora, as leituras e análises em relação ao MST muitas vezes estão comprometidas com o próprio movimento, o que sempre deve ser motivo de atenção para não confundir o que é análise dos fenômenos e o que é o discurso do MST. Em uma pesquisa recente, em relação à análise descritiva da Via Campesina, a socióloga Flávia Braga Vieira deparou-se exatamente com essa dificuldade:

A maior parte desses trabalhos é de intelectuais militantes bastante comprometidos com a própria Via Campesina, o que se desdobra em duas questões. Por um lado, é preciso empreender uma vigilância contínua no que

---

<sup>15</sup> Os comitês de apoio ou, como são conhecidos comumente, Amigos do MST, estão difundidos nos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Espanha, Holanda, Suécia, Áustria, Grécia, Noruega, França, Bélgica, Itália, Alemanha e Portugal. A maioria dos comitês tem continuado com suas atividades de divulgação do MST em suas regiões, *aparentemente* com menos intensidade que tinha no final dos anos 2000.



diz respeito a separar o que é análise sobre os fenômenos e o que é o discurso da Via Campesina sendo reproduzido por tais autores, ou, em outras palavras, o que é categoria analítica e o que é categoria nativa transporta acriticamente para procedimentos que se pretendem analíticos. (...) Por outro lado, é importante compreender que alguns destes intelectuais influenciam o próprio discurso da Via Campesina. (...) Assim, a produção acadêmica desses autores influencia diretamente agendas e discursos da articulação que analisam. (VIEIRA, 2011, p. 22).

Por outro lado, não custa recordar também que o campo da ideologia não fica apenas restrito ao espectro da “esquerda”, e tendo em vista isso a mesma atenção e cuidado devem ser tomados para trabalhos que buscam sistematicamente “atacar” o movimento<sup>16</sup>. Tanto um quanto outro travam uma disputa ideológica para ter a hegemonia de análise sobre o MST. Afinal, tal como dizia a máxima de Georg Lukács (1959, p. 4), “nenhuma ideologia é inocente”.

Mas, afinal, como permanecer imparcial diante das intensas tensões sociais no campo que se deflagraram nas últimas décadas com centenas de vítimas no MST (e para além do MST)? Trata-se sem dúvida de um embate difícil e tumultuoso e que evidentemente a escolha de permanecer “em cima do muro” – na quimérica defesa de uma “incorrutível” axiologia neutra –, como antídoto para tais embates, na verdade só agrava o problema. Ora, em seu célebre livro *Ciências Humanas e Filosofia*, o sociólogo Lucien Goldmann argumenta que é preciso estar preparado para dificuldades comuns da pesquisa de ciências humanas, como as interferências da luta de classes dos outros trabalhos e de sua própria posição. “Interferência que logo de início há de descobrir em toda parte em que possa suspeitar da existência delas”, dirá Goldmann<sup>17</sup>.

O esforço de construir um estudo de qualidade crítica pode ser realizado explicitando a *simpatia* do pesquisador sobre o movimento – como é o caso presente –, mas isso não significa a capitulação crítica da pesquisa e, menos ainda, a ausência de sua objetividade. Em outras palavras: o fato de adotar uma determinada concepção teórica e política – e assumi-la – não implica na renúncia de um imprescindível

---

<sup>16</sup> Ademais, a relação entre os meios e agências de comunicação brasileira, conhecidos mormente como “grande mídia”, e o MST sempre foi repleta de tensões, o que fez com que parte significativa da sociedade tenha criado uma concepção sobre o que é o MST a partir da visão de mundo construída pelos meios de comunicação. Para um estudo sobre o tema, cf. Souza (2004) e Gohn (2000, p. 136-160).

<sup>17</sup> “1) Não acreditar que nas ciências humanas as dificuldades da investigação, por serem grandes, sejam contudo da mesma ordem que as das ciências físico-químicas, tratando-se apenas da penetração e boa vontade. Permanecer consciente do fato de que, além das *dificuldades comuns à ciências*, enfrentará aqui dificuldades específicas provindas da interferência da luta de classes sobre a consciência dos homens, em geral, e sobre sua própria, em particular. [...]. 2) Não hesitar em entrar em conflito com os preconceitos mais arraigados, as autoridades mais estabelecidas, as verdades aparentemente mais evidentes e, *antes de tudo*, não temer qualquer *ortodoxia* nem qualquer *heresia*; dois perigos que são *ambos igualmente grandes*” (GOLDMANN, 1986, p. 49).

*distanciamento crítico* em relação ao objeto de estudo. Não significa, também, que a pesquisa fique absorvida (ou presa) pela linha política do movimento em questão.

Façamos outra observação preliminar para circunscrever os limites dessa dissertação, não menos importante que a primeira, no que diz respeito diretamente ao caráter metodológico da pesquisa. Dado que o MST é um movimento de alcance incontestavelmente nacional, que se expressa em sua extensão territorial e numérica, interpenetrada pela conjuntura política e pelas especificidades regionais, seria um erro gravíssimo versar sobre o Movimento de maneira genérica ou como um bloco homogêneo. Como bem observou o pesquisador Bernardo Mançano Fernandes:

Outra questão importante é a generalização dos resultados. O MST é uma organização ampla que atua em diversas frentes de luta com uma diversidade enorme de ações, de acordo com as diferentes conjunturas sociopolíticas. Ao se generalizar os resultados de determinada pesquisa, os pesquisadores poderão cometer o erro de falsear a realidade. Ao se fazer uma pesquisa de estudo de caso, deve-se respeitar a escala da pesquisa, e não generalizar o resultado para todas as realidades dos sem-terra (FERNANDES, 2001, p. 94-95).

Nesse sentido, “falar em ‘objetivos do MST’ demanda esclarecer de quem se fala: da base, da militância ou da direção do Movimento. Existem diferentes entendimentos por parte dos membros e militantes do que seja o objetivo do Movimento” (ALIAGA, 2008, p. 12). É fundamental deixar claro de qual MST se está se referindo ao longo da presente dissertação. Tratar-se-á da visão de mundo, do repertório de escolhas e decisões políticas exclusivamente do *corpo diretivo* sobre o que é o Movimento, embora alguns dos (poucos) entrevistados ocupem outros postos na formação de quadros do movimento – como é o caso dos militantes que compõem ou compuseram o Coletivo de Relações Internacionais (CRI) e não estiveram na direção. No entanto, muitas vezes, dada a mudança constante de divisão de tarefas de cada um, e as circunstâncias históricas, existe a coincidência entre aqueles que estavam exercendo uma tarefa na direção e, ao mesmo tempo, exercendo atividade nas relações internacionais, conforme as diretrizes do Movimento. Como disse um dos entrevistados, o internacionalismo sempre foi uma prioridade para o MST, “tanto é que ela está responsabilidade da Direção Nacional, é uma tarefa da direção, ou seja, ela é um princípio”. De qualquer maneira, isso não significa que, por mais que tenha uma importância capital na direção do MST, ela seja reconhecida homoganeamente pela base e militância do Movimento.

Os sem-terra têm uma coordenação nacional que elabora as políticas e as estratégias principais. Mas o Brasil é um país de dimensões continentais. A diversidade cultural também é enorme. O grande fator agregador é a língua que, apesar das nuances regionalistas, é a mesma de norte a sul, de leste ao oeste. Mas este elemento, embora de suma importância, não é suficiente para adequar as propostas e estratégias de ações à realidade dos grupos rurais. Ele apenas possibilita que as palavras sejam ouvidas por todos. Decodificá-las é outra história (GOHN, 2003, p. 151).

Ora, é justamente no âmbito da Direção Nacional do MST – e não em sua base social –, que nasce e se desenvolve o *internacionalismo como práxis política*, transformando-se através de circunstâncias políticas, ideológicas, sociais, econômicas específicas. Quando dissermos, portanto, quais são “objetivos do MST”, ou o “projeto político do MST”, entenda-se, “são objetivos do MST de acordo com sua *direção e coordenação política*”, que a rigor estão concentradas na Coordenação e na Direção Nacional.

Por fim, tratando-se de uma breve descrição das técnicas de investigação, foi utilizado um rigoroso levantamento bibliográfico sobre o objeto empírico, ou seja, uma revisão da literatura produzida a respeito do MST. Como não poderia deixar de ser, essa ampla literatura não ficou fiel ao campo da sociologia, mas deslindou e se enriqueceu com outras amantes das ciências humanas (antropologia, geografia, história, ciência política). Um segundo procedimento foi a análise de fontes primárias. Uma parte significativa dessas fontes está disponível no *website* do MST, CLOC e Via Campesina: emissão de comunicados e informes divulgados pelo movimento (jornais, revistas, boletins, deliberação, informe, manifesto).

A consulta ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – um aglutinador de acervos (arquivos, coleções de valor histórico, informações, referências) e de estudos de pesquisa sobre a história política brasileira – foi também de enorme valia para a execução da pesquisa e, de certo modo, *decisiva*. Desde 1999, o MST firmou um convênio com o CEDEM, que passou a sediar parte significativa do acervo documental produzido pelo Movimento, conhecido como “Fundo MST”. Com efeito, foram meses de visitas diárias ao acervo na “lenta impaciência” de ler e (re)ler, anotar e registrar, separar e incorporar um material extenso e rico que é produzido pelo MST e sobre o MST. Em relação ao alvo central da pesquisa – a dimensão internacionalista do MST –, principalmente, mas não somente, o *Jornal Sem Terra* (doravante JST) merece destaque, pois muitas das informações que eventualmente ficaram “devendo” nas entrevistas realizadas foram encontradas nesse

precioso meio comunicativo. Cabe lembrar ainda que o JST, desde seu primeiro número até os dias atuais, sempre foi monitorado e estruturado pela Direção Nacional do MST (mas com assessoramento e edição permanente de jornalistas), sendo ele orientado para a organização e formação interna e, ao mesmo tempo, mas em menor medida, para a “propaganda externa”<sup>18</sup>:

O *Jornal Sem Terra* tem a função de informar sobre o andamento das atividades em todas as regiões e orientar a militância acerca das pautas políticas. A despeito de estar voltado para a militância, é também público, qualquer pessoa pode assiná-la, portanto, funciona também como divulgação ampla das propostas do MST (ALIAGA, 2008, p. 11).

Desse modo, cabe justificar ao leitor o propósito segundo o qual utilizaremos o JST neste trabalho: 1) por ser uma fonte de informações factuais sobre as relações internacionais do MST; 2) por entendermos que todo conteúdo político que nele existe exprime o ponto de vista da direção nacional do MST. Ademais, juntamente com a análise criteriosa de documentos, para assegurarmos condições mais vantajosas à pesquisa, realizamos visitas – especialmente no biênio de 2010/2011 – à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada na cidade de Guararema (SP), e à Secretaria Nacional do MST em São Paulo, cujos militantes e lideranças foram entrevistados – principalmente a Direção Nacional do MST e militantes históricos que estiveram mais comprometidos com a “organização internacional” através do Coletivo de Relações Internacionais (CRI)<sup>19</sup>. De vez em quando, como material de apoio, utilizaram-se entrevistas já realizadas por outros pesquisadores, bem como pesquisa bibliográfica. Desse modo, o intuito das entrevistas esteve em sintonia com as problemáticas sugeridas na pesquisa e de acordo com os objetivos específicos previamente propostos, visando oferecer uma discussão completa acerca das hipóteses levantadas neste trabalho.

O capítulo I está dividido em duas partes: a primeira diz respeito aos problemas teóricos que a tradição marxista latino-americana enfrentou, absorvida pelo chamado

---

<sup>18</sup> A primeira edição foi publicada em maio de 1981, no contexto da luta da Encruzilhada Natalino (RS), na forma de um boletim mimeografado (nomeado *Boletim Sem Terra*, ou *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade dos Agricultores Sem Terra*), em que um dos objetivos era articular a solidariedade ao movimento, restrito à região Sul. Em julho de 1982, o boletim de número vinte e cinco passou a ter circulação ampliada em toda região Sul, e também em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Finalmente, no I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Cascavel (PR), em 1984, foi decidido que o boletim deveria ser transformado em *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* ou *Jornal Sem Terra*. Desde então, o jornal nunca parou de ser editado. Sobre a história da organização do *Jornal Sem Terra*, ver *Jornal Sem Terra* (2006, n. 266, p.11).

<sup>19</sup> Das nove entrevistas realizadas, duas são de militantes da base, que tiveram experiência internacionalista na Brigada do MST no Haiti. Todas as informações das entrevistas estão em anexo.

“europeísmo” e “excepcionalismo indo-americano” (LÖWY, 2006; RICUPERO, 1998). Contudo, também houve uma abordagem distinta de pensadores sociais que conseguiram ir além dessa dicotomia asfixiante, através do eixo dialético-internacionalista de análise, como José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes. O objetivo principal desse quadro panorâmico é localizar os pressupostos teóricos de que partiram, que serão de vital importância para compreender o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo nos países da periferia do sistema. Na segunda parte, apresentamos e discutimos três pontos específicos sobre o MST. Abordamos diversos trabalhos que sugerem periodizações sobre a trajetória do movimento (NAVARRO, 2002; FERNANDES, 2000, 2010; MORISSAWA, 2001; GOHN, 2003), assim como a compreensão da natureza e o conteúdo da forma de organização do MST, e, por fim, uma síntese de recentes pesquisas assinadas por Marcelo Rosa (2008, 2009, 2012) acerca da categoria “sem-terra”, de modo geral tratada de maneira naturalizada pela literatura especializada. Tratam-se de importantes questões que contribuem para uma melhor identificação do MST, já que por disputas políticas de natureza diversa a falta de consenso em torno do objeto é flagrante.

No Capítulo II será apresentada a atuação política internacionalista do MST, entre o período que vai de seu nascimento até o começo dos anos 1990. Para tanto, serão versados os condicionantes sociais e econômicos (nacionais e internacionais) que permitem vislumbrar sua emergência dentro de um contexto específico. Em seguida, discorreremos sobre o fenômeno da Teologia da Libertação, sua história e suas concepções ideológicas e políticas, que é fundamental na compreensão da “vocação internacionalista” do MST.

Somado tudo, destacam-se as incipientes experiências internacionalistas do MST, as relações, os intercâmbios, as visitas, os convites, as campanhas com diversos movimentos sociais do campo na América Latina, em especial seu envolvimento com a “revolução sandinista”, que marca esse estágio preliminar de sua política de relações internacionais. Entre 1989 a 1992, o MST dá início à “Campanha Continental dos 500 anos de Resistência Negra, Indígena e Popular”, um novo degrau de seu percurso internacionalista, ao sintonizar sua luta com os de antepassados indígenas “encobertos” pela “conquista”.

O Capítulo III concentra-se nas recentes mudanças políticas e econômicas de avanço do capitalismo “mundializado” (CHESNAIS, 1996), sob o programa “neoliberal” (HARVEY, 2008) e seu impacto no setor agrícola, que passa por um

processo de intensa internacionalização de seus produtos. Nesse contexto, registra-se como esse recente processo tem se manifestado especialmente na agricultura brasileira. Paralelamente, muitos movimentos têm-se voltado para a adoção de diferentes formas de ação internacional, em especial os movimentos camponeses, que criam a CLOC e a Via Campesina. O MST começa a realizar articulações e alianças entre as organizações camponesas por meio de inúmeras campanhas, plebiscitos e mobilizações conjuntas em escala mundial. É nesse contexto que o internacionalismo deixa de se apresentar como algo exterior ao MST, já que sua dimensão ressignifica seu projeto político nacional.

Finalmente, no Capítulo IV, destacar-se-á a heterogeneidade das formas do MST no exterior: os ecos da dimensão transnacional da luta do MST no trabalho da mística e também no impacto simbólico que sua luta faz reverberar em movimentos camponeses do planeta, em especial pelo dia 17 de abril – Dia Mundial da Luta Camponesa; a formação e as funções das dezenas de entidades de apoio ao MST no exterior que realizam trabalhos de divulgação; a influência do internacionalismo nas experiências recentes de formação (técnica e política) e educação, através da cooperação com os governos e movimentos sociais de Cuba e Venezuela; um balanço crítico sobre os limites do internacionalismo, tanto se ele se difunde na totalidade espacial em que atua o MST, em especial na sua base (famílias assentadas e acampadas), quanto se há consenso sobre a perspectiva política que o MST adota em suas atividades internacionais.

A expressão “párias da terra” é uma referência a duas situações<sup>20</sup>. Em primeiro lugar, a figura do pária, que tem iluminado relações sociais de diferentes origens e naturezas, representa uma expressão idiomática – e metafórica – de crítica à autoridade arbitrária e à exclusão social e política persistente dos que nascem do lado “ruim” da sociedade, como explica Eleni Varikas (2010)<sup>21</sup>. Somado isso, há um diálogo do título com o clássico livro *Os condenados da terra* de Frantz Fanon, publicado em 1961, em que o autor expõe a visão do colonizado em relação ao colonizador. Como afirma o filósofo Jean-Paul Sartre no prefácio do livro: “Não faz muito tempo a Terra tinha dois

---

<sup>20</sup> Por questões estritamente de ordem burocrática o título da presente dissertação “Campeiros cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política do MST na América Latina” não foi alterado a tempo e permaneceu. Embora seja incontestavelmente esse o título oficial, optamos por outro título (não-oficial), considerado mais “sonoro” chamado “Párias da terra: o MST e a mundialização da luta pela terra”.

<sup>21</sup> Tal *insight* e importância do conceito de pária para a sociologia crítica brasileira devem-se inteiramente à disciplina “Revisitando os paradoxos da modernidade: a figura do pária na teoria social”, ministrada pela professora Eleni Varikas, que cursamos na Universidade de São Paulo (USP), em 2012, promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS) e Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC).

bilhões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros pediam-no emprestado” (SARTRE, 1979, p. 3). Assim, a longa marcha pela luta pela terra protagonizada pelos setores subalternos do campo, estigmatizados e excluídos nos regimes “democráticos” contemporâneos da América Latina, pode ser assumida por essa noção de, “excluídos da terra”, “párias da terra”.

Um último reparo nestas notas introdutórias. Na verdade, parte da opção deste trabalho se inspira, em grande medida, na leitura do conjunto da obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui. Em sua célebre polêmica sobre o indigenismo com o escritor e jornalista peruano Luis Alberto Sanchez, Mariátegui expressa com grande clareza o caráter polêmico de sua obra:

Pois o trabalho de difundir novas ideias trás também o sentido de confrontá-las e opô-las com as velhas, vale dizer, de polemiza-las para proclamar sua loucura e sua falência. Quando estudo, ou tento estudar, uma questão ou um tema nacional, polemizo necessariamente com o ideário e com a fraseologia das gerações passadas. Não pelo prazer de polemizar, mas porque considero, como é a lógica de cada tema e de cada questão, conforme distintos princípios, o que me conduz a conclusões diferentes, evitando o risco de consultar no debate de meu tempo, renovador pela aparência e conservador pelo conteúdo. Minha atitude solitária é a atitude polêmica, ainda que pouco polêmico com os indivíduos e muito com as ideias (MARIÁTEGUI, 1969, p. 219).

Com as devidas diferenças, o presente trabalho também procura estimular o afã polêmico tão característico no pensamento de Mariátegui, não no sentido de porta-voz da última palavra (que, na verdade, jamais deve ser pronunciada), mas na condição modesta de posseiro que reclama o intercâmbio de ideias nítidas exigido pelo debate público. Em suma, trata-se de abrir-se ao diálogo crítico, discutir coletivamente. Não por acaso, dentre as várias facetas que suscitam o tema do internacionalismo, uma delas é o *aprendizado* com outras realidades, com outras coletividades. Suspeitamos que as respostas encontradas neste trabalho, ao invés de suscitarem satisfação “plena” e “acabada”, conduzirão, na realidade, a outras perguntas para as quais este autor talvez não tenha resposta. O trabalho científico não deve ser uma orgulhosa certeza, mas um estímulo à incerteza inquietante. Isso não é de todo negativo, pois temos consciência de que esse não é um problema apenas do autor deste trabalho, mas de quantos venham a se propor sua leitura. Afinal, como diria o afamado escritor alemão Goethe (2008, p. 36), “experimenta-se, triunfa-se, falha-se, altera-se talvez o que não se devia, deixando

intacto o que se deveria modificar, e assim acaba restando uma obra imperfeita, que agrada e estimula, mas não satisfaz”.



## CAPÍTULO I. ENIGMAS, PROBLEMAS E QUESTÕES SOBRE AMÉRICA LATINA E MST

*O que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota. – Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as “grandes linhas” da pesquisa.*

Walter Benjamin

Antes de ingressar em nosso tema central – o internacionalismo das direções do MST como *práxis* política –, é imperativo que nos *desviemos* de alguns problemas teóricos e interpretativos em relação às formas de atuação do MST e à caracterização do continente latino-americano, espaço em que o Movimento nasce, desenvolve e consolida sua atuação. A justificativa da existência tanto do MST quanto da América Latina baseiam-se na necessidade de perceber, mesmo de maneira inacabada, como foram constituídos alguns princípios e pressupostos teórico-metodológicos de análise sobre os dois objetos que atravessam inúmeras controvérsias analíticas. Trata-se naturalmente de uma apresentação que se limita a algumas notas telegráficas estruturadas sobre dois registros distintos, embora estejam intimamente associados: 1) Uma vez proporcionados ao leitor aspectos duma inegável diversidade de referências teórico-políticas que o marxismo constituiu – criativamente ou copiosamente – na tentativa de dar cabo da análise histórico-concreta acerca da formação econômico-social latino-americana, o leitor certamente se sentirá mais “seguro” com os pressupostos teóricos que serão assumidos durante as análises e reflexões nos subsequentes capítulos (II e III), especialmente no tocante ao desenvolvimento do capitalismo no campo nos países periféricos, *fator imprescindível para entender a dinâmica do processo internacionalista do MST*. 2) O mesmo argumento vale com relação às avaliações que têm assediado a bibliografia em relação ao MST, como a questão da periodização de sua trajetória, a forma organizativa particular que o movimento imprime e, por fim, a utilização crítica da categoria “sem-terra”. Ora, mesmo não sendo o alvo central desta pesquisa, esboçar alguns desses embates que estão enormemente difusos nas explicações sobre o MST, serve para acalantar um debate sociológico que está totalmente aberto a atualizações e, enfim, identificar melhor o objeto de estudo. Não se

tratam de questões simples; ao contrário, o MST é um objeto difícil de enquadrar, definir, generalizar em esquemas sociológicos rígidos, dado o seu constante dinamismo e reelaboração permanente.

### **1.1. Problemas teóricos para uma interpretação marxista sobre a América Latina**

Neste primeiro bloco intenta-se mostrar e avaliar as dificuldades teóricas – e a superação – que o marxismo latino-americano enfrentou para analisar a formação histórico-social do desenvolvimento capitalista no subcontinente. Para dar conta desse amplo panorama, a presente seção será dividida em três subitens: 1) Tomar-se-á como problema a “aplicação” do marxismo em relação à América Latina, da qual decorre um constante desencontro entre o primeiro e a segunda, num contexto teórico-político em que o marxismo latino-americano esteve tomado por duas tentações – tomando como bússola as ponderações de Löwy (2006) e Ricupero (1998): um marxismo mecânico e europeu (de clara inspiração stalinista) e um escopo explicativo chamado “excepcionalismo indo-americano”. 2) Em seguida, apresentar-se-á o marxismo de José Carlos Mariátegui como exemplo da superação dessas duas tentações. Na órbita da confluência entre nacionalismo e internacionalismo que lhe confere originalidade em suas análises, Mariátegui tem como exigência teórica – e metodológica – a recusa da ideologia do progresso e da imagem linear e eurocêntrica da história universal como ponto de partida para uma compreensão crítica da singularidade de seu continente. Sua concepção *aberta* de marxismo – tido, por muitos, como heterodoxa – oferece indicações fundamentais para apreender a particularidade do processo de construção sobre o desenvolvimento capitalista não linear no Peru e na América Latina. 3) Finalmente, partindo das proposições e análises de JCM, encontrar-se-á em Florestan Fernandes uma identidade teórica e política semelhante à do marxista peruano, particularmente na sua análise que ressalta o caráter especial da periferia baseada na ideia de uma modernização dependente na América Latina.

#### **1.1.1. O falso problema do cosmopolitismo e do localismo na América Latina**

O marxismo remete a uma origem histórica comum a partir da bagagem teórica constituída por Marx e Engels, em meados do século XIX, que inauguram não apenas

uma “ciência da natureza”, mas uma “concepção de mundo”<sup>22</sup>, embora o termo tenha servido demasiado para ser utilizado sem um prudente plural. Afinal, os acontecimentos maiores de mais de um século produziram critérios segundo os quais o que distingue e opõe as diferentes correntes saídas do “marxismo” é por vezes tão ou mais importante do que as aproxima<sup>23</sup>.

A evolução do marxismo tornou muito difícil o debate entre tradições revolucionárias distintas. Não apenas porque as opções políticas na maior parte das vezes contribuíram para que as dificuldades teóricas se tornassem ainda maiores, mas fundamentalmente porque os pressupostos foram se tornando tão distintos que até o mero entendimento das posições se tornou problemático (LESSA, 2007, p. 147).

Seja como for, quando nos referimos a um suposto *marxismo latino-americano*, esses pressupostos são igualmente importantes. Afinal, o espaço original que as sociedades periféricas ocupam no cenário atual definitivamente tornou-se um dos desafios candentes da teoria social marxista em se reformular para encontrar maneiras adequadas de abordar e aprofundar as singularidades inerentes de nossa formação social. Mesmo que cada um dos países tenha claramente sistemas sociais próprios, o quebra cabeça das nacionalidades não impediu que o processo de desenvolvimento mundial capitalista estimulasse pontos de contato, acionadas pelas interações dos impulsos internos e daqueles trazidos de fora, que incitam a particularidade de sua formação.

Provavelmente mais do que em outras regiões do mundo, o marxismo e a América Latina – termos que atuam efetivamente tanto no plano teórico quanto no plano político – tiveram profundas dificuldades em um encontro crítico ao longo de sua história. O problema pode ser observado, inclusive, pelas próprias pistas, bastante

---

<sup>22</sup> “Toda concepção de mundo implica uma *ação*, isto é, alguma coisa mais que uma ‘atitude filosófica’. Mesmo que tal ação não seja formulada ou incluída expressamente na doutrina, mesmo que seu elo permanece sem ser formulado e que a ação implicada não dê lugar a um *programa*, nem por isso deixa de existir. Na concepção cristã do mundo, a ação não é outra além da política da Igreja, dependente das decisões que são tomadas pelas autoridades eclesiásticas; sem um laço racional com uma doutrina racional, essa ação nem por isso é menos real. Na concepção marxista do mundo, a ação define racionalmente em contato com o conjunto doutrinário e dá lugar, *abertamente*, a um programa político. Esses dois exemplos demonstram suficientemente que atividade prática, social, *política*, desdenhada ou relegada a um segundo plano pelas filosofias tradicionais, é parte integrante das concepções de mundo” (LEFEBVRE, 2009, p. 10).

<sup>23</sup> Conforme as palavras de Michael Löwy (2000a, p. 58), “não se trata de uma herança homogênea ou de uma linha ortodoxa, mas de uma diversidade conflituosa e aberta”. Flores Galindo (1994, p. 389), por sua vez, dirá que “na realidade, o marxismo para além da imagem de um rio, evoca uma variedade de correntes diferentes que do mesmo modo que se juntam e se complementam, também seguem rotas novas e até divergentes”.

rudimentares, embora suficientemente interessantes para acompanhar as continuidades e as descontinuidades que os escritos esparsos de Marx deixaram a respeito do continente latino-americano<sup>24</sup>:

(...) o conflito entre América Latina e marxismo converte-se em um problema teórico quando a prática constata um desencontro constante, uma espécie de mútua e secreta repulsão, que afasta a América Latina do marxismo (isto é, a realidade da teoria) e expulsa o marxismo da América Latina (isto é, a teoria, da realidade) (FRANCO, 1982, p. 11).

Nesse sentido, Michael Löwy (2006) levanta alguns pontos de referência para um estudo da evolução do pensamento marxista no continente, na qual a *natureza da revolução* foi o epicentro do debate latino-americano. Essa ênfase tem como equação um duplo movimento: a reflexão da produção teórica sobre as formações sociais latino-americanas e as estratégias políticas traçadas a partir duma determinada interpretação. As diferentes posturas teóricas e políticas que o continente latino-americano teve como *unidade de análise* podem ser fundamentalmente sintetizadas em um “marxismo na América Latina [que] foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo”:

[1] O *excepcionalismo indo-americano* tende a absolutizar a especificidade da América Latina e de sua cultura, história ou estrutura social. Levado às suas últimas consequências, esse particularismo americano acaba por colocar em questão o próprio marxismo como teoria exclusivamente europeia. O exemplo mais significativo dessa abordagem foi a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), que, sob a liderança de Haya de la Torre, tentou primeiramente a serviço de um populismo *sui generis* e eclético. Para Haya de la Torre, o “espaço-tempo indo-americano” é governado pelas suas próprias leis, é profundamente diferente do “espaço-tempo” europeu analisado por Marx e, por isso, exige uma nova teoria que negue e transcenda o marxismo (LÖWY, 2006, p. 10).

---

<sup>24</sup> Ainda que as indicações, a partir dos textos de Marx, sejam muito incipientes para pensar a América Latina, Bianchi (2010, p. 178-185) refaz o itinerário de Marx assentando-se na hipótese de que em suas análises se debruçou sobre as nações “não-centrais” – como, por exemplo, EUA, México, Índia, Irlanda, Rússia. Se, em um primeiro momento, o pensador alemão identificava o progresso como medida universal da história – tomando, por exemplo, partido a favor dos EUA em relação ao México – em um segundo momento ocorre uma alteração de seu pensamento, uma “nova atitude”, a partir de sua visada da luta pela independência da Irlanda e quando apreciava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Esse movimento, segundo registro do autor, marca uma ruptura decisiva com toda filosofia da história do progresso linear e homogêneo, servindo, assim, como ponto de partida para aprendermos a interpretar a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina. Do mesmo modo, as sugestões animadas pelo autor do *Manifesto do Partido Comunista* com relação a uma representação não linear do desenvolvimento da história podem ser verificadas em seu tratamento sobre o tema da renda fundiária no livro *O Capital*. Ver Rubbo (2010). Esse tema, embora pouco estudado, não é novo. Ver, por exemplo, Aricó (1982) e sua tentativa pioneira de construir geneticamente as condições internas do discurso de Marx com a especificidade histórica da América Latina.

[2] Foi o *eurocentrismo*, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels – a contradição entre forças produtivas capitalistas e relações feudais de produção, o papel historicamente progressista da burguesia, a revolução democrático-burguesa contra o Estado feudal absolutista – procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano, transformando assim o marxismo em um leito de Procusto, sobre o qual a realidade era impiedosamente “recortada” ou “esticada” conforme as necessidades do momento. Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. (LÖWY, 2006, p. 10-11).

Essas duas “tentações” – a primeira assim chamada de “exotismo indo-americano” e a segunda de “europeísmo” –, puderam se desenvolver no interior das organizações operárias, introduzindo a obra de Marx e a teoria marxista ou como raciocínio teleológico e eurocêntrico ou como forma de desqualificação da teoria marxista:

Aceitar a primeira hipótese [o europeísmo] e considerar o marxismo como verdade universal implica em abstrair a teoria da realidade. Como já se sabe para onde conduzirá a história, conclui-se que é desnecessário perder tempo com o exame de experiências específicas. Ser marxista no Brasil ou no México não passaria, assim, de acaso, significando basicamente o mesmo que ser marxista na Alemanha ou na França. Dessa forma, a teoria se converteria em algo exterior à realidade. O que implica numa visão da teoria, no caso, o marxismo, como algo acabado e auto-suficiente (RICUPERO, 1998, p. 56).

À primeira vista, portanto, a outra alternativa parece ser mais satisfatória. Ou seja, a questão não seria mais de aplicar as fórmulas da teoria à realidade, mas ao contrário, de “adaptar” o marxismo às condições da América Latina. Esta maneira oposta de considerar o problema traz consigo, contudo, o risco de desqualificar a teoria a tal ponto que ela se torne irreconhecível e desnecessária. Isto é, se o marxismo fosse capaz de absorver qualquer forma referente às mais variadas sociedades, não mais seria marxismo, nem mesmo teoria, mas apenas uma expressão da realidade quase não mediatizada. Assim, sua maneira de abordagem particular, o que a torna marxismo, se diluiria no seu objeto (Idem, 1998, p. 57).

Entre o europeísmo e o exotismo indo-americano, houve um marxismo crítico capaz de fundir criativamente teoria com realidade, afastando-se de um marxismo localizado e, igualmente, dum marxismo mecânico. Essa vertente crítica que conseguiu produzir um marxismo que correspondesse à realidade latino-americana teve como maior representante e muito provavelmente como precursor dessa corrente o nome de José Carlos Mariátegui, o primeiro marxista a realizar uma reflexão de maneira realmente crítica que não fosse *cópia teórica*, mas *criação teórica* sobre a América Latina. (ARICÓ, 1987; BOSI, 1990; FLORES GALINDO, 1994; LÖWY, 2006; MAZZEO,

2009; MELIS, 1999; PERICÁS, 2010; QUIJANO, 1981; RICUPERO, 1998; VÁSQUEZ, 1998).

### **1.1.2. O método dialético-internacionalista de José Carlos Mariátegui**

A polarização descrita no item anterior é um evidente caso das dificuldades em assentar as bases para a compreensão de um marxismo crítico latino-americano. Para ficarmos no exemplo do antigo provérbio alemão que diz que a altura das árvores (universal) impede a visão do bosque (particular), o marxismo latino-americano ora mirou apenas os bosques, sem enxergar a floresta (localismo), ora mirava apenas a floresta sem notar os bosques (eurocentrismo). Seguindo a metáfora, um conhecimento mínimo da obra de JCM mostra que, de longe, foi o marxista latino-americano que conseguiu ter a precisão de olhar a floresta e o bosque simultaneamente. Não por acaso, JCM aprofundar-se-á teoricamente sobre as peculiaridades da realidade concreta dos países da periferia do capitalismo (em especial o Peru) como, por exemplo, o problema do campesinato indígena e a questão agrária – um tema pouquíssimo matizado pelo marxismo “oficial”<sup>25</sup>. O conjunto de sua obra foi múltipla, heterogênea e profundamente articulado. Tratou de temas candentes na década de 1920, período de sua vida em que sua produção teórica foi extremamente fértil, com vários direcionamentos de análise sobre a vida social peruana e mundial: política, economia, cultura, história, arte, filosofia, marxismo, América Latina, relações internacionais etc.

Bem entendido, a apresentação e a retomada de algumas ideias-chave trazidas pelo pensador peruano, mesmo circunscritas a algumas notas preliminares, as quais são consideradas ponto de partida, pois não subordinou a realidade às fórmulas da teoria e, inversamente, as formulas da teoria à realidade, superando o dilema das duas tentações que seduziram o marxismo latino-americano<sup>26</sup>:

*A aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana significa justamente a superação – no sentido da *Aufhebung* hegeliana – dessas duas tendências e do dilema de um particularismo hipostasiado e um dogmatismo*

---

<sup>25</sup> Para uma análise que toca o problema do camponês e a questão agrária no âmbito da Internacional Comunista, ver Rizzi (1985).

<sup>26</sup> Conforme atesta o crítico literário Alfredo Bosi, Mariátegui conseguiu em sua obra um raro equilíbrio e coerência, principalmente com relação à questão das raças no continente latino-americano: “[Mariátegui] liberta-se do eurocentrismo que desdenha o índio porque não é branco. E liberta-se do nativismo que acusa o europeu (ou o estrangeiro) porque não é índio (nacional)” (BOSI, 1990, p. 59).

universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal (LÖWY, 2006, p. 12).

Na verdade, o modo específico da acumulação capitalista nas periferias encontrar-se-ia em “uma espécie de *truncamento* produzido pela sua inserção entre um capitalismo dinâmico e desapiedado” (OLIVEIRA, 2006, p. 24, grifo nosso). Efeitos não lineares, que são frutos, na realidade, de uma diversidade histórica de tempos sociais<sup>27</sup>, de desobediência a uma noção universalista do progresso<sup>28</sup>, capaz de romper as linhas evolutivas da historiografia positivista. Como registrou o historiador chileno-brasileiro Hector Bruit, “é como se estivéssemos vivendo o *tempo da conquista sem deixar de viver a modernidade*” e, “por isso, querer entender a América latina por etapas é frustrante ou, no mínimo, inócuo” (BRUIT, 1998, p. 3, grifo nosso).

Pode-se afirmar, ademais, que essa aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana realizada por JCM, tida por tantos estudiosos como inovadora, deve-se, em grande medida, a uma concepção dinâmica, ágil e heterodoxa de seu marxismo. Daí que o marxismo não seria “um programa rígido, mas um método dialético” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 82):

O marxismo, do qual muitos falam mas muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um método fundamentalmente dialético. Ou seja, é um método que se apoia inteiramente na realidade, nos fatos. Não é, como alguns erroneamente supõem, um corpo de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais. Marx extraiu seu método das próprias entranhas da história. O marxismo, em cada país, e, cada povo, opera e atua sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar de nenhuma das suas modalidades. Por isso, depois de mais de meio século de lutas, sua força revela-se cada vez maior (MARIÁTEGUI, 1969, p. 111-112).

Tal concepção crítica e livre permitiu também que JCM desfrutasse das formas mais avançadas e mais produtivas do pensamento social não marxista. Para o autor, entre o marxismo e o pensamento crítico existia uma indispensável confluência. Não é à toa que JCM não ficou limitado a apenas uma tradição socialista. Utilizou-se de Marx e

---

<sup>27</sup> “[...] a heterogeneidade histórico-estrutural, a co-presença de tempos históricos e de fragmentos estruturais de formas de existências sociais, de variada procedência histórica e geocultural, são o principal modo de existência e de movimento de toda a sociedade, de toda a história. Não, como na visão eurocêntrica, o radical dualismo associado, paradoxalmente, à homogeneidade, à unilinear e unidirecional evolução, ao “progresso” (QUIJANO, 2009, p. 25).

<sup>28</sup> “Em vez do continente irremissivelmente arrastado na corrente do progresso universal, a América Latina se transformou velozmente numa vasta área de desagregação social, que exacerbava as tensões, desarticulava as relações sociais e adiava *sine die* a constituição daquelas nações burguesas que o pensamento positivista europeu e sua réplica americana concebiam como resultado inelutável” (ARICÓ, 1987, p. 420-421).

Lênin, mas também de Georges Sorel (personagem por quem Lênin teve pouca simpatia), Piero Gobetti, Benedetto Croce (FLORES GALINDO, 1994, p. 389).

É a partir da articulação dialética entre particular e universal, nacional e internacional, que o autor peruano assinala que a transição para o capitalismo nos países latino-americanos teve o seu próprio ritmo e o seu próprio percurso, que se traduz em, pelo menos, dois eixos: na desconfiança (ou no sentimento “agônico”) de um fim seguro e fatalista da locomotiva da história, o que lhe confere uma problematização da noção abstrata de progresso. E, por fim, na percepção da diversidade de tempos históricos existentes na formação social peruana.

Não obstante, essa percepção apenas se concretiza a partir de seu regresso ao Peru, em 1923, depois de sua viagem à Europa de três anos e quatro meses, quando passa a maior parte do tempo na Itália, período que é decisivo na formação teórica e política de JCM para fundamentar e aprofundar de uma vez por todas sua convicção socialista, já que possuía até então uma visão genérica do marxismo<sup>29</sup>. Nesse trajeto, começa a observar com mais acuidade a cena contemporânea internacional, sem abandonar, no entanto, a realidade nacional. Antonio Melis (1999, p. 177), por exemplo, aponta que é justamente nesse momento de amadurecimento político e teórico derivado durante a experiência italiana que faz com que JCM incorpore de modo mais estreito as lutas em escala internacional – uma aproximação que é, ao mesmo tempo, metodológica, teórica e política –, o que outrora era uma lacuna no pensamento do autor de *Defesa do marxismo*. É como se a distância permitisse-lhe focar com maior lucidez a particularidade da realidade peruana e latino-americana.

Nacionalismo e internacionalismo foram uma dessas contraposições que percorre a obra de José Carlos Mariátegui. Mas o que enriquece esta vertente dupla é que esse jovem percorreu a Europa e observou o Velho Mundo, mas sem perder seus nexos com um país atrasado: isto o fará sensível não somente aos contrastes sociais, a busca do novo em meio aos escombros, mas descobrir ademais que a cena contemporânea transcende as fronteiras ocidentais (FLORES GALINDO, 1994, p. 376).

Ao regressar ao seu país de origem, Mariátegui aceita prontamente o convite de um agitador estudantil e futuro político da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), Victor Raul Haya de la Torre, para lecionar na Universidade Popular

---

<sup>29</sup> Para mais informações sobre Mariátegui na Itália, cf. Núñez (1994), Paris (1981), Pericás (2010a, p. 7-59).



González Prada, em Lima. Realizou 18 conferências à noite sobre atualidades políticas internacionais em uma classe repleta de alunos, em sua maioria composta de operários e estudantes. Talvez a contribuição dos temas apresentados pelo autor de *La escena contemporánea* mais decisiva foi o fato de ser um mediador precípua nos grandes acontecimentos que estavam sacudindo o painel político, social e econômico internacional. “Como característica diferente de uma nova época, [JCM] havia sublinhado continuamente a crescente internacionalização, que emergia como uma realidade objetiva com a qual era necessário acertar as contas, e não como uma simples opção” (MELIS, 1999, p. 223).

Na palestra de inauguração “*A crise mundial e o proletariado*”, o marxista peruano ressalta não apenas a importância, mas a necessidade objetiva e subjetiva do proletariado peruano de conhecer o que ocorre política, social, econômica e culturalmente nas outras nações do mundo. Isso porque a crise na Europa na década de 1920 tinha uma repercussão direta no Novo Continente. Ou seja, uma situação local e nacional não poderia ser compreendida em sua totalidade sem uma análise do desenvolvimento capitalista internacional.

Na crise europeia, joga-se com o destino de todos os trabalhadores do mundo. O desenvolvimento da crise, portanto, deve interessar por igual tanto aos trabalhadores do Peru quanto aos trabalhadores do Extremo Oriente. A crise da Europa tem o teatro principal, mas a crise das instituições europeias é a crise das instituições da civilização ocidental. E o Peru, tal como os demais povos da América, gira na órbita desta civilização, não só porque se trata de países politicamente independentes mas economicamente coloniais, ligados à locomotiva do capitalismo britânico, do capitalismo americano ou do capitalismo francês, mas também porque europeia é nossa cultura, europeu é o tipo de nossas instituições (MARIÁTEGUI, 1971, p.16).

Como se pode perceber, ao sublinhar o caráter coetâneo entre as forças externas (internacional) no próprio desenvolvimento da formação social peruana (nacional), JCM incorpora uma nova dimensão analítica, que servirá de base para o estudo da realidade nacional. Justamente nesta complexa articulação entre as duas dimensões, nacional e internacional, que pulsa na diversidade teórica da obra de JCM é que começa a definir-se a “originalidade de sua elaboração, o que ajuda a explicar sua resistência ao tempo e às conjunturas ideológicas” (MELIS, 1999, p. 223). Tais apontamentos foram sintetizados, segundo a avaliação de Rodrigo Montoya, em cinco pontos que atravessam como um relâmpago o pensamento de JCM:

a) Não é suficiente observar os fragmentos do Peru, o ideal é ter uma visão do Peru integral; b) Não é possível ignorar o componente hispânico do Peru. Apesar da carnificina da conquista e da exploração colonial, a história do Peru tem sido criada também com aluviões do Ocidente; c) O Peru é um fragmento do mundo. A ciência e a técnica do Ocidente constituem uma herança irrenunciável; d) O descobrimento da América e o do império incaico constituem o começo da modernidade, da utopia de uma sociedade justa; e) Não existe conflito real entre o revolucionário e a tradição (MONTROYA, 1990, p. 52-54).

As bases de um possível socialismo como alternativa política para resolver os graves problemas do país assentaram-se na ideia de que o Peru, antes de qualquer coisa, deve ser visto como uma totalidade concreta – no sentido lukacsiano do termo<sup>30</sup>. Não por acaso, mesmo sem ter conhecido a obra do afamado autor de *Teoria do romance*, Mariátegui mostrou sempre a importância de Hegel no pensamento de Marx, como assevera Enrique Dussel (1994, p. 250-251). No opúsculo *Defesa do marxismo*, JCM abre polêmica com o escritor estadunidense Max Eastman, cujo “hegelianismo é um demônio a ser expelido do corpo do marxismo, exorcizando-o em nome da ciência” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 98).

“O internacionalista sente melhor do que muitos nacionalistas, o indígena, o peruano”, disse Mariátegui (1970, p. 53). De fato, assumir-se como internacionalista não significa capitular ao nacionalismo. E como um irreduzível internacionalista que foi, JCM soube como poucos da tradição marxista frisar a importância da questão indígena e camponesa na América Latina. Em um artigo intitulado “*A nova cruzada pró-indígena*”, de 1927, a propósito da formação de uma associação de trabalhadores intelectuais e manuais peruanos que se propunham realizar uma defesa da causa indígena – o chamado “Grupo Ressurgimento” –, Mariátegui afirma que “o fenômeno nacional não se diferencia, nem se desconecta, em seu espírito, do fenômeno mundial. Ao contrário, ele recebe seu fermento e impulso” (MARIÁTEGUI, 1969, p. 167). Nos textos preparativos que antecedem *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado em 1928, considerada a *opus magnum* de JCM, nota-se claramente a insistência de que a aspiração de apreender a realidade peruana, em termos qualitativamente novos, consiste em entender “as ideias e as emoções mundiais”. Para um “Peru total”, trata-se de comunicá-lo com sua época histórica: “o Peru não aparecia

---

<sup>30</sup> “(...) a sociedade como totalidade concreta, a organização da produção num determinado nível do desenvolvimento social e a divisão de classes que opera na sociedade. [...]. Estudo concreto significa, portanto: relação com a sociedade como totalidade. Pois é somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, e todas as suas determinações essenciais” (LUKÁCS, 2003, p. 140).

tão incorporado como hoje na história ou na órbita da civilização ocidental” (MARIÁTEGUI, 1969, p. 50).

Isso fica patente no próprio esquema programático que Mariátegui elabora a pedido do Comitê Organizador do Partido Socialista Peruano (PSP), em outubro de 1928. Os dois primeiros pontos da declaração do programa explicitam categoricamente a necessidade objetiva e subjetiva da associação orgânica entre dois ritmos – nacional e internacional – no conjunto duma mesma unidade:

1) O caráter internacional da economia contemporânea, que não permite a nenhum país esquivar-se das correntes de transformação surgidas das atuais condições de produção. 2) O caráter internacional do movimento revolucionário do proletariado. O Partido Socialista adapta sua práxis às circunstâncias concretas do país, mas obedece a uma ampla visão de classe; e as próprias circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial. [...] numa época de independência e ligação mais acentuada das nações, impõe que a revolução social, internacionalista nos seus princípios, realiza-se com uma coordenação muito mais disciplinada e intensa dos partidos proletários. O Manifesto de Marx e Engels condensou o princípio fundamental da revolução proletária na frase histórica: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARIÁTEGUI, 1970a, p.159).

De tal unidade interpretativa que funde nacionalismo e internacionalismo resulta uma concepção teórica e política enormemente reticente à noção abstrata de progresso. Trata-se precisamente de sua ruptura com o “progressismo” evolucionista de cunho positivista, ou melhor, com “as ilusões do progresso”, e seu “combate (...) às ilusões do reformismo numa transformação social inevitável ou fatal em virtude das ciências assim sentenciar”. Ou seja, “Mariátegui, não combate a ciência, mas o uso cientificista que dela se faz para castrar a vontade revolucionária” (VÁSQUEZ, 1998, p. 51). Aposta em uma noção crítica do progresso capaz de sublinhar as características concretas econômicas, políticas e culturais das formações históricas latino-americanas, tais como as tradicionais comunidades do campesinato indígena – ou seja, as tradições sociais e culturais das classes plebeias –, sem negar, com isso, a ciência e pensamento europeu e ocidental<sup>31</sup>.

Em artigo publicado em 1925, com o título “*Dois concepções de vida*”, Mariátegui (1970b, p. 13-14) escreveu: “Antes da guerra, a filosofia evolucionista, historicista racionalista unia as duas classes antagônicas acima das fronteiras políticas e

---

<sup>31</sup> Basta recordar na “advertência” dos *Sete Ensaio*s a afirmação de Mariátegui sobre a indissociabilidade entre o pensamento europeu e o indo-americano: “Fiz na Europa o melhor de minha aprendizagem. E acredito que não há salvação para Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ocidentais” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 32).

sociais”. Uma época de relativo bem-estar encontrava-se ancorada na ideia de progresso linear e homogêneo: “A humanidade parecia ter achado um caminho definitivo. Conservadores e revolucionários aceitavam praticamente as consequências da tese evolucionista. Uns e outros coincidiam na mesma adesão à ideia de progresso e na mesma aversão à violência” (*Idem*, p. 14).

“O capitalismo deixou de coincidir com o progresso” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 41). Não por acaso, num trecho da brochura *Sete Ensaios Sobre a Interpretação da Realidade Peruana*, JCM afirma que a exploração do guano e do salitre no Peru revelar-se-ia economicamente trágica, pela decadência das aplicações do imperialismo estrangeiro, “como resultado das contínuas mutações produzidas no campo industrial pelas invenções da ciência”, ou seja, “da instabilidade econômica e industrial e engendrada pelo progresso científico” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 42). Em outra passagem, ainda, o autor insiste em alertar que a nova geração deveria estar ciente de “que o progresso do Peru será fictício, ou pelo menos não será peruano, enquanto não seja a obra e não signifique o bem-estar da massa peruana” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 64). O aspecto politicamente decisivo da ruptura com o evolucionismo encontra-se, desse modo, precisamente na ideia de que o progresso não poderia apontar soluções aos problemas do subdesenvolvimento latino-americano.

### **1.1.3. O irmão (mais novo) de Mariátegui: Florestan Fernandes**

Como vimos anteriormente, JCM escapou das duas tendências influentes em seu continente, articulando conceitos marxistas clássicos e, ao mesmo tempo, reconhecendo o caráter específico das economias e sociedades latino-americanas. Sua mensagem pôde ser prolongada e enriquecida por outros pensadores brasileiros que se debruçaram sobre caráter especial da periferia. Afinal, o acerto de contas com as premissas teóricas assentadas nas teses modernizantes não é algo relativamente novo. A respeito de uma suposta falência da tradição crítica brasileira e latino-americana nos tempos contemporâneos, o historiador Osvaldo Coggiola afirma que:

O que acabou, no Brasil, não é a crítica, em geral, mas a variante crítica baseada na ideia de que o atraso e a subordinação do país eram passíveis de uma “superação, desde que a burguesia nacional compartilhasse com as classes subordinadas o projeto emancipatório”. Ideia, diga-se de passagem, que o marxismo latino-americano já submetera à crítica há cerca de alguns anos (COGGIOLA, 2005, p. 110).

De qualquer modo, um marxista brasileiro fora da sintonia teórica e política do marxismo praticado pelos partidos comunistas, contribuiu decisivamente com a crítica aos apologistas do progresso e da modernização capitalista, sob um arcabouço teórico-metodológico semelhante àquele que JCM levou a cabo. Florestan Fernandes, um dos mais prestigiosos sociólogos brasileiros, é um exemplo evidente dessa afinidade teórica e política em relação à Mariátegui. Ele chegou inclusive “batizá-lo” de nosso “irmão mais velho” (FERNANDES, 1975a, p. XVI). O reconhecimento carinhoso por alinhar-se assumidamente à cadeia de pensamento crítico de Mariátegui pode ser logo evidenciado<sup>32</sup>. Não é por acaso que Florestan Fernandes foi o primeiro grande impulsionador da obra mariateguiana no Brasil<sup>33</sup>. Além disso, em um artigo dedicado especialmente ao autor de *Sete Ensaios*, redigido em 1994, o sociólogo brasileiro argumentaria que uma das maiores qualidades teóricas do jornalista peruano era de ter sido suficientemente claro em suas explicações de que nos sistemas subcapitalistas periféricos “os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie”, ou, noutras palavras, “êxitos e progressos trazem consigo contradições crescentes – no extremo fatal implosivas”. Dentro do contexto de pobreza da América Latina, ainda de acordo com o sociólogo brasileiro, os limites intransponíveis do progresso capitalista não lograram em concretizar as exigências elementares da “civilização sem barbárie” no continente.

A despeito das inúmeras diferenças entre os dois marxistas – cenários históricos e políticos e os interlocutores relativamente distintos –, ambos desenvolveram *uma metodologia dialético-internacionalista sobre a problemática do desenvolvimento dependente na América Latina*. A hipótese de “modernização dependente”, desenvolvida por Florestan Fernandes, parece uma interpretação profícua em relação à formação singular do continente<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> No acervo particular de Florestan Fernandes, disponível na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pode-se verificar exemplares da assim chamada coleção Obras Completas Populares, da Empresa editora Amauta (Lima) da obra de maturidade de JCM (*Sete ensaios, Defesa do marxismo, Ideologia y política, Peruanicemos al Perú, Historia de la crisis mundial*), sendo que grande parte está grifado e com diversas anotações pelo marxista brasileiro.

<sup>33</sup> Conforme sublinha Luiz Bernardo Pericás (2010, p. 345), o sociólogo brasileiro foi o responsável pela edição e pela elaboração do prefácio do livro *Sete Ensaios* no Brasil depois de quarenta e sete anos de espera, o que foi claramente lamentado por Florestan, que aponta o marxista peruano como o mais influente, original e inovador estudo sobre o processo histórico de uma “nação incompleta”, realizado por um intelectual na América do Sul. Ver Fernandes (1975a).

<sup>34</sup> Para uma análise sobre o desenvolvimento dependente na América Latina em Florestan Fernandes, ver Arruda Jr. (1999). Sobre a diversidade teórica da teoria da dependência, ver Fiori (2009) e Silva (2003).

Em seu livro *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1975), Florestan Fernandes tratou de destacar que o componente histórico regular das nações latino-americanas acentuaria uma “tradição colonial de subserviência”, razão pela qual manteria um forte componente histórico-político-cultural de “cegueira nacional”, estimulada e controlada “a partir de fora”. Os países latino-americanos, a partir disso, tornar-se-iam subordinados – através de suas grandiosas reservas de matéria-prima – do capital internacional, sofrendo os efeitos conjuntos de dominação política e do intercâmbio desigual e combinado.

Durante os séculos existiriam padrões e formas de dominação externa que se diferenciavam entre si, o que poderia ser sistematizado, segundo o autor, em quatro fases: 1) deriva do sistema básico de colonização, o “antigo sistema colonial”, experimentado por pelo menos três séculos em que “os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações” (FERNANDES, 1975, p. 13); 2) a desagregação do antigo sistema colonial é que acende um segundo tipo de dominação externa em que as nações europeias a partir daí assumem o controle de exportações e importações na América Latina, ou seja, um controle não em sua produção local, como era anteriormente, mas no mercado e no comércio. Assim, embora as nações recém-saídas do “antigo sistema colonial” não tivessem recursos necessários para produzir os bens importados, por outro lado, os setores sociais dominantes estimularam a continuidade da exportação em “um papel econômico secundário e dependente”. Ocorre, nesse ponto, uma expansão e difusão em escala limitada de novas instituições e de novas modalidades modernas de associação para interação entre interesses locais e nacionais, embora apenas para “perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1975, p. 16). 3) com a revolução industrial na Europa, inicia-se uma reorganização da economia mundial, fazendo com que um terceiro tipo de dominação externa eclodisse nas nações periféricas.

As influências externas surgem em todos os domínios da economia, da sociedade e da cultura, “não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial”, o que caracterizava o segundo tipo de dominação externa, “mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural” (*Idem, Ibidem*). É precisamente nesse período que o sociólogo brasileiro aponta para o *surgimento do*

*imperialismo como marca da dominação externa e da formação de um capitalismo dependente como realidade histórico-social na América Latina.* O controle externo gera uma ordem social que bloqueia qualquer orientação de integração nacional das economias dependentes. 4) O padrão de dominação externa que se proliferou depois das décadas de reerguimento dos países europeus, no contexto conhecido como pós-II guerra, consistiria no “imperialismo total”. Nas palavras do sociólogo:

O traço específico de imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1975, p. 18).

Nesse mesmo trecho, ainda afirma que os “mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas” (*Idem, Ibidem*). Para Florestan os países latino-americanos estariam diante de uma real encruzilhada; afinal, a mesma dominação externa que estimula a “modernização” e o “crescimento” é aquela que impediria qualquer integração nacional ou qualquer autonomia real. Por isso, as vicissitudes na ordem institucional ou no controle financeiro só seriam realizadas através do setor estrangeiro:

ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, *lato sensu*, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas conseqüências (*Idem*, p. 101).

De fato, algumas conclusões a que chegou Florestan Fernandes são equivalentes àquelas afiançadas pelo peruano Mariátegui: “a integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento, econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível” (FERNANDES, 1998, p. 95, grifos nossos). Em outro texto, o sociólogo brasileiro insiste na aliança entre burguesia nacional – como sócia menor – e burguesia internacional – como sócia majoritária:

O que eu de designara como exploração dual – realizada simultaneamente pela burguesia internacional e pela burguesia nacional – deixava os países em uma situação peculiar. A parte do leão ficava naturalmente com o capital financeiro internacional. As classes burguesias nativas, como sócios menores, tinham de contentar-se com parcelas menores e decrescentes do bolo (FERNANDES, 1994a, p. 10).

Em outra passagem, ainda, o autor ressalta:

A questão não está, como muitos pensam entre uma “burguesia nacional”, agente do nacionalismo econômico, e uma “burguesia internacional”, agente direto do imperialismo, encarando-se a primeira com um mal menor e necessário. As qualificações propostas são inconsistentes; e o problema não é que existam duas “burguesias”, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças à qual interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente de forma interdependente e articulada (FERNANDES, 1975, p. 146).

Nessa capitulação passiva, as “burguesias preferem os vínculos imperiais ao desafio do desconhecido e da utopia. Traem suas pátrias para manter o status de burguesias subjugadas pelo capital hegemônico estrangeiro e pela atração do sistema capitalista mundial de poder” (FERNANDES, 1994a, p. 17).

Além disso, o sociólogo brasileiro delineou de maneira mais precisa o lugar e o desenvolvimento da modernização na periferia do sistema capitalista. A explicação sociológica que o autor toma como ponto de partida em relação ao estudo sobre modernização é tratar o tema, antes de qualquer coisa, como um fenômeno histórico e total e, do mesmo modo, desautorizar a premissa de que o curso da história se processa de maneira homogênea e linear. Para Fernandes, esta última acepção – de cunho positivista – tinha seu núcleo explicativo ancorado em uma linha evolutiva, que ao identificar o progresso como medida universal da história ressaltaria uma transição lenta ou rápida inexorável do “tradicional” ao “moderno”. Em nenhum momento, elas apresentariam possíveis situações e agentes sociais empenhados em preservar ou modificar o padrão de integração da ordem social: “o ‘tradicional’ é vencido e o ‘moderno’ se impõe, através de uma generosa generalização do progresso e, quem sabe, da última era das luzes” (FERNANDES, 1975, p. 141). Todavia, por trás dessa perspectiva abstrata e genérica, o autor elenca uma série de perguntas-problema em busca de um entendimento crítico que expressa a face contraditória da modernização:

A quem se beneficia a modernização? Como ela se organiza a partir das nações que incorporam as outras em seus espaços econômicos, socioculturais e políticos? O que ela representa como destruição, como um processo perverso de alocação de recursos materiais e humanos, ou como uma deformação insuperável de estados sociais irrecuperáveis? (*Idem, Ibidem*).

Florestan apresenta, no quadro latino-americano, as inconsistências do projeto de modernização na periferia do capitalismo na qual, “a ciência e a tecnologia estará



condenada a uma evolução perversa e ao colapso”. O descompasso entre “progresso material” e “progresso social” condenaria a ciência e a tecnologia a uma tecnocracia despótica, “degradando-a como fonte de libertação do horizonte intelectual do homem” (FERNANDES, 1975, p. 125)<sup>35</sup>. Ao contrário do discurso nacional-desenvolvimentista e do PCB que tinham com agenda política remover o atraso por meio da modernização política e do desenvolvimento econômico, o sociólogo brasileiro assinalaria que a América Latina não estaria propriamente “atrasada” e muito menos “condenada”. Por outras palavras: o “atraso” havia chagado ao seu fim “embora de maneira sombria e dolorosa” (*Idem, Ibidem*). Para Florestan, a civilização prevaleceu e que ofereceu alternativas históricas às nações periféricas foi a “moderna civilização ocidental”<sup>36</sup>. O sistema de produção das sociedades periféricas integra-se como parte de um processo de expansão do capitalismo moderno ocidental; isto é, “não é nativo e tampouco engendrou linhas autônomas de desenvolvimento autônomo” (FERNANDES, 1975, p. 127). O desenvolvimento capitalista que prevalece na América Latina é um capitalismo originariamente sem autonomia que organiza seu desenvolvimento para absorver e preservar a dominação externa. A modernização periférica é conformada de forma *induzida* e *dependente*, o que exige um conjunto de novas instituições, técnicas sociais e orientações de valores que reproduzam essa formação. Trata-se de uma equação desproporcional: quanto mais aumenta o grau de possibilidade de desenvolvimento científico-tecnológico nas sociedades periféricas maior é a diminuição da possibilidade real de criar um padrão de modernização relativamente autônomo<sup>37</sup>. O aumento representa um passo a mais, ou melhor, um novo momento de subordinação na unidade do espaço econômico internacional e, desse modo, na manutenção, ampliação e intensificação das relações de dependência.

Mas atenção: a (crítica da) modernização dependente na perspectiva de Florestan Fernandes não insinua qualquer negação da contribuição da ciência ou do pensamento

---

<sup>35</sup> Nessa junção que Fernandes (1975, p. 149-150) assinala, por exemplo, sua crítica aos cientistas sociais que estão “plenamente identificados com as ilusões forjadas sob o capitalismo dependente” e que precisamente por isso “ainda confiam no progresso como fatalidade histórica”.

<sup>36</sup> No segundo tipo de dominação externa aventada pelo sociólogo marxista, que se localiza periodicamente no final do século XVIII até as primeiras três ou quatro décadas do século XIX, é quando se tem notícia de um impulso do mundo ocidental moderno. Nesse tempo, como assinala Fernandes (1975, p. 15, grifo nosso), “os ‘produtores’ de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o *primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno*”.

<sup>37</sup> “A exportação do excedente econômico; a educação copiada de fora; a pesquisa científico-tecnológica apenas adaptada a fins secundários, de segunda mão e de demonstração; a falta de uma política de integração nacional agressiva e revolucionária etc. convertem a heteronomia (ou dependência) a uma condição permanente, em contínua diversificação e intensificação” (FERNANDES, 1975, p. 136).

européu ocidental. Segundo suas palavras, “a ciência é instrumental nos dois níveis e sua contribuição não pode ser ignorada (nem perdida) pelos povos que hoje são vítimas da modernização, quando poderiam governá-la e transformá-la em um processo de liberação coletiva” (FERNANDES, 1975, p. 143).

## **1.2. Problemas teóricos sobre o MST**

Na segunda parte que endossa este primeiro capítulo, pretende-se proporcionar uma discussão teórica a respeito de temas sobre o MST que são vistos como necessários, antes de desenvolver o problema de sua atuação política internacionalista. Limitar-nos-emos neste tópico ao exame de três problemas específicos que aparecem de maneira excessiva (ou, opostamente, estão ausentes) nos estudos bibliográficos sobre o MST. Em um primeiro momento, será colocada em questão a construção de uma periodização da trajetória social do Movimento. Embora haja claros limites para esse tipo de consecução, já que não há um único verdadeiro, trataremos de sugerir uma nova periodização a partir das propostas antigas. Em segundo lugar, versaremos sobre o caráter organizativo do MST. A dificuldade de avançar na caracterização da estrutura organizativa peculiar do MST assenta-se em estudos que tendem a polarizar-se – realizando, de um lado, “apologias” em que a forma de organização simboliza uma “democracia” absoluta, e de outro, como “denúncia” de uma expressão autoritária por excelência. Distanciando-se desses dois polos, apresentaremos dois trabalhos sobre o tema – Peschanski (2007) e Aliaga (2008) –, que contribuem criticamente para a compreensão de suas potencialidades e suas fraquezas, sem a pretensão de generalizar os resultados obtidos. Finalmente, a terceira subseção se debruçará sobre a expressão “sem-terra” – inspirando-se nos recentes trabalhos de Marcelo Rosa (2008, 2009, 2012) –, um assunto ainda pouco depurado pela sociologia rural, mas que recentemente suscita contribuições significativas, principalmente pautando-se pela desnaturalização da categoria “sem-terra”, que, a bem da verdade, é uma construção política que envolve necessariamente a mediação do Estado.

### **1.2.1. As incertezas da periodização**

Para analisar o MST, uma das questões importantes para a consecução deste trabalho está atrelada a sua periodização. Alguns pesquisadores (FERNANDES, 2010;

GOHN, 2003; NAVARRO, 2002) possuem em seus respectivos trabalhos diversas sugestões para periodizar a trajetória do MST. Na maioria dos estudos de caso sobre o MST, os autores procuram dialogar com tais tentativas de periodização traçadas pelos cientistas e/ou baseiam-se na própria divisão que o MST faz de sua própria trajetória (MORISSWA, 2001). Entretanto, parece ainda não existir um acordo geral a respeito dos critérios que estabelecem as divisões do percurso histórico do MST.

Antes de apresentar propriamente as diferentes tentativas de periodização da trajetória social do MST, seria relevante refletir, mesmo que de maneira incompleta e parcial, sobre a força e a fraqueza do próprio *ato de periodizar*. Nesse ensejo, a brochura *Modernidade Singular* de Fredric Jameson (2005) é de grande valia. Examinando os conceitos de “modernidade” e “modernismo”, o crítico marxista norte-americano viu-se na obrigação de abrir uma discussão sobre a forma de periodização, que é o que nos interessa.

Em Jameson, a periodização é um movimento complexo de dupla face, entre as ações recíprocas de uma dialética de continuidade e ruptura. O acento nas continuidades de um processo transforma-se na consciência de uma ruptura radical, enquanto a atenção voltada à ruptura lentamente transforma-se em um período. No entanto, os perigos de qualquer divisão em sequências categóricas envolvem sempre simplificações arbitrárias, fazendo com que muitos analistas rejeitem totalmente tal procedimento. O crítico literário alerta sobre os percalços dessa aplicação, ou melhor, o limite, em última instância, seria a própria operação da periodização:

(...) na verdade, quero insistir em algo mais do que o simples uso errôneo da periodização: desejo afirmar que essa operação é intolerável e inaceitável, em sua própria natureza, pois tenta assumir um ponto de vista, sobre os acontecimentos individuais, muito além da capacidade de observação de qualquer indivíduo, e também unificar, tanto horizontal quanto verticalmente, uma profusão de realidades cujas mútuas relações, para dizer ainda pouco, devem manter-se inacessíveis e impossíveis de verificação (JAMESON, 2005, p. 41).

Entretanto, antes de enxotar o método desse procedimento, o autor de *O inconsciente político* avalia que as consequências desse repúdio podem ser “piores” e “regressivas”, cuja formas mais óbvias seriam as “intermináveis séries de fatos simples e eventos não relatados” (*Idem, Ibidem*). Malgrado as objeções à periodização e às consequências de sua dissolução, o crítico marxista observa que enquanto seres narrativos teremos pouca escolha: “é impossível não periodizar”. Afinal de contas, “a

periodização não é alguma consideração opcional que se acrescenta ou subtrai segundo os próprios gostos e inclinações, mas sim um aspecto essencial do próprio processo narrativo” (*Idem*, p. 98).

Destarte, se a periodização é aceita como aspecto essencial do próprio processo narrativo, poder-se-á aplicá-la para entender a *démarche* social do movimento mais sólido da história do Brasil, o MST? Certamente. Entendemos que a periodização é um recurso útil não só do ponto de vista didático, mas enquanto estratégia de investigação (CERVO, 1993, p. 53). Obviamente, o ato de periodizar o MST representa um difícil desafio de pesquisa dado à vigorosa história social que tal organização/movimento representa, além das variações políticas regionais que se acentuam constantemente. O problema aumenta quando se constata que não existe *uma* periodização correta. Tampouco, a produção de uma periodização rígida provavelmente não terá muito sucesso. Nesse sentido, a intenção é examinar quatro tentativas que procuram traçar a evolução das “fases” do MST e que, como veremos, muitas das indicações são complementares para fornecer elementos de uma nova tentativa de periodização do MST, tendo em conta a dinâmica do Movimento na vida social internacional.

Mitsue Morissawa (2001) divide em quatro fases históricas o MST, pautando-se especialmente nos congressos nacionais, instância máxima de tomada de decisões, que mormente ocorre de cinco em cinco anos, com exceção do último congresso que ocorreu em um intervalo de setes anos depois: primeiro período (1979/1984); segundo período (1985/1989); terceiro período (1989/1994); quarto período (1995/2000)<sup>38</sup>. Maria da Glória Gohn (2003), por sua vez, divide o percurso do MST em três fases: de 1979 a 1985, na qual salienta o significado da luta pela terra como equivalente à luta da Reforma Agrária; de 1985-1988, período em que o Movimento adquire caráter nacional, organizando-se nos estados e realizando ocupações de terra; de 1988-1996, a palavra de ordem passa a ser “Ocupar, resistir, produzir”: “a consciência da necessidade de superar a agricultura artesanal para formas que levem à modernização das relações sociais no campo é outro destaque deste último período” (GOHN, 2003, p. 145). Não custa lembrar que as duas periodizações têm como parâmetro as palavras de ordem enunciadas nos Congressos Nacionais do MST.

#### **Quadro 1.1. Palavra de ordem do MST: uma cronologia, 1979-2007**

<b>Ano</b>	<b>Origem</b>	<b>Palavras de ordem</b>
------------	---------------	--------------------------

<sup>38</sup> Como o trabalho foi escrito em 2001, a periodização termina na data que o trabalho foi escrito.

1979	Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária	“Terra para quem nela trabalha”
1984	1º Encontro Nacional	“Terra não se ganha, terra se conquista”
1985	1º Congresso Nacional	“Sem reforma agrária não há democracia” “Ocupação é a única solução”
1990	2º Congresso Nacional	“Ocupar, resistir, produzir”
1995	3º Congresso Nacional	“Reforma agrária: uma luta de todos”
2000	4º Congresso Nacional	“Por um Brasil sem latifúndio”
2007	5º Congresso Nacional	“Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”

Fonte: (FERNANDES, 2010, p. 185).

Diferentemente das sugestões de Morissawa (2001) e Gohn (2003), circunscritas apenas nas palavras de ordem do MST, a tentativa de Bernardo M. Fernandes no seu artigo “Formação e Territorialização do MST no Brasil” (2010) pressupõe uma base ampliada de análise que pretende identificar mudanças de essência na trajetória do MST. A periodização também leva em conta a determinação das decisões de instâncias políticas do MST, embora o autor não se limite apenas por esse referencial. Claramente trata a questão de maneira mais matizada e detalhada, construindo outros parâmetros, especialmente a partir das metamorfoses na estrutura organizativa do MST, na conjuntura brasileira e mundial, e no processo de territorialização<sup>39</sup>. Este último, constitui o eixo nuclear estruturante de toda periodização, já que, segundo o autor, consiste em um processo permanente na história do MST.

Tratam-se, pois, de quatro momentos de formação do MST. Fernandes denomina o primeiro período de *gestação* do MST (1979-1984), como também afirmam anteriormente as duas autoras. É um momento de formação das bases constitutivas do MST anterior a sua formação oficial. Segundo o geógrafo, é um momento em que forças sociais e políticas distintas emergem simultaneamente em espaços políticos diferentes. Com relação às lutas sociais rurais, em particular, ocorrem ocupações de terra de diversos sujeitos sociais do campo que vão pouco a pouco se articulando: colonos nas fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul; posseiros resistindo à expansão da pecuária, no oeste da região de São Paulo; arrendatários que ocuparam a fazenda Baunilha, no Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2010, p. 165).

A criação do MST em 1984 coroa o fim dessa fase de gestação e abre-se para o período de *consolidação* (1985-1989). A partir de então, há uma clara ampliação das

---

<sup>39</sup> “O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses territórios se constituem em novos espaços onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra mediante a formação de um movimento camponês. Essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que forma de organização e território são partes indissociáveis da luta camponesa” (FERNANDES, 2010, p. 163).

ações do Movimento em escala nacional, notadamente na região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, onde cada região e cada Estado tem seu próprio ritmo de ações e de consolidação. Ademais, também está em consolidação o apoio de diversas entidades – como a CPT, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), grupos de direitos humanos, sindicatos de trabalhadores rurais –, as definições no estabelecimento de sua estrutura política (corpo diretivo, setores de atuação etc.) e o estabelecimento e composição de sua identidade política (bandeira, símbolos, hino do MST):

Um conjunto de ações – a formação permanente de lideranças que fortaleceram a organicidade e garantiram a territorialização do MST, em uma rede em escala nacional e organização de autonomia política, com a construção de uma tradição de resistência camponesa – explica o processo de consolidação do MST (FERNANDES, 2010, p. 170).

O terceiro período assinalado por Fernandes seria o de *institucionalização* (1990 até o presente). Institucionalização do MST significa, para autor, que o Movimento se tornou o principal interlocutor do governo federal a respeito de um programa político e econômico sobre a questão agrária no país. Trata-se do “maior” período com relação aos anteriores em que o MST está enquadrado, e tanto o é que perdura até hoje, segundo a avaliação de Fernandes (2010). E é por apresentar essa característica – a institucionalização – como essencial que o argumento pauta-se, em grande medida, na relação que o MST foi construindo paulatinamente com os governos federais: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010)<sup>40</sup>. Nesta fase, também, o MST amplia e cristaliza significativamente sua estrutura organizativa: consolida os setores de atividades (Formação, Educação, Produção, Cooperação, Comunicação, Finanças, Projetos, Direitos Humanos, Relações Internacionais, Saúde, Gênero, Cultura, Mística), cria organizações paralelas com registro público – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) –, associadas a cooperativas, escolas, centros e cursos de

---

<sup>40</sup> Para uma avaliação sobre o MST e a política da reforma agrária no Brasil nos governos recentes, ver Fernandes (2008).

formação que transitam em diversos eixos temáticos (FERNANDES, 2010, p. 170-171/182-183)<sup>41</sup>.

O quarto momento – e último – que praticamente atua simultaneamente ao período de institucionalização é o que o geógrafo nomeia de *mundialização* do MST (1996 até o presente). Sinteticamente, trata-se do processo de formação do MST que está articulado num contexto marcado pela ampliação das lutas camponesas em escala internacional, especialmente com a filiação à Via Campesina. Nesse sentido, ocorreriam diversas manifestações conjuntas e simultâneas dos movimentos camponeses em várias cidades do mundo, onde o MST ainda tem uma participação considerável.

O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política da reforma agrária do mercado do Banco Mundial (FERNANDES, 2010, p. 164).

A última tentativa de periodização afiançada por Zander Navarro (2002) seguramente é a que mais se distância das demais propostas, mas, mesmo assim, há momentos de complementação. São, então, assinalados pelo autor três momentos principais, de modo que o ponto de ruptura da cada período reside essencialmente na *estratégia política* adotada pelo MST: a primeira etapa – “os anos formativos” – estaria circunscrita entre as primeiras ocupações e a realização do 1º Congresso Nacional (em janeiro de 1985), na qual o movimento era essencialmente sulista. Nesta primeira fase, em virtude da presença preponderante da Igreja Católica, “a adesão a ações marcadas pela não-violência”, do lado do MST, e “pelo lado do governo federal, destacava-se a presença clara da reforma agrária na agenda do Estado, em virtude da militarização de tais disputas sociais” (NAVARRO, 2002, p. 203).

A segunda etapa ocorre entre 1986 e 1993. Para Navarro, a orientação política de não-violência muda para *confrontação* e *enfrentamento* com policiais e jagunços de proprietários rurais. Por trás dessa tática está a diminuição da influência dos setores da Igreja Católica no Movimento permanecendo de maneira secundária. Além disso, o Sul deixa de ser região privilegiada de ação, voltando-se para outros estados do território brasileiro, em especial São Paulo. O crescimento dos assentamentos nessa fase faria

---

<sup>41</sup> Sobre a estrutura e a forma de organização do MST, ver Aliaga (2008) e Peschanski (2007). De qualquer modo, se discutirá mais esse assunto no próximo item.

também com que o MST trabalhasse a fim de organizar a produção nesses espaços a partir da constituição de cooperativas coletivizadas.

A terceira etapa estaria entre 1994 e 2002. O MST continua adotando uma postura de confrontação como principal arma de luta, mas os trágicos eventos ocorridos nesse período (Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, 1996) fazem com que o Movimento ganhe notável visibilidade nacional (e internacional) através de meios e canais de comunicação diversos. O embate complementa-se com o problema de causa agrária. Também o autor destaca o nascimento de uma “segunda geração” de militantes no MST, o que criaria tensões com a geração anterior, em virtude de compreensões distintas da vida social e das estratégias de transformações da sociedade.

Diante desse quadro de propostas acerca da periodização da trajetória do MST, a orientação do estudo das mudanças giram em torno fundamentalmente dos Congressos Nacionais do Movimento (MORISAWA, 2001; GOHN, 2003), uma referência interessante, mas insuficiente. De qualquer modo, um consenso geral entre os autores parece residir no primeiro período do MST: a gestação e seu nascimento (1979-1984/1985). Para além dos argumentos assinalados pelos autores, acrescentamos apenas que o ano de 1985 parece ser mais adequado na medida em que ocorre o processo de redemocratização do país, um fator político interno de vital importância.

Em relação à proposta de um segundo período, nomeado de consolidação do MST, Fernandes (2010) tem uma inclinação maior para estabelecê-lo a partir da expansão de seu caráter nacional e de sua estrutura organizativa entre 1985/1986 a 1988/1989; enquanto Navarro estende o segundo período para o ano de 1993, ressaltando a tática de enfrentamento que o MST estabelece enquanto eixo de atuação política. Quanto à periodização de Navarro, parece inconsistente essa datação tão longa, na medida em que nos anos iniciais da década de 1990, com a ascensão de Fernando Collor de Mello na Presidência da República do país, o MST refluíu claramente nas suas lutas. Em nossa concepção, o ano de 1989 é bastante emblemático pelas circunstâncias políticas nacionais e internacionais que estavam em curso. Além desse processo de consolidação nacional do Movimento (característica que se manterá presente também na década de 1990), há nesse período o componente de uma energia social significativa de vários setores organizados dos subalternos (com participação ativa do MST), cujo processo “final” dar-se-á na formação da Frente Popular durante a eleição de Lula e Collor para Presidência da República, em 1989, com apoio ao



primeiro candidato<sup>42</sup>. A derrota de Lula naquele momento é uma derrota para a classe trabalhadora brasileira em geral e o MST não escapa disso. Sem contar que no plano internacional ocorrem diversas derrotas políticas da esquerda na América Latina (como El Salvador e Nicarágua)<sup>43</sup>, assim como a queda do Muro de Berlim. Nesse sentido, existe um cruzamento interessante entre trajetória do MST e conjuntura política nacional e internacional. Ou seja, o segundo período que concebemos da evolução do MST é idêntico ao de Fernandes, mas com argumentos distintos que se complementam.

O terceiro período do processo de formação do MST postulado por Fernandes é o de institucionalização, de 1990 até o presente. Por sua vez, Zander Navarro aponta que, entre 1994 e 2002, é o momento de expansão no Pontal de Paranapanema, de mutações na estrutura de organização e na militância e de crescimento de dificuldades para a ação, permanecendo isolado o MST, entre 1994 e 2002. Novamente, a nossa sugestão de periodizar o terceiro período coincide com a sugerida por Fernandes (2010). Porém, demarcar-se-á o terceiro período até o ano de 1995. Isso não significa afirmar que se trata o fim da institucionalização do MST. É sabido que o processo de institucionalização do MST perdura até os dias atuais; ele tem reconhecimento social e é o principal ator político e interlocutor com governos sobre o tema da reforma agrária. Talvez o momento mais simbólico desse período tenha sido o fato do Presidente da República Itamar Franco receber em seu gabinete membros do MST.

Mas, a partir de 1996 até 2002, o MST entra em um novo período, o de mundialização (FERNANDES, 2010). Nessa fase também se amplia e consolida sua penetração em setores da pedagogia, cultura, comunicação etc. O MST e o tema da questão agrária atingem o ápice da percepção do interesse nacional nesse período. O Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, ganha enorme notoriedade internacional. Sua atuação política na arena internacional é aprofundada, especialmente com a articulação com movimentos camponeses, em escala continental (CLOC) e internacional (Via Campesina). Tem participação no Fórum Social Mundial, nos protestos mundiais contra as chamadas “organizações multilaterais” e em outras formas de articulação internacional. Ademais, arma-se uma conjuntura em que a composição socioeconômica do campo nacional está radicalmente atrelada às modificações da economia internacional.

---

<sup>42</sup> Para uma análise desse processo histórico de ascensão das lutas populares e o PT, ver Secco (2011).

<sup>43</sup> Como veremos no capítulo II desta dissertação, o MST esteve extremamente ligado às convulsões sociais e políticas que emanaram na América Central durante a década de 1980, em um intenso diálogo e cooperação especialmente com os agricultores da Nicarágua e El Salvador.

Finalmente, se permite aventar aqui um quinto e último período que o MST vivencia: de 2003 até o tempo presente. Não custa recordar que elementos da institucionalização e da mundialização identificados como eixos essenciais dos períodos precedentes não estão neutralizados. Ao contrário, eles continuam ativos, mas são complementados e transformados por fatores externos e internos do Movimento, em especial sua relação com o Governo Federal. Sem entrar em maiores detalhes em um tema tão delicado como esse, um exemplo frequente que tem acalentado o debate político atual sobre a (complexa) relação entre movimentos sociais e o Estado (e que se desenvolverá adiante) *é se o MST enfraqueceu ou não sua autonomia a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, no ano de 2003* – já que o PT é um antigo aliado político desde o nascimento do MST. Segundo Ruy Braga, por exemplo, o MST desenvolveu nos últimos dez anos uma “*existência bifronte*”: de um lado, milhares de pessoas em acampamentos esperando uma atitude do governo de desapropriar terras; de outro, as famílias assentadas dependentes diante ao Governo Federal de crédito rural para financiar a pequena agricultura familiar.

Ou seja, se identificamos entre os trabalhadores rurais sem-terra milhares de vozes críticas ao lulismo a se desgarrar das amarras do controle político do governo federal, também localizamos uma fonte de acomodação ao *status quo* cuja política deixou de negar radicalmente o latifúndio ou o agronegócio. Entre o acampamento e o assentamento, o MST tem buscado superar suas contradições, reinventando-se com o mais importante movimento social brasileiro das últimas décadas (BRAGA, 2012, p. 241-242).

Além do *bifrontismo político*, que caracteriza o MST a partir de 2002, ocorre também um crescente protagonismo feminino na composição de sua Direção Nacional. A ocupação da propriedade da Aracruz Celulose, no Estado do Rio Grande do Sul, por mulheres da Via Campesina, anunciam uma nova etapa histórica do MST (PESCHANSKI, 2007, p. 136).

**Quadro 1.2. Tentativa de periodização da trajetória do MST**

<b>Período</b>	<b>Data</b>	<b>Fases</b>
1	1979-1985	Gestação e nascimento
2	1986-1989	Formalização, massificação, expansão, unificação das lutas
3	1990-1995	Institucionalização
4	1996-2005	Superar os efeitos do neoliberalismo no âmbito nacional e internacional
5	2006- até presente	Bifrontismo político / Reestruturação interna

Uma periodização de base ampliada de análise – condicionantes externos, composição socioeconômica, dinâmica interna – pode resultar em uma avaliação mais depurada com relação à determinação de diversos fatores que agem em um período específico, já que este é expressão de uma unidade explicativa que orienta as mudanças essenciais do tempo.

### **1.2.2. Organização e forma política**

O segundo problema diz respeito à forma de organização do MST. Qual, afinal, o formato de sua organização? Movimento social? Partido político? Tais perguntas têm sido frequentemente debatidas sem muito sucesso, não apenas entre os especialistas, pois seu eco influi na sociedade brasileira entre aqueles que se interrogam sobre o assunto. É também, vale dizer, o tema em que se encontra a munição técnica para “atacar” ou “defender” o MST.

Sinteticamente, as avaliações do formato e da evolução organizacional do MST estão marcadas por duas correntes não-declaradas de confronto. De um lado, avaliações como as de José de Souza Martins (1997, 2003, 2004) e Zander Navarro (2002) têm apontado que as lideranças do MST manipulam e instrumentalizam as ações coletivas com objetivo de atender a interesses privados. Haveria um agudo desencontro entre interesses políticos da organização dos sem-terra, isto é, lideranças, militantes intermediários, funcionários especializados e do movimento de base, composto pelas famílias sem-terra. Trata-se de uma interpretação que aponta como conservadora a forma de organização do MST, pois impõe um *éthos* “militarista”, incita “abusos de poder”, “autoritarismo”, “obediência incondicional”. Do outro lado, trabalhos como de Horácio de Carvalho (2002) e Roseli Caldart (2004) afiançam que a divisão de tarefas na estrutura organizativa do MST é “descentralizada”, “múltipla”, “aberta”, marcada por uma organização coletiva que no decorrer do tempo manteve fielmente seus princípios “coerentes” e “democráticos”.

Como facilmente se percebe, os argumentos variam entre extrema “oligarquização” à “democratização” da forma organizativa do MST. Escapando dessas duas tendências, em duas pesquisas – as quais, aliás, bastante complementares – buscou-se compreender sistematicamente a questão da organização do MST. Trata-se de “*A evolução organizacional do MST*”, de Peschanski (2007), e “*A forma política do MST*”, de Aliaga (2008).

No primeiro trabalho, o autor defronta-se com o processo de formação e composição das instâncias decisórias do MST, particularmente a Direção Nacional (DN), criada em 1988. Ao invés de declarar se a evolução da organização é “boa” (democrática) ou “ruim” (oligárquica) como costumam fazer os intérpretes sobre o tema, com o objetivo político de qualificar ou desqualificar o Movimento, Peschanski procura compreender historicamente a dinâmica da organização através das relações complexas entre “objetivos dos grupos mobilizados, as circunstâncias em que se encontram e a atuação das lideranças” (PESCHANSKI, 2007, p. 5).

Com a formalização do Movimento, em 1984, a relação entre os sem-terra e os setores da igreja que compunham a sua pré-formalização deixa de variar em função das tensões entre assessores e lideranças e das novas circunstâncias políticas geradas pelo processo de redemocratização. Isso leva a uma fase de recriação da identidade e da organização do MST, isto é, “romper definitivamente com a estrutura organizacional da igreja, garantir a unidade do movimento e radicalizar a atuação do movimento” (PESCHANSKI, 2007, p. 74). Daí que, em meio a essas transformações que o Movimento vivência, as lideranças criam em 1988 uma instância decisória: a DN.

Inicialmente, começamos com uma coordenação provisória, criada em Cascavel, que era dos estados do Sul. Esta preparou o Congresso de janeiro de 1985. No congresso, elegemos uma coordenação com dois representantes por estado dos 13 que estavam presentes. Só havia essa instância. Em 1986 (creio que no segundo Encontro Nacional), estudamos sobre a questão da organização política dos trabalhadores, onde os assessores, sem revelar a base leninista e maoista da teoria, propuseram que se deveria criar, por medida de segurança, uma Direção Política. Assim foi feito. Mas, com o decorrer do tempo, verificou-se que a coordenação não tinha influência e a DP estava ultrapassando os limites. Então criamos uma Executiva Nacional com um por estado e mais a Coordenação que eram dois por estado. Mas a DP que ficou sendo um grupo pensante. Aos poucos percebemos que a DP continuava a dirigir, pois tinha mais informações. Optamos por extingui-la. Mudamos o nome da Executiva que passou a se chamar Direção Nacional e mantivemos a Coordenação Nacional. Para substituir a Direção Política, criamos o Grupo de Estudos Agrários (Ademar Bogo em entrevista a João A. Peschanski, 2007, p. 76-77).

A análise é feita segundo descrição da evolução da composição da DN entre 1988 e 2006, por meio do acesso que o pesquisador teve às listas de presenças em reuniões da DN. Nos dois primeiros anos de funcionamento, mantém-se o que o autor denomina de “tumulto organizacional”, quando lideranças abandonaram o MST. Peschanski (2007, p. 99 -100) divide em três fases a evolução organizacional do Movimento: 1) 1988 a 1997, quando é perceptível a alta concentração de cargos pelas mesmas pessoas; 2) 1998 a 2005, quando a taxa de permanência das lideranças de ano

para ano continua alta, porém, já se pode observar uma relativa queda, em razão de uma progressiva ampliação no número de cargos; 3) 2006 até o tempo presente, quando há um aumento de proporção de novos integrantes na Direção – 70% dos dirigentes do MST nunca haviam ocupado o cargo em anos anteriores.

Peschanski compreende que a dinâmica da organização do MST, no tocante à concentração de cargos na década de 1990, é resultado (e termômetro) das variações do cenário político, e não o resultado de uma lei inexorável que leva as organizações a se tornarem “oligárquicas” ou “democráticas”. Nesse caso em particular, o processo de centralização da DN é fruto da relação de enfrentamento entre o MST e governo federal tido como principal adversário, notadamente o de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. “Numa situação de disputa, as lideranças fecham a instância para garantir coesão e criar mecanismos para tomada de decisões rápidas” (PESCHANSKI, 2007, p. 140)<sup>44</sup>.

Novamente, em 2002, sob um cenário político distinto, a propósito da vitória de Lula, que ocupa o cargo na presidência da república, a DN do MST foi obrigada a se reformular e, por isso, a estimular um processo de desconcentração do poder das instancias decisórias, aumentando o número de dirigentes nacionais, por vários motivos: surgimento de novas lideranças, método autoritário e centralizador, despolitização e perda de influência da base e incapacidade de alcançar o objetivo de obter impacto no cenário político e pressionar por reivindicações.

Além disso, o autor traçou um perfil das lideranças do MST, apresentando dados sobre origem social (camponesa ou não camponesa) e sexo (masculino e feminino). Em relação à origem social, foi descoberto que a maioria da direção é formada por lideranças originárias do campo. E com relação à questão de gênero, constatou-se que a DN sempre foi pouquíssimo aberta às mulheres para os cargos de decisão até 2006, quando a DN passa adotar uma política de equilíbrio de representação de gênero (ou seja, as mulheres teriam, nessa instância, uma participação numérica equivalente à dos homens), marcada por uma conjuntura de crescente protagonismo radical feminino através do MST/Via Campesina<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> “Ademais, a percepção por parte das lideranças de riscos de infiltrações e a necessidade de manter a coesão organizacional os leva a adotar uma direção centralizada e com pouca abertura. Essa estrutura organizacional aponta para uma situação de introspecção do movimento, em que a organização adota como um de seus pontos principais o fortalecimento dos laços internos e de institucionalização, resistindo à influência do Estado” (PESCHANSKI, 2007, p. 105).

<sup>45</sup> Para uma análise do protagonismo das mulheres nos movimentos sociais, particularmente no MST/Via Campesina, ver Pinassi (2009).

Luciana Aliaga (2008), por sua vez, vai focar as relações entre movimento social e organização política formal do MST. Ou seja: a autora tenta responder a uma inquietante pergunta feita amiúde entre os pesquisadores que estudam o Movimento: afinal, o MST é um movimento social ou partido político?<sup>46</sup> José de Souza Martins, por exemplo, afirma que o MST não é mais um movimento social. Para o sociólogo, haveria uma tendência de desaparecimento dos movimentos sociais (que é próprio de sua dinâmica), ou por estes atingirem os objetivos desejados, ou pelo esgotamento dos mesmos objetivos. E se por um acaso o problema não for resolvido, “a tendência é a de que o movimento se institucionalize, se transforme em uma organização, como é o caso do MST” (MARTINS, 1997, p. 62). O sociólogo ainda afirma: “Eu diria que ele [o MST] é o primeiro e único partido popular agrário que temos no Brasil, apesar de não ter programa e organização propriamente partidários” (MARTINS, 1997, p. 62-63).

Ao que tudo indica, entretanto, “a peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido no movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma ‘forma partido’” (ALIAGA, 2008, p. 8). Nessa junção, aventar a hipótese da “forma partido” não autoriza afirmar que o MST deixou de ser movimento social e nem que seja um partido político *stricto sensu*:

Embora o surgimento do MST se deva a uma demanda específica de um setor da sociedade – a reforma agrária – em sua trajetória o Movimento expande seus objetivos iniciais, colocando-se num plano de ação mais amplo, propondo-se à construção da hegemonia de seu grupo fundamental – os trabalhadores rurais – na sociedade civil, assumindo assim funções de partido. A forma política adequada a essas funções – resultado das reflexões internas do Movimento, baseadas nas experiências históricas e no referencial teórico marxista – foi a “forma partido” (ALIAGA, 2008, p. 6).

---

<sup>46</sup> Resumidamente, durante o final da década de 1960, emergiu na sociedade americana uma nova corrente analítica chamada de Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), cujo maior expoente foi Charles Tilly, que destacaria os movimentos como grupos de interesses através da captação de recursos humanos, financeiros, comunicação e infraestrutura. Diante disso, também eclodiu uma nova abordagem conhecida como Teoria da Mobilização Política (TMP), munida de um repertório conceitual – por exemplo, o conceito de oportunidade política e de *frame* – que enfatizaria outros aspectos, como o contexto político nas formações dos movimentos e os ciclos de protesto das ações coletivas. Concomitantemente, no continente europeu, brotaria nas ciências sociais uma corrente conhecida como Novos Movimentos Sociais (NMS). Nela, destacaram-se, pelo menos, três autores – Touraine, Melucci e Offe –, realçando os processos de construção de identidade a partir dos processos de conflito. Para um balanço das teorias europeias e americanas e sua recepção na América Latina, ver Toni (2001), Gohn (1997; 2008), Alonso (2009), Vieira (2011). Embora seja difícil reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas sobre a definição da categoria movimentos sociais, é possível, contudo, estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceitualização teórica entre eles. Provavelmente a diferenciação fundamental – segundo Gohn – refere-se à esfera em que ocorre a ação coletiva. “Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública, nem na esfera privada, criando um campo político, como observou Offe” (GOHN, 1997, p. 247).

Aliaga ancora-se no pensamento político de Antonio Gramsci, para quem o partido é a expressão da passagem do momento meramente econômico à elaboração ético-política, e cuja função é o equilíbrio e arbitragem entre os interesses sociais fundamentais e os outros grupos na medida em que busca o consentimento ao grupo programado. Assim, a autora afiança que o MST procura resguardar os interesses das classes dominadas do campo – a luta política pela reforma agrária –, e concomitantemente, amplia seu projeto de forma a incorporar os interesses das classes populares como um todo.

Como desenvolvido no trabalho de Peschanski (2007), a autora também corrobora que a estrutura de organização do MST passou por uma evolução, sofreu frequentes reordenamentos, mudanças, aperfeiçoamentos e ajustes ao longo de sua trajetória. O resultado disso é uma “ampla estrutura que organiza as famílias acampadas até a direção nacional. Configura-se, portanto uma estrutura burocrática que abrange desde a base até as instâncias superiores” (ALIAGA, 2008, p. 92). Mas atenção: para entender a completude da proposta da autora, é imperativo que se faça a distinção – baseada em Gramsci – entre burocracia, que significa um corpo de instâncias de decisão e de funcionários especializados, e burocratização, que é a cristalização destas mesmas instâncias e sua perpetuação, mesmo após perderem sua função<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> O marxista sardo constrói a distinção entre o que denomina “centralismo orgânico e democrático”, ou seja, “um ‘centralismo’ em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho da direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências” e, por sua vez, “centralismo burocrático”, que “indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento das forças contrastantes, mesmo que essas forças sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais” (GRAMSCI, 2001, p. 91).

**Quadro 1.3. Estrutura organizativa do MST**

<b>Instâncias de Representação</b>	<b>Setores de Atividades</b>
Congresso Nacional Encontro Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base	Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos Humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo de Mística
<b>Organizações convencionais</b>	ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

Fonte: (FERNANDES, 2010, p. 182).

Diante disso, a autora afirma que a estrutura organizativa do MST se define como uma organização de massa (pois apresenta como estrutura de base os núcleos e as brigadas)<sup>48</sup>, já que se empenha na educação política da base (elaboração da política adequada para atingir interesses da classe que representa e formação da consciência de classe) e consiste num sistema de instituições complexas estruturadas em âmbito nacional, estadual e local, articulados entre si e centralizados politicamente, com um corpo de funcionários especializados. Tais características aproximariam a estrutura organizativa do MST, segundo a autora, “morfologicamente dos partidos de formação externa ao parlamento”. Comparando a estrutura do MST a estrutura do Partido Comunista Francês (PCF), o estudo revela semelhanças entre às organizações, guardadas as peculiaridades de cada uma:

Ambos possuem a preocupação de ligar as estruturas de base às instâncias superiores, isto é, tornar-se patente a preocupação com a articulação interna

<sup>48</sup> As chamadas *brigadas* foram implantadas nas estruturas de base recentemente. Elas substituem o que era a organização dos núcleos por meio de regionais, já que estava ocorrendo pouca coesão. As brigadas são formadas por acampamentos e assentamentos e têm por volta de quinhentas famílias. São divididas em *núcleos* com dez famílias, no máximo, cada uma. Tem-se, portanto, cinquenta núcleos para uma brigada de quinhentas famílias. As brigadas são organizadas pelos setores. Cada setor é formado por dez militantes (ALIAGA, 2008, p. 97). Veremos no capítulo IV que as brigadas internacionalistas do MST/Via Campesina têm um sentido diferente dessas brigadas formadas em assentamentos.



da organização; ambas as instâncias possuem uma cadeia complexa de instituições composta por congressos, direções políticas e secretarias, apontando para a existência de militantes, direções e funcionários especializados, ambos apresentam um grupo centralizador no topo da cadeia (no MST a direção nacional e no Partido Comunista Francês o comitê central); ambas as estruturas apresentam um sistema de representação indireto, isto é, os militantes de base não elegem diretamente a direção nacional, o processo passa por várias camadas internas antes de chegar ao topo; por último, ambas assentam-se na organização de base dos militantes (ALIAGA, 2008, p. 94-95).

Evidentemente, está totalmente fora do escopo deste trabalho escavar ao máximo os fundamentos da evolução organizacional e a forma política do MST. Contudo, os trabalhos ora mencionados servem em larga medida como ponto de partida para desembaraçar as visões dos que defendem de maneira unilateral e homogênea que a estrutura organizativa do MST possui instâncias decisórias controladas por um grupo oligárquico, ou aquela que atribui uma vocação ao estímulo à participação popular e à distribuição do poder. Nem tão santos, nem tão demônios. Ora, o que se pôde observar é que a evolução da organização do MST está imbricada em uma teia de relações que vai da base à direção em articulação com as circunstâncias conjunturais. Seu processo de institucionalização ocasionou uma estrutura de organização complexa e *sui generis*, semelhante aos partidos políticos, mas não para apontar de maneira suficiente que o MST é um partido político.

### **1.2.3. Uma relação orgânica: o “sem-terra” e o Estado**

Outra dificuldade em que facilmente se esbarra quando se pretende esboçar minimamente um quadro compreensivo sobre da face social e histórica do MST, além dos dois problemas apresentados acima, diz respeito à categoria “sem-terra”. Na imensa parte dos estudos dedicados aos movimentos sociais rurais, existe uma plena aceitação de que o MST seria a representação de um sujeito camponês pré-dado no universo social agrário.

Os recentes trabalhos do sociólogo Marcelo Rosa (2008, 2009, 2012) têm apontado algumas ideias instigantes acerca desse particular assunto, e por sinal pouco explorado pela literatura especializada, que não tem analisado de maneira profunda o sentido do termo “sem-terra”. Sua hipótese central gravita no juízo de que a categoria “sem-terra” não é um sujeito social pré-constituído no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Na realidade, segundo o autor, o “sem-terra” é a construção de um

discurso político construído pelas agências dos próprios movimentos no espaço público resultante de uma complexa articulação entre movimentos e Estado.

No entanto, antes de entrar nos problemas sugeridos pelo autor, é mister interrogar-se sobre a relação entre Estado e sociedade civil, coerção e consenso, mesmo que de maneira sintética. Diante desse rápido “parêntese”, é na obra de Antonio Gramsci, em especial nos *Quaderni del carcere* que essa relação foi problematizada com mais intensidade, embora tenha sido uma obra inacabada e provisória, o que requer cuidado e atenção metodológico<sup>49</sup>.

A definição de Estado em Gramsci pode ser encontrada na relação orgânica entre duas mediações em que uma é complemento da outra: *coerção* e *consenso*. Basta apresentar uma citação do marxista sardo: “... se deve notar que à noção de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (o sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2002, p. 244).

Ora, em nenhum momento Gramsci insinua que deve haver uma rígida divisão de tarefas entre os dois conceitos. “O Estado é, aqui, entendido em seu sentido orgânico e mais amplo como o conjunto formado pela sociedade civil e sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 176). Daí emerge o conceito de “Estado integral”, não ficando sua natureza reduzida apenas ao aparelho coercitivo. A distinção entre força e consenso existe, mas em nenhum momento são cancelada ou mesmo anulada no processo histórico. O pensador italiano deixa clara a definição do conceito de sociedade política. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, “Estado político”, ou ainda, “Estado-governo”, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente (BIANCHI, 2008, p. 177-178). Por outro lado, o conceito de sociedade civil é mais impreciso porque não existe uma única definição. Ela seria tanto um “conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso” como um “lócus da

---

<sup>49</sup> Sabemos que conceitos-chave como “Estado”, “sociedade civil”, “sociedade política” ocupam o vocabulário intelectual e político desde os anos de 1970 em vários países, entres eles o Brasil. Não por acaso, a linguagem política contemporânea utiliza esses termos, baseados em Gramsci, com sentidos muito diversos, sem mencionar principalmente o uso indiscriminado e variado do conceito de “sociedade civil” (BIANCHI, 2008, p. 178). Um dos responsáveis por essa confusão é a interpretação do cientista político Norberto Bobbio, que virou moeda corrente entre os estudiosos do tema. Ora, nesta brevíssima apresentação sobre a relação entre Estado/sociedade civil no pensamento carcerário de Gramsci, partiremos de uma valorização metodológica do caráter fragmentário de sua obra e do caráter unitário e orgânico do seu pensamento, com ressalta o estudioso Álvaro Bianchi (2008). É dessa perspectiva – via Bianchi (2008, p. 173-198) – que partiremos.

atividade econômica” numa relação de *unidade-distinção* com a sociedade política (BIANCHI, 2008, p. 1983).

É sabido que essa interpretação de Gramsci remonta aos seus estudos sobre a teoria política italiana, na qual figuras como Nicolau Maquiavel e Francesco Guicciardini, amplamente mencionados pelo marxista sardo, já destacavam essa dupla natureza do poder político. Não por acaso, Gramsci denomina “dupla perspectiva” essa relação distinta e tensa entre condição do exercício de poder e condição de legitimidade desse poder:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2002, p. 33).

O exemplo do Centauro não deixaria dúvida de que as duas esferas seriam orgânicas e não exclusivas e excludentes. Ou seja, a coerção poderia estar presente na sociedade civil e o consentimento na sociedade política. O conceito de força não poderia ficar reduzido apenas à violência física, assim como o conceito de consenso não poderia ficar “preso” à definição de hegemonia. Ao que tudo indica, a questão parece sempre estar no perigo de reduzir e cindir um conceito do outro e ocultar seu desenvolvimento contraditório e combinado no âmbito do desenvolvimento histórico.

Voltemos às ponderações de Marcelo Rosa, sobre o MST e mais amplamente sobre o conceito de “sem-terra” e sua relação orgânica com o Estado. Segundo lideranças nacionais do MST, “sem-terra” expressa uma condição social, a de sem-terra, ou seja, “usado como prova de *sua grandeza (ou dignidade) pública*” (ROSA, 2012, p. 102):

Nessas situações, o trabalho produtivo na terra – resultado da aptidão para atividade rural – aparece como a justificativa para que se venha a receber um lote. A disputa, que levará a certo tipo de ação política por parte do movimento e por parte do Estado [...] se torna possível justamente a partir do reconhecimento – pelo MST e por outros actantes – da relação obrigatória de equivalência entre terra e espaço produtivo para a agricultura (ROSA, 2012, p. 102).

**Quadro 1.4. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo sem-terra em documentos do MST**

Sem-Terra
terra – trabalho – aptidão – modelo agrícola – reforma agrária – desenvolvimento

Fonte: ROSA, Marcelo C. (2012, p. 102).

Trocando em miúdos, o “sem-terra” se forma com outros objetos e elementos sociais diversos e, por isso, *não pode existir de maneira autônoma*. A construção e sentido que dá significado à figura sem-terra é construída a partir da disputa, como, por exemplo, o “latifúndio”, nos anos de 1980 e 1990, e o “agronegócio” a partir do final da década de 1990<sup>50</sup>.

**Quadro 1.5. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo latifúndio em documento do MST**

Latifúndio
Monocultura – especulação – improdutividade – violência – exploração do trabalho

Fonte: ROSA, Marcelo C. (2012, p. 103).

**Quadro 1.6. Grandezas mais frequentemente associadas ao termo agronegócio em documentos do MST**

Agronegócio
Agrotóxico – internacionalização do campo – empresas transnacionais – soberania alimentar – produtividade em larga escala

Contudo, isso não significa que a construção do sem-terra do MST fique circunscrita somente pelo jogo de oposições. Rosa adverte que a caracterização de um determinado estado de legitimidade (sem-terra) e deslegitimidade (latifúndio/agronegócio) joga em diversas frentes, associando elementos disponíveis para efetuar tal caracterização:

[...] precisamos ter em mente que sem-terra não foi uma criação do MST e seu inimigo, o ‘latifúndio’, tampouco. Esses termos fazem parte de um agenciamento que leva em conta o valor atribuído a eles em uma determinada situação social (ROSA, 2012, p. 103).

Bem entendido, o autor busca no artigo “Sem-terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil” (2009), publicado pela

---

<sup>50</sup> O autor apenas apresenta o “latifúndio” como principal inimigo do MST. Acrescentamos um quadro sobre o “agronegócio”, que consideramos de suma importância, já que há mais de dez anos é ele o alvo central do MST. No capítulo III, discutiremos com maiores detalhes o papel do “agronegócio” no Brasil.

revista *Lua Nova*, traçar como a categoria “sem-terra” se associou historicamente à ideia de movimento social entre as décadas de 1960 e 1980, para apontar a interdependência entre Estado e MST. Entre as diversas manifestações públicas de grupos, movimentos, organizações, sindicatos, ligadas ao meio rural que emergiram durante a década de 1960, Rosa da maior atenção – através de análise de documentos e entrevistas – ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), já que este seria o primeiro movimento que se autodenominou “sem-terra”. O Movimento foi fundado no Rio Grande do Sul, em meados de 1960, sob influência de líderes políticos do PTB, como o governador Leonel Brizola e Jair de Moura Calixto, primo e correligionário do primeiro. No entanto, antes disso, a expressão “sem-terra” naquele momento vai surgir pela primeira vez nos documentos do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), um grupo de trabalho do governo do Estado que cuidava exclusivamente dessa categoria, “alvos preferenciais de políticas públicas voltadas para as áreas rurais” (ROSA, 2009, p. 201).

A despeito de suas metamorfoses, a categoria “sem-terra” se tornou símbolo de um movimento (de curta duração) que tinha na sua liderança membros de partido político ligado ao governo de Brizola. Ou seja, num primeiro momento a categoria foi criada pelo governo, o que é um fato curioso. Mas até certo ponto. Isso porque, segundo Marcelo Rosa, a relação de Brizola e Calixto “tinha altos e baixos”<sup>51</sup>. Em uma dessas oscilações, Calixto organizou uma ocupação na cidade de Sarandi mesmo contra a vontade do governador. “Depois de montado o acampamento não haveria alternativa para Brizola que não fosse apoiar a ação que, para muitos, fora feita sem seu nome” (ROSA, 2009, p. 205).

Em síntese:

Nossa hipótese [...] é que houve naquele período um enredamento entre mobilizações de um movimento social, a sensibilidade de certos funcionários do governo para o tema das precárias condições de vida nas áreas rurais, condições estruturais nas alianças internas ao governo Brizola e, principalmente, ações não previstas, como a de Jair Calixto. Tal enredamento tomou um sentido muito específico: deu vida a uma categoria social amorfa que estava nos planos do governo e que não foi apenas uma invenção de um líder político (ROSA, 2009, p. 207).

---

<sup>51</sup> “Em parte porque o prefeito de Nonoai era conhecido por atos intempestivos como, por exemplo, quando ao perder a prévia do PTB para escolha do candidato à presidência, se lançou por outro partido para, depois de ter vencido o pleito, voltar ao PTB. Ou ainda quando interrompeu, armado, uma reunião de opositores em um clube da cidade” (ROSA, 2009, p. 203).

Na década de 1980, a categoria “sem-terra” vai retornar ao espectro político brasileiro sob uma forma social pública, principalmente através do episódio do acampamento Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), que se tornou rapidamente símbolo da luta contra a ditadura civil-militar e considerado a base para a constituição do MST. Porém, “diferentemente do que ocorreu na década de 1960, o decreto do governo [que visava assegurar ao indígena o direito à terra pelo Estatuto do Índio em 1973] não criou uma categoria formal” (ROSA, 2009, p. 208). A lei criou um real contingente de sem-terra. E essa situação de penúria social fez com que os despossuídos buscassem novas terras públicas. Houve várias tentativas de ocupação de terras e não apenas pelos sujeitos que foram expulsos de suas terras. A primeira tentativa resultou na expulsão das áreas pela polícia local no mesmo dia em que entraram. O curioso, constata o sociólogo, é que o fracasso da ocupação, segundo seus entrevistados, deveu-se “justamente a não interferência do governo na questão, que foi vista como um conflito dos manifestantes com a polícia” (ROSA, 2009, p. 209). Apesar da constatação interessante, o fato de ter ocorrido desocupação instantânea através do corpo policial não significa que não houve interferência de nenhuma autoridade, já que se trata de um aparato que não tem autonomia para realizar suas funções sem a legitimidade duma autoridade local ou estatal. De qualquer modo, na segunda tentativa, foi levada ao conhecimento do governo estadual, que efetivou um cadastramento e dissolveu o acampamento. Pouco tempo depois, a formação de um novo acampamento ocorreu com a participação não apenas das pessoas que foram expulsas de suas terras, milhares de famílias de agricultores, em especial jovens, “filhos dos beneficiários da antiga fazenda Sarandi que viviam nas terras de seus pais”. “Segundo um desses jovens da época, havia um sentimento de que o Estado seria também responsável pelo destino dos filhos dos primeiros beneficiários da área” (ROSA, 2009, p. 211).

Em suma, as diferentes gerações de sem-terra em situações distintas almejavam categoricamente o envolvimento do poder público estatal para encontrar uma solução para os deserdados da terra. Esses dois casos entre 1960 e 1980 seriam confirmações, segundo a avaliação de Marcelo Rosa, sobre a relação obrigatória entre os sem-terra e o Estado no Brasil. O fato é que essa mesma constatação é feita pelo autor sobre o MST através de um estudo de caso na região de Pernambuco<sup>52</sup>. Ali, ocorreu a formação de

---

<sup>52</sup> Pernambuco, região de maior número de ocupações de terra desde a segunda metade da década de 1990, é analisado por Ligia Sigaud (2010) e Marcelo Rosa (2008) a partir duma interessante etnografia na zona da mata pernambucana, na qual descobrem uma dinâmica de ocupações curiosas – a forma

movimentos independentes em ruptura com o MST nos anos 2000, o que é explicado pelo motivo de não prioridade da forma acampamento, isto é, não havia pressão pela desapropriação da terra e pela assistência técnica. Como não se concretizou uma relação com o Estado para angariar soluções para o acampamento, muitos militantes deixaram o MST por sua incapacidade de atender as demandas das famílias acampadas. Ou seja, o ponto forte de permanência do MST como movimento social é justamente sua relação com o Estado.

A hipótese segundo a qual há uma relação de interdependência entre o “sem-terra” e Estado parece ter sua validade. Contudo, não se pode confundir – ou mesmo, igualar – tal “ausência de autonomia” historicamente constituída pela categoria “sem-terra” com a inexistência de uma *autonomia política* que o Movimento pode vir ou não vir a ter<sup>53</sup>.

Seja como for, o fundamental é que os trabalhos de Marcelo Rosa têm uma interessante contribuição na medida em que tocam em um tema intocável, ou melhor, *naturalizado* pela imensa bibliografia sobre o MST e os estudos sobre a questão agrária brasileira. Através de um detalhado acompanhamento da evolução da categoria “sem-terra” no Brasil, quando pela primeira vez foi anunciada na década de 1960, o pesquisador chega à conclusão de que “sem-terra” não é apenas fruto do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo brasileiro. Na realidade, é a expressão de uma construção política que envolve o papel de mediadores políticos, principalmente o Estado. Com efeito, existe uma *unidade-distinção* entre a construção da categoria “sem-terra” e Estado, sociedade civil e sociedade política. Diante disso, seria equivocado, portanto, deixar de fora o papel da esfera estatal na formação dos movimentos sociais rurais pela demanda da terra no Brasil. O desenvolvimento histórico dos camponeses, particularmente do MST, possui essa *relação tensa de distinção* com o Estado que, dependendo da circunstância histórica, reproduziu uma maior ação política coercitiva ou maior legitimidade de seu poder, sem perder seu laço indissociável com o outro.

---

acampamento ou forma movimento –, já que na região canavieira não existia a demanda por terra, mas é marcada pela relação entre trabalhadores e senhores de engenho. Na realidade, a expressão “sem-terra” foi produzida pelos movimentos por alimentar a crença em indivíduos dispostos em apostar na melhoria de vida debaixo das lonas pretas, “eles participaram de ações que produziram o efeito de fazer existir uma ‘luta pela terra’” (SIGAUD, 2010, p. 256).

<sup>53</sup> Para uma análise da autonomia política do MST, ver Arbex (2005) e Martins (2005).





## CAPÍTULO II. “VOCAÇÃO INTERNACIONALISTA” E LUTAS POLÍTICAS NA AMÉRICA LATINA: OS LIMIARES DA POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MST

*Somente o socialismo é capaz de realizar uma grande obra de paz duradoura, de curar as mil feridas sangrentas da humanidade (...), de fazer surgir forças produtivas decuplicadas no lugar das que foram destruídas, de despertar todas as energias físicas e morais da humanidade e de por no lugar do ódio e da discórdia a solidariedade fraterna, a união por tudo que tem face humana.*

*Rosa Luxemburg*

O objetivo deste capítulo é fornecer elementos suficientes para compreender a construção do processo de relações internacionais do MST em um contexto claramente embrionário de consolidação nacional do movimento. Para a consecução deste capítulo, se destacará primeiramente as peculiaridades que vão impulsionar a “vocação internacionalista” das direções do MST desde sua gênese: 1) Os antecedentes e condicionantes econômicos e políticos, tanto na esfera nacional como internacional, que permitem um desenvolvimento capitalista particular no campo. 2) A influência da Teologia da Libertação, que se manifesta no corpo diretivo ao fornecer os elementos subjetivos de uma consciência latino-americana e internacionalista e ao exercer mediação com outros movimentos populares do campo na América Latina, já que o MST não possui esse leque de relações exteriores.

O segundo momento deste capítulo limitar-se-á ao exame do desenvolvimento da atuação política internacionalista que vai desde sua formalização em 1984/1985 até o biênio de 1992/1993. Dois momentos marcam essa trajetória: 1) É flagrante uma atração especial pela geopolítica na América Central durante a década de 1980, marcada por processos sociais de enfrentamento político, em especial na Nicarágua e El Salvador, para os quais o MST realiza diversas campanhas de solidariedade internacional. 2) De 1989-1992, o MST terá participação na *Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, participação que propicia a construção de identidades coletivas mais amplas – rompendo as relações setoriais que estavam circunscritas aos

camponeses –, historicamente e culturalmente atreladas aos setores sociais (indígenas e negros) marginalizados da América Latina.

## **2. 1. “DNA internacionalista” na gestão do MST**

### **2.1.1. Antecedentes e condicionantes políticos e econômicos: a emergência do MST**

O MST surgiu oficialmente no I Encontro Nacional de Sem-Terra, no dia 22 janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), mas as primeiras ocupações de terra começaram em 1979, principalmente na região do Rio Grande do Sul<sup>54</sup>. O (re)início da luta pela terra<sup>55</sup> começa com trabalhadores rurais (conhecidos na região como colonos) e famílias ocupando as fazendas Macali e Brilhante, localizadas no município de Ronda Alta (RS). Em vários pontos dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul começaram diversas ocupações de terra, mas o que marcou esse período histórico foi o acampamento Encruzilhada Natalino, no final do ano de 1980, próximo à estrada que leva a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo, cidades da região norte do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2010, p. 165). Nesse contexto, a primeira manifestação de solidariedade internacionalista já marca presença com a visita de dois sindicalistas europeus, da Central Sindical dos Trabalhadores Independentes da França, que visitaram o acampamento em Ronda Alta para conhecer o problema dos agricultores sem-terra do Sul (JST, 1983, n. 21).

Para compreender a gênese do MST, é preciso recuar pelo menos algumas décadas sobre na evolução da economia agrária no campo brasileiro apontando quais eram os projetos agrários e suas contradições. Ademais, o “DNA internacionalista” que acompanha o MST desde seu berço está, igualmente, plasmado sobre uma realidade objetiva, ou seja, na forma histórica da estrutura econômica do campo.

A expansão do modo de produção capitalista no campo pode ser situada em seus primeiros passos quando ocorre a industrialização do país nos anos de 1930, mas tomou

---

<sup>54</sup> Para detalhes das origens do MST no Rio Grande do Sul, ver Carter (2010).

<sup>55</sup> No Brasil, até 1940, as manifestações de rebeldia e insubordinação camponesa foram animadas pelo messianismo e o cangaço como formas de organização, dentre as quais se tornaram paradigmáticas a Guerra de Canudos, no sertão baiano, e a Guerra do Contestado, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Para maiores detalhes sobre Canudos e Contestado, ver Monteiro (1974). Depois disso, ou seja, na década de 1950, surgiram novas forças de resistência camponesa no país, que ficaram caracterizadas pela concorrência de mediadores políticos como o PCB, Igreja Católica e Ligas Camponesas.

decididamente um forte impulso durante a segunda década de 50<sup>56</sup>. Embora o processo de internacionalização do capital seja uma característica permanente do capitalismo – conforme já apontava Marx e Engels em seu célebre panfleto *Manifesto do Partido Comunista*<sup>57</sup> –, o momento político, econômico e social internacional que pode ser destacado por irromper uma crescente mercantilização em escala mundial da agricultura nas nações latino-americanas data a partir de 1945, quando “o capital repentinamente descobriu seu próprio internacionalismo” (ANDERSON, 2005, p. 31). Exemplo disso se dá nos acordos monetários de Bretton Woods, que estabelecem um processo ideológico e estratégico de unificação comercial (criação da OTAN, estruturação do GATT, nascimento da Comunidade Europeia), tendo como principal incentivadora e liderança enquanto coordenador internacional os EUA.

Nos Estados Unidos e, de um modo geral, no hemisfério norte, mais industrializado, desde o final da década de 1940 vem ocorrendo uma acentuada aceleração da taxa de transformação técnica da agricultura, como resultado da “quimicalização” (adubos, pesticidas, herbicidas), da mecanização, e do desenvolvimento de sementes e animais de alto rendimento (criados para render cada vez mais leite e mais carne). Essas transformações técnicas promovem o crescimento significativo da concentração de corporações de “agroinsumos” a montante. Seu papel na formação de métodos agrícolas contribuiu, também, para a tendência à concentração na agricultura, onde um número menor de fazendas, maiores e mais capitalizadas, vêm aumentando a escala e a produtividade do trabalho (BERNSTEIN, 2011, p. 60).

Desde então, inicia-se no contexto latino-americano, um processo acelerado de “modernização agrícola” – alta tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola – chamado mormente de “revolução verde”:

A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agroindustriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nesses casos, as promessas de autossuficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como o Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego (VIEIRA, 2011, p. 177).

---

<sup>56</sup> “Com o fim do período transicional, que mantinha uma realidade efetivamente duas tendencialmente moderna nas cidades e tradicional no campo, temos a partir de 1930, a entronização da lógica de dominação material e simbólica tipicamente impessoal e opaca do capitalismo, também na periferia, que engloba e redimensiona, segundo sua própria lógica, todas as relações sociais” (SOUZA, 2003, p. 182).

<sup>57</sup> “No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geran entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais das nações passam a ser de domínio geral. A estreita e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11-12).

O que não pode ser obliterado é que o interesse econômico da introdução de técnicas de produção agrícola no continente latino-americano está emaranhado pelos ritmos sociais e políticos do capitalismo internacional na qual coincidem, com os interesses da burguesia industrial nacional.

Nos anos sessenta (...) quando a revolução tecnológica impôs mudanças radicais nas relações de trabalho, os proprietários de terras rejeitaram a necessidade de fazer mudanças correspondentes e adaptativas no direito de propriedade (...). Condenando-nos à modernização inconclusa (MARTINS, 1997, p. 23, grifo nosso).

No Brasil, isso foi desenvolvido por meio de um projeto representando setores sociais dominantes ligados à agricultura exportadora, conhecida como Confederação Rural Brasileira (CRB), criada em 1954. Ela se sustentava em instituições estatais que tratavam sobre o campo, o Serviço Social Rural (SSR), que, por sua vez, era uma entidade autárquica subordinada ao Ministério da Agricultura, que esteve integralmente afinado com suas sugestões de intervenção no campo da confederação (MEDEIROS, 2010, p. 120). Essas associações e entidades assinalavam como um dos principais problemas no campo a baixíssima produtividade e apontavam como solução dos impasses do campo a mecanização da agricultura e a possibilidade de capitalização dos empresários e empresas rurais. O diagnóstico rapidamente transformou-se em projeto nacional para o campo brasileiro, o que significa que a economia agrária brasileira caminharia para o capitalismo moderno. Afinal, “a modernização da agricultura era um elemento central nas ideias sobre o ‘desenvolvimento nacional’, ainda que às vezes estivesse subordinada à busca pela industrialização” (BERNSTEIN, 2011, p. 63).

Ocorre, no entanto, que tal projeto declaradamente circunscrito a uma questão administrativa não tinha em sua meta a questão basilar da propriedade privada do campo. Ou melhor, chegava a ter: deixá-la completamente intocável. Mas não era apenas isso que estava por trás desse projeto de modernização da agricultura. Na época, um dos autores que problematizaram as antinomias do processo de modernização no campo brasileiro como socialmente perverso foi o historiador Caio Prado Júnior<sup>58</sup>. Em sua trajetória intelectual e política, o historiador marxista foi um dos pensadores brasileiros que contribuíram decisivamente para inserir o problema agrário no cerne da

---

<sup>58</sup> Para maiores informações *documentadas* acerca de Caio Prado Júnior, ver Secco (2008).

agenda política brasileira<sup>59</sup>. As profundas diferenças que o historiador guardava com a perspectiva stalinista, que apontava a existência de elementos “feudais” na estrutura econômica agrária do país, o incitaram a problematizar a ideia de que a evolução histórica da humanidade não caminhava por etapas invariáveis.

O historiador dedicou-se principalmente nos anos 1960 em esquadrihar mais sistematicamente a questão agrária no Brasil<sup>60</sup>. Existiria, na avaliação do autor, uma relação de causa e efeito entre situação social de miséria da população rural brasileira e tipo de estrutura agrária no país. A compreensão caiopradiana ancorava-se na *não identificação* entre elevação do nível tecnológico da agropecuária e melhoria das condições de vida do trabalhador rural brasileiro: “há muitos que julgam serem esses dois objetos idênticos, e que da realização do primeiro resulta necessariamente o segundo” (PRADO JR., 2007, p. 185). A histórica discordância entre o que se enxergava (pesquisa empírica) e o que se pronunciava (pesquisa teórica) em relação ao universo periférico agrário fora resultado da falácia duma suposta solução da questão agrária com o projeto da modernização tecnológica com a mecanização:

Em muitos casos, e até dos principais, os fatores positivos que favorecem a agropecuária brasileira como “negócio”, constituíram precisamente, como constituem ainda, as circunstâncias negativas responsáveis pelo baixo nível de vida de nossa população rural (PRADO JR., 2007, p. 24-25).

Caio Prado desautoriza, nesse ponto, um pensamento ancorado no etapismo do qual seu partido é expressão teórica e política por excelência<sup>61</sup>, para, ao contrário,

---

<sup>59</sup> Sua filiação ao PCB (em 1931), ainda que o partido fosse relativamente recente e frágil, mas já constituído, perdeu ao longo das décadas posteriores, porém tudo indica que o marxista brasileiro, em suas proposições teóricas, tenha se distanciado do marxismo dominante no movimento comunista brasileiro. Nesse sentido, André Kaysel (2012) traça um interessante estudo comparativo entre Caio Prado Júnior e José Carlos Mariátegui. A despeito de suas profundas diferenças em relação ao contexto intelectual e aos interlocutores aos quais seus argumentos se dirigiam ambos foram, segundo o autor, figuras *solitárias* que se apropriaram do materialismo histórico de forma *criativa* apontando para possíveis soluções *originais* aos dilemas teóricos expostos.

<sup>60</sup> Uma coletânea dos artigos redigidos por Prado Jr. em relação ao tema agrário foi reunida no livro *A questão Agrária no Brasil* (2007).

<sup>61</sup> Uma amostra disso pode ser encontrada nas resoluções do Partido Comunista do Brasil (PCB), um dos personagens políticos mais importantes da história do campesinato brasileiro, principalmente as teses lançadas no período da década de 1950 e 1960. Nessa perspectiva, como registra José de Souza Martins, o famoso documento conhecido como o “Manifesto de Agosto”, lançado no dia 1º de Agosto de 1950, é paradigmático em sua concepção europeísta da história: “O ‘Manifesto de Agosto’, de 1950, definia uma base social de ação política do Partido Comunista composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e indústrias e pelos intelectuais e pelos intelectuais honestos. O problema da sociedade brasileira estava na estrutura arcaica da economia brasileira, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional” (MARTINS, 1981, p. 82).

exercer uma compreensão mais adequada sobre as discordâncias dos tempos nas relações sociais agrárias da periferia. A questão agrária não poderia ser comportada nas soluções de caráter técnico, o que é reiterado, diga-se de passagem, obsessivamente pelo autor. Trata-se de um posicionamento pioneiro, numa época em que estava disseminada fortemente a ideologia do progresso manifestada pela chamada “revolução verde”<sup>62</sup>. Em uma passagem o autor dirá:

(...) É preciso distinguir, por que de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso somente vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutro lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las (PRADO JR., 2007, p. 27, grifo nosso).

Evidentemente, uma *reforma* agrária como suposta solução da *questão* agrária do país era um conjunto de medidas visto distintamente entre os diversos setores sociais. Em razão disso, o autor de *História econômica do Brasil* qualifica como “impreciso” e “confuso” o conceito de reforma agrária, afinal de contas, desde sempre houve acirrada disputa e direcionamento político e ideológico em sua formulação. A reforma agrária, nesse sentido, não é expressão do aperfeiçoamento e elevação do nível tecnológico da economia agrária, pois enquadrada em novos termos: como “elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil” (PRADO JR., 2007, p. 88). Daí compreende-se a ênfase da análise caiopradiana em três linhas de raciocínio: a preocupação da extensão protetora legal ao trabalhador rural, a atenção à desconcentração da propriedade fundiária rural e a utilização da terra.

Ao fim e ao cabo, conforme descrição bastante resumida acima da formulação de Caio Prado Júnior em relação ao problema agrário, que entende que estrutura agrária brasileira e sua inserção através dos aparelhos da técnica e da especialização não elevam

---

<sup>62</sup> Para o prestigioso historiador Eric Hobsbawm, a necessidade do “progresso” no campo nas nações latino-americanas era inevitável. Em suas palavras: “Na verdade, não fosse pela irrigação e a contribuição da ciência, através da chamada ‘revolução verde’, por mais controvertidas que possam ser as consequências de ambas a longo prazo, grandes partes do sudeste e sul da Ásia teriam sido incapazes de alimentar uma população que se multiplicava velozmente. Contudo, no todo, os países do Terceiro Mundo e parte do (antes ou mais socialista) Segundo Mundo não mais se alimentavam e muito menos produziam grandes excedentes exportáveis de alimento que se poderiam esperar de países agrários. Na melhor das hipóteses, eram encorajados a concentrar-se em safras especializadas para o mercado do mundo desenvolvido, enquanto seus camponeses, quando não compravam os baratos excedentes de alimentos exportados do norte, continuavam ceifando e arando à maneira antiga, de mão-de-obra intensiva” (HOBSBAWM, 1995, p. 285).

os padrões materiais do camponês, mas, pelo contrário, aprofundam os padrões de exploração e dominação na vida dos camponeses. Mas atenção: embora sua concepção crítica em relação de interpretação da realidade rural brasileira seja claramente distinta que à perspectiva “etapista” do PCB, o historiador brasileiro não aponta a solução da questão agrária sob uma perspectiva socialista. O autor de *Revolução Brasileira* afiança uma solução no interior da perspectiva capitalista, isto é, nos quadros de consolidação do modelo econômico e social vigente. Isso pode ser claramente constatado de seu próprio punho:

Estamos aqui considerando essa reforma dentro dos quadros do regime econômico e social vigente. Que é o da propriedade privada, a da terra inclusive. Não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime (PRADO JR., 2007, p. 91).

De qualquer modo, as contradições do capitalismo moderno no campo brasileiro também foram motivo de depuração para o sociólogo Florestan Fernandes que, também nos anos 1960, e diferentemente de Prado Júnior (mas não contrariamente), apontará para as contradições sociais do campo brasileiro o caráter dependente do capitalismo internacional. Não custa lembrar da importância capital que a questão agrária e o mundo rural têm na obra do autor de *A revolução burguesa no Brasil*. Para a socióloga Élide Bastos “não se trata de uma reflexão que tem como objetivo exclusivo o mundo rural, mas pelo contrário, é o estudo do mundo rural que possibilita o funcionamento da sociedade como um todo”. Afinal, “o rural é ‘o ponto nevrálgico que permite perceber o padrão da realização do capitalismo no Brasil” (BASTOS, 2002, p. 183).

Bem entendido, sob um enquadramento internacionalista, Florestan Fernandes em seu texto “Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil”, redigido no ano de 1968, sublinha, antes de qualquer coisa, a importância da economia agrária para a sociedade brasileira:

[...] a economia agrária, de maneiras diversas em diferentes momentos, sempre operou como matriz ou como suporte de dinamismo econômicos, sociais e políticos que alteraram, em sentido progressivo ou revolucionário, a organização da sociedade brasileira (FERNANDES, 2008, p. 173).

A importância desse setor como precípua ao desenvolvimento capitalista estaria organicamente atrelada às economias centrais e hegemônicas e, por conta disso, indicaria uma estrutura agrária que “sempre foi parte da economia brasileira estrutural e

dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia” (FERNANDES, 2008, p. 175). Enquanto mais sofisticadas as especializações para solidificar uma modernização tecnológica na agricultura periférica, proporcionalmente mais novas relações de dependência ao capitalismo internacional formavam-se: “aos poucos, surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais *a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno*, mantendo os laços de dependência diante das economias centrais ou criando novos laços de dependência” (FERNANDES, 2008, p. 176, grifo nosso).

Ou seja, a economia capitalista brasileira, em especial o setor agrário, esteve sempre subordinada às economias centrais, absorvendo os padrões, as instituições e as técnicas dos países dominantes, formando uma modernização *sui generis* – dependente –, “montada para gerar crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural externo” (FERNANDES, 2008, p. 177). Vistas as coisas por esse prisma, o termo que exprime de maneira mais adequada a economia rural brasileira é o de *subcapitalismo agrário*, pela tendência em bloquear a transformação cultural da própria economia agrária e pela tendência em reproduzir formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de exploração do trabalho:

A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder. (...) Ela pode ser manipulada de maneira a incrementar as desigualdades existentes e a aumentar a eficácia dos controles sociais diretos ou indiretos, manejados pelos setores privilegiados do meio rural. (...) Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução do trabalho não-pago, semipago e pago de modo ultrapassado. (FERNANDES, 2008, p. 188).

No final de seu texto, o sociólogo marxista acentua que o dilema rural brasileiro não ficaria circunscrito a uma questão técnica ou a questão geracional, como igualmente apontou o historiador Prado Jr., mas a um *desafio social* cuja resposta seria necessária e especificamente *política*. Desse modo, Florestan Fernandes marca dois caminhos como possíveis soluções em que estava situada a economia agrária brasileira:

(...) ou *mediante soluções capitalistas*, através da absorção do padrão de desenvolvimento imperante no polo urbano-industrial (alternativa da “revolução dentro da ordem”), ou *mediante soluções socialistas*, absorvendo um novo padrão de desenvolvimento capaz de quebrar o impasse levantado pelas funções desempenhadas pela desigualdade socioeconômica na



perpetuação do *status quo* (alternativa da “revolução contra a ordem”) (FERNANDES, 2008, p. 188-189).

Ele reconhece, contudo, que as duas alternativas anunciadas são antípodas, mas que ambas pressupõem a ruptura com o capitalismo dependente:

Em um sentido só a segunda é revolucionária, já que a primeira acarretaria, no plano da sociedade nacional, a consolidação e a universalização da ordem existente. Não obstante, mesmo ela [a solução capitalista] exige a “revolução agrícola”, como ponto de partida; e pressupõe a ruptura, não só com a dependência dentro da dependência, mas com o próprio capitalismo dependente. Parece que, enquanto este persistir, a mera modernização das economias agrárias não provocará nem a completa integração do mercado interno nem a homogeneização relativa do desenvolvimento capitalista da economia brasileira como um todo. Pois, no fundo, é ele que gera o caráter subcapitalista das empresas agrárias, condenando-as a ser a maior reserva de injustiças, de tensões e de contradições da sociedade brasileira (FERNANDES, 2008, p. 189).

As avaliações sobre a realidade agrária brasileira traçadas pelos paulistas Caio Prado e Florestan Fernandes são de extrema importância para desmascarar o projeto de modernização do campo, fruto do cruzamento e acordo entre acumulação capitalista internacional e política nacional. Além disso, a constatação de extrema pobreza como padrão das condições humanas da população rural é o que faz emergir movimentos de enfrentamento e resistência contra o projeto econômico e político de modernização dependente no campo.

Com tais mudanças aceleradas na economia agrária, de forma desigual em várias regiões do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960 passam ocorrer com maior frequência constantes expulsões e despejos dos diversos sujeitos sociais do campo disseminando, assim, tensões sociais em centenas de lugares no Brasil e envolvendo diversos mediadores políticos<sup>63</sup>. Da emergência dos movimentos populares do campo notou-se, além dos conflitos pela posse da terra, um campesinato brasileiro constituído por uma diversidade de grupos sociais oriundos de situações históricas muito distintas – arrendatário, parceiros, posseiros, lavrador, pequeno proprietário. Todavia, por mais que

---

<sup>63</sup> Nos anos cinquenta, década que marca diversas rebeliões no campo e os diversos modos de conflito contra os seus opressores, há nesse contexto, uma luta pela hegemonia dos camponeses e dos trabalhadores rurais, protagonizados pelos mediadores políticos – como a forma sindicato, as ligas camponesas, a Igreja Católica, os grupos de apoio e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para ficarmos em apenas alguns exemplos, no tocante às revoltas que marcaram esse contexto, a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (cf., Cunha, 2007); a região de Américo de Campos e de Santa Fé do Sul, em São Paulo; a região de Campo Mourão e Jaguapitã, no Paraná; na região de Canapólis, em Minas Gerais. São movimentos populares do campo que são naturalmente bem distintos entre si – uns duradouros, outros com resultados curtos –, porém, a ligação entre eles, isto é, a unidade de todos os movimentos estava na luta contra a renda capitalista da terra. Ver Martins (1981).

o campesinato brasileiro recaísse em uma base social diferenciada envolvendo “interesses que não são idênticos e concepções igualmente diversificadas” (MARTINS, 1981, p. 11), esse conjunto de demandas aparentemente esparsas foi ganhando articulação e visibilidade, formando um complexo campo de disputas que, ao mesmo tempo, culminou em uma demanda geral pela reforma agrária e acarretou um processo de constituição da identidade política camponesa.

Tradicionalmente, quando os posseiros eram despejados ou expulsos das terras, eles migravam para outras localidades, abriram matas virgens iniciando novas posses até serem novamente expulsos, reiniciando, assim, o ciclo itinerante. Ou, então, eram incorporados por fazendas e prestavam serviços como moradores ou parceiros. Contudo, como avalia José de Souza Martins, em virtude dessa particular expansão capitalista no campo brasileiro que estava ocorrendo nos decênios de 1950 e 1960, “o que vemos agora é o camponês vivendo uma nova etapa desse processo: após um período limitado de tempo como parceiro, transforma-se num expropriado completo, num trabalhador à procura de trabalho” (MARTINS, 1981, p. 71).

Pois bem, outro momento de modernização dependente do campo, na história social do Brasil – e que tem diretamente relação com a emergência do MST –, deu-se por meio da estratégia política de impulsionar o desenvolvimento agropecuário implantado pelo regime civil-militar, acelerando enormemente as transformações no campo<sup>64</sup>. Ela teria sido formulada antes mesmo do golpe de 1964 pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), grupos compostos por um corpo político-militar que congregava diversos intelectuais (FERNANDES, 1996, p. 33). A expansão capitalista nesse período manifestar-se-á através do envolvimento da entrada das grandes empresas capitalistas e grandes grupos econômicos no mercado brasileiro: (1) na produção agrícola e pecuária, (2) na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas e (3) na venda de insumos aos produtos agrícolas (DELGADO; 2010). A estratégia política civil-militar, desse modo, lhe forneceria todo um aparato de incentivos financeiros, legitimação institucional e jurídica para a ocupação dessas empresas e grupos na agricultura e na pecuária.

O processo tem início no mesmo ano do golpe civil-militar, que contou também com um esvaziamento político no campo quando foi aprovado o Estatuto da Terra. Tratava-se, então, de uma “legislação fundiária específica e de uma definição de

---

<sup>64</sup> Para uma análise sobre a política de desenvolvimento agropecuário na época civil-militar, ver Martins (1985) e Oliveira (1996).

critérios, instrumentos e instituições para concretizar uma reforma agrária” (MARTINS, 1985, p. 30). O fato, contudo, é no mínimo irônico, já que as reformas sociais propostas por João Goulart (presidente do país antes do golpe) – com apoio do PCB – estavam sendo postas em prática pelos conservadores. Isto é, trocaram-se os autores e manteve-se o projeto (MARTINS; 1994). Ironias à parte, o Estatuto preconizava critérios de desapropriação bastante precisos, em relação especialmente à classificação das propriedades, fazendo diversas distinções. O latifúndio, por sua extensão e por sua exploração, poderia transformar-se em empresa rural, o que escapava da possibilidade de ser incluída nas desapropriações. É particularmente interessante, nesse sentido, uma frase proferida pelo então Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos, poucos meses depois da aprovação da legislação fundiária: “o destinatário do estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade econômica segundo critérios da racionalidade do capital” (CAMPOS *apud* MARTINS, 1985, p. 33).

Segundo o economista Guilherme Costa Delgado, desde os “anos de chumbo” um dos interlocutores sobre o efervescente debate acerca da reforma agrária no país seria o economista Delfim Neto. Ele sustentava a tese da “*modernização agrícola sem reforma agrária*” posta em prática anos depois quando se tornou Ministro da Fazenda, corroborando com a ditadura civil-militar. Assinou o início de um projeto que ficou conhecido como “processo de modernização conservadora no campo”, ou seja, um “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”, que se caracterizou principalmente “pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais e máquinas industriais” (DELGADO, 2010, p. 85). Isso não significa, contudo, que a chamada modernização da agricultura generalizou-se por o todo campo brasileiro, estando o progresso técnico concentrado em regiões específicas.

O encaminhamento de uma suposta reforma agrária pela ditadura civil-militar estava orientado como nos regimes predecessores para a modernização econômica do desenvolvimento capitalista na agricultura, o que apenas agravou os problemas sociais do campo. O processo de especialização capitalista da produção agrícola e de ampliação da economia de mercado são sinais típicos desse projeto<sup>65</sup>. As tradicionais fazendas que

---

<sup>65</sup> Em um estudo de Maria da Conceição D’Incao e Mello, durante a década de 1970, intitulado *O boia-fria: acumulação e miséria*, a autora deflagrou, através de um estudo de caso da região de Alta Sorocabana, de um lado, a existência de uma população economicamente ativa e em processo de

produziam uma diversidade de produtos alimentares começam a degingolar, dando lugar à produção especializada de um único alimento; gradativamente, a força animal utilizada na aração da terra e no transporte de produção é substituída por máquinas, tratores e caminhões; ocorre uma aproximação orgânica entre indústria e agricultura, notada, por exemplo, na compra e venda de insumos aos produtos agrícolas<sup>66</sup>.

Ademais, não faltaram incentivos financeiros para que as empresas capitalistas e os grupos econômicos – em sua maioria estrangeiros – ocupassem a agricultura e a pecuária, principalmente na região que se tornou estratégica para a consolidação do projeto Amazônia. Não por acaso, ela “é incorporada à situação social e à estrutura de relações sociais, econômicas e de poder [e] constituem a base contemporânea das lutas camponesas no Brasil” (MARTINS, 1985, p. 33):

A política de incentivos fiscais constitui basicamente em conceder isenção de 50% no imposto de renda das grandes empresas estabelecidas em outras regiões, particularmente no Sul-Sudeste, desde que tais recursos fossem investidos na região Amazônica, na proporção de 75% de capital subsidiado das novas empresas e 25% de capital próprio (MARTINS, 1988, p. 19).

O ritmo e a forma de ocupação da região pelo grande capital transformaram radicalmente a região. Com incentivos fiscais, o avanço da grande fazenda foi enormemente acelerado. Nessa época, os impactos e as tensões sociais no campo aumentaram de maneira significativa, e deram-se justamente pela penetração do progresso capitalista concretizado através de violentos despejos para abrir espaço às novas empresas (mineração, hidrelétrica e rodovias), assassinatos de trabalhadores, queima de casas, destruição de roças e o esvaziamento de território de maneira a aniquilar os povos indígenas. Ao expulsar muitas vezes índios e camponeses, as grandes empresas estimularam conflitos de um contra o outro com objetivo de se “livrar” de ambos (MARTINS; 1988).

O nascimento do MST, portanto, foi resultado da intensificação da questão agrária, por meio da implantação de um modelo de desenvolvimento da agropecuária no Brasil. Consequentemente, tal regime de acumulação capitalista, beneficiou largamente as grandes empresas rurais e concentrou ainda mais a estrutura fundiária, e mostrou-se incapaz de atender as demandas dos setores sociais do campo. Isso gerou a

---

enriquecimento progressivo e, de outro, uma parcela cada vez maior da população vivendo uma existência miserável. Ver D’Incao e Mello (1977).

<sup>66</sup> Para uma análise das múltiplas relações que cercam a agricultura e a indústria através da ação do capital monopolista (processo de reprodução ampliada do capital) e produção do campo (reprodução de formas sociais não capitalistas), ver Oliveira (2010).

“desterritorialização de grande parte dos camponeses” (FERNANDES, 2000) e inúmeros conflitos por terra foram desencadeados pelos diversos sociais do campo brasileiro.

### **2.1.2. Internacionalista e Latino-americana: a influência da Teologia da Libertação**

É difícil ignorar a força política que a Teologia da Libertação (TdL) exerceu nesse período sobre o MST, não apenas na formação de sua organização e no apoio incondicional às ocupações de terra<sup>67</sup>, mas também na influência – decisiva – de estimular uma perspectiva internacionalista do Movimento – no sentido humanista do termo, que requer a libertação de todas as formas de opressão, dominação e exploração. A TdL propagará a importância do internacionalismo enquanto prática de solidariedade internacional. Tal “empurrão” faz com que o MST construa paulatinamente diversas relações com movimentos populares no campo latino-americano. Para compreender a participação da TdL é preciso pontuá-la na história e caracterizá-la de modo adequado.

Em seu livro *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*, o sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy (2000c, p. 56) assevera que a TdL é expressão de um vasto *movimento social* que surgiu no começo da década de 1960, envolvendo setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas), movimentos religiosos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã) e organizações populares criadas por ativistas das Comunidades Eclesiais de Base<sup>68</sup> (clube de mulheres, associação de moradores). Por outro lado, a TdL reveste-se com um *corpo de textos* produzidos a partir da década de 1970 por figuras latino-americanas como, para ficarmos apenas em alguns exemplos, Gustavo Gutierrez (Peru), Frei Beto, Leonardo e Clodovis Boff (Brasil), Ignacio Ella Curía (El Salvador), Juan Carlos Scanone e Ruben Dri (Argentina) e Samuel Siva Gotay (Porto Rico).

Combatida fortemente pelo Vaticano, a TdL planta suas raízes no Concílio Vaticano II (1962-1965) e, posteriormente, na Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM), realizada em Medellín (1968) e em Puebla (1979) para pôr em prática as novas orientações teológicas e pastorais, a “opção preferencial pelos pobres”,

---

<sup>67</sup> Para uma síntese da importância da TdL na luta pela terra no país, especialmente no MST, ver Menezes Neto (2012). Para um estudo comparativo entre a influência da TdL no Peru e no Brasil, ver Iokoi (1996).

<sup>68</sup> “As CEBs são grupos formados por cristãos que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de reivindicação, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais” (POLETTI, 2010, p. 141).

tomando posições contra as violações dos direitos humanos no campo e contra a política agrária da ditadura civil-militar<sup>69</sup>. Ou seja, a TdL seria uma corrente minoritária da Igreja Católica que é política para os oprimidos.

A Teologia da Libertação foi resposta ao desafio que se colocava na América Latina: encontrar uma linguagem sobre Deus que nascesse da situação criada pela pobreza injusta em que vivem amplas maiorias (raças depreciadas, classes sociais exploradas, culturas marginalizadas, discriminações sobre as mulheres); e, ao mesmo tempo, um discurso alimentado pela esperança que levanta o povo na busca da libertação (IOKOI, 2003, p. 241).

#### Quadro 2.1. Principais características da Teologia da Libertação

Os princípios básicos da Teologia da Libertação	
1.	A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelos novos Faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: Bens materiais, Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a “Civilização Ocidental Cristã”.
2.	Libertação humana histórica com antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus.
3.	Uma crítica da teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mas inseparáveis.
4.	Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma da luta de um povo escravizado por sua libertação.
5.	Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de <i>pecado estrutural</i> .
6.	O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe.
7.	A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação.
8.	O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista (LÖWY, 2000c, p. 61).

Como se pode observar no esquema acima, o fenômeno da TdL que emerge na América Latina parece estar distante de uma concepção religiosa que se limita à Igreja e

<sup>69</sup> “(...) Medellín estabelece com vigor que os cristãos precisam se empenhar na luta contra as estruturas injustas da sociedade latino-americana e que este empenho é fundamental e básico para toda ação pastoral. (...) Em Puebla, a Igreja, encarregada de anunciar o Evangelho, colabora, mediante uma radical conversão à justiça e ao amor, na transformação das estruturas injustas da sociedade” (CATÃO, 1985, p. 57-58).

à um ritual<sup>70</sup>. Na realidade, ela possui uma espécie de “código moral” que tem analogias com os princípios socialistas:

#### Quadro 2.2. Tentativa de analogia entre cristianismo e socialismo

<b>Afinidade ou correspondência estrutural entre o cristianismo e o socialismo:</b>	
1.	Ambos rejeitam a afirmação de que o indivíduo é a base da ética e criticam as visões individualistas do mundo (liberal/racionalista, empiricista e hedonista). A religião (Pascal) e o socialismo (Marx) compartilham a fé em <i>valores transindividuais</i> .
2.	Ambos acham que os pobres são vítimas de injustiça. É obvio que existe uma distância considerável entre os pobres da doutrina católica e o proletariado da teoria marxista, mas não podemos negar um certo “parentesco” socioético entre eles. (...) Um dos primeiros autores alemães a falar sobre o proletariado, dez anos antes de Marx, foi o filósofo católico Romântico Johannes Von Baader.
3.	Ambos compartilham o <i>universalismo</i> – o internacionalismo ou “catolicismo” (em seu sentido etimológico) – ou seja, uma doutrina e instituições que veem a humanidade como uma totalidade, cuja unidade substantiva está acima de raças, grupos étnicos ou países.
4.	Ambos dão grande valor à <i>comunidade</i> , à vida comunitária, à partilha comunitária de bens, e criticam a atomização, a anonimidade, a impersonalidade, a alienação e a competição egoísta da vida social moderna.
5.	Ambos criticam o capitalismo e as doutrinas do liberalismo econômico, em nome do bem comum considerado mais importante que os interesses individuais de proprietários privados.
6.	Ambos têm a esperança de um reino futuro de <i>justiça e liberdade, paz e fraternidade entre toda a humanidade</i> (LÖWY, 2000c, p. 116).

É principalmente a terceira característica – *o universalismo* – que importa para entender a chamada “vocação internacionalista” do MST. A *salvação universal* atribuída pelos cristãos e *o internacionalismo da luta* atribuído pelos socialistas atinge uma verdadeira fusão com a TdA. Como afirmava um antigo historiador francês chamado Renan, citado por Engels em um texto, aliás, em que o autor alemão sondava aproximar cristãos e socialistas: “Se você quiser ter uma ideia de como eram as

<sup>70</sup> Como afirma José Carlos Mariátegui em uma célebre passagem do *Sete Ensaios*: “Já foram definitivamente ultrapassados os tempos do apriorismo anticlerical, no qual a crítica ‘livre pensadora’ se contentava com uma execução sumária e estéril de todos os dogmas e igrejas, a favor do dogma e da igreja de um ‘livre pensamento’ ortodoxamente ateu, leigo e racionalista. O conceito de religião cresceu em extensão e profundidade. Já não se reduz a religião a uma igreja e a um ritual. E reconhece nas instituições e sentimentos religiosos um significado muito diferente do que ingenuamente lhe atribuíam, com um incandescente radicalismo, pessoas que identificavam religiosidade com o obscurantismo” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 163).

primeiras comunidades cristãs, dê uma olhada na filial mais próxima da Associação Internacional de Trabalhadores” (RENAN *apud* LÖWY, 2000c, p. 18).

A ação prática pastoral da TdL se desenvolve em duas faces que não são excludentes, em escala local e internacional:

A Igreja é uma instituição transnacional com raízes firmes em comunidades rurais. Por um lado, ela podia acumular recursos cruciais, informações e apoio político do exterior. Por outro lado, ela podia acumular recursos cruciais, informações e apoio político do exterior. Ela era um ator local representado pelo bispo, o padre paroquial e agentes pastorais locais (outros ativistas do clero e católicos leigos). A Igreja podia mobilizar grupos sociais rurais e recursos locais através de suas redes comunitárias e crenças religiosas (HOUTZAGER *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 219).

Outra característica em que convergem os princípios da TdL e o internacionalismo socialista é a prática de solidariedade. Não por acaso, isso fez com que os sem-terra passassem a contar com um poderoso aparato de solidariedade “constituído por nada mais, nada menos do que a Confederação dos Bispos do Brasil, que desde a década de 1980 tem apoiado com maior ou menor grau as lutas sociais, especialmente de camponeses” (IOKOI, 2003, p. 239). O ato de solidariedade seria um princípio estrutural (de ajuda externa) resultado de um sentimento ou empatia, uma união além-fronteiras, acima das questões individuais; ela não é apenas sugerida pelos teólogos, mas é estimulada o tempo todo, como se pode notar no trecho de um texto de Dom Pedro Casaldáliga no início da década de 1990:

Penso que deve crescer cada vez mais um tipo de solidariedade estrutural. Insisto muito na importância da intersolidariedade dentro do próprio continente. No meu entender, o Brasil é pouco latino-americano, tem pouca experiência de ser uma grande parte deste continente exterior a nós. Por isso, falo na intersolidariedade e penso que a data dos 500 anos é a grande data para a solidariedade do “primeiro” para o “terceiro” mundo, concretamente para a América Latina, da intersolidariedade entre América Latina, África e Ásia. Esta pode ser a grande ocasião para darmos um passo à frente na rejeição da dívida externa, da dependência do colonialismo, seja ele econômico, político, social, étnico e cultural. A solidariedade estrutural é importante porque trata-se de uma solidariedade que possibilite as alternativas sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos do continente. A dívida externa não é nossa, é do chamado primeiro mundo e dos que exploram nossos povos. Há 500 anos eles nos devem e nós temos o direito de cobrar, não eles (CASALDÁLIGA, 1991, n. 104, p. 15).

A “solidariedade estrutural” não seria um instrumento para realizar um objetivo específico. Diferentemente, ela revelar-se-ia como uma “prática mística”, como afirma Massino de Angelis: “seu objetivo tem uma realidade que não é de todo evidente para



os sentidos daqueles que são chamados a se engajar no trabalho voluntário” (ANGELIS, 2005, p. 17).

No Brasil, em 1975, surge a CPT (Comissão Pastoral da Terra) como articulação de bispos e agentes da pastoral comprometidos com os setores populares, principalmente em relação ao campo e à luta pela terra. A CPT teria duas características que foram fundamentais para a constituição do MST: o trabalho da pastoral e a vocação ecumênica:

Penso que é [pastoral é] um elemento importante de aplicação prática do que foi o Concílio Vaticano II e das outras encíclicas progressistas que o seguiram. E que, de certa forma, acabou sendo expresso na teologia da libertação. [...]. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 20).

Há ainda um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Por que isso foi importante para o surgimento do MST? Porque se ela não fosse ecumênica, se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos. [...] A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (*Idem*, p. 20-21).

Na época, era raro que um agente da pastoral, ao visitar um acampamento do MST para realizar uma missa ou transmitir alguma mensagem de solidariedade, não mencionasse a necessidade de união *fraterna, humanista e universal* com outros povos explorados do subcontinente. Sem o caráter ideológico da CPT – um dos fatores da gênese da MST –, de sua dimensão religiosa e moral, é difícil imaginar o encontro do MST com o “DNA internacionalista”:

Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influências que nós sofremos da CPT. A CPT sempre teve uma visão latino-americana, provavelmente por influência de Dom Pedro Casaldáliga, e mesmo porque a Igreja, de certa forma, ela é mais universal, né? Então, eu acho que a CPT sempre influenciou positivamente o MST, para nós termos uma visão mais latino-americana. E eles ajudaram, por exemplo, no congresso de fundação do MST, vieram delegações praticamente de todos os países da América Latina. E quem passou o contato foi a CPT porque nós nem existíamos e nem tínhamos uma rede de contatos. E eu acho que uma outra influência foi a ideia das esquerdas, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contexto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista (Entrevista com João Pedro Stédile *apud* VIEIRA, 2011, p. 182).

A figura de Dom Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, de Mato Grosso do Sul é ilustrativo. O poeta e escritor de origem espanhola foi um dos primeiros religiosos a prestar solidariedade aos colonos acampados da Encruzilhada Natalino, onde chegou, inclusive, a celebrar missas com os sem-terra em Ronda Alta que reuniu em torno de 6 a 10 mil pessoas (MORISAWA, 2001, p. 126). Em uma carta em que o bispo enviou para os trabalhadores sem-terra, em setembro de 1981, encontra-se uma influência bastante evidente de como a fé religiosa possui um caráter socialista internacionalista. Nas palavras do bispo: “Com vocês lutam muitos outros lavradores, operários, índios, desempregados, povo sem terra, sem moradia, sem alimentos e sem liberdade, nesse país, nesta América Latina, nesse mundo” (CASALDÁLIGA, 1982, n. 11, p. 10).

Naquela época, o acampamento da Encruzilhada Natalino receberia também o apoio do Secretariado para a América Latina do Movimento Familiar Cristão (MFC), que em seu comunicado enuncia não apenas sua integral solidariedade aos acampados, como também se compromete a denunciar qualquer “ato de injustiça”, e ainda associa uma interpretação da realidade latino-americana de inspiração claramente marxista, característica típica dos teólogos da libertação: “É o mesmo apoio – diz a carta endereçada à Campanha de Solidariedade – que estamos manifestando aos posseiros que são desalojados de suas terras, em todo o país e nesse nosso sofrido continente, vítima do capitalismo selvagem que sufoca nossos povos” (JST, 1982, n. 14, p. 6).

Mas o acampamento não receberia apenas moções de solidariedade e vários cultos ecumênicos. A Caritas – um dos braços das comunidades eclesiais de base – recebeu da entidade intereclesial com sede na Holanda 2,5 toneladas de leite em pó, o que permitiu alimentar adequadamente as crianças (IOKOI, 1996, p. 81). Logo depois, a mesma entidade enviaria um representante para conhecer de perto a luta pela terra no Brasil, em especial na cidade de Ronda Alta. Na época, o tema da campanha que o comitê holandês passou a desenvolver era “comida para o mundo” – uma ideia embrionária que anos depois iria tornar-se o elemento central da Via Campesina –, inspirava-se fortemente na luta dos colonos da Encruzilhada pelo objetivo de produzirem mais alimentos. Ou seja, por mais que o processo de internacionalismo fosse claramente incipiente nessa época, ele já se desenvolve antes da fundação oficial do MST:

Com certeza, eu acho que a teologia ou cristianismo da libertação teve um papel fundamental [na formação do MST]. Então você pega toda a ação política libertadora deste movimento que teve uma força enorme no nosso continente e fundamentalmente do que foi a revolução nicaraguense. A Revolução nicaraguense, salvadorenha, da Guatemala, então aí América Central de um modo geral, todo esse movimento de libertação teve uma força enorme onde os cristãos assumiram um protagonismo político do que foi a sua consigna – ver, julgar e agir: do ponto de vista de assumir a luta revolucionária, a luta guerrilheira. As diferentes estruturas desse movimento, os padres, os bispos progressistas, comprometidos e revolucionários fizeram a efervescência também do que foi esse movimento cristão... Que estava involucrado nos diferentes movimentos, popular, sindical, e isso contribuiu imensamente. E o MST, como é sabido, tem uma origem muito forte em todo esse movimento das comunidades eclesiais de base, das pastorais, da CPT, da Pastoral da Juventude Rural, que é daí também que nasce, que é uma força enorme para o nascimento movimento... E a grande maioria dos dirigentes da militância do movimento desse período histórico vem dessa raiz de formação (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2012).

Outro elemento, como as condições objetivas agrárias, ajudariam a entender a “vocação internacionalista” do MST? Afinal, o Movimento não emerge sob um contexto socioecon mico marcado por uma estrutura agrária da periferia do capitalismo relativamente internacionalizada? Em outras palavras: o modo de produ o e reprodu o capitalista no campo brasileiro não tinha no cora o do seu programa agrário a política de moderniza o da agricultura que não   nada mais, do que a conjuga o da articula o de interesses da política nacional e das demandas do capitalismo internacional? Não por acaso, durante o I Encontro Nacional do MST, em 1985, pode se perceber um “caráter antiimperialista”:

Um outro objetivo importante que definimos foi o de lutar pela reforma agrária nas terras das multinacionais. Aparecia nesse objetivo o caráter antiimperialista do movimento. Era a consciência de que estrangeiro não poderia ter terra aqui enquanto houvesse um brasileiro sem terra (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 51).

Porém, mesmo que o MST explicitamente se assumisse com um conteúdo político “antiimperialista”, essa forma o de consciência internacional fundada nas condi es objetivas da realidade estava longe da maturidade.   possível, inclusive, que essa ideia fosse muito vaga e residual para a maioria dos militantes do Movimento. Não haveria, portanto, uma rela o *automática* entre o internacionalismo do capital e o internacionalismo das lutas. Nesse contexto, o internacionalismo constitui uma pauta secundária ao MST, já que a prioritária consistia na necessidade de consolidar-se nacionalmente, o que de fato vai ocorrer nos anos seguintes. Sem contar que as aproxima es com os movimentos sociais rurais ou com os comitês de solidariedade do

exterior eram no fundo ainda ocasionais e restritas, o que inviabilizava uma discussão mais “orgânica” com outras organizações sociais e políticas da América Latina e suas realidades específicas.

Portanto o elemento mais decisivo foi o apoio do campo religioso que fornece ao MST uma clara propensão internacionalista. O papel político, ideológico, moral e religioso da TdL, ajuda na aproximação do Movimento com organizações camponesas do exterior, e na motivação de uma consciência humanista e universal latino-americana e de uma cultura política de solidariedade e fraternidade internacionalista permanente.

## **2.2. O processo de atuação política internacionalista do MST em desenvolvimento**

Depois do assim chamado embrião/gestação/nascimento do MST, cujo arremate dar-se-á com sua formalização, o Movimento atravessa um segundo momento (1986-1989), gravitando em ocupações em massa, expansão de sua base e desenvolvimento do corpo organizativo em outras regiões do país – principalmente Nordeste e Sudeste. Paralelamente, o MST irá intensificar suas relações com movimentos populares camponeses e indígenas espalhados pela América Latina, através do espaço de socialização política em encontros e congressos que ocorriam. Há nesse período uma clara atração e influência do MST pelos processos políticos que estavam ocorrendo na região da América Central – especialmente as rebeliões na Nicarágua e El Salvador –, que fizeram com que houvesse uma interação (solidariedade, intercâmbio, trabalho voluntário, pequenas campanhas de arrecadação de fundos, atualização de conjuntura) com organizações camponesas desses países.

### **2.2.1. O encontro com o internacionalismo: primeiros contatos**

Durante o processo de atuação política internacional do MST, entre 1985 e 1989, seu desempenho vai se ampliar significativamente no que se refere aos contatos no exterior com os movimentos camponeses e indígenas do continente latino-americano. Como foi frisado, isso se deve ao papel precípua da TdL; um movimento que claramente tem um forte ativismo transnacional e latino-americano, por exemplo, México, Peru, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia, Argentina, Uruguai.

No 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em janeiro de 1985, foram reunidos em torno de 1600 delegados de todo o Brasil (MORISSAWA, 2001, p. 141), além dos apoios de distintos setores sociais, principalmente, intelectuais, operários e indígenas. O MST convidou delegações internacionais que marcaram presença no Congresso, como *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG), da Nicarágua, a *Coordinadora Nacional Plan Ayala* (CNPA), do México, a *Confederación Campesina del Perú* (CCP), o *Movimento Campesino Independiente* (MCI), da República Dominicana, a *Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CUSTB) etc. (JST, 1984, n. 41).

Então já no primeiro congresso venho uma grande delegação estrangeira, o pessoal do Equador principalmente. Então quando eu assumi a coordenação, que foi no final de 85, o tema internacional era pauta de todas as nossas reuniões, sempre trazia gente de fora para contar as experiências e tal... e sempre acompanhamos de perto os acontecimentos da revolução nicaraguense e salvadorenha da época. Aí tinha a experiência do Peru, que tinha um auge de movimento revolucionário também, o colombiano, todo o processo de luta do Apartheid da África do Sul que nós apoiamos e fizemos uma grande mobilização pela libertação do Mandela, vinham aqueles bispos da Igreja Anglicana (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2012).

Naquela ocasião, houve o discurso de um camponês da *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas* (FENOC), do Equador, reforçando os problemas comuns dos países da América Latina – como a falta do acesso à terra – e o “caráter antiimperialista” que os movimentos deveriam possuir:

O camponês Messias Tatamuez, que falou em nome dos lavradores do Equador e das outras delegações estrangeiras presentes, discursou em espanhol, mostrando que a língua não tem fronteiras: “Os problemas são todos iguais na América Latina. Os assassinatos na luta pela terra também têm os mesmos motivos. Temos que nos unir para enfrentar nossos inimigos comuns, como o FMI, o imperialismo norte-americano e os latifundiários”. No final de sua fala observou que “só a revolução popular pode libertar os explorados” (JST, 1985, n. 42, p. 4).

Obviamente, não se trata aqui de sistematizar a quantidade de delegações que participaram de congressos e encontros que o MST organizou durante aqueles anos, tampouco enumerar as participações no exterior em que o Movimento brasileiro foi convidado em eventos análogos. Contudo, dificilmente o MST esteve ausente de eventos no exterior, mesmo sob as condições precárias de deslocamento. Em geral, deslocavam-se pouquíssimos militantes para tais funções, e são justamente esses militantes que atualmente são os principais dirigentes do MST. Trata-se, antes de

qualquer coisa, de constatar a existência real desse intercâmbio que, *de fato*, foi tornou-se cada vez mais constante<sup>71</sup>, e caracterizar a influência do MST a partir dessa real aproximação. No final de 1988, o MST cria então o setor de relações internacionais<sup>72</sup>.

Há um duplo caráter nessa atividade de relações internacionais do MST: um caráter estratégico, que se traduz na intenção de construir articulações e alianças em escala internacional, e um caráter pedagógico, de aprendizado com outras experiências (a forma de organização dos movimentos, os princípios etc.):

Eu acho que o nosso movimento já surge, mesmo que a grande maioria dos próprios militantes não tivesse consciência, mas alguns tinham, e evidentemente eles surgem com essa visão de que a luta da classe trabalhadora é uma luta internacional e de que é preciso construir espaços de articulação e alianças em nível internacional, já que os “inimigos” também – utilizando o jargão – têm uma atuação internacionalizada e, portanto, era preciso buscar nessas articulações políticas o fortalecimento da luta nossa e de outros. Mas também tem outro ingrediente: a ideia era aprender com os processos organizativos de luta dos outros países. Então, em um primeiro momento, o MST atribuía aos militantes, quando convidava organizações internacionais, para acompanhar de perto cada dirigente e aprender com isso e, ao mesmo tempo, quando havia um congresso nós também nos distribuíamos: quem vai acompanhar tal país e o envio de pessoas em missão internacionalista para acompanhar as experiências históricas (Entrevista com Gilmar Mauro em 17/nov./2011).

Nos anos 1980 [...] o MST ainda está nesse estágio de expansão e de consolidação, tanto nessa expansão para nacionalizar o Movimento como de ir fortalecendo. E essa determinação é enorme, de buscar na experiência dos outros povos do nosso continente, de aprender com as experiências acumuladas, aprender com os erros do nosso continente, dos nossas irmãs e irmãos latino-americanos. Então nós tivemos uma fase onde o Movimento mandou muitas Brigadas para muitos países. Aí foi abrindo diferentes

---

<sup>71</sup> Alguns exemplos dessas viagens, todas elas retirados do JST: em 1984, um membro do MST esteve presente em Lima, no Peru, reunindo-se com lavradores latino-americanos. Do mesmo modo, o MST participaria de um encontro internacional dos trabalhadores na Cidade do México, promovido pela CNPA (JST, 1984, n. 41, p. 2). Em 1986, o MST receberia o convite para o Primeiro Encontro Nacional da Mulher Rural, nas proximidades da capital chilena, organizada pela Comissão Nacional Campesina (CNA), onde estiveram três representantes (mulheres) do movimento (JST, 1986, n. 55, p. 16). No mesmo ano, o convite é feito em nome dada FENOCIN para seu VI Congresso Nacional, enviando um representante para o Equador (JST, 1986, n. 57, p. 16). Em 1987, a Confederação Camponesa e Indígena do Chile, “El Surco”, convoca todas as organizações para participarem do III Congresso em Santiago (JST, 1987, n. 62, p. 18) e, no Peru, o MST enviaria um membro de sua executiva nacional para participar do VII Congresso Nacional da CCP (JST, 1987, n. 66, p. 18).

<sup>72</sup> Existe um claro desapego do MST a organogramas e a centralização de algumas informações como, por exemplo, o nascimento dos setores e coletivos que atuam dentro do movimento. Por isso, a data exata da criação do Setor de Relações Internacionais (STI) e/ou Coletivo de Relações Internacionais (CRI) não tem precisão, nem pelos próprios militantes do MST. Miguel Carter e Horácio Martins de Carvalho (2010, p. 306) informam que os primeiros contatos internacionais do MST surgem a partir do Setor de Finanças e Projetos e que o CRI surge em 1993, depois da experiência da “Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular”. Porém, *provavelmente* o SRI do MST é criado entre 1988 e 1989. Basta mencionar que os primeiros documentos assinado pela sigla SRI (publicado no JST) datam dessa época, além da formação de um comitê para a campanha já mencionada, que também data desse período.

caminhos e construindo relações políticas (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./ 2011).

Neste contexto da década de 1980, fase em que o MST procura expandir-se e consolidar-se em diversos espaços no país, do ponto de vista de suas relações internacionais, existiu uma aproximação flagrante com os movimentos populares que estavam geograficamente localizados na América Central, em especial com a Nicarágua e El Salvador. Ali as relações internacionais dar-se-iam sob diversas formas: no intercâmbio de militantes, no papel de formação, no trabalho voluntário etc.

Podemos dizer que a primeira fase é essa que se inicia desde a criação do movimento, quando nós tivemos a possibilidade de receber alguns dirigentes de outras organizações, principalmente da América Central, que aí entra a Nicarágua, El Salvador, Guatemala, aqui na América do Sul, o Peru, tinha organizações de camponeses muito fortes que nos ajudaram bastante a entender todo esse processo. E com isso também nós deslocamos alguns militantes nossos, que são nossos principais dirigentes de quadros para essas nações e atividades de solidariedade, de trabalho e também de estudo, de formação. Então nós tivemos este primeiro período, a primeira fase das nossas relações internacionais. Isso bem antes, no início dos anos 1980. E com isso tivemos experiências importantes, fundamentais, de como essas organizações atuavam em todos os seus aspectos... Obviamente sempre com a preocupação de não trazer modelos quadrados e implantar de forma [copiosa], mas sim buscar adaptar à nossa realidade (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 17/nov./2011).

Os movimentos populares cresceram na América Central, abalando a tradicional supremacia norte-americana na região. A Nicarágua era o maior país da América Central, com aproximadamente três milhões de pessoas e uma economia pobre, basicamente agrícola – dinamizada principalmente pela exportação do café. Durante quarenta anos, a Nicarágua foi governada pela família Somoza, aliada ao governo dos Estados Unidos e às empresas multinacionais que dominavam as principais riquezas do país. Como afirma Matilde Zimmermann (2006), durante os anos de 1970, houve um aumento significativo de protestos, manifestações, ocupações e greves de trabalhadores e trabalhadoras o todo país descontentes com o governo de Somoza. Muitas dessas organizações que emergiram se associaram à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), organização de estudantes e trabalhadores que se formou no começo dos anos 1960, tendo como referência a Revolução Cubana<sup>73</sup>, e que foi se tornando cada vez mais

---

<sup>73</sup> “A revolução cubana inspirou uma verdadeira proliferação de grupos de estudantes radicais na Nicarágua, entre 1959 e 1960: a Juventude Democrática Nicaraguense (ligada ao partido comunista), a Juventude Revolucionária Nicaraguense e a Juventude Patriótica Nicaraguense. Havia mais semelhanças entre eles: todos organizaram demonstrações públicas de solidariedade a Cuba e contra o governo de

forte e combativa. A tensão só aumentava com os ataques violentos da Guarda Nacional desencadeados contra os habitantes do país até que, finalmente, no dia 19 de julho de 1979, uma maciça insurreição popular liderada pelos guerrilheiros maltrapilhos da FSLM derrubou a ditadura de Somoza no país. O governo da “revolução sandinista”, como ficou conhecida, apresentou avanços no setor de educação, saúde e na diminuição das desigualdades sociais do país. No entanto, durante toda a década de 1980, os sandinistas tiveram que enfrentar a hostilidade dos Estados Unidos, que bloquearam o comércio do país e financiaram a guerrilha dos chamados “contras”, que visavam depor a todo custo o governo sandinista.

Em El Salvador, pequeno país também da região da América Central, as sucessivas fraudes eleitorais da década de 1970 levaram as organizações revolucionárias a concluir que se esgotavam as possibilidades de travar a luta apenas no campo institucional. A mobilização política se expressou na fusão do movimento guerrilheiro de base rural e no apoio de organizações populares urbanas e sindicais que criaram, em 1980, a Frente Farabundo Martí pela Libertação Nacional (FMLN). Ambos os países – Nicarágua e El Salvador – durante toda a década de 1980 estarão submetidos por uma implacável guerra entre os Estados Unidos juntamente com a oligarquia local e as forças sociais rebeldes.

(...) O sucesso desses movimentos contrastou de maneira impressionante com seu anterior fracasso na década de 1960, e causou uma atmosfera que beirou a histeria em Washington no período do presidente Reagan (1980-8). Apesar disso, foram sem dúvida fenômenos revolucionários, embora de um tipo latino-americano conhecido; a grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas, que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições (HOBSBAWM, 1995, p. 438).

Um grande número de padres e bispos brasileiros viajou para a América Central com objetivo de prestar solidariedade ao povo centro-americano, mas também para conhecer de perto a realidade que os países vivenciavam; assim como ter atenção às formas de organização da população – como fizeram, por exemplo, os bispos Dom Augusto Alves da Rocha e Dom Mathias Shmidt (JST, 1988, n. 69)<sup>74</sup>. Novamente, o já mencionado bispo Dom Pedro Casaldáliga teria destaque. Esse “latino-americano de adoção” – como gosta de se automear, já que havia nascido na cidade de Barcelona

---

Somoza; alguns membros pertenciam a vários deles; e começaram a ver Sandino como uma nova luz” (ZIMMERMANN, 2006, p. 45).

<sup>74</sup> Para uma análise da influência da Teologia da Libertação na Revolução Sandinista, ver Morlina (2009).



(Espanha) – também partiu para à América Central com o mesmo objetivo dos outros padres e bispos, onde chegou inclusive a escrever um livro – semelhante a um diário – intitulado *Nicarágua: Combate e Profecia* (1986). Narra o dia-dia de sua viagem à Nicarágua, mas também em El Salvador e Cuba e chama sempre atenção para a união fraternal dos povos da América Latina – “Peço a quantos têm olhos e ouvido e coração latino-americano que vejam e ouçam e sintam e respondam latino-americanamente” (p. 11). E para prática de solidariedade internacional; e continua: “Marta, a moça uruguaia que veio até estes ‘*quintos pinos*’ com sua perna destroncada, é uma cálida testemunha dessa solidariedade e do anelo com que se acompanha, lá fora, a causa da Nicarágua”, (p. 54)<sup>75</sup>. A CPT, nesse sentido, desempenhou como papel fundamental como ponte – de apresentação e contato – entre o MST e as organizações populares no continente latino-americano, indo além, portanto, de apenas influenciar subjetivamente uma consciência ecumênica, universal e internacionalista.

Na verdade, desde essa época, as comunidades de base tinham muita ligação com a Revolução Sandinista que foi em 1979, e que vai coincidir [com as primeiras ocupações do MST]. Em nossas primeiras atividades vinha gente da Nicarágua que tinha um vínculo muito forte da Revolução Sandinista com a Teologia da Libertação [...]. Depois mesmo no processo salvadorenho quem era porta voz da guerrilha era o padre “Rogério”. Nós éramos das pastorais, das coisas do movimento né [...] então foi abrindo essa dimensão internacional da luta e dessa mistura com a teologia. Os próprios congressos da CPT traziam gente dessa área, o Congresso da CUT trouxe dirigente sandinista, inclusive que era da organização camponesa deles. Então foi abrindo essa dimensão. Mesmo antes de ter o MST já tinha um mínimo de relações, mas a compreensão ainda era mínima; aí o movimento já começou a mandar a gente para outros países antes de mesmo de existir... essa articulação que tinha no Peru, no México, no Chile (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2011).

Como membro ativo do Comitê Brasileiro de Solidariedade Internacional aos Povos da América Latina (CBS), o MST em 1986 organizou inúmeras atividades que difundiam a situação de El Salvador – palestras, vigílias, celebrações, passeatas, moções de solidariedade (JST, 1986, n. 50, p. 12). No mesmo ano, em razão das comemorações do 1º de maio e da criação da *Unión Nacional de los Trabajadores Salvadorenhos* (UNTS), o MST enviou uma moção de solidariedade que foi lida no comício de encerramento do ato. A mensagem dizia:

---

<sup>75</sup> Também conhecido por escrever centenas de poemas dedicados “aos de baixo”, Casaldáliga seria autor de um poema chamado “Hino a Reagan”, com uma conotação política profundamente antiimperialista e com claro apreço pela Revolução Sandinista, como pode se notar nesta estrofe: “A estrela de Sandino te espreita na montanha,/ e no vulcão desperta um só coração:/ como um mar de coragem, a Nicarágua menina/ romperá tua agressão” (CASALDÁLIGA, 1985, p. 43).

En nombre del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, del Brasil, les transmitimos nuestro saludo fraterno solidario en este Primero de Mayo de 1986. Somos 12 millones de sin tierra y les enviamos nuestra solidaridad en su lucha por el derecho a la paz y la libertad (JST, 1986, n. 52, p. s/n).

Com relação às organizações populares do campo na Nicarágua, a aproximação do MST não foi caracterizada por um mero apoio retórico e distante. Ao contrário, houve um constante fluxo de intercâmbio; além da realização de visitas regulares à Nicarágua, houve inversamente muitos nicaraguenses que vieram divulgar pessoalmente a conjuntura política de seu país e, também, conhecer a luta do MST no Brasil. Sem contar, inclusive, com dezenas de atos e ações de ajuda ao povo nicaraguense.

Em geral se constituíram comitês de solidariedade pelas forças populares, na maioria das vezes esses comitês funcionavam em São Paulo e eram coordenados por forças sociais com quem tínhamos relação. Então, com nossa vocação internacionalista e mais a proximidade com a igreja e com essas forças, desde o início, através de nossa secretaria nacional, que também passou a funcionar em São Paulo, sempre procuramos participar de todas as campanhas de solidariedade, de organização, de brigadas, que esses comitês promoviam. É claro, durante a década de 1980, a América Central era a que mais cativava e necessitava de solidariedade. Os comitês traziam lideranças e personagens representativos daqueles processos, e nós aproveitamos para fazer debates, levá-los em nossas áreas e atividades, conhecer enfim a situação da luta daqueles povos. E também acolhemos muitos militantes que vinham de outros países, corridos pelas ditaduras de seus governos (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

De maneira geral, as visitas que o MST recebia da Nicarágua não eram apenas de ativistas políticos ligados diretamente à Revolução Sandinista – como, por exemplo, a visita do vice-presidente da Nicarágua Sergio Ramirez Macedo (JST, 1985, n. 48, p.14) e do embaixador nicaraguense no Brasil, Jorge Jenkins (JST, 1988, n. 75, p. 16) –, mas de trabalhadores rurais que estavam ligados à *Associação dos Trabalhadores do Campo* (ATC) e à *União Nacional de Agricultores e Pecuaristas* (UNAG), como Ovídio Reyes Hernandez (JST, 1984, n. 39, p. 14-15). A visita aos acampamentos dos sem-terra em Passo Fundo e Ronda Alta (RS) de Esternila Prudente Larios, integrante das Comunidades de Base, e de Luisa Amanda Spinoza, da Associação de Mulheres Nicaraguenses, representa bem essa intenção. Na ocasião de sua visita, a militante discorreria sobre a “importância dos trabalhadores rurais” e da “organização das mulheres camponesas na Nicarágua” e convocaria apoio e solidariedade do MST à Nicarágua. Em diversos acampamentos e assentamentos do MST, haviam sido criados dezenas de comitês de solidariedade para o país da América Central, onde os sem-terra

coletavam alimentos, medicamentos e máquinas agrícolas para serem enviados ao povo nicaraguense (JST, 1985, n. 47, p. 14). Aliás, mesmo se não existisse uma visita “física” de alguma entidade da Nicarágua, o MST recebia o contato através de cartas com as organizações populares nicaraguenses, sobre a conjuntura de sua situação política e social e o pedido de apoio, e automaticamente o movimento já se organizava e enunciava campanhas de solidariedade para doações de ferramentas agrícolas, como facões, enxadas, machados, botas de borracha, lanternas, plantadeiras manuais (JST, 1985, n. 47, p. 2), mas também na venda de cartazes, *slides* de fotos e fita cassete sobre a história da Nicarágua, onde o dinheiro arrecadado era encaminhado à organização social e política que havia necessidade (JST, 1987, n. 62, p. 14):

Então, eu acho que realmente essas duas revoluções de fato marcam, vamos dizer assim, toda essa força e esse exercício da solidariedade, do internacionalismo como princípio fundante do nosso Movimento. Mas (...) o importante de tudo isso é que essas duas revoluções estão nesse marco, pegando a Revolução Sandinista, a Revolução Cubana e do que isso traz pra esquerda mundial e, especialmente, latino-americana. Do ponto de vista das possibilidades, do debate político que estava colocado, da importância e do que foi esse fervor da solidariedade, das brigadas internacionalistas, as quais o mundo inteiro se voltou, essa juventude (...), comitês internacionalistas de apoio, arrecadação de fundos, campanhas, tudo que foi feito nessa efervescência política e cultural que essas duas revoluções trouxeram no nosso continente. E o nosso Movimento atuou fortemente, trazendo pra dentro do Movimento os debates; então tanto para Nicarágua quanto para Cuba nós fizemos grandes campanhas internas. O Movimento produziu material, trouxemos esses cartazes, foi muito disso de como que nós fomos trazendo da nossa mística, do nosso debate da Revolução Nicaraguense e da Revolução Cubana com toda essa questão dessa luz, do horizonte que nós buscamos, da luta por justiça, da luta por possibilidades de construir um outro modelo de agricultura e de sociedade (Entrevista com Itelvina Masioli em 12/dez./2011)<sup>76</sup>.

Sempre com o objetivo de ajudar o governo sandinista e os movimentos populares do país, foi criada uma Brigada Brasileira para a Colheita de Café, *provavelmente* no ano de 1986, e assim como nos comitês de solidariedade que envolviam uma diversidade de entidades – jovens estudantes, militantes de sindicatos, comunidades de base, partidos políticos –, obviamente com a intenção central de colher safra de café, afinal, muitos lavradores nicaraguenses que desempenhavam essa função estavam em estado de guerra e, por isso, não podiam cuidar da agricultura de seu país. Os brigadistas ficavam no país aproximadamente em torno de quarenta dias, com poucas variações, trabalhavam oito horas diárias e recebiam apenas hospedagem e alimentação (JST, 1987, n. 60, p. 18). Nesse intercâmbio, o MST chegou mesmo a

---

<sup>76</sup> A influência da revolução cubana e das organizações camponesas do país será analisada no capítulo IV.

estreitar laços de cooperação com as entidades rurais da Nicarágua, assinando, por exemplo, um protocolo de cooperação agrícola e cultural com o ATC e aproximando-se em definitivo com a UNAG (JST, 1987, n. 21, p. 15).

A prática de solidariedade com a Nicarágua se expressava também em realizações de passeatas e encenações organizadas sempre pelo “Coletivo de Solidariedade e Apoio à Luta da América Central”, que aglutinava dezenas de entidades, entre elas o MST, com o objetivo, através do ato público, de se manifestar criticamente em relação à política imperialista dos Estados Unidos (JST, 1988, n. 72, p. 17). Era comum escrever documentos públicos em solidariedade à América Central. Por exemplo, a redação de um documento de solidariedade aos povos Centro-Americanos, encaminhado aos presidentes e ministros das relações exteriores da América Central e dos Estados Unidos, em que há uma clara manifestação de repúdio à situação de violência militar causada pelos norte-americanos na região e a proposta de uma “solução de paz” a fim de garantir “a autodeterminação dos povos centro-americanos”:

*Solidariedade aos Povos Centro-Americanos*

*Nós, abaixo assinados, sacerdotes, bispos, sindicalistas, dirigentes de movimento popular e de outras entidades representativas da Sociedade Civil Brasileira, acompanhamos com grande preocupação a situação de violência a que estão submetidos os povos centro-americanos.*

*Estamos convencidos de que não haverá solução justa para os conflitos que já derramaram tanto sangue do povo centro-americano sem o respeito à AUTODETERMINAÇÃO desses povos. Por isso denunciemos a intervenção armada dos Estados Unidos da América, na região como a raiz principal da violência que envolve o subcontinente, e estamos seguros de que só a retirada de tropas militares, de seu apoio econômico e da intervenção política dos Estados Unidos criará condições para a resolução da crise.*

*Em solidariedade aos nossos irmãos da América Central, defendemos uma SOLUÇÃO DE PAZ, de acordo com a proposta dos Presidentes da região e do Grupo Contadora, que garanta o direito à AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS CENTRO-AMERICANOS, a NÃO INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, que permita alcançar a PAZ COM JUSTIÇA SOCIAL, na região.*

*Brasília, 12 de agosto de 1987 (JST, 1987, n. 66, p 18)<sup>77</sup>.*

A relação entre o MST e a Nicarágua durante a década de 1980 é, desse modo, uma das facetas dessa fase inicial do processo da política de relações internacionais do movimento. Além das diversas manifestações de solidariedade com a quais MST se comprometeu – sempre, vale ressaltar, muito influenciado pela Teologia da Libertação – , existe também nessa relação o aprendizado e o acúmulo de experiência da situação

<sup>77</sup> Além do MST, assinaram nesse documento Dom Pedro Casaldáliga, Pastor Inácio Lemke e outros oito bispos. Também assinaram Lula da Silva, Luci Choinaski e Valdir Ganzer como deputados do PT e Djalma Bom, presidente do partido na época. E, finalmente, Jair Menezes e Avelino Ganzer, como presidente da CUT, além de mais cem dirigentes sindicais do país.

política do país, desenvolvendo uma “consciência antiimperialista” em escala continental, além da incorporação de princípios (formação de quadros, trabalho de base, da mística) para o aperfeiçoamento do movimento.

No início dos cursos de formação do MST – inclusive nós não tínhamos um setor de formação e realizávamos parcerias com outras organizações, escola sindical –, nós aprendíamos até as músicas, “*Nicarágua, nicaraguita*”, hino da Frente Sandinista Libertação Nacional (FSLN). A revolução nicaraguense tem um caráter popular bem interessante, ela conjuga elementos da Igreja, elementos dos setores indígenas, mas ela nos ensina muito sobre o trabalho de base, nos ensina nos princípios organizativos. Nós utilizamos vários documentos dos sandinistas, sobre vários assuntos, e reproduzimos para nossa militância. Evidentemente que ela tem um marco importante na composição do nosso movimento (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011).

Eu diria que o MST foi profundamente influenciado pela Revolução Sandinista da Nicarágua. A mística, a preocupação com a cultura, com a poesia, com a música; a questão de combinar o que tinha de melhor do cristianismo revolucionário de esquerda da América Latina com o marxismo, uma análise materialista, uma dialética da situação econômica e política. Então eu penso que esses vários fatores ajudaram a despertar e fortalecer no MST essa perspectiva antiimperialista, internacionalista, a ideia da solidariedade. O MST fez várias campanhas, mesmo em 1984 de solidariedade com a Nicarágua (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

A primeira fase da política de relações internacionais do MST não deixou de ter elementos importantes para a construção de alianças políticas em escala internacional posteriormente. *A existência do “DNA internacionalista” no corpo diretivo do MST deve-se fundamentalmente ao papel político e ideológico da TdL, que estimulou o desenvolvimento de uma consciência social e política internacionalista. Além disso, as entidades religiosas – a CPT sobretudo – foram precípuas por serem mediadoras dos primeiros contatos do MST com o exterior. Contudo, ainda não se desenvolve efetivamente uma articulação estratégica internacional de luta, por mais que, como veremos, a constância dessa relação aponte futuramente para formações orgânicas entre as organizações camponesas. O que não significa que não existia uma real inclinação sobre a existência de “problemas comuns” no campo na América Latina, como a concentração de terra e a intervenção norte-americana nos países, porém, tais questões eram ainda muito embrionárias nas discussões e, na prática, secundárias para um Movimento que tinha como prioridade consolidar-se nacionalmente.*

O que se destaca nesse período é que a ação internacionalista do MST foi praticamente mediada pela solidariedade, especialmente com os países da América Central, como Nicarágua e El Salvador: 1) análises conjunturais permanentes acerca dos

projetos e mecanismos de ação do imperialismo; 2) inserção e apoio aos projetos populares, através da assistência a refugiados, a criação de brigadas de solidariedade, ajuda econômica, cartas de denúncia, manifestações e outras atividades; 3) criação de mecanismos de comunicação – como o próprio JST – que possibilitassem conscientizar sobre a manipulação e desinformação; 4) Ações ecumênicas com a CPT “pela paz e pela vida”, denunciando o conservadorismo da Igreja.

### **2.2.2. “Párias da Terra”: os protestos contra os 500 anos de dominação.**

Na América Latina, a Revolução Sandinista enfrentava os grupos guerrilheiros de direita – os “contras” – com amplo apoio dos Estados Unidos. Se o setor conservador não foi forte militarmente, do ponto de vista econômico seus ataques destruíram infraestruturas produtivas, empresas estatais agropecuárias, cooperativas, centros de escolas, hospitais e centrais elétricas, o que provocou perdas de quase 12 bilhões à economia do país, cujo produto interno bruto era inferior a três bilhões de dólares. Os Estados Unidos bloquearam os portos da Nicarágua e decretaram embargo comercial e econômico no país. A economia nicaraguense entrou em uma crise profunda, com taxas de inflação superiores a 20.000% em 1988. No ano seguinte, os presidentes centro-americanos assinaram um plano de paz conhecido como “Esquipulas” (nome da cidade guatemalteca onde os governantes se reuniram) prevendo a desmobilização dos “contras” e, em troca, o governo sandinista anteciparia as eleições internas, em 1990 (JST, 1989, n. 82, p. 21). As eleições tiveram resultado inesperado: 40% da população votaram na FSLN, que tinha como representante o presidente Daniel Ortega e 54% na oposição, liderada por Violeta Chamorro, da União Nacional de Oposição (UNO), que reunia partidos em sua maioria de tendência liberal-conservadora (JST, 1990, n. 92, p. 15).

Em El Salvador, em 1984 assumiu o presidente Napoleón Duarte que, com ajuda dos Estados Unidos, tentava desenvolver um programa político para reduzir o apoio popular à guerrilha da FMLN, ao mesmo tempo em que aumentava a eficiência do exército. Todavia, o governo não conseguiu derrotar a guerrilha da FMLN, nem controlar os grupos paramilitares de extrema direita, apoiados pela oligarquia, que desencadeavam ondas de violência, sequestros e assassinatos. A guerra civil em El Salvador durante toda a década de 1980 teve mais de 75 mil mortos e aproximadamente

um milhão de pessoas deixou o país. Em 1989, começa o processo conhecido como “acordos de paz”, que envolveu governo, guerrilheiros da FMLN e ONU, que mediou as negociações terminando com as eleições livres em 1992 (MONTGOMERY; WADE, 2006, p. 129-130).

No Brasil, a derrota política da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 foi o ponto culminante da ascensão de um amplo movimento de estudantes, operários, camponeses, intelectuais, entidades religiosas que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar desde o final da década de 1970 (cf., IANNI; 1980). Dentro das fronteiras nacionais, o MST estendia-se massivamente na região Nordeste e em alguns estados do Centro-Oeste, mas com a derrota nacional da candidatura de Lula e a vitória de Fernando Collor na Presidência da República o MST também entra em refluxo em escala nacional, afinal de contas o novo governo empossado inicia um processo de repressão ostensiva ao movimento:

Durante o governo Collor, o Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país. Nesse tempo, o MST passou por um processo de refluxo. A era Collor restringiu seu processo de territorialização ao forçar o Movimento a diminuir o número de ocupações. Nesses anos, o MST investiu na organização interna dos assentamentos, forjando um sistema corporativista e ampliando as atividades nesses territórios (FERNANDES, 2010, p. 170).

Todavia, mesmo em se tratando de um período fortemente marcado pelo refluxo das lutas sociais internacionais, basta lembrar da queda do Muro de Berlim, do colapso das burocracias do Leste Europeu e das derrotas de governos e movimentos da esquerda latino-americana. Tudo somado, o MST, contrariamente, continuou consolidando, fortalecendo e amadurecimento suas relações internacionais.

Ao contrário de muitas organizações que abandonam essa perspectiva de tradição internacionalista, (...) de 1989 a 1992, nós [do MST] vamos aproveitar esse momento para intensificar nossa presença em atividades internacionais, vamos ampliar o número de militantes que vão para intercâmbio com outras organizações, vamos aumentar o número de militantes que foram para outros países (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

Em maio/junho de 1989, a CPT coordena o Encontro Latino-Americano sobre Experiências da Pastoral da Terra com a presença de representantes de 16 países. Além da decisão de criar uma “rede de solidariedade de proteção latino-americana”, com o objetivo de aprofundar as formas concretas de comunicação e intercâmbio sobre as lutas

camponesas e dos indígenas, as discussões inclinaram-se para analisar a situação social do campo na América Latina, entre elas, o tema do “processo de transnacionalização da agricultura” (JST, 1989, n. 84, p. 18). Um mês depois, o MST participaria do VIII Encontro Internacional de Solidariedade “Monsenhor Oscar Arnulfo Romero”, na Nicarágua, promovido por organizações ecumênicas. Temas como “dívida externa” e “capitalismo internacional” começam a ser discutidos com mais afinco.

Um ano depois, entre 8 e 10 de maio de 1990, com a palavra de ordem “Ocupar, Resistir, Produzir”, era realizado o II Congresso Nacional do MST, em Brasília, com a participação de 5 mil delegados de 19 estados do Brasil (MORISAWA, 2001, p. 146). A delegação estrangeira marcou presença com 23 entidades internacionais de 10 países da América Latina (Guatemala, Peru, Equador, El Salvador, Uruguai, Cuba, Chile, Colômbia, México, Paraguai) e da África (Angola). Este último composto de três dirigentes de organizações rurais angolanas foi destaque, afinal de contas pela primeira vez o MST recebia uma delegação estrangeira de um país situado fora do continente latino-americano. Além desse encontro, a delegação internacional havia participado dias antes do primeiro congresso nacional do departamento rural da CUT (JST, 1990, p. 93).

No documento oficial redigido pela direção nacional do MST aprovado pelo Congresso, pela primeira vez podia se notar – no segundo parágrafo – uma referência explícita sobre a importância das relações internacionais e no interesse de construir *ações comuns* com movimentos e organizações latino-americanas:

A necessidade da unidade latino-americana foi marcada pela presença de 18 delegações representando as entidades e organizações dos camponeses indígenas da América Latina e África. Sabemos que essa unidade não se constrói somente em congressos, mas principalmente nas ações comuns que desenvolvemos na luta. Neste sentido a solidariedade entre os trabalhadores deve ser fortalecida quando dos atos que deverão ocorrer em função da “comemoração” dos 500 anos da América Latina (JST, 1990, n. 93, p. 3).

No tocante à política de relações internacionais que o MST está costurando em sua trajetória histórica, no período que corresponde aos anos de 1989 a 1992, a melhor expressão da concretização do processo dessa política, amadurecendo uma estratégia política internacionalista, é a participação ativa do MST na chamada “*Campanha Continental 500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular*”.

A ideia da Campanha teria sido gestada alguns anos antes de sua formalização pública, em 1989, por movimentos camponeses e indígenas equatorianos e acabou



tornando-se um “divisor de águas” para o MST, um segundo momento indispensável de sua política internacionalista:

Acho que não se pode falar em “divisor de águas”. Sempre as articulações internacionais são resultados de processos permanentes, demorados, contraditórios, que envolvem muitos fatores, de identidades de propósitos, de campanhas internacionais, e da necessidade de ir aglutinando forças. A campanha continental foi importantíssima, pois ela superou as articulações setoriais que até então existiam, realizadas entre os partidos, ou entre sindicatos, ou entre as igrejas. Nessa campanha juntamos a todas as forças populares, que queriam ver outra América unida, e descolonizada. E foi um processo muito rico, tanto por sua amplitude, como pela generosidade em que todos participavam sem preocupar-se com protagonismos, ou lideranças continentais (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

Então este momento possivelmente nós caracterizamos como um segundo passo. O MST passou a ser um ator importante nesse processo de articulação, ou seja, em um primeiro momento, aquilo que ainda era de conhecer e receber companheiros aqui, aprender com as lutas, enviar militantes, os dirigentes para atuar, brigadas de solidariedade, brigadas de trabalho, que trabalhavam durante o dia e estudavam durante a noite. Agora nós já estamos no segundo processo, em um segundo momento em que o movimento começa ser já “ouvido”. E aí, deste processo todo, a gente começa a analisar o quê o movimento é hoje, do ponto de vista dessa construção. Qual é a característica que nós podemos sinalizar hoje? É uma característica onde nós estamos sendo convidados por outras organizações para não só participar de reuniões, mas para atuar de forma um pouco mais longa com brigadas de militantes, atuando principalmente na área da informação, da educação, da produção, da cooperação, entendeu? (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 10/dez./2011).

Nem mesmo o fato de movimentos sociais e organizações políticas brasileiras participarem de uma campanha que protestava contra os resultados negativos do processo histórico da colonização espanhola, em 1492, ou seja, uma data aparentemente que não continha a dimensão histórica e simbólica para o país colonizado por Portugal, parecia não causar nenhum e constrangimento na participação das entidades populares brasileiras. Basta mencionar um documento redigido pela coordenação brasileira da campanha do MST, em 1992, o assunto é colocado nos seguintes termos:

Sabemos que para nós brasileiros, a data 1492 não tem grande importância histórica, pois o Brasil foi invadido a partir de 1500 pelos portugueses. Mas é muito importante nos entrosarmos com outros povos latinoamericanos, para assim discutir nossos problemas comuns, bem como buscamos formas concretas de fortalecer nossos laços de latinoamericanidade (JST, 1992, n. 119, p. 15).

Ora, a campanha representa uma *mudança* do MST nas suas relações internacionais. A fase anterior era a de aproximação – em quantidade razoavelmente significativa – com os movimentos sociais rurais da América Latina, em um período em que o MST almejava prioritariamente constituir-se e expandir-se mais solidamente nas regiões do país (os primeiros intercâmbios caracterizavam-se por trocas “desiguais”, ou seja, espaços onde mais se “escutava” do que “falava”). Doravante, a campanha faz com que o MST não só crie um setor de relações internacionais em sua estrutura organizativa sendo uma das coordenadoras brasileiras da campanha, mas transforme, amplie e, principalmente, articule pela primeira vez uma ação extrasetorial continental.

No nosso [primeiro] congresso veio um pessoal do Equador, presidente da FENOCIN uma das organizações históricas e depois fomos estabelecendo com eles uma relação mais próxima. Então houve vários eventos internacionais convocados pelo setor camponês da federação sindical mundial. Ali foi se constituindo um laço entre essas organizações camponesas que não eram comunistas, como o caso da equatoriana. Em 1987 eles convocam o primeiro encontro andino para discutir a questão dos 500 anos e convidaram o Movimento para participar, por conta dessa aproximação. O MST nasce em 84, 87 logo depois, eles montaram uma estratégia e convocaram o primeiro encontro continental de resistência para outubro de 1989. [...]. Na primeira fase era mais de conhecimento, de intercâmbio, e ali já é mais de ação nossa, [...] e quando nós tiramos a coordenação coletiva do continente, o MST ficou como um dos coordenadores da campanha, representando o Cone Sul. Daí que nós temos uma ação mais ativa, mais propositiva (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2011).

[A Campanha] começa se gestando nas atividades em 1987/1988. Aí se decide fazer esse primeiro encontro e que dá esse caráter da campanha, a dinâmica que define toda essa metodologia de que ela vai tecer no continente, o nome, os setores que estão articulados; os encontros e as ações em cada país que foram acontecendo de forma articulada; de organizar material de comunicação, foi dando essa unidade continental, que era uma coisa nova. Não que não existisse luta nos setores de atividades, mas a Campanha deu, do ponto de vista da articulação, uma mística de uma unidade de ação continental. Quando falo unidade de ação não significa que não teve problemas em construí-la porque teve a campanha, nós nos juntamos aos camponeses; no final ela chegou como campanha quinhentos anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Só que não foi assim desde o início, né? (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

O período da Campanha de Resistência dos 500 anos da “descoberta” da América Latina representa um momento marcante não apenas para o MST, mas promove uma reestruturação dos movimentos sociais da América Latina (DOULA, 2002, p. 333). Afinal, com a deterioração gradativa das burocracias do Leste Europeu e o desmoronamento da URSS, a esquerda tradicional entra em uma crise profunda por perder sua principal referência e se enfraquece politicamente de maneira significativa

nas regiões em que atuavam. Tal conjuntura política, ao mesmo tempo, propiciou que setores sociais (camponeses, indígenas, negros, mulheres) considerados “secundários” para a tarefa socialista revolucionária – pelo menos na interpretação “oficial” dos partidos comunistas – estivessem na linha de frente da resistência, o que não deixava de ser surpreendente.

Até então, na nossa avaliação, todos esses processos de articulação que ocorriam aqui no continente eram hegemonizados pelo partido comunista, não é mesmo? Como é que era feito? Através dos sindicatos, através das suas associações, ligadas aos partidos de países. Cuba, por exemplo, sempre foi vanguarda nesse processo de integração e até da solidariedade internacional. Mas com a queda do muro em 1989, com o esfacelamento da União Soviética, estes partidos entraram em crise. Houve certo rearranjo, e a nossa participação nesse processo de articulação começa a ter uma importância. Porque veja você, o movimento como o MST, de camponeses, que não é filiado a nenhum partido político, que não é filiado a nenhum sindicato, e era muito comum, nesse período, os sindicatos serem correntes de transmissão dos partidos, principalmente dos partidos comunistas, e eles hegemonizavam todo esse processo de articulação continental. Depois de 1989, isso se “quebrou”. Entrou em crise, e nós começamos a sermos, digamos assim, ouvidos, já se pedia palavra. Nesses encontros que nós começamos a participar. Quem sabe a palavra correta seria intervir. Ou seja, nossas intervenções nesses espaços já eram de certa forma mais respeitadas, porque nos outros momentos, até nós chegarmos a uma situação em que nós fôssemos ouvidos, era mais difícil, não é? (Entrevista com Joaquim Pinheiro 10/dez./2011).

Novas organizações surgiram. Muitas organizações surgiram inclusive negando algumas práticas e princípios dessa esquerda que tava entrando em crise no Leste Europeu e no desaparecimento do socialismo soviético. Criam perspectivas para discutir novas formas de organização, novas formas de mobilização, sem negar a experiência importante do período anterior. Mas o que surge de interessante e de novidade, talvez, é um conjunto de organizações na América Latina e que esses movimentos vão fazer uma análise muito crítica dos partidos de esquerda e daí vão procurar se desenvolver enquanto organização política e social de massas, organização popular, mas de maneira mais autônoma e mais independente em relação aos partidos. [...] Essa crise teórica, política, organizativa, programática da esquerda partidária, acabou criando uma brecha e uma possibilidade para que outros movimentos fossem surgindo, porque os movimentos eram movimentos que tinham uma ligação direta com uma base social, o que não poderiam esperar de partidos (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

O primeiro encontro ocorreu entre 7 e 12 de outubro, de 1989 na cidade de Bogotá (Colômbia). A princípio, as organizações que estavam na linha de frente para organizar o encontro eram setores indígenas e camponeses, tanto é que era o chamado Encontro Latino-Americano de Organizações Camponesas e Indígenas. Não havia, nesse momento o setor negro. As organizações eram predominantemente da região Andina (Peru, Equador, Colômbia, e Bolívia) e o MST. Estiveram trinta e nove

organizações camponesas e indígenas, com participação de 72 delegados e 250 convidados e organizações. O Brasil foi representado pelo MST, CUT e UNI (União das Nações Indígenas). Foram discutidos temas diversos: terra, mulher, educação, cultura e dívida externa. Com relação à organização, a campanha foi dividida em cinco regiões (Norte, Caribe, América Central, Cone Sul, Andina), com um país sede do comitê regional e um país coordenador. O Brasil ficou com a coordenação da região do Cone Sul e com sede na Argentina. Definiu-se caráter, significado e objetivos da campanha:

**Quadro 2.3. Resoluções do I Encontro na Campanha contra os 500 anos de dominação**

<b>Definições</b>	<b>Objetivos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>São 500 anos de invasão militar, política, social, cultural. Genocídio e evangelização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Difundir os documentos centrais aprovados sobre os 500 anos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Eliminação física de milhões de seres humanos. Massacre contra as nações indígenas, camponesas e populações pobres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Repudiar a celebração do V centenário, “o encontro entre os mundos” promovido pela Espanha.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A dominação e exploração de nosso continente por parte da Espanha, Inglaterra, Portugal, França, e atualmente por Estados Unidos, significa para o povo latino-americano, colonização e imperialismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Declarar o <i>12 de outubro</i> o dia da dignidade continental, soberania e autodeterminação de nossos povos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A conjunção destes dois sistemas resultou no saque de nossos recursos naturais, destruição de nosso povo e nossa cultura, desequilíbrio ecológico que atenta contra a vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Que a campanha de autodescobrimento da América signifique a recuperação do desenvolvimento da participação popular. Potencializar e consolidar as organizações e sua unidade. Levar a cabo um projeto de justiça, igualdade e respeito entre as raças e culturas de nossa América. Promover um reencontro com a histórica luta de nossos antepassados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Submissão de nossos governos às políticas imperialistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar um comitê de unificação continental para coordenar as tarefas da nossa campanha em cada país e regiões continentais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenção de forma encoberta, através da Lei de Segurança Nacional e formas diretas com forças militares.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>O endividamento de mais de 400 bilhões de dólares da América Latina que gera miséria, fome, desemprego, entre tantos problemas.</li> </ul>	

Fonte: (JST, 1989, n. 88, p. 22).

A reunião posterior foi realizada pela coordenadora da campanha na cidade de Cajamar (São Paulo - Brasil) nos dias 13 e 14 de maio, no ano de 1990, e pautou-se

sobretudo pela “necessidade de se abrir espaço para outras organizações que atuem na campanha”. Ou seja, que envolva não apenas indígenas e camponeses, mas outros setores progressistas. Daí a mudança do slogan para “500 anos de Resistência Indígena e Popular”, pois a palavra “camponês”, que está circunscrita ao campo, é substituída por “popular”, de significado mais amplo. Nesse mote, os dirigentes das organizações camponesas e indígenas reunidos na comissão organizadora também lançaram uma nota que sublinhava “a falta de uma consciência classista em nível continental, assim como a falta de intercâmbio de experiências”, o que foi um dos fatores que ocasionaram a derrota do sandinismo e não apenas sua falta de capacidade estratégica. E pela primeira vez reivindicam a palavra socialismo, ainda que críticos com relação ao Estado soviético: “Não deixamos de reconhecer os erros e de considerá-los como dolorosas experiências, mas tampouco deixamos de estar convencidos que o socialismo é a única opção de liberdade para nossos povos” (JST, 1990, n. 93, p. 22).

Depois do 1º Encontro Continental de Povos Índios, realizado em Quito (Equador), dois meses depois da reunião em Cajamar, encontro que apenas reafirmou os objetivos centrais da campanha dos setores indígenas (JST, 1990, n. 95, p. 23), é novamente realizado em São Paulo o “III Encontro Latino-Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Autodeterminação e vida dos nossos povos”, entre 21 e 23 de junho de 1991 (JST, 1991, n. 103, p. 15). Além de aprofundar a questão dos 500 anos de “descobrimento”, a proposta também era analisar alternativas para uma integração “orgânica” dos movimentos populares do continente (JST, 1991, n. 104, p. 15).

Em outubro do mesmo ano, na cidade de Quetzaltenango (Guatemala), é realizado o II Encontro da Campanha Continental, com mais de 250 delegados dos 28 países da América, 400 observadores e 150 jornalistas internacionais. Além das discussões de conjuntura e de um programa mínimo de atividades até o dia 12 de outubro do ano seguinte, quando ocorreria o III Encontro da Campanha – e último – em Manágua (Nicarágua), o nome da campanha tem sua última modificação: “500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular” (JST, 1991, n. 110, p. 9). Ou seja, nos encontros /reuniões houve a alteração do nome da Campanha por conta da incorporação de outros setores sociais. Distante de uma Campanha “fechada” e “acabada”, os quatro anos de intensas discussões e debates foram, na realidade, um *processo* que contribuiu profundamente na formação educativa e política dos participantes, além da *construção* de alianças com setores sociais não-camponeses.

Então você vê que é uma construção, tudo isso não é tão simples. Como que involucra os povos indígenas, os povos negros, os povos camponeses, os povos do campo? A Campanha também foi um processo de extrema aprendizagem, de leituras políticas comum do continente. Quais são as ações do imperialismo, quais são as ações das forças populares, como organizar essa contra-ofensiva. Então eu acho que foi um processo extremamente importante. Eu estou dizendo que a Campanha teve essa força, eu acho que cumpriu um papel importantíssimo na formação, na ação, na articulação política (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Esse processo foi muito (evidentemente precisaria de muito tempo até porque ele foi muito rico e teria que ser escrito) interessante porque, na verdade, ele conseguiu conjugar três setores que, do ponto de vista clássico, estavam fora de qualquer perspectiva. O camponês era ainda incluído na aliança operário-camponesa, e o indígena, negro e camponês sempre subordinado à classe operária; então essa campanha continental surge com força porque ela consegue articular os três setores, consegue desenvolver luta de massa, consegue articular continentalmente esses movimentos e fazer grandes ações como foi o grande encontro que aconteceu na Guatemala, onde juntamos milhares de pessoas. (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011).

**Quadro 2.4. Encontros dos movimentos camponeses latino-americanos para a Campanha dos 500 anos**

<b>Encontro/Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>	<b>Slogan</b>
I Encontro	Bogotá (Colômbia)	1989	“Autodescobrimento da América, 500 anos de resistência indígena e camponesa”
Reunião da Comissão	Cajamar (Brasil)	1990	“500 anos de resistência indígena e popular”
Reunião da Comissão no Encontro dos Povos Índios	Quito (Equador)	1990	“500 anos de resistência indígena e popular”
II Encontro	Quetzaltenango (Guatemala)	1991	“500 anos de resistência indígena, negra e popular”
III Encontro	Manágua (Nicarágua)	1992	“500 anos de resistência indígena, negra e popular”

Para além do objetivo central da campanha, que era contestar os discursos oficiais produzidos em face da celebração da descoberta da América, ela transcendeu as suas propostas: avançou nas discussões sobre criar projetos alternativos para a crise econômica inflacionária em que os países latino-americanos estavam atolados desde a década de 1980, iniciou debates para criticar os efeitos da mundialização da economia e do modelo neoliberal, deu ênfase ao tema da cultura a partir da ótica da diversidade. Como avalia a antropóloga Sheila Doula (2002), a Campanha foi um momento decisivo para os movimentos que estavam envolvidos em repensar várias dimensões de seu lugar na América Latina: na “re-elaboração de sua identidade”, na “recomposição enquanto

atores políticos”, na defesa de que a “americanidade exigia o reconhecimento da pluralidade”, na construção de uma identidade particular, construída através dos séculos. Basta ler um trecho do documento redigido pelo SRI do MST, intitulado “500 anos de Dominação”.

As organizações promotoras deste encontro, acreditam que não houve um “descobrimento” e sim uma *invasão* militar, política e cultural. Houve uma brutal *imposição* por parte dos colonizadores europeus, onde nossos povos foram cruelmente submetidos aos seus costumes, sua religião e sua cultura. O “descobrimento” marcou o *aprisionamento secular* da América Latina aos interesses das grandes potências europeias. Essa dependência gerou a miséria, a fome, o subdesenvolvimento a que nossos povos ainda são hoje são submetidos. Esta situação agravou-se ainda mais com o peso da *dívida externa*. Como podemos comemorar uma “descoberta” se ela não existe? Como eles podem falar em descoberta se nosso continente já existia os índios? Como pode falar em descoberta, se o que eles fizeram foi o *extermínio* de milhares de indígenas? Quando nos forçaram assumir uma cultura totalmente diferente da nossa? Quando não permitiam que nossos povos pudessem praticar suas religiões, suas culturas? Que descoberta é essa onde a lei que impera é a dos colonizadores? Em 1992 não existe nada para comemorar. Existe sim para denunciar. Denunciar a selvagem penetração dos colonizadores e imperialista em nosso continente. Denunciar os saques que eles praticam contra as nossas riquezas minerais; a devastação de nosso meio ambiente; denunciar a situações dos camponeses que a cada dia são massacrados, assassinados pela ganância assassina dos latifundiários; denunciar a exploração a que os operários das fábricas são submetidos. Denunciar todos esses governantes corruptos de nossos países que estão a serviço do imperialismo, contribuindo para aumentar a miséria de nossos povos. Denunciar a intervenção do imperialismo norte-americano em política interna de outros países. A partir deste encontro, devemos ter claro o papel de cada um de nós. O papel que cada organização deverá ter em busca de uma América Latina livre (JST, 1989, n. 87, p. 22, grifo nosso).

O conteúdo do documento revela claramente sintonia dos movimentos sociais rurais com as formas de luta do passado latino-americano. O caráter antiimperialista é ressaltado por ser um elemento historicamente presente em todos os países latino-americanos. Como dirá a socióloga Ilse Sherer-Warren (1998, p. 64): “o movimento pode ser conduzido tanto por uma utopia que vise mudanças em processos civilizatórios de longa duração, como encaminhar reivindicações e formas de resistências que visem conquistas cidadãs mais imediatas”. Ou seja, ao se reconhecer na Campanha como produto de 500 anos de luta, o MST não atribui a si mesmo o começo de uma nova história, mas colocam sua ação em sintonia com um longo passado de enfrentamentos.

O coração da Campanha também estava na *denúncia* em questionar certas palavras – “conquista”, “descobrimento”, “civilização” – que foram disseminadas pela história “oficial” da América Latina, “encobrimdo” a “invasão”, a “brutalidade”, o “aprisionamento secular”, a “brutalidade”, “extermínio” com dos povos autóctones. O

documento é uma manifestação explícita daquilo que Enrique Dussel (1993; 2005) denominou de “mito da modernidade”; ou ainda, um posicionamento radical na tentativa de desmistificar o “mito da descoberta”.

1. A civilização moderna se autodescreve como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica etc.).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil etc. (DUSSEL, 2005, p. 60-61).

O filósofo e teólogo argentino parte da premissa de que o nascimento da Modernidade não começa com a Revolução Industrial do século XVIII e com a Ilustração, mas é o ano de 1492 que marca o nascimento da Modernidade, quando, anteriormente, a Europa não existia senão como periferia do mundo muçulmano<sup>78</sup>. Mas esta aproximação é feita às custas do ocultamento, en-cobrimento (oposto a descobrimento) do outro, do índio. Uma “práxis irracional de violência”. A denúncia contida na campanha, portanto, é o ponto de vista *do outro, da vítima* (índio, negro, camponês, mulher) que descobre a sua “outra face”: índio sacrificado, negro escravizado, mulher oprimida, cultura popular alienada. São setores sociais da América Latina que historicamente são considerados “marginais”, “fora do lugar”, “párias” de

---

<sup>78</sup> É interessante mencionar que JCM compreende o “descobrimento” como um “ato político”, como se pode observar em uma longa nota de rodapé no livro *Sete Ensaios*: “A conquista foi um ato político. Interrompeu bruscamente o processo autônomo da nação quéchua, mas não implicou uma substituição repentina das leis e costumes dos nativos pelos dos conquistadores. No entanto, esse fato político abriu, em todas as ordens de coisas, tantos espirituais quanto materiais, um novo período” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 54). Reconhecer como um “fato político” a “conquista” não significava uma opinião branda sobre o que fizeram os espanhóis. Em outro texto Mariátegui afirma: “A conquista espanhola aniquilou a cultura inca. Destruiu o Peru autóctone. Frustrou a única peruanidade que existiu. Os espanhóis extirparam do solo e da raça todos os elementos vivos da cultura indígena” (MARIÁTEGUI, 1970a, p. 26).



sua terra, que introduzem sua perplexidade ou indignação diante do banimento social, político, econômico e cultural que “sofrem” há séculos<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Para uma análise sobre a figura do pária como representante de uma expressão idiomática de crítica à autoridade e à exclusão social e política persistente, ver Varikas (2010).

### **CAPÍTULO III. MUNDIALIZAÇÃO DO CAMPO E LUTAS AGRÁRIAS TRANSNACIONAIS: O INTERNACIONALISMO DO MST COMO REALIDADE HISTÓRICA PRESENTE**

Em Buenos Aires, na ponte de Boca:  
*Todos prometen e ninguém cumpre. Vote em ninguém.*  
Em Caracas, em tempos de crise, na entrada de um dos bairros mais pobres:  
*Bem-vinda, classe média.*  
Em Bogotá, pertinho da Universidade Nacional:  
*Deus vive.*  
Embaixo, com outra letra:  
*Só por milagre.*  
E também em Bogotá:  
*Proletários de todos os países, uni-vos!*  
Embaixo, com outra letra:  
*(Último aviso.)*  
(Eduardo Galeano, *O Livro dos Abraços*).

Neste capítulo nos deteremos na atuação política internacionalista do MST a partir de meados da década de 1990, época em que novos ingredientes. A dimensão internacionalista passa a ser compreendida pelo MST de maneira mais ampla e profunda. Como foi sistematicamente frisado no capítulo anterior, ela não apenas permanece pelo crivo do estímulo à prática de solidariedade (intercâmbios, visitas, campanhas etc.). Doravante o MST compreende o internacionalismo como uma realidade histórica presente, uma relação social orgânica de sua práxis política, em decorrência das contemporâneas transformações do capitalismo internacional no campo brasileiro. Tal percepção vem influenciar e transformar a própria interpretação das direções do MST em relação à dinâmica da agricultura brasileira e, principalmente, de sua própria concepção estratégica de ação prática.

Para entender essas complexas mudanças, é imperativo apresentar, mesmo de maneira preliminar, a contextualização e as características que compõem a chamada internacionalização capitalista no campo a partir da década de 1990, em especial como esse projeto político e econômico tem se manifestado no Brasil, que evidencia um longo processo de modernização do campo, intensificado a partir da era da “revolução verde”. Paralelamente a esse contexto específico de mutações no mundo rural, há um aumento expressivo de ações coletivas dos setores rurais em vários países da periferia do sistema capitalista, em especial na América Latina. Somado isso, essas camadas rurais têm adotado diferentes formas de ação internacional, ao coordenar suas articulações e

campanhas cuja concretização é a formação da CLOC, coordenadora camponesa latino-americana, e da Via Campesina, movimento camponês internacional.

A emergência de articulações continentais e internacionais nesse período comprova, mais do que uma escolha prática, uma *necessidade* do MST de ampliar sua atividade internacional enquanto estratégia de ação em busca de alianças duradouras e de consolidação de projetos comuns. Ademais, o impacto dessa recomposição dos movimentos camponeses, vai influenciar na mudança do MST com relação ao seu projeto político e sua ação na arena nacional.

### **3.1. Do mundial ao nacional: notas sobre o capitalismo contemporâneo na agricultura**

#### **3.1.1. Mundialização, neoliberalismo e internacionalização no campo**

Para que se possa entender e avançar minimamente sobre as transformações contemporâneas do processo de produção e reprodução do capitalismo ocorridas no campo é preciso ter em vista que sua dinâmica não está pavimentada por “leis naturais” ou “religiosas” – dúvida, por si só, mais do que razoável –, mas por um projeto que envolve todas as dimensões da vida social, em especial a política e a economia. Tal programa conhecido pelo nome de “neoliberalismo” ampliara a dinâmica do capitalismo principalmente em escala internacional.

David Harvey, por exemplo, em *Neoliberalismo: história e implicações*, analisa que a marca do novo regime de acumulação do capitalismo contemporâneo responde a uma doutrina particular: o “neoliberalismo”. Uma expressão que se tornou largamente corrente no léxico do pensamento político e econômico atual e não raras vezes permanece esvaziada de um potencial explicativo. Harvey traça uma definição desse processo de “neoliberalização”, enfatizando as relações entre economia e política, assim como o papel do Estado:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Quanto ao papel do Estado,

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa da polícia e leis requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado (*Idem, Ibidem*).

Sobre o mesmo assunto, François Chesnais, em seu livro *A mundialização do Capital* (1996), aponta que a dinâmica do capitalismo contemporâneo está mais organicamente voltada ao âmbito financeiro e supranacional, afinal, o movimento do capital financeiro era muito mais lento como instrumento de controle das condições de valorização capitalista no mundo. Desse modo, tratar-se-ia, pois, duma “fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, é só a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 32). Sistemáticamente submetido à valorização do capital privado, a “mundialização”<sup>80</sup> teria como suas características essenciais à polarização nacional, ou seja, interna a cada país e internacional, “aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia” (*Idem*, p. 37).

Evidentemente, como constata o economista francês, existiria uma continuidade em relação a outras “fases” históricas do desenvolvimento desigual do capitalismo, assim como descontinuidades, sendo um processo histórico de dois movimentos em uma mesma unidade: de um lado, uma longa fase de acumulação ininterrupta do capital – pelo menos desde 1914 – e, do outro, um conjunto de políticas de “liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento da propriedade”.

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles se expandirem à vontade e

---

<sup>80</sup> Ainda segundo Chesnais, a defesa de utilizar-se do termo “mundialização” ao invés de “globalização” (enormemente difundido pela diversos canais de comunicações) seria claramente uma opção estratégica: “A palavra ‘mundial’ permite introduzir, com muito mais força do que o termo ‘global’, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente (CHESNAIS, 1996, p. 34)<sup>81</sup>.

Como se pode perceber, através dessa ligeira apresentação, tanto Chesnais quanto Harvey assinalam aspectos novos do capitalismo nas últimas três décadas – a emergência do “neoliberalismo” e da “mundialização”. É esse quadro de processos de que terá impactos decisivos na (re)ordenação da estrutura produtiva no campo em escala planetária<sup>82</sup>.

Henry Bernstein, por exemplo, em um artigo intitulado “A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização” (2011), denomina o contexto internacional agrária – sob órbita do “neoliberalismo” e da “mundialização” – como “regime alimentar corporativo do comércio multilateral”. O resultado de sua configuração atual deriva, em grande medida, dos problemas econômicos de “superprodução e escoamento de excedentes” desencadeados durante a famigerada “crise econômica” da década de 1970. Além do elemento econômico, segundo o autor, as mutações foram também de ordem política, estruturada e projetada a partir do esgarçamento dos países burocráticos do Leste Europeu.

De qualquer forma, parece não restar dúvida de que a emergência do novo regime de acumulação do capital na agricultura se tornou efetivamente *transnacional*. Basta olhar o protagonismo que os organismos multilaterais – como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Comércio (OMC) – possuem para decidir os rumos das políticas agrícolas nacionais ligadas à agricultura dos países da periferia do sistema capitalista. Sem contar o aumento das formas intercontinentais de empreendimento na indústria de alimentos e insumos e a especulação financeira para se apropriar, por exemplo, das patentes de direitos de propriedade intelectual do material genético de plantas.

---

<sup>81</sup> Tal movimento de acumulação em escala mundial acelerado passa a se manifestar, também, violentamente no domínio ecológico, que tem provocado um “esgotamento previsível de certos recursos chaves” e o “anúncio de mudanças climáticas que afetam às condições elementares” (CHESNAIS, 2007, p. 20-21). Não por acaso, afiança o autor, tal constatação toca intensamente a própria sobrevivência da chamada “civilização” sob “a ameaça radical da possibilidade de vida no planeta”. Os parâmetros que sustentariam e fundamentariam o próprio “progresso”, nesse sentido, estariam abalados com a iminência de futuros conflitos pelo acesso a matérias primas. Para uma análise sobre a crise ecológica, ver Wallis (2009) e Chesnais (2007).

<sup>82</sup> Há algumas pesquisas recentes – caso de Zimbábue, África do Sul, Nepal, Polônia – apontando “intrigantes pontos de contatos” (MORAES, 2006) entre países que passaram pelos planos de ajuste estrutural disseminados no setor agrícola. Não é a toa que, paralelamente, centenas de movimentos sociais no campo em todo mundo protestariam por essa difusão planetária de um modelo único de desenvolvimento produtivista.

**Quadro 3.1. Temas da agricultura no âmbito do atual regime capitalista**

1. a liberalização do comércio, mudanças nos padrões de comércio de mercadorias agrícolas, e as disputas envolvidas, dentro e fora da Organização Mundial do Comércio (OMC);
2. os efeitos sobre s preços de mercadorias agrícolas no mercado futuro, isto é, a especulação impulsionada pela “financeirização”;
3. a eliminação de subsídios e outras formas de apoio aos pequenos agricultores no hemisfério sul, como parte dessa liberalização, em conjunto com a redução dos orçamentos governamentais e da ajuda para a agricultura;
4. a concentração, cada vez maior, de corporações globais na indústria de agroinsumos e agroalimentos, marcada por fusões e aquisições; e do poder econômico de algumas poucas corporações no comando de fatias maiores do mercado;
5. novas tecnologias organizacionais implantadas por essas corporações em conjunto com cadeias de mercadorias agrícolas, através do processo, fabricação, e distribuição a retalho – como, por exemplo, a “revolução do supermercado”, no abastecimento global de alimentos e controle do mercado de vendas de alimentos, e as tentativas, por parte das grandes redes de supermercados, de entrar na China, na Índia e em outras partes do hemisfério sul;
6. como essas tecnologias se combinam com o poder econômico corporativo para moldar e restringir as práticas (e “escolhas”) dos agricultores e consumidores;
7. a pressão das corporações por patentes de direitos de propriedade intelectual do material genético de plantas, de acordo com as disposições da OMC sobre os aspectos dos direitos da propriedade intelectual no comércio (ADPIC), e a questão da “biopirataria” corporativa;
8. a nova fronteira técnica: a engenharia genética de plantas e animais (organismos geneticamente modificados – OGM) que, em conjunto com a monocultura especializada, contribui para a perda da biodiversidade;
9. a nova fronteira do lucro: a produção de biocombustíveis, dominada por corporações do agronegócio, com subsídios públicos nos EUA e na Europa, e seus efeitos sobre a produção mundial de grãos para consumo humano;
10. as consequências para saúde, incluindo o aumento dos níveis de substâncias químicas tóxicas em alimentos de cultivo e processamento “industrial”, e as deficiências nutricionais de dietas a base de “junk food”, fast food e alimentos industrializados, o aumento da obesidade e de doenças relacionadas à obesidade, bem como a continuidade, e o possível aumento, da fome e da desnutrição;
11. os custos ambientais de todos os temas referidos, incluindo os níveis de consumo de energia e emissão de carbono envolvidos na “industrialização” do cultivo, processamento e vendas de alimentos – como, por exemplo, no transporte do alimento por longas distâncias, do produtor ao consumidor, e o custo elevado dos produtos transportados por via aérea <sup>83</sup> ;
12. em suma, as questões relacionadas à “sustentabilidade” ou não do atual sistema alimentar global: seu crescimento contínuo ou reprodução ampliada, em conjunto com as trajetórias observadas (BERNSTEIN, 2011, p. 67-68).

Nessa mesma toada, Peter Rosset (2004) afiança como a terra tornou-se uma demanda para o mercado internacional. O Banco Mundial<sup>84</sup> tornou-se a instituição

<sup>83</sup> Os supostos “abusos” e “inconvenientes” da produção da agricultura moderna seriam flagrados através da utilização amiúde de praguicidas e fertilizantes que acarretam, por sua vez, a erosão dos solos e a contaminação de águas e alimentos por resíduos de agrotóxicos. Gilberto Dupas (2006) afirma que nesse curtíssimo período (as últimas três décadas) os níveis dos oceanos estão subindo duas vezes mais rapidamente que há 150 anos; a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera começou a elevar-se com velocidade anormal. “Cerca de 2 milhões de hectares do planeta, quase um quarto das terras cultiváveis, estão degradados; e o custo para reverter a degradação é muito alto. Desde 1960, um quinto das florestas tropicais desapareceu. E, por causa da exploração exagerada, cerca de 34% das espécies aquáticas estão ameaçadas. [...] *A expansão agrícola, de 1945 até 2004, foi superior à soma da expansão nos séculos XVIII e XIX; a destruição ambiental resultante contribuiu para perdas irreversíveis de vida vegetal e animal agravando o percentual de mamíferos, aves e anfíbios em extinção*” (DUPAS, 2005, p. 228, grifo nosso).

<sup>84</sup> “O que levou o BM a, crescentemente, preocupar-se com o tema da política agrária, depois de praticamente abandoná-los nos anos 80, em função da saturação da agenda internacional pelas questões

financeira protagonista para o mercado de terra no mundo inteiro. Ainda segundo o autor, o BM apropriou-se do termo da reforma agrária e lhe atribuiu sua versão “moderna”, como peça central da política setorial para áreas rurais. Ao incorporá-lo a seu léxico político não havia mais problema em discorrer sobre a reforma agrária – ainda que historicamente da defesa da reforma agrária tenha emanado uma carga incontestável de “radicalidade” por movimentos e organizações camponesas e indígenas<sup>85</sup>. Afinal, como afirma João Márcio Pereira (2009, p. 297), “trata-se de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais camponeses, especialmente aqueles aglutinados na Via Campesina, que têm outra visão de mundo e defendem outras propostas para o campo”. Bem entendido, a questão não estaria mais em negar a reforma agrária, mas incorporá-la e adequá-la dentro da lógica política estritamente de mercado. Ideologicamente, apontar a ideia de que a única maneira da real concretização da questão agrária dar-se-ia por meio da mediação da entidade internacional, o BM, através do oferecimento de subsídios e orientações precisas para sua execução. Basicamente, a lógica ancorava-se na ideia de que a ausência de investimento econômico na terra provocava os maiores indícios de pobreza nos países periféricos. A estratégia, nesses termos, era providenciar a promoção de pacotes de investimentos do setor privado em áreas rurais, acelerando o processo intenso de modernização do campo – que expressa a “reforma agrária para o mercado”. Rosset salienta que esse programa BM está sendo aplicado em países e com resultados muito semelhantes. O autor

---

macroeconômicas e financeiras? Basicamente, por cinco razões principais: a) a oportunidade de despolitizar o tratamento do problema existente em grande parte dos países do Sul, uma vez que o fim da Guerra Fria, na sua visão, teria enfraquecido a vinculação entre a luta pela reforma agrária e um ideal de transformação social mais abrangente; b) a necessidade de liberalizar os mercados fundiários, por meio da eliminação de barreiras legais à compra e venda e ao arrendamento de terras, a fim de atrair o capital privado (nacional e internacional) e, assim, elevar a produtividade agrícola; c) a necessidade de dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do regime de acumulação dominante de propriedade da terra; [...] e) a necessidade de estimular a mercantilização total das terras rurais nas sociedades do antigo bloco soviético, a fim de consolidar sua transição ao capitalismo e acelerar sua inserção subordinada na globalização financeira” (PEREIRA, 2009, p. 279-280).

<sup>85</sup> “A palavra ‘reforma’ foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia ‘reforma’. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do ‘estatismo’, que, tanto, em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado de ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle” (COUTINHO, 2010, p. 35).

organiza e sintetiza as políticas de terra do BM numa “escala” que pode ser raciocinada em sequência referencial. Vejamos:

**Quadro 3.2. O Banco Mundial e as políticas da terra**

<b>Escala de reformas</b>
Créditos para beneficiários
Bancos de terra
Distribuição através do mercado
Estímulo ao mercado de terras
Titulação com títulos alienáveis
Privatização de terras públicas e comunais
Cadastro, registro e demarcação de terras

**Fonte:** Peter Rosset (2004).

Naturalmente, cada um dos países periféricos tem seu próprio ritmo de incorporação de tais projetos, uns mais lentamente e outros mais rapidamente passam a se enquadrar nas políticas da terra do BM, ou seja, na *adaptação* aos processos de desregulamento da economia no campo. Desde já, fica descartada qualquer possibilidade de orientar, dominar, controlar, canalizar tais processos. O primeiro degrau, segundo Rosset, diz respeito à organização da situação da posse da terra com objetivo de criar um promissor mercado de terras:

Sem um mercado onde as pessoas possam comprar e vender terra e usá-la para assegurar empréstimos ou dar garantia aos investidores, e pessoas, companhias ou corporações possam obter um título e direitos de propriedade, de acordo com o banco, não haverá investimento na produção rural. Investidores exigem a segurança do direito de propriedade (ROSSET, 2004, p. 19).

Quando há segurança jurídica através de um levantamento/catalogação de terras, quando à segurança do direito à propriedade, o processo de privatização das terras públicas é viável mediante negociações com qualquer agente econômico que queira investir sua produção em um determinado espaço. Assim, o próximo passo é a regularização dos títulos da terra como alienáveis, *id est*, vendê-la ou usá-la como garantia de solicitação de crédito, pois se por algum motivo não ocorre o pagamento do empréstimo bancário, perde-se até a terra. Exatamente a legitimação de títulos de terras como alienáveis – o terceiro degrau – seria a forma de contrato que imprime a dinâmica do mercado de terras: “quando as economias borbulham, o valor da terra pode sofrer, a curto prazo, elevações drásticas, induzindo vários pequenos agricultores a vender seu pedaço de terra por um preço que parece bastante alto” (*Idem, Ibidem*). Sem, ainda,



entrar-nos-emos nos méritos dos problemas que estão nesse processo, o funcionamento do mercado de terras estaria, então, apto a fornecer os créditos para “beneficiários” através dos “bancos de terra” (“fundos de terra”), para comprar a terra e assegurar uma dívida baseada no preço de que ela é vendida:

O Banco argumenta que o “velho” estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou governos revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, por que as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado – o Banco sugere – seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito. (...) Existe uma diretriz do Banco que proíbe a compra de terras com recursos próprios, mas ele provê vários tipos de fundos administrativos e recomenda aos governos criar um fundo de crédito, com recursos quer do país quer de outros doadores. O crédito é disponibilizado aos sem-terra: assim, em tese, eles podem adquirir terra. Nesse modelo, o objetivo é não incomodar as elites econômicas, confiscando suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender, pelo preço que estão dispostos a pedir (ROSSET, 2004, p. 22).

A política de terra do BM no seu modelo de “reforma agrária para o mercado” seria mais um exemplo de uma política agrária de “modernização da agricultura”, particularmente em países da periferia do sistema capitalista. Exemplo evidente disso é o processo de reestruturação da agricultura latino-americana das últimas décadas. Para o sociólogo chileno Jacques Chonchol (2005), diante desse contexto de mercantilização da agricultura, ocorreria, pelo menos, três mutações decisivas: 1) os produtos agrícolas em destaque, ou melhor, aqueles que apresentariam uma maior taxa de crescimento, seriam os de melhor acesso a implementações *técnicas, capital e tecnologia*, “enquanto os cultivos realizados pelos pequenos agricultores familiares ou minifúndios mostraram estagnação ou retrocesso” (CHONCHOL, 2005, p. 45). 2) A crescente influência dos grupos/empresas multinacionais e insumos básicos, como agroquímicos e sementes, seriam os mais beneficiados desse projeto impondo princípios de incentivo à agroindústria de exportação, baseada em produção de monoculturas em grandes territórios. Além disso, mediante a entrega de pacotes tecnológicos, as empresas multinacionais determinariam de modo cada vez mais direto “as formas de subcontratação e a distribuição temporal das tarefas produtivas”. 3) Aumento da mecanização e do uso de insumos químicos como fertilizantes e pesticidas. Chonchol ainda faz uma diferenciação interessante acerca da *população rural* e da *população ativa agrícola* no território latino-americano. Contrariamente àqueles que retomam o

discurso do fim do campesinato, o que ocorre é exatamente o contrário<sup>86</sup>. A população rural em termos absolutos teria aumentado: em 1980, cerca de 122 milhões de pessoas passando para 127 milhões no ano de 2000:

Isso se deve à comunidade da migração campo-cidade, devido às mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho e as transformações da estrutura produtiva, com uma diminuição da superfície cultivada e uma importante expansão das atividades que fazem uso pouco intensivo da mão-de-obra, como a pecuária, os cultivos oleaginosos e as plantações florestais. (CHONCHOL, 2005, p. 45)<sup>87</sup>.

Por outro lado, a população ativa agrícola ficou praticamente estagnada nos anos 1980-2000 com uma sensível queda no último período: “os principais aumentos da população ativa agrícola ocorreram na categoria dos trabalhadores autônomos e dos trabalhadores não remunerados, enquanto as maiores reduções ocorreram entre os assalariados” (*Idem, Ibidem*). O sociólogo chileno conclui que a diferença de aumento de um e diminuição de outro pode ser explicada em relação ao aumento intensivo da pecuária e da indústria florestal expressa a falta de emprego no campo. Basta mencionar que a partir dessa época um novo termo começa a ser utilizado por economistas e empresários rurais para agregar esse conjunto de técnicas, capital e tecnologia que têm sido a matriz estratégica de vários países, como o Brasil: *agribusiness*<sup>88</sup> primeiramente e, na sequência, *agronegócio*.

---

<sup>86</sup> Só para termos uma brevíssima ideia da diversificação teórica que atingem historicamente os estudos sobre a agricultura brasileira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999, p. 70-71) divide os estudos em três correntes: 1) A hipótese de que para que o campo se desenvolva, do ponto de vista capitalista, seria preciso acabar com as relações feudais ou semifeudais e estender o trabalho assalariado do campo. Nesse sentido, “a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo” investindo, desse modo, “o capitalismo no campo”. 2) A tese de que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria”. 3) Por último, a tese segundo a qual “o desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado”: o capitalismo reproduz simultaneamente relações capitalistas e relações não-capitalistas (ou relações camponesas de produção). Nesta última tese, o camponês não vai diminuir na medida em que o capitalismo avança no mundo rural, nem mesmo vai se transformando em proletário do campo (em grande parte, ao menos); ao contrário, o sujeito do campo tende a se reproduzir como camponês.

<sup>87</sup> Sinteticamente, isso pode ser notado por aquilo que Oliveira (2001, p. 62-64) denomina de unidade contraditória da cidade/campo (o “rururbano”), na medida em que o processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura tem eliminado essa dicotomia entre a temporalidade urbana e a temporalidade agrária. O “agronegócio” é justamente esse exemplo no qual a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores da cidade. Ver Fernandes (2004).

<sup>88</sup> Semanticamente ocorreu uma fusão das palavras inglesas *agriculture* e *business* em meio ao contexto da chamada “revolução verde”. O “agronegócio” (tradução para o português) passa, pois, a ser associado a outros agentes responsáveis por todas as atividades. Trata-se, então, de um complexo de sistemas que compreende e engloba agricultura, indústria, mercado e finanças, de modo que a atividade rural é o epicentro. Mas desconectar a atividade rural da atividade industrial ou confundi-las com “agroindústria”,

O termo pode ser utilizado, desde que se tenham alguns cuidados metodológicos quanto à maneira como se emprega, já que ele reflete em larga medida disputas políticas de natureza diversa, além de que há falta de consenso em torno de sua localização e dos segmentos sociais que envolve. Mas para tratar do tema “agronegócio”, mesmo que de maneira preliminar, é mais prudente discorrer os alcances e os limites que o termo possui, ao invés de permanecer nos textos de “denúncia” e “apologia”. Em um artigo sobre o assunto, os autores Heredia, Palmeira e Leite (2012) entendem que a ideia do “agronegócio” é uma radicalização do termo “agroindústria” (moeda corrente de autores nos anos de 1980 e início da década seguinte) e cuja preocupação principal era assinalar entre integração agricultura + indústria via insumos e produtos, “em que o lado ‘agrícola’ perde importância e o lado ‘industrial’ é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas ao conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2012, p. 160). Contudo, o que levou à adoção da expressão “agronegócio” foi o *boom* das exportações dos produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes. O uso de “máquinas e insumos modernos”, quando direcionado para exportação, reforça ainda mais a ideia de “agronegócio”, afinal uma de suas tônicas é o gerenciamento. Curiosamente, quando se refere à grande propriedade territorial, “uma marca das atividades rurais do ‘agronegócio’, a referência à propriedade rural desaparece nas formulações de seus técnicos e há quem tente, no plano ideal dos projetos, associá-la com perspectivas favoráveis aos pequenos produtores” (*Idem, Ibidem*). Regina Bruno (2008, p. 87), por exemplo, em um trabalho que busca captar os discursos de corporações, que fazem sistematicamente apologia ao “agronegócio”, constata que neles se toma como pressuposição que os recursos tecnológicos por si só são constitutivos de progresso (tomando o “progresso” como algo positivo), em nome da “inovação” e da “modernização”. Exemplo disso são os chamados transgênicos: “o discurso empresarial a favor dos transgênicos lança mão do suposto de que se posicionar contra significa um atraso em face da ciência e do avanço tecnológico. Os transgênicos representam o progresso” (BRUNO, 2008, p. 88). Ainda segundo a autora, a classe defensora desse

---

ainda que a segunda seja parte de seu amplo conjunto de sistemas, ou ainda, dos bens e serviços que lhe são inerentes, é simplificar essa nova configuração “moderna” do campo. É bem verdade, já se passam mais de cinquenta anos quando os estadunidenses Davis e Golber, em 1957, formularam o conceito de *agribusiness*. Segundo os pesquisadores, os moldes analíticos tradicionais que enquadravam os setores isolados na economia produtiva de determinado país dificultavam cada vez mais a compreensão da formação de um conjunto complexo em marcha, de toda uma cadeia produtiva que se interagia, em medidas crescentes, em vários setores de produção.

projeto alega a falta de informação segura sobre os possíveis malefícios que poderiam causar à saúde o consumo de alimentos geneticamente modificados: “Enquanto o campo patronal remete-se prioritariamente ao direito de opção do consumidor, as lideranças dos trabalhadores sem-terra reivindicam o direito da pessoa de ser informada sobre os possíveis males dos alimentos transgênicos” (BRUNO, 2008, p. 89).

De qualquer forma, o “agronegócio” tornou-se definitivamente o símbolo da “modernidade” e do “progresso” no campo, mesmo que tenham vozes dissonantes. Além disso, não seria menos ambíguo quando se quer precisar quais produtos fazem parte do “agronegócio”. Assim, pelas “definições abrangentes do tema”, em vários trabalhos (técnicos, jornalísticos e acadêmicos), “faz com que haja uma tendência no sentido que toda atividade agrícola com expressão comercial seja nele incluída e de que a importância dos produtos varie de acordo com o foco do analista” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2012, p. 160-161). É metodologicamente necessário, portanto, uma definição de “agronegócio” que não se limite apenas às exportações de produtos agropecuários e agroindustriais. Quiçá a partir desse ângulo de análise se possa conhecer “a sociedade do agronegócio” (no sentido amplo do termo) enquanto uma totalidade aberta, ou seja, qual tipo de sociedade “existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio”.

Ao tratarmos dos processos relacionados como o “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento de produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, igualmente, para pensarmos a validade de seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas. Em boa medida, a permanência destas últimas tem sido apontada como “obstáculo”, “atraso” ou, ainda, como experiências “obsoletas” num meio rural cada vez mais industrializado. Isso implica, entre outras coisas, em questionar a capacidade da “noção” de agronegócio em tornar-se chave explicativa das mudanças agrárias em curso (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2012, p. 161).

### **3.1.2. Emergência e consolidação do “agronegócio” no Brasil**

Mesmo de maneira preliminar e incompleta, apresentar a expansão do capitalismo no campo brasileiro a partir da década de 1990 não é tarefa fácil. As mudanças das últimas décadas, com o ritmo acelerado da modernização econômica da agropecuária brasileira desde a década de 1970, não resolveram – e parecem estar longe

disso – importantes aspectos sociais, políticos e econômicos que ainda caracterizam as populações definidas como rurais. A permanência de índices de pobreza extrema em diferentes regiões do país, a retomada – a partir da abertura democrática – de uma significativa demanda pelo acesso à terra por parte de diferentes segmentos de trabalhadores rurais e o surgimento de distintas agências de mediação (políticas, técnicas e econômicas) que gravitam em torno das políticas de assentamentos rurais recolocam como desafio concreto e interpretativo a pertinência da questão agrária na compreensão da sociedade brasileira.

Como se sabe, o desenvolvimento no campo brasileiro se faz de forma desigual e contraditória, um processo carregado de temporalidades históricas distintas e não duma expansão homogênea, linear, total e absoluta. Ou seja:

No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana de açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

Não custa recordar mais duas características constantes que assediam a especificidade do caráter contraditório do desenvolvimento desigual no campo brasileiro: 1) O caráter rentista do capitalismo periférico brasileiro que se faz pela fusão, numa mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. *Não existe, portanto, a transformação dos latifundiários em empresários capitalistas. Os capitalistas industriais e urbanos são os proprietários de terra e os latifundiários.* 2) A concentração fundiária do país: “propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista”, mas “parte constitutiva do capitalismo que aqui desenvolve” (OLIVEIRA, 2001, p. 186-187).

Nessa perspectiva, a economia agrária brasileira vai ligar-se com mais vigor às demandas do ritmo do “capitalismo mundializado”, em especial pelo saldo positivo na balança comercial do setor agropecuário:

Com a crise internacional no início dos anos 1980, o setor rural brasileiro viu-se envolto no esforço de geração de superávits na balança comercial, aprofundando sua capacidade de exportação de produtos agroprocessados e gerando divisas canalizadas para o pagamento dos serviços da dívida externa (SAUER; LEITE; 2012, p. 507).

Sem contar com a presença do capital financeiro na agricultura via entidades multilaterais, a importância crescente das empresas transnacionais (veja na tabela 3.3.), o investimento estrangeiro na compra de terras serão algumas das transformações recentes que o setor agropecuário brasileiro atravessa. O capital financeiro na agricultura brasileira, por exemplo, estrutura-se justamente com a modernização técnica da década de 1970, que, de uma vez só, impulsiona a agroindústria mediante o crédito rural subsidiado e aprofunda a valorização da propriedade fundiária. Basta mencionar os programas formulados e negociados com o BM implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso e nomeados como Cédula da Terra e Banco da Terra.

A experiência brasileira com os programas orientados pelo MRAM [Modelo de Reforma Agrária de Mercado] durante o governo FHC consumiu cinco anos (1997-2002) e foi uma das mais abrangentes em nível internacional. [...] Em nenhum outro país se gastou tanto com o financiamento de compra de terras para tantos trabalhadores rurais como no Brasil, assim como nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao BM (PEREIRA, 2009, p. 297).

O objetivo era que o projeto possibilitasse o barateamento ao acesso à terra e constituísse assentamentos via mercado. O empréstimo pela aquisição de terras tinha dez anos de prazo de pagamento. O argumento do BM e do executivo federal dar-se-ia na atitude mais cooperativa dos grandes proprietários. Em vez da forma “clássica” de redistribuição de terras por meio de desapropriações, tratar-se-ia de um programa que procura dinamizar o mercado de terras e a transferência da propriedade por compra e venda.

Sérgio Sauer (2004), por seu turno, assevera que por trás da imposição de determinadas práticas e valores através do programa de empréstimo do BM, estaria presente a disputa dum espaço produtivo privilegiado, ou seja, com maiores investimentos em tecnologia e assistência técnica por via de “empreendimentos coletivos”. Assim, os agricultores “beneficiados” seriam obrigados a viver de forma que não estão acostumados, aglomerando-se aleatoriamente por participarem de um determinado programa de empréstimos. “O objetivo desses investimentos coletivos é produzir (monoculturas em larga escala comercial) e gerar renda para o pagamento, mas isso não está ocorrendo por diversos problemas que impedem a proibição coletiva”

(SAUER, 2004, p. 54)<sup>89</sup>. Esta seria uma conexão direta entre as políticas de terra do BM e a formação e consolidação da sociedade do “agronegócio” no Brasil.

A estrangeirização das empresas no espaço agrário é outro elemento que vem a calhar com a nova configuração no campo brasileiro, como podemos notar na tabela 3.3<sup>90</sup>. Essa tendência global do aumento dos negócios de compra de terras no Brasil por estrangeiros tem se intensificado por conta da crescente demanda por alimentos, agroenergias e matérias-primas (FERNANDES, 2011; SAUER, LEITE, 2012). Em 2010, das dez maiores empresas com relação ao agronegócio que tiveram a maior receita líquida, as seis eram estrangeiras, acumularam um lucro total – nacional e transnacional – de 97.069 milhões (ou 51% do total). Vinte e duas empresas estrangeiras controlam mais de 53% de todo o movimento, representando 98.624 milhões.

**Tabela 3.3. Principais empresas do “agronegócio” (em US\$ milhões)**

<b>Ordem</b>	<b>Nome da Empresa</b>	<b>Sede</b>	<b>Origem do Capital</b>	<b>Receita líquida (R\$ Milhões)</b>
1	BRF Brasil Foods	SP	Brasil	15.906
2	Bungue Alimentos	SC	Holanda	15.780
3	Cargil	SP	EUA	13.489
4	Unilever	SP	Grã Bretanha/Holanda	11.967
5	Nestlé	SP	Suíça	11.426
6	Copersucar	SP	Brasil	6.437
7	Bertin	SP	Brasil	6.175
8	Fibria	SP	Brasil	6.000
9	Souza Cruz	RJ	Grã Bretanha	5.475
10	Bunge Fertilizantes	SP	EUA	5.214
11	JBS - Friboi	SP	Brasil	5.149
12	LDC Brasil	SP	França	4.720
13	COAMO	PR	Brasil	4.205
14	Amaggi	MT	Brasil	3.963

<sup>89</sup> Uma complementação a este estudo é o profundo trabalho de campo que o próprio autor fez nas áreas adquiridas pela Cédula da Terra. Sauer constatou que o fato de ter acesso à terra através do empréstimo do banco era uma prática aprovada pelos moradores, já que o desejo imediato de ter terra era predominante. No entanto, as insatisfações generalizadas por esses mesmos trabalhadores do campo eram pelos recursos pífios para a produção e a instalação de infraestrutura. Inclui-se também a falta de conhecimento sobre elementos básicos do projeto do qual participavam, principalmente sobre as condições para o pagamento do empréstimo. A comprovação do alto índice de desistência confirmaria a debilidade do programa.

<sup>90</sup> A penetração das empresas estrangeiras no Brasil, obviamente, não é algo novo. Só a título de exemplo, o estudo de José Vicente Tavares dos Santos, em meados da década de 1970, já apontava que o setor vinícola gaúcho, atividade agroindustrial mais importante da região na época, sofria algumas transformações no que diz respeito ao declínio de empresas individuais e, paralelamente, e ao processo crescente de fusão de empresas, especialmente pelas multinacionais, de forma a centralizar o capital: “Tudo isso sugere que na estratégia de captação da mais valia em escala mundial também aparece a exploração do sobre-trabalho de uma produção não-capitalista, a produção camponesa” (SANTOS, 1978, p. 90-91).

15	Suzano Papel e Celulose	BA	Brasil	3.642
16	CNH Latin America	MG	Itália	3.353
17	Heringer/ Cargill	ES	Brasil	3.192
18	Syngenta	SP	Suíça/Holanda	2.961
19	Klabin	SP	Brasil	2.868
20	Seara	SP	Brasil	2.772
21	Martifrig	SP	Brasil	2.625
22	Imcopa	PR	Brasil	2.623
23	Cosan/ Cargill	SP	Brasil	2.583
24	Aurora	SC	Brasil	2.518
25	Du Pont	SP	EUA	2.409
26	Dow Chemical Brasil	SP	EUA	2.302
27	Frigorífico Minerva	SP	Brasil	2.507
28	Kraf Foods	PR	EUA	2.440
29	Yara Brasil	RS	Noruega	2.096
30	Novartis Biociencia	SP	Suíça	1.753
31	Bayer	SP	Alemanha	2.002
32	C. Vale	PR	Brasil	1.981
33	Mosaic Fertilizantes	SP	EUA/Canadá	1.950
34	Caramuru Alimentos	GO	Brasil	1.904
35	Da barra	SP	Brasil	1.792
36	Masey Ferguson	RS	EUA	1.711
37	Jonh Deere	RS	EUA/Brasil	1.695
38	Universal Leaf Tabaco	RS	EUA	1.468
39	Doux Frangosul	RS	França	1.661
40	Itambé	MG	Brasil	1.640
41	Granol	SP	Brasil	1.540
42	Coouxupé	MG	Brasil	1.519
43	Ultrafertil	SP	Brasil	1.489
44	M. Dias Branco	CE	Brasil	1.414
45	LDC Bionergia	SP	França	1.382
46	Basf	SP	Alemanha	1.375
47	Lar	PR	Brasil	1.367
48	Diplomata	PR	Brasil	1.350
49	Bianchini	RS	Brasil	1.328
50	Comigo	GO	Brasil	1.267
				189.587

Fonte: Globo Rural/ Anuário do agronegócio/2010.

Em relação aos saldos positivos do comércio externo do país (cf. a tabela 3.4), com sucessivos recordes históricos que se somam a cada ano, exceto a queda de 2008 para 2009 em razão da crise financeira mundial, mantiveram-se em patamares altíssimos na balança comercial brasileira. Isso mostra, pois, a inserção cada vez maior do Brasil no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do “capitalismo mundializado”. O Brasil do campo moderno, dessa forma, “vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo” (OLIVEIRA, 2003, p. 121). Assim, “ria-se internamente no Brasil uma nova burguesia internacionalizada. É o capitalismo mundial produzindo no Brasil uma burguesia nacional mundial” (OLIVEIRA, 2003, p. 123). A burguesia local – no caso, a brasileira – assume um papel inteiramente a “heteronomia” com



respeito ao capitalismo mundial, confirmando o prognóstico de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes.

**Tabela 3.4. Evolução da Balança Comercial do “agronegócio” no Brasil 1998-2010 (em US\$ bilhões)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	21.546	8.041	13.505
1999	20.494	5.694	14.800
2000	20.594	5.756	14.838
2001	23.857	4.801	19.056
2002	24.840	4.449	20.391
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	43.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701
2008	71.806	11.820	59.986
2009	64.780	9.900	54.880
2010	76.440	13.400	63.040

**Fonte:** Estatística do meio rural / 2008 / DIEESE / DATA / IICA/ Folha de São Paulo (2011).

O lugar da sociedade “agronegócio” tornou-se, dessa maneira, um ponto indispensável para o entendimento dos processos sociais e econômicos do campo brasileiro, mas também, como já foi ressaltado, um ponto de fácil discordância de diversas entidades, estudiosos e mediações políticas. José de Souza Martins (2003), por exemplo, em um artigo sobre a “reforma agrária” no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, reforça a tese de que a reforma agrária em um país com as particularidades do Brasil finalmente encontrou o seu sujeito – o agricultor familiar. Segundo Martins, o fortalecimento e alargamento das possibilidades da agricultura familiar não anulariam nem impugnaria “a convivência com o agronegócio e a grande lavoura comercial, essenciais ao processo de acumulação de capital para que o país se desenvolva numa escala que não pode ser a dos pequenos países pobres e das economias limitadas, como a cubana e a nicaraguense do sandinismo” (MARTINS, 2003, p. 157). No entanto, ocorre que o setor do “agronegócio” não estaria restrito à acumulação; na verdade, como destaca Francisco de Oliveira (2003, p. 150), são apenas transferências de patrimônio de uma “acumulação capitalista truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”.

“Condutores performáticos da nova exclusão”, a América Latina e, especialmente o Brasil, em meio aos últimos experimentos neoliberais, combinariam uma singularidade histórica e contemporânea que o autor denomina de *vanguarda do atraso e atraso da vanguarda*. Eis o que afirma o autor:

É o atraso da vanguarda: síntese, *clé de voûte* [pedra angular], de complexos processos de nova direitização, neoconservadorismo, racismo físico e cultural, intensa transformação dos sujeitos sociais, desemprego que no fundo expressam uma radical exasperação dos limites da mercadoria. Uma crise da modernidade que volta a tangenciar os limites do totalitarismo, numa espécie de *Auschwitz* sem chaminés de crematório (OLIVEIRA, 1997, p. 33).

Não se trata mais de uma nação em construção, mas de um resultado, de uma síntese, de uma catástrofe social gestada através de uma lógica socialmente perversa entregue irrestritamente às *exigências de uma economia internacional agroexportadora*. Se ainda o progresso técnico operasse como nos tempos da Segunda Revolução Industrial, quando ainda se permitia um salto à frente, “operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica, por se tratar de conhecimento difuso e universal”, agora, “*o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações*” (OLIVEIRA, 2003, p. 138, grifos nossos). Em outro texto, o sociólogo marxista dirá:

As economias da América Latina pertencem, agora, à família dos ornitorrincos, uma combinação esdrúxula de altas rendas, consumo ostentatório, acumulação de capital comandada pela revolução molecular-digital, pobreza extrema, lumpesinato moderno, avassalamento pelo capital financeiro, incapacidade técnico-científica (OLIVEIRA, 2004, p. 117).

No caso específico brasileiro, a estagnação de seu desenvolvimento deu-se “no exato momento em que nossa matriz industrial se completava, somos enfim uma economia industrial plena, *porém encerradas a sete chaves na periferia da inovação tecnológica*” e nessa camisa de força interminável, “a intuição original do processo na sua inteireza faz tempo que deixou de girar em torno da ideia fixa construção-nacional-interrompida, herdada do imaginário possível da assim chamada modernização capitalista” (ARANTES, 2004, p. 17, grifo nosso).

Para terminar, essa nova morfologia na agricultura brasileira tem impactado violentamente as condições biológicas e ecológicas. Por exemplo, o impacto negativo da chamada agricultura moderna nos agroecossistemas da Mata Atlântica e das

Florestas nos Campos Meridionais, localizadas na região Sul e Sudeste, pode ser sintetizado assim:

Solos erodidos exigem mais fertilizantes, que nem sempre suprem de modo adequado às necessidades nutricionais das plantas. Isso leva os agricultores a aplicar doses crescentes de venenos que também eliminam os inimigos naturais das pragas, facilitando – principalmente em plantações especializadas – a proliferação de insetos, ácaros, fungos e bactérias. Como esses agrotóxicos não conseguem eliminar toda a população de uma praga, os indivíduos sobreviventes se tornam cada vez mais resistentes (VEIGA, 2003, p. 203).

No Cerrado, por exemplo, que constitui a mais rica savana do mundo e o segundo bioma brasileiro, atrás somente da região do Amazonas, a continuidade da política do “agronegócio” na região já se encontra ameaçada pelo esgotamento dos recursos naturais: “A dependência crescente de insumos químicos e de irrigação é uma ameaça não somente aos seus ecossistemas, mas ao próprio prosseguimento da agropecuária. (...) Nada menos do que 80% das pastagens plantadas em áreas de Cerrado apresentam algum tipo de degradação” (*Idem, Ibidem*).

### **3.2. Lutas agrárias transnacionais: fundamentos da CLOC e Via Campesina**

A partir da década de 1990, cada vez mais o destino do planeta passou a ser vigiado pela opinião pública internacional. Muitos ativistas dos movimentos operário, feminista, ambiental, camponês e de direitos humanos, assim como de outros movimentos, têm defendido cada vez mais a adoção de diferentes formas de ação internacional.

Não se pode ignorar o nascimento de um espaço público internacional onde diversas questões são cada vez mais debatidas através das Cúpulas Mundiais. Assim, em poucos anos se multiplicaram as conferências mundiais, suscitadas pelo sistema Nações-Unidas em torno de questões de interesse universal: A Cúpula do Rio (1992), sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; do Cairo (1994), sobre a população mundial; de Copenhague (1995), sobre o social; de Pequim (1995), sobre as mulheres; e a de Istambul (1996), sobre as grandes cidades. Seria ingenuidade crer que tudo que se decide se aplica ou que a forte participação de representantes da sociedade civil constituiria, com certeza, a garantia de posições corretas (REGALSKI, 2000, p. 65).

Tal cenário se refletiu agudamente nos movimentos sociais, já que “são formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos”

(SCHERER-WARREN, 1999, p. 14). Ou seja, muito dessa explosão social transnacional deve-se, em grande medida, ao conjunto de “políticas neoliberais” desenvolvidas entre os Estados, atores não-estatais e as instituições internacionais (notadamente as organizações econômicas multilaterais).

Durante a década de noventa, os programas de regulação e liberalização desencadeados pelos governos neoliberais modificaria decisivamente a estrutura produtiva do campo, que passa a ter um peso mais relevante na constituição da vida social do planeta. Diante desse quadro, ocorreria uma (re)alocação entre os movimentos sociais rurais e o Estado-nação, ampliando as reivindicações dos movimentos para outras instâncias políticas:

A partir da década de 1990, começa a se estruturar uma articulação reticular de organização e movimentos sociais na América Latina, com experiências de organizações coletivas [...] que transcendem os limites do Estado-nação para constituir um marco de resistência espacial supranacional na região. A organização mais isolada unidirecional dos movimentos rurais ou urbanos na América Latina, típica das décadas anteriores, dá lugar a um cenário emergente de convergência de ações políticas, novas formas organizativas, interesses e interações transfronteiriças e emancipatórias. Não somente se supera o Estado-nação como marco referencial para a política dos movimentos sociais, como se atenua a tensão fundamental entre Estado e movimento social, a partir do momento no que o primeiro deixa de ser visto como o *locus* relevante da contenda política, num processo de identificação de novos interlocutores e inimigos frontais, relações de poder e dominação. (*Idem*, p. 285).

Os movimentos políticos e sociais de camponeses despontam como uma oposição à chamada “globalização neoliberal”. O marco simbólico dessa “nova onda” de contestação *provavelmente* deve-se ao levante na região de Chiapas, no México, no dia 1º de janeiro de 1994, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que conclamava os indígenas a lutar por uma “autonomia local” e denunciar a “globalização neoliberal”. Não por acaso, o dia da insurreição coincidia com a implantação do Nafta – Acordo de Livre Comércio da América do Norte –, que o México havia assinado com os Estados Unidos com o objetivo de formar um mercado comum somente para a circulação dos capitais e das mercadorias<sup>91</sup>.

Talvez a grande marca da ideologia neozapatista tenha sido articular as dimensões local e global da realidade mexicana: reivindicar uma autonomia para os indígenas de Chiapas tinha necessariamente que apontar os efeitos sociais da política

---

<sup>91</sup> Para uma análise sobre do processo de construção ideológica e a dinâmica da matriz discursiva dos neozapatistas, ver Almeida (2010).

neoliberal que se consolidava no mundo. Além disso, outro fator que também despertou atenção foi a velocidade com que seus discursos repercutiram no cenário internacional. A utilização da internet, desde então, foi um meio importante de difusão não só dos problemas de Chiapas, mas das reivindicações de camponeses e indígenas de todo mundo<sup>92</sup>. O sociólogo José de Souza Martins, por exemplo, batizou de “guerra eletrônica” essa nova forma de contestação trazida pelos neozapatistas: “a atitude do subcomandante Marcos [o porta voz principal dos zapatistas] parece mostrar uma consciência clara de que os problemas regionais tem seu centro nevrálgico na capital da formação da opinião pública internacional e no seu instrumento, a mídia” (MARTINS, 2002, p. 62)<sup>93</sup>.

O levante rebelde dos povos indígenas mexicanos tinha como eixo a luta contra a destruição e a ausência de direitos à terra comunal indígena e simultaneamente contra a implantação do neoliberalismo. De acordo com Massimo De Angelis, a lutas dos neozapatistas respondeu com um “internacionalismo totalmente novo”. De um lado, uma de suas raízes assenta-se nas condições materiais da realidade econômico-social: o processo atual de acumulação capitalista baseado no aceleração das políticas neoliberais. Do outro, o envolvimento de novos elementos na subjetividade dos “excluídos” da política neoliberal, como “dignidade, esperança e vida”<sup>94</sup>, aditivos utilizados não como instrumento na luta contra o capital, “mas um ponto para a constituição da humanidade” (ANGELIS, 2005, p. 27).

Em 1996, os neozapatistas organizam na Selva Lacandona, em Chiapas, o I Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade. No encontro estiveram participaram entidades de todos os continentes. Na ocasião, um dos militantes do MST que marcou presença no encontro como representante na delegação brasileira

---

<sup>92</sup> A CLOC, por exemplo, destaca-se também pela utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para intensificar não somente o processo de articulação dos movimentos e das organizações camponesas, mas na construção de significados simbólicos e culturais. Para uma análise sobre o assunto, ver Zampier (2007).

<sup>93</sup> Embora tenha sido uma inquestionável novidade a utilização de meios de comunicação digital, não se pode exagerar na análise. Muitas das análises sobre o EZLN – especialmente a literatura norte-americana – apenas focalizam (e louvam) esta dimensão, sugerindo “que o aspecto mais característico do grupo como movimento político é ter mudado o objetivo da luta do controle dos meios de produção para o controle dos meios de comunicação” (NUGENT, 1999, p. 178). Para um balanço crítico sobre o assunto, ver Nugent (1999).

<sup>94</sup> Em um texto enviado pela internet para todo mundo, redigido pelo Subcomandante Marcos, o internacionalismo é visto na seguinte chave: “contra a internacional do terror que representa o neoliberalismo devemos levantar a internacional da esperança. A unidade, por cima das fronteiras, idiomas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos, de todos aqueles que preferem a humanidade viva [...]” (JST, 1996, n. 152, p. 20).

ressaltará especialmente a semelhança em relação ao impacto negativo das políticas neoliberais:

Como o projeto é globalizante, suas consequências sociais são muito similares: graves problemas sociais, aumento do desemprego, diminuição dos gastos na saúde, educação. É o mesmo filme aplicado em todos os países. Se a ação do sistema capitalista é uma coisa que não tem país nem continente, a luta dos trabalhadores deve romper com o corporativismo, criando laços de solidariedade e de articulação política para fazer o enfrentamento a esse projeto (Gilmar Mauro em JST, 1996, n. 161, p. 17).

Contudo, se há possíveis “afinidades” entre os movimentos sociais mais divulgados na América Latina – como, a visibilidade internacional às demandas dos trabalhadores rurais e indígenas, participação ativa da Igreja Católica na organização de quadros, produção de uma rede de apoio<sup>95</sup> –, as diferenças entre as duas organizações não são menos importantes:

Nossa relação com os zapatistas é fundamentalmente de solidariedade. Sua luta é justa, mas sua base social e seus métodos são diferentes dos nossos. Desde o princípio, sua luta é uma luta dos povos indígenas pela autonomia e se tivéssemos que apontar alguma uma crítica em relação as suas experiências, consistiria em assinalar a lentidão de seus progressos e sua incapacidade de converter esta luta em luta de classes, em escala nacional. Eles se baseiam numa luta por uma etnia específica, dentro de um território particular, enquanto que o MST é um movimento camponês que se transformou e se politizou em consequência do avanço do capitalismo, do neoliberalismo (STÉDILE, 2002, p. 123).

Ora, as diferenças e até mesmo críticas em relação à conduta dos neozapatistas pelos dirigentes do MST não seriam completamente “absurdas”, tendo em vista a trajetória particular pela o Movimento envereda, em escala nacional e internacional. Afinal, como apresentamos no capítulo anterior, os movimentos camponeses da América Latina estavam organizavam também desde o final dos anos 1980, especialmente por meio dos debates sobre os 500 anos de resistência. No último encontro da campanha realizado em Manágua (Nicarágua), em 1992, surgiu a ideia de uma organização mundial de camponeses com a finalidade de desenvolver alternativas ao neoliberalismo. No ano seguinte, em Mons (Bélgica), será oficializada a criação da Via Campesina<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Para um estudo comparativo entre EZLN e MST, ver Vargas Neto (2007).

<sup>96</sup> Para uma análise da Via Campesina, ver Vieira (2011), Desmarias (2007) e Nieymeyer (2007).

Fundada em abril de 1992, La Vía Campesina se gestou em uma reunião camponesa realizada em Manágua (Nicarágua), em razão do congresso da UNAG. [...] Ali se reuniram camponesas e camponeses da Europa, América Central e América do Norte com o ímpeto de combater o sistema [neoliberal] que abalava os direitos dos camponeses. No ano seguinte, em maio de 1993, em Mons (Bélgica), teve lugar a I Conferência de La Vía Campesina – órgão máximo de debate e decisão que se reúne a cada quatro anos – onde é efetivamente constituída como organização internacional (LA VÍA CAMPESINA, 2009, p. 8).

No ano do encontro na Nicarágua, praticamente os mesmos movimentos camponeses da América Latina resolveram organizar outro encontro “paralelo” à ECO-92 que ocorria na cidade do Rio de Janeiro<sup>97</sup>. É durante essa reunião, que aconteceu na cidade de Vitória (Espírito Santo), que se decidiram princípios para a criação de uma coordenação latino-americana dos camponeses, que será a CLOC.

Das reuniões paralelas que se realizavam em Vitória, logo depois daquela conferência, nos reunimos apenas os movimentos camponeses, e acho que daquela reunião tiraram-se alguns princípios e a proposta do congresso constitutivo da CLOC. Lá nasceu inclusive o nome. E o Congresso se realizou depois em fevereiro de 1994, sob os auspícios da CCP [Confederação Campesina Peruana] (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

Em fevereiro de 1994, é organizado na capital do Peru, Lima, o I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo, que seria a formaria a articulação continental de camponeses *Coordenadora Latino-americana de Organização do Campo* (CLOC). A delegação brasileira esteve presente com 51 participantes, dentre os quais 19 eram militantes do MST<sup>98</sup>. Na Declaração Final do Congresso de Lima, a CLOC não teria apenas como objetivo o intercâmbio de experiências, mas principalmente “buscar formas de organizações conjuntas” e “encontrar alternativas que se contraponham e resistam às políticas neoliberais que vêm deixando rastros de miséria e violência por todo continente” (JST, 1994, n. 134, p. 14).

De maneira inédita na história mundial da luta dos trabalhadores do campo, surgem praticamente ao mesmo tempo dois movimentos transnacionais de camponeses na cena contemporânea. Ademais, como aponta Flávia Vieira (2011, p. 185), o fato de

---

<sup>97</sup> De 3 a 14 de junho, de 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como ECO-92 ou Rio-92, que contou com a participação de inúmeros Chefes de Estado com o objetivo de discutir as condições do meio ambiente no planeta e elaborar um documento para assegurar um desenvolvimento econômico sustentável.

<sup>98</sup> Das entidades brasileiras, também estiveram presentes no Congresso, o Departamento Rural da CUT, da CPT, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento da Transamazônica.

que a formação da CLOC e da Via Campesina tenha ocorrido de maneira paralela não significou uma disputa entre as duas. Na realidade, existirá uma colaboração orgânica entre as duas mesmo porque parte significativa das organizações camponesas latino-americanas têm participado de ambas. O processo de internacionalização do capitalismo no campo finalmente encontrava a sua antítese, uma organização internacional de camponeses:

Não deixa de ser chocante que apenas agora, depois de 500 anos de desenvolvimento capitalista, os camponeses tenham conseguido este grau de coordenação mundial. Os trabalhadores têm o seu dia há mais de um século e as mulheres há não muito menos tempo, mas os camponeses só decidiram ter um agora [...]. Enquanto o capitalismo significava apenas industrialização, aqueles que trabalhavam na terra limitaram sua luta em âmbito local. No entanto, na medida em que a realidade da internacionalização neoliberal foi imposta a nós, começamos a ouvir histórias de agricultores nas Filipinas, na Malásia, na África do Sul, no México, na França: todos vivendo os mesmos problemas e os mesmos exploradores (STÉDILE, 2002, p. 123).

Desde então, a CLOC e a Via Campesina realizaram até 2010 mais quatro congressos e conferências, respectivamente. Em geral, nesses espaços ocorrem debates, plenárias e atividades. Em abril de 1996, ocorreu a II Conferência da Via Campesina, em Tlaxcala (México), na qual estiveram presentes 117 delegados de 69 organizações camponesas de 37 países. Durante os dias da Conferência é noticiado o Massacre do Eldorado dos Carajás (Pará-Brasil), onde foram assassinados 19 sem-terra e 65 ficaram feridos<sup>99</sup>. A Via Campesina declara publicamente o 17 de abril como Dia Internacional da Luta Camponesa. Pouco mais de um ano, em novembro de 1997, a CLOC se reunia em seu II Congresso, em Brasília (Brasil), com o tema “*Unidos contra el neoliberalismo por la tierra, por la vida y la producción. Hagamos nuestra integración!*”, precedido pela I Assembleia de Mulheres no Campo. Ela contou com a participação de 338 delegados de 23 países, representando 49 organizações.

A III Conferência da Via Campesina foi realizada em Bangalore (Índia), em outubro de 2000, precedida pela I Assembleia Internacional das Mulheres Camponesas, repetindo o que CLOC havia feito em seu II Congresso. Na ocasião, estiveram participaram mais de 100 delegados de 40 países. O III Congresso da CLOC ocorreu em agosto na Cidade do México (México), no ano de 2001, precedido pela II Assembleia das Mulheres do Campo e a I Assembleia da Juventude Latino-americana. O Congresso

---

<sup>99</sup> Para uma reconstrução pormenorizada do Massacre de Eldorado dos Carajás, ver Nepomuceno (2007).



reuniu 320 delegados de 27 organizações de 18 países, com o tema “*Soberania Alimentaria! Por un Futuro sin hambre!*”.

A IV Conferência da Via Campesina ocorreu em junho de 2004, em Itaici (São Paulo – Brasil), reunindo mais de 500 pessoas de 76 países. Ocorre também a II Assembleia Mundial de Mulheres e a I Assembleia Mundial de Jovens na Via Campesina. Houve a incorporação de mais de 40 novas organizações camponesas e a África tornou-se mais uma região da Via Campesina (VIEIRA, 2011, p. 197). O IV Congresso da CLOC ocorre em outubro de 2005, na cidade de Iximulew (Guatemala), com o tema “*Una década de lucha, unidos contra el saque imperialista. Rendimos...jamás! Por la vida, la tierra, el territorio y la soberanía de nuestros pueblos*”.

**Quadro 3.5. Conferências Internacionais da Via Campesina: uma cronologia, 1992-2008**

Conferência	Ano	Local
I	1993	Bélgica
II	1996	México
III	2000	Índia
IV	2004	Brasil
V	2008	Moçambique

**Quadro 3.6. Palavra de ordem da CLOC: uma cronologia, 1994-2010**

Ano	Local/Congresso	Palavras de ordem
1994	Peru – I	“No más tierras en pocas manos, ni muchas manos sin tierra”
1997	Brasil – II	“Unidos contra el neoliberalismo, por la tierra, la vida y la producción. Hagamos nuestra integración!”
2001	México – III	“Soberanía Alimentaria! Por un futuro sin hambre!”
2005	Guatemala –IV	“Una década de lucha, unidos contra el saque imperialista. Rendimos...jamás! Por la vida, la tierra, el territorio y la soberanía de nuestros pueblos”
2010	Equador – V	“Contra el Capital y el Imperio, Por la Tierra y la Soberanía de Nuestros Pueblos, América Lucha!”

Mas, afinal, o que trazem de novidades esses movimentos sociais rurais contemporâneos? Uma possível resposta está na criatividade em articular várias escalas organizacionais – local, regional, nacional, transnacional – e na diversidade de pautas e temáticas, como afiança a socióloga Ilse-Sherer Warren (2007). Seu conjunto de práticas políticas pode ser contemplado através da atuação no nível *organizacional*,

*articulatório* e de *mobilização*. Segundo a autora, o nível organizacional é constituído pelas entidades situadas em territórios definidos e com atuação contínua em relação ao cotidiano de sua população-alvo. Esse nível, na verdade, corresponde aos movimentos sociais rurais que compõem a Via Campesina/CLOC que atuam em suas bases. O nível político articulatório, por sua vez, refere-se às diversas formas de intercomunicação, diálogo e articulações desenvolvidas por coletivos interorganizacionais em torno de propostas de políticas sociais e a participação nessas políticas. A CLOC/Via Campesina têm defendido sistematicamente a reforma agrária genuína, integral e participativa para os camponeses, o fim da violência contra as mulheres camponesas e não-camponesas, o desenvolvimento de ações para enfrentar o problema da imigração de jovens, a incorporação da cosmovisão indígena etc. (DOCUMENTOS POLÍTICOS DE LA VÍA CAMPESINA, 2009).

Finalmente, o nível político mobilizatório atua na esfera pública em busca de visibilidade e reconhecimento de suas demandas. A CLOC/Via Campesina têm se utilizado de marchas, manifestações e protestos, pressionando as várias entidades internacionais, como por exemplo, as reuniões da OMC, que segundo as entidades, é a principal instituição mundial que delinea a política agrícola para todos os países.

O nível político articulatório é também “especialmente relevante para a formulação de políticas públicas e a construção de ideários dos movimentos” (SHERER-WARREN, 2007, p. 7). A primeira aparição pública da Via Campesina deu-se em espaço internacional durante a Assembleia sobre Segurança Alimentar, em 1995, na cidade de Quebec (Canadá), em vista das comemorações dos 50 anos da FAO e, um ano depois, em Roma (Itália), durante a Conferência Mundial de Alimentação da FAO. Houve um espaço – embora sob circunstância claramente desfavorável – para que a Via Campesina pudesse apresentar sua proposta de combate à fome. A seguir, citamos algumas delas:

- Estabelecer um código de comportamento para o investimento agrícola a partir do equilíbrio e da sustentabilidade, em virtude da biodiversidade, a segurança e a autonomia alimentar. Se deve aproveitar prioritariamente o uso do conhecimento autóctone e das tecnologias locais, antes das tecnologias modernas semelhantes à “revolução verde”.
- Exigimos uma reordenação radical do comércio de alimentos. Estes são primeira e fundamentalmente uma fonte de nutrição e só, em segundo lugar, um artigo comercial. [...] Os camponeses agricultores têm o direito a produzir alimentos básicos essenciais para seus países e controlar o mercado e seus produtos. Não é aceitável que a comercialização dos alimentos continue tendo como base a exploração econômica das pessoas mais vulneráveis. Deve

acessar a comercialização de alimentos pela necessidade de gerar divisas estrangeiras para pagar dívidas externas dos países subdesenvolvidos.

- A participação democrática do sistema alimentar é essencial para a soberania alimentar. Os camponeses e pequenos produtores devem ter uma intervenção direta na formulação de políticas agrárias nos níveis locais, nacionais, regionais e internacionais (VIA CAMPESINA, 1996, n. 164, p. 17).

O conceito de Soberania Alimentar para Via Campesina/CLOC é a pedra angular de sua identidade e de sua plataforma política enquanto projeto alternativo ao modelo mercadológico dominante na agricultura contemporânea (VIEIRA, 2011; NIEMEYER, 2006; DESMARIAS, 2007). Sua importância é capital na medida em que influencia substancialmente a construção de um “novo projeto nacional” de cada movimento social rural participante – e o MST, como veremos, é um exemplo disso.

De qualquer modo, vale lembrar que o conceito não é fruto de uma ideia pré-concebida; na verdade, ele será produto duma construção meticulosa através dos debates, conferências, congressos, encontros dos movimentos camponeses articulados internacionalmente em torno da Via Campesina/CLOC. O “projeto” de Soberania Alimentar foi incorporando e resignificando uma multiplicidade de temas, como recursos genéticos, biodiversidade, agricultura sustentável e, principalmente, reforma agrária.

Considerado por autores e dirigentes políticos como o projeto de contra-hegemonia da Via Campesina, essa ideia [soberania alimentar] envolve diferentes elementos. Por um lado, representa uma resignificação da própria ideia de soberania, a qual passa a ser baseada nos povos e não nos Estados nacionais e que inclui novas relações norte-sul no que diz respeito à produção e à comercialização dos produtos agrícolas. O novo significado amplia também a noção de segurança alimentar, passando a englobar não apenas a quantidade de alimentos, mas a forma e a escala de produção dos mesmos. Por outro lado, a soberania alimentar representa a resignificação do tema da reforma agrária, não apenas entendida como acesso à terra e modernização do campo, mas como democratização da terra – bem comum e patrimônio da humanidade – que não pode ser apropriado privadamente. Junto a isso, questiona-se também a propriedade de outros bens naturais como a água, os recursos genéticos e, em especial, as sementes (VIEIRA, 2011, p. 260).

A construção do conceito de Soberania Alimentar permitiu que a Via Campesina e a CLOC costurassem diversas parcerias e alianças inclusive com outros atores sociais não-camponeses afetados pelo neoliberalismo e a participação em distintos espaços globais que, por sua vez, passam a compartilhar a causa defendida e estabelecer ações em comum. No caso da Via Campesina/CLOC isso se evidencia pela participação nos protestos contra as organizações multilaterais, a partir de 1999, e nas várias edições do Fórum Social Mundial, a partir de 2001. Tudo somado, “a Via

Campesina se junta aos chamados movimentos antiglobalização para construir grandes protestos de lado de fora das reuniões” (VIEIRA, 2011, p. 215).

Isso contribui para entender os determinantes que formam a “imagem externa” da Via Campesina. Exemplos não faltam de sua presença em protestos contra as entidades multilaterais: em setembro de 1999, na cidade de Seattle (EUA), interrompendo a Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC); em abril de 2000, na cidade de Washington (EUA), durante a reunião do Banco Mundial e FMI; em setembro de 2000, na cidade de Praga (República Tcheca), durante a Assembleia mundial do BM e FMI, que termina um dia antes; em abril de 2001, na cidade de Quebec (Canadá), durante a reunião da Cúpula das Américas; em julho de 2001, em Genova (Itália), na reunião do Fórum Social.

Além dessa participação, a Via Campesina tem se integrado ao Fórum Social Mundial (FSM)<sup>100</sup>. Nos Fóruns ocorridos no Brasil e na América Latina os movimentos sociais rurais do continente tiveram uma presença mais expressiva. Por exemplo, no II FSM realizado em Porto Alegre, em 2002, mais de 1800 camponeses “acamparam” em um ginásio, denominado “Acampamento Internacional da Via Campesina”. O FSM seria visto como mais um espaço social de formação, integração, intercâmbio e troca de experiências e culturas entre os todos participantes. Contudo, a partir do IV Fórum em Mumbai (Índia), em 2004, alguns questionamentos começam a surgir dos dirigentes da Via Campesina, principalmente com relação à ausência de uma deliberação política (VIEIRA, 2011, p. 217).

Um último elemento sobre a emergência dessas formas de internacionalismo contemporâneo protagonizadas pelas forças sociais camponesas é a sua diferenciação com relação às várias formas do “velho internacionalismo”. Massimo De Angelis (2005), por exemplo, trabalha dois critérios de diferenciação: 1) a relação entre as dimensões nacional e internacional da luta; 2) a relação entre movimento operário e outros movimentos. Na primeira, o argumento basilar reside na ideia de que no “velho internacionalismo” a luta internacional subordinava-se aos objetivos estratégicos da dimensão nacional: “o objetivo da luta era basicamente nacional e o internacionalismo era um instrumento para este fim” (ANGELIS, 2005, p. 16). O segundo ponto do “velho internacionalismo” é a centralidade que conferia ao movimento operário e, por extensão, na subordinação de outros movimentos a ele.

---

<sup>100</sup> Para um balanço do FSM, ver Leite (2003), Santos (2005) e Whitaker (2005).

**Quadro 3.7. Comparação entre o velho e o novo internacionalismo**

	<b>Relação entre lutas nacionais e internacionais</b>	<b>Relação entre o movimento operário e outros movimentos</b>
Velho internacionalismo	A dimensão instrumento é um instrumento para a dimensão nacional.	Movimentos distintos. Subordinação ou marginalização de outros movimentos ao movimento operário.
Novo internacionalismo	A distinção perde o sentido. O “nacional” (assim como o “regional”, o “local” etc.) é um momento do “global” e vice-versa.	Criação de alianças.

**Fonte:** Angelis (2005, p. 16)

Diametralmente, a prática social do internacionalismo contemporâneo tem dado provas de que ele está “definitivamente perdendo a dimensão ‘nacional’ como referência para transformação social. Desse modo e com o objetivo de definir uma alternativa, a luta local, regional ou nacional adquire um caráter global imediato” (ANGELIS, 2005, p. 20). Ora, a afirmação parece um tanto “exagerada”<sup>101</sup>; afinal, além de correr o risco de diminuir as tradições históricas e culturais nacionais, ignora-se que os movimentos não deixam – e parecem estar longe de deixar – de atuar organicamente em seus respectivos países. A luta nacional pode apresentar-se com um caráter internacional, mas isso não exclui a importância de suas reivindicações específicas<sup>102</sup>.

A respeito da América Latina, entendemos que o processo de libertação do povo terá que se dar de forma articulada, mas sem entrarmos em velhos chavões. Ou seja, não adianta ficar criando Internacionais e mais Internacionais, a partir de reuniões infundáveis. Tem muita gente criticando o projeto nacional, afirmando que ele não tem sentido. Ora, se o MST não tivesse atuação política aqui no Brasil na ocupação de terras e na organização da produção, por acaso teria conseguido algum reconhecimento internacional? É claro que não. Poderíamos estar totalmente pintados de vermelho, que ainda assim ninguém nos reconheceria em qualquer encontro. Se somos uma referência internacional é porque fazemos a luta aqui, com uma base social e local, em uma geografia estabelecida. É assim a luta de classes (MAURO, 1999, p. 96).

<sup>101</sup> Sentenciar o “exagero” não significa sua total rejeição, já que em muitos casos as fronteiras entre nacionalismo e internacionalismo não são tão evidentes. Como dirá José Carlos Mariátegui: “... não se pode assinalar matematicamente onde termina o nacionalismo e onde começa o internacionalismo. Às vezes, elementos de uma ideia andam misturados a elementos da outra” (MARIÁTEGUI, 1970, p. 50).

<sup>102</sup> Não por acaso, existiria nas direções do MST uma preocupação de analisar a situação econômica de uma nação – nesse caso, o Brasil – sob uma chave internacionalista: “Como a nação não seria o centro da questão, mas som os “espaços econômicos” mais amplos, não haveria lugar para a luta puramente nacional – ou “nacionalista” –, de acordo com alguns, e sim para as lutas com perspectivas mais largas, já que os países estariam inseridos, dentro de um quadro mais abrangente do capitalismo mundial. Por isso, seria necessária uma abordagem internacionalista” (MAURO; PERICÁS, 2001, p. 16-17).

Em um trabalho em que compara a ação internacional dos trabalhadores do passado e a Via Campesina, a socióloga Flávia Braga Vieira (2011) chegou à conclusão de que existem *permanências e rupturas* com o “velho internacionalismo”. De um lado, a continuidade histórica, por exemplo, aparece na prática de solidariedade internacional (o envio de brigadas internacionalistas, por exemplo), na alusão às lutas de trabalhadores do mundo em outros momentos históricos e na troca de experiências internacionais: “muitas vezes as próprias organizações e militantes são apontados como sendo os mesmos, isto é, haveria uma transmutação de um formato para o outro, mas com a manutenção de conteúdo, que se constitui num resgate das lutas passadas” (VIEIRA, 2011, p. 243-244).

Por outro, os elementos identificados pela autora como novidade em relação à articulação internacional da Via Campesina são os métodos de organização (busca pela horizontalidade, massificação das lutas e uma atenção especial aos riscos de burocratização), as pautas e temas (meio ambiente, luta das mulheres etc.), a luta pelo poder (há uma desvalorização da tomada do poder político) e, finalmente, a ideologia – considerada a mais expressiva para a socióloga<sup>103</sup>. Enquanto as articulações internacionais do passado primavam pela adaptação de uma ideia pré-concebida, a Via Campesina estaria aberta “para diversas filiações ideológicas e, mesmo, para a recusa de modelos ideológicos” (VIEIRA, 2011, p. 248).

### **3.3. O MST e a mundialização da luta camponesa: influências e transformações**

Com a participação do MST na CLOC e Via Campesina, há um evidente alargamento de sua atuação política internacionalista, qualitativamente distinta do que estava desenvolvendo no CRI. Mas, afinal, quais são os elementos que estão por trás desse “novo” momento na política de relações internacionais do MST, para além do exercício de solidariedade internacionalista que marcou desde o início sua trajetória?

Um primeiro elemento gravita em torno do processo de internacionalização do campo e os seus desdobramentos acionados pela política neoliberal. O novo modelo de

---

<sup>103</sup> “Hoje, quando o movimento comunista internacional deixou de existir em grande parte como tal, é difícil imaginar a força imensa que seus membros obtinham da consciência de serem soldados de um único exército internacional que, por mais variado e flexível que fosse em sua tática, executava uma única e ampla estratégia de revolução mundial. Daí a impossibilidade de qualquer forma de conflito duradouro entre o interesse de um movimento nacional e a Internacional, que era o verdadeiro partido e da qual as unidades nacionais não eram mais que seções disciplinadas. Esta força baseava-se tanto em argumentos realistas quanto na convicção moral” (HOBSBAWM, 1985, p. 17).

agricultura seria o motivo fundamental para que o MST e os movimentos camponeses tomassem a iniciativa de ir buscar a articulação política de distintas maneiras e nos diferentes continentes e países.

Quando Cardoso ganhou seu segundo mandato em 1998, apertou o acelerador. A transição ao novo modelo econômico se havia consolidado. Na agricultura, a entrada do capital internacional se fez através da via rápida, junto com a aplicação na agricultura brasileira do que chamam de modelo estadunidense e a internacionalização de nossa produção alimentar. A concentração de terra e da indústria agropecuária está nas mãos das multinacionais (STÉDILE, 2002, p. 120).

A internacionalização da luta pela terra e pela reforma agrária é uma necessidade urgente do período que nós estamos vivendo porque as grandes empresas capitalistas do mundo inteiro estão avançando para o interior dos países. Há um movimento das grandes empresas transnacionais, do grande capital de tomar conta, de controlar a água, a terra, os recursos naturais e fazer dessa atividade um grande negócio. Todo esse complexo do agronegócio vai se internacionalizar. O capital estrangeiro no Brasil e na América Latina vai chegar com força total. Grande parte das empresas que controlam esse setor de alimentos no mundo são grandes empresas transnacionais com sede nos Estados Unidos ou com sede na União Europeia. (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

As condições materiais, objetivas e concretas do mundo rural, portanto, são o dispositivo fulcral do nascimento da internacionalização das lutas camponesas (e para além delas), de modo que o MST começa a participar de diversas organizações, coordenações, associações, federações, movimentos e fóruns transnacionais sob a condição de construir uma identidade em contraposição ao modelo dominante da agricultura. Desse modo, a Via Campesina/CLOC foram gestadas como etapa final de um processo já há muito em constituição, mas isso não exclui a importância de sua necessidade da composição de forças sociais camponesas internacionais como resposta ao modelo de internacionalização do capitalismo na agricultura.

Claro que a etapa neoliberal a que chegou o capitalismo, internacionalizando suas empresas e passando a controlar a agricultura em todo mundo, e sobretudo o mercado mundial de alimento, forçou a que maior número de movimentos camponeses sentissem a necessidade de construir alianças internacionais. Então a Via Campesina Internacional é sim fruto dessa necessidade (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

Agora cada vez mais, esse movimento é o que dá na Via Campesina. Como o capital se internacionaliza, especialmente esse modelo na agricultura rapidamente obrigou/criou condições de articulação internacional, uma organização internacional, que em outros tempos não seria possível, que rapidamente estabelece pontos comuns tanto de análise quanto de estratégia; então você [vê] que a Via Campesina se expande em seis e sete anos, é uma

coisa inédita nas articulações internacionais... (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2011).

Com efeito, a relação orgânica do MST com CLOC/Via Campesina no sentido da formação, do aprendizado não é uma rua de mão única. Trata-se de uma relação de reciprocidade formativa: se, por um lado, o MST passa a conhecer, debater, discutir sobre uma diversidade de temas até então pouco depurados, por outro, a CLOC/Via Campesina também extraem princípios metodológicos do MST.

O MST tem uma contribuição grande na construção tanto da CLOC como na da Via Campesina. Mas o acumulado das duas articulações trouxe para o movimento um aprendizado muito grande, todo esse debate sobre soberania alimentar, a luta contra os transgênicos, a questão da OMC... E acho que nós contribuimos também com conteúdo, com método coletivo, a questão da mística, então toda uma construção a partir da experiência do MST que também vai ter mais ressonância, e na prática importante nos dois espaços (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/11/2011).

Bem entendido, para os membros do MST, seria um *aprendizado*, e não um limite, diante de uma internacional camponesa que não utiliza o critério da ideologia como principal credencial para sua participação, como ressaltado anteriormente. foi perceber que a metodologia de alianças e da unificação política entre os movimentos não deve ficar reduzida apenas

Agora, nem todo mundo é socialista. Por exemplo, vai falar em socialismo para a turma do Leste Europeu, para os camponeses de lá. Eles não querem nem ouvir falar. Por quê? Porque viveram uma experiência [traumática]... Então se fôssemos pelo viés ideológico, nós teríamos muita dificuldade. Evidentemente que isso tem contradições, um monte de diferenças, mas nem por isso deixamos de construir essa experiência em escala internacional e eu acho que é uma experiência interessante que hoje existe. Lamentavelmente somente os camponeses têm isso. Lamentavelmente. Pois nosso sonho era ter uma internacional de trabalhadores, mas isso também não depende só da vontade de alguma organização, é um processo histórico e nesse tempo histórico de fragmentação e crise da esquerda dificilmente se viabilizaria um projeto desse tipo. Essa relação tem impactos dentro do MST também, porque você tem que se relacionar com gente que pensa diferente. Tem impactos positivos, inclusive de visualizar que uma construção política, uma aliança política, não se dá com quem pensa exatamente igual. E essa aliança política pode ser na tática, pode ser em temas comuns e pode ser uma aliança política que vai para além de temas comuns, uma aliança estratégica, como muitos movimentos que, além de lutarem por questões concretas, defendam a construção do socialismo. Então o aprendizado é bastante grande. (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011).



O papel da América Latina seria, então, fundamental para a consolidação da Via Campesina. Basta olhar que as primeiras assembleias de mulheres e da juventude começaram na CLOC e, posteriormente, na Via Campesina. Os dirigentes do MST registram a importância das discussões e propostas feitas a partir de problemas do continente latino-americano que, transformaram campanhas continentais em campanhas internacionais.

Não to te falando isso como uma forma de nenhuma arrogância. O nosso continente sempre esteve à frente em puxar as decisões gerais na Via, em provocar para temas que no nosso continente já estávamos aqui enfrentando, debatendo; levar temas continentais que se tornaram depois temáticas internacionais. Essa própria questão da soberania, várias campanhas que nós aqui no continente estávamos tocando, fomos levando e que foram se tornando campanhas internacionais. Por exemplo, toda campanha das sementes, a luta contra os transgênicos foram deliberações dos congressos da CLOC que depois fomos pautando na Via Campesina Internacional e que se tornaram campanhas internacionais da semente. (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Então você vê que nosso continente, pela dinâmica que tem do aprendizado também do que foi os quinhentos anos, eu acho que ta nessa forma à frente contribuindo pra que a Via Campesina também se fortaleça e avance. E por isso nós temos dito: a fortaleza da Via Campesina, como um movimento internacional, uma articulação internacional, ela ta na fortaleza no país e nos continentes de ter essa capacidade de fazer a luta, de enfrentar, de propor e cada vez mais vai contribuindo de termos uma Via [Campesina] extremamente forte a nível internacional cumprindo verdadeiramente o seu propósito de globalizar a luta e de globalizar a esperança. E que hoje nós estamos avaliando talvez que o momento que nós definimos globalizar a luta e globalizar a esperança foi exatamente no momento de força de globalização do capital (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

O exemplo mais explícito foi a “Campanha Contra a Alca”, que tem seu início em 2002<sup>104</sup>. O MST tem uma participação significativa na difusão de uma campanha de caráter continental e, posteriormente, toma dimensões internacionais no Brasil: incentiva a formação de comitês populares contra a Alca, realiza distribuições de materiais didáticos (cartilhas, livros, programas de rádio em CD, boletim explicativo, vídeos), promove palestras, debates, fóruns sobre o tema. Essa intensa participação que contou com diversas organizações políticas e sociais não-camponesas tem seu respaldo através do resultado do Plebiscito Nacional sobre a Alca, realizado em setembro de

---

<sup>104</sup> Desde 1994, juntamente com 33 países americanos, o Brasil esteve participando sobre uma eventual formação de uma Área de Comércio das Américas (Alca). “Com a Alca, o mercado brasileiro ficaria aberto, por acordo internacional, para as demais economias integrantes da área. Esse acordo teria como um de seus signatários a maior potência do mundo em termos econômicos, políticos e militares. A agenda de negociações, formulada basicamente pelos EUA, inclui não só a remoção de obstáculos ao comércio de bens, mas a fixação de regras comuns para temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, entre outros” (LA VÍA CAMPESINA, 2009, p. 267).

2002. A escolha da data de sua realização – 2 a 7 de setembro – não foi mera coincidência, já que eram os dias que antecediam os festejos “oficiais” do Dia da Independência do Brasil.

Em 2002 começa todo o processo, em que utilizamos já algumas experiências que nós tínhamos feito, com plebiscitos contra a dívida. Quando teve a campanha contra a ALCA, nós já tínhamos acumulado muita experiência com plebiscitos populares contra a dívida, e depois essa foi de certa forma uma grande campanha, fomos muito vitoriosos. Primeiro pela quantidade de pessoas que participaram, o plebiscito teve mais de dez milhões de votos, isso fazendo em um período quando o PT estava em campanha, que não entrou, ou seja, não tinha nenhum apoio dos grandes meios de comunicação de massa, ou seja, foi o povo na militância mesmo que levou isso no braço, na cabeça e na força de vontade ai esse plebiscito mesmo. Foram dez milhões que votaram. Então mais do que esse resultado, foi o fato da gente envolver uma grande quantidade de militância neste processo, de debate, isso num processo de formação fantástico. Fantástico. Porque muitos diziam que nós não iríamos conseguir fazer isso porque debater esta questão da ALCA é muito complexo, tem a ver a questão continental, a área de livre comércio, isso todos diziam vocês não vão, mas isso foi fundamental (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 17/nov./2011).

O MST amplia sua luta política internacionalista se juntando a diversos setores sociais afetados pela política neoliberal que não estão *diretamente* ligados ao mundo rural através da participação em espaços como coordenadoria, fóruns, congressos, encontros, como, por exemplo: na manifestação do Grito Latino-Americano dos Excluídos, no ano de 1999, sob o lema “Trabalho, Justiça e Vida”, na cidade de Brasília, e teria ocorrido simultaneamente em mais de 14 países; nas edições do Fórum Social Mundial e do Fórum Social Américas (FSA), desde 2001; no I Congresso da Coordenadoria dos Movimentos Sociais, em 2001, em Quito (Equador); no I Encontro Internacional dos Movimentos Sociais, na cidade do México, em 2001; no Encontro da Campanha Jubileu das Américas, na cidade de Quito (Equador), em maio de 2002; nas edições da Cúpula dos Povos.

Bom, nós de certa forma, estamos aprendendo com essa experiência da própria CLOC, Via Campesina, a construção de vários outros espaços que o movimento participou, o próprio espaço do Fórum Social Mundial; dentro do Fórum, vários outros espaços, e que é preciso cada vez mais a gente ampliar o nosso leque de articulação com as organizações, aquelas que de fato tem em comum a luta pela reforma agrária, pela transformação social, enfim, isso também leva com que nós tenhamos que ampliar o nosso espaço de articulação para outros setores que até então a gente não tinha atingido ou não tinha alcançado. [...]. Agora quando nós saímos desse alcance, ultrapassamos esse limite dos camponeses, o movimento também começou a ser convidado e chamado para debater em outras frentes da luta dos trabalhadores que não necessariamente alia esse público mais restrito ao camponês. E com isso, de fato, dentro desse espaço do FSM, nós criamos um

espaço chamado articulação dos movimentos sociais. O FSM enquanto espaço, ele não tem essa característica e nem seria importante de ter como uma entidade que lança uma carta, que propõe, você veja, o Fórum é um espaço aonde várias articulações podem se reunir e partir daí costurar as suas formas de lutas conjuntas, enfim. E dentro do Fórum nós construímos a Assembleia Internacional dos Movimentos Sociais, que é o espaço importante aonde reunimos lá, debatemos as nossas questões, e aí juntou não somente organizações do campo, mas também da cidade (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 17/nov./2011).

As nossa[s] responsabilidades internacionais vão aumentando e nos exigindo, não só dos dirigentes, daqueles que tem disponibilidade de viajar, mas de toda a nossa organização, um entendimento maior do que está acontecendo no mundo. E talvez tenha sido este o primeiro fato recente da conjuntura dos últimos dez anos. O capital financeiro se lastrou por todo o planeta, derrubou inclusive o socialismo burocrático. Ao mesmo tempo, trouxe com ele uma contradição: agora todos os povos do mundo sentem o mesmo problema e tem o mesmo inimigo (Entrevista com João Pedro Stédile para o JST, 2001, n. 214, p. 13).

O aumento da “responsabilidade internacional” não está na quantidade de espaços transnacionais de que o MST participa, mas na exigência segundo a qual para resistir e lutar contra o programa neoliberal no campo é imperativo que se realizem análises e estratégias, em escala nacional e internacional. É nesse contexto que o elemento mais decisivo marca o internacionalismo do MST, que não havia ainda amadurecido no corpo de sua direção: a “construção de uma nova percepção dos militantes do movimento em direção às dimensões supranacionais da problemática da luta pela terra” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 281). Assim, o internacionalismo não fica restrito a um instrumento de cooperação e solidariedade internacional. *Doravante o internacionalismo é parte imanente ao MST e necessário compreender as transformações reais do campo brasileiro e de sua posição social e política diante de tal processo.* O “salto qualitativo” que está por trás de suas diversas mobilizações à luz de um cenário econômico e político mundial “desfavorável” – ou seja, denúncias, protestos, explicitação de conflitos, oposições organizadas; cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança (SCHERER-WARREN, 1999, p. 14-15) – é a tomada de consciência a partir da realidade objetiva atuante, a internacionalização do mundo rural capitalista.

Essa nova compreensão transnacional da reforma agrária vai provocar, inclusive, uma alteração na política estratégica do MST no espaço da arena nacional, além de suas pautas reivindicativas serem ampliadas, incorporando novos elementos temáticos. Para tanto, basta observar as linhas políticas reafirmadas nos dois últimos Congressos

Nacionais do MST. No 4º Congresso Nacional, realizado em agosto de 2000 na cidade de Brasília, uma das linhas procura justamente impelir a que se desenvolvam “ações contra o imperialismo combatendo a política de organismos internacionais a seu serviço como o FMI, OMC, BM e a ALCA” (JST, 2000, n. 203, p. 19).

O 5ª Congresso Nacional do MST, realizado também na capital brasileira em junho de 2007, contou com a presença de 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades. Na ocasião foi lançada uma carta de compromissos do MST com 18 pontos, dentre os quais destacamos:

- Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
- Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
- Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro.
- Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas em equilíbrio com o meio ambiente.
- Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não se pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
- Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para a preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.
- Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões.
- Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA – Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA (CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST, 2007, n. 273, p. s/n).

Como se pode observar neste documento, o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no seu projeto de reforma agrária e de um outro modelo de agricultura: mudança no sistema agrícola brasileiro de forma a favorecer a pequena agricultura, controle democrático e público dos recursos e do patrimônio genético, incentivo à agroecologia como proposta alternativa de uma agricultura que não incentive a destruição do meio ambiente. Ou seja, nos últimos anos houve um deslocamento do foco de luta do MST e da Via Campesina, “por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e

os trabalhadores rurais sem-terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário” (GOHN, 2010, p. 146).

Força motriz do Movimento, a bandeira da reforma agrária também será profundamente resignificada. Ela não fica apenas atrelada a *redistribuição da terra*, o que problematiza a estratégia central com a qual o MST se identificou historicamente, a ocupação de terras. Aliás, a expropriação de latifúndios improdutivos passa a ficar em segundo plano. Nesse sentido, segundo os dirigentes do MST, pela ampliação e modificação do campo brasileiro, a discussão passa prioritariamente por *como* se deve utilizar a agricultura.

Mas se o que se trata é de dar um passo para uma reforma agrária popular, temos que enfrentarmos o programa neoliberal enquanto tal, o que não é factível limitando-se a ocupar terras. Por esta razão, o MST tem se unido a outras organizações camponesas para combater as multinacionais de produção de leite e, sobretudo, de sementes geneticamente modificadas (STÉDILE, 2002, p. 120).

Em síntese:

Nos últimos anos, o MST e sua contrapartida internacional, a Via Campesina/[CLOC], deixaram de centrar seu programa e suas ações na *divisão de terra*. Passaram a propor um *novo modo de usá-la*, por meio de manifestações contra os transgênicos ou contra o desflorestamento promovido pelos CAIs e pelos métodos de cultivo e irrigação que identificam com efeito lucrativo no curto prazo e predatório no longo. Começaram a reivindicar um outro lugar para as atividades agropecuárias os projetos nacionais de desenvolvimento. O MST foi, aliás, um dos protagonistas, talvez o maior, no movimento anti-Alca no Brasil e no momento pela rejeição da dívida externa, quando o PT e o governo Lula pareciam abandonar tais bandeiras (MORAIS; COLETTI, 2006, p. 114-115).

Essa mudança se traduz nas ações do MST contra as empresas multinacionais (Monsanto, Syngenta) que possuem a patente das sementes e o domínio comércio na produção agrícola, utilizando-se largamente dos OGMs. Sem contar que muito dessa “nova” ação se deve pelo protagonismo das mulheres da Via Campesina do Brasil. Basta mencionar a ocupação das mulheres da Via Campesina no viveiro da Aracruz Celulose, na cidade Barra do Ribeiro (RS), em março de 2006 – conhecido como *o grito das mudas* –, que teve uma ampla difusão (negativa) nos meios de comunicação. Segundo Peschanski, esse acontecimento simbolizaria um novo repertório de protestos do MST.

O *grito das mudas* expressa uma modificação na atuação dos movimentos que compõem a Via Campesina, especialmente o MST, o mais conhecido

entre eles. A ação no horto florestal se diferencia do repertório comumente adotado pelos sem-terra. Até então, as marchas, as ocupações de terra e de prédios do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incrá), tipos de protesto característicos do MST, visavam a fazer pressão sobre o governo para que atenda as reivindicações do movimento e a sensibilizar a opinião pública em relação à reforma agrária. Mobilizações contra atores não governamentais, a não ser ocupações de propriedades privadas exigindo do governo uma desapropriação para fins de reforma agrária, ou seja, novamente envolvendo setores públicos, não faziam parte do repertório do MST (PESCHANSKI, 2007, p. 133-134).

Destarte, essas novas formas reivindicativas passam a constituir-se como um arsenal combativo do MST justamente a partir de sua experiência cosmopolita com a CLOC/Via Campesina e com outras organizações sociais e políticas na cena contemporânea. Contudo, a novidade decisiva desse período é que o internacionalismo não passa apenas pelo filtro do desenvolvimento de políticas de relações externas. Na realidade, essa dimensão transmuta-se em uma relação constitutiva no MST, tendo impactos em suas interpretações, ações e projetos na arena nacional.

#### **CAPÍTULO IV. O INTERNACIONALISMO MULTIDIMENSIONAL DO MST: “MÍSTICA”, COMITÊS DE SOLIDARIEDADE, RELAÇÃO ESTATAL E DESAFIOS COM A BASE SOCIAL.**

*Venis desde muy lejos... Mas esta lejanía,  
¿Qué es para vuestra sangre, que canta sin  
fronteras?*

*La necesaria muerte os nombra cada día,  
no importa en qué ciudades, campos o carreteras  
De este país, del otro, del grande, de pequeño,  
del que apenas el mapa da un color desvaído,  
con las mismas raíces que tiene un mismo sueño  
sencillamente anónimos y hablando habeis  
venido.*

*Rafael Alberti*

Neste último capítulo da presente dissertação, nosso objetivo é apresentar e analisar a construção da ação exterior e transnacional do MST que tem atravessado, influenciado, ecoado, *sob uma forma multidimensional*, em várias atividades setoriais do movimento: formação, educação, finanças, projetos, comunicação, produção, direitos humanos, mística, cultura. Como se ressaltou, a relação permanente e articulação “orgânica” com a CLOC e Via Campesina é o principal componente dessa atuação política internacionalista do MST, isso não quer dizer que sua relação social tenha uma natureza *estatal* por numerosos projetos de cooperação e solidariedade com organizações, movimentos e governos.

Nesse sentido, apresentar-se-á, em primeiro lugar, como a dimensão internacional do MST está plasmada no trabalho da mística, que é uma política cultural que busca gerar uma identidade sociocultural no militante sem-terra, que fomenta valores contra-hegemônicos, principalmente no âmbito subjetivo, simbólico e da imaginação da luta política. Em um segundo momento, será delineada a formação de inúmeros comitês de solidariedade internacional que estão localizados no continente europeu e na América do Norte. É interesse notar que eles se formam de maneira espontânea e não através de um “apelo” direções do MST. A formação dos comitês contribui para que o movimento tenha uma divulgação internacional significativa e, em algumas ocasiões, apoio financeiro para projetos específicos. No terceiro item, serão destacadas as relações do MST com Cuba e Venezuela, *o que explícita uma relação social estatal no âmbito de sua política internacionalista*. A ênfase dessa aproximação

recairá especialmente nas experiências de formação, na área de educação e de produção, já que vários acordos – que envolvem governos, como o próprio Brasil – firmados passam por essas áreas. Por último, uma avaliação sobre a relação entre o internacionalismo da direção do MST e sua base social e os desafios de apresentar a importância do internacionalismo.

#### **4.1. A construção da “mística” num marco supranacional**

Originário da Teologia da Libertação, o trabalho da mística está presente na dimensão transnacional da luta do MST, um dos princípios que marcam presença na composição de sua estrutura organizativa. Trata-se de um elemento político-religioso que se manifesta como conjunto simbólico eficiente na formação de visões de mundo, *Weltanschauung*, no sentido que o sociólogo marxista Lucien Goldmann (1986) dava a esse conceito, uma concepção que atravessa o conjunto das formas de pensar voltado especialmente para a formação cultural<sup>105</sup>. O trabalho da mística busca cuidar da dimensão subjetiva da luta social. Como diz um dos documentos do MST: “valorizar a mística e a religião do povo como força de resistência e transformação profética da sociedade, apoiando as celebrações de fé próprias dos pobres da terra” (JST, 1991, n. 107). Segundo Ademar Bogo, um dos dirigentes do MST,

a mística deve ser entendida como sendo um conjunto de motivações que sentimos e que sintonizam com nossa prática, impulsionando nossa luta para frente. Ela reduz a distância entre presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente à certeza dos objetivos que queremos atingir. Portanto, a mística não é uma coisa externa, muito pelo contrário; são motivações internas que cada um sente em contato com o coletivo, aumentando a participação, buscando elementos práticos e dando qualidade à nossa prática (BOGO, 1991, p. 3).

A mística é composta por valores humanistas (solidariedade, beleza, fraternidade, valorização da vida, capacidade de indignar-se, trabalho voluntário), carregada de símbolos (bandeira, faixa, música, poesia, danças, performances, teatro, jornais, cartazes, ferramentas de trabalho, broches, flâmulas), já que eles são representações materiais das utopias, e tornam-se meios de comunicação entre as pessoas com o objetivo de garantir a unidade e a identidade do coletivo. Ela se faz

---

<sup>105</sup> “Um visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos” (GOLDMANN, 1979, p. 20).



presente em vários espaços da atividade militante do MST: no encerramento e na abertura de reuniões e encontros, nos protestos e assembleias, nas palavras de ordem, na forma organizativa, no comportamento pessoal, nos cuidados com as pessoas. Conforme a antropóloga Maria Turatti (2005, p. 105), é preciso entender a mística como “discurso ideológico” e/ou uma “matriz discursiva” que se reveste de formas simbólicas com a função de ganhar adesão, gerar convencimento, estabelecer confiança. Conhecer, por exemplo, o hino do MST ou investir na construção de seus heróis e mártires faz com que se produza uma “ideologia com função simbólica determinada: fazer o sem-terra sentir-se integrante de um sujeito coletivo” (TURATTI, 2005, p. 106). Para a socióloga Maria Moraes Silva, a mística é composta por um coquetel de ingredientes religiosos, ideológicos, históricos, políticos e morais que têm como coluna vertebral a rememoração das lutas do passado enquanto inspiração para o (re)enraizamento do camponês: “é uma espécie de mistério que une os vivos e os mortos, no qual os primeiros são fortalecidos pelo exemplo dos segundos. A mística é a aura da perseverança e da força, necessárias à resistência” (SILVA, 2004, p. 82). O teólogo Leonardo Boff, por sua vez, ressalta uma forte relação entre mística e militância:

[A mística] é o motor de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas cotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. [...] Não há militância sem paixão e mística, pouco importa a natureza da causa, seja religiosa, humanística ou política. O militante vive no mundo das excelências e dos valores em funções dos quais vale gastar o tempo, correr riscos e empenhar a própria vida. Aqui se trata não de ter ideias, mas de viver convicções. São estas que mudam as práticas e estas transformam as relações sociais (BOFF, 1993, p. 3).

Semelhante é a concepção do marxista Mariátegui (2011), já que sinaliza em sua obra a dimensão *espiritual* da luta, o momento de rejuvenescimento da *fé social*, da ação prática, da vontade, do *páthos* revolucionário, em suma, a mística assume uma função ético-social que deve ser buscada “na criação de uma moral de produtores pelo próprio processo de luta anticapitalista” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 55). Como se constrói uma “moral dos produtores”? Segundo o marxista peruano, não surge “mecanicamente do interesse econômico”, mas forma-se na luta política com “ânimo heroico e vontade apaixonada” (*Idem*, p. 56)<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> Em um texto intitulado “Gandhi”, de 1924, encontra-se uma passagem interessantíssima a propósito da importância ética e espiritual da luta: “O socialismo e o sindicalismo, apesar de sua concepção materialista da história, são menos materialistas do que parecem. Apoiam-se sobre o interesse da maioria,

Mas, afinal, qual é a relação entre o internacionalismo e o trabalho de mística do MST? Ora, conforme o MST se aproximava e tecia uma variedade de relações com os movimentos populares do campo da América Latina – camponeses, indígenas, negros, mulheres –, se fortalecia uma identidade comum, intensificada por um componente religioso e milenarista<sup>107</sup>. Por sua vez, tal relação propiciou ao MST uma forma específica de conduzir princípios éticos sobre como se comportar com as organizações sociais e políticas do exterior. Como se pode notar em um dos documentos de formação do MST:

a) conhecer as demais organizações. O primeiro passo é conhecer quem são nossos irmãos, como trabalham, quais suas experiências com a expectativa de aprender, de acumular experiência, procurando conhecer sua base e participar de atividades concretas nos países. E oferecer a mesma oportunidade para que nos conheçam.

b) respeitar a autonomia das organizações. Nunca fizemos seleção por corrente ideológica, ou por postura política. Sempre respeitamos a posição dos outros, sabendo que cada país, cada organização tem sua história, tem sua autonomia. Nesse sentido, todos são importantes, independentemente do tamanho do país ou da visibilidade da organização. Sabemos que somente será possível construir e fortalecer uma articulação entre todas as organizações camponesas se respeitasse esse princípio. Por isso, combatemos também o hegemonismo ou vanguardismo de certas organizações ou as práticas que pudessem querer dar a linha para os outros.

c) criar laços de identidade de classe entre os trabalhadores rurais e camponeses da América Latina para, sabendo-nos parceiros de um mesmo barco, explorados por um mesmo sistema, podermos desenvolver atividades de solidariedade e de internacionalismo. O internacionalismo deve contribuir para, com base em métodos de trabalho, de intercâmbio, contatos etc., recuperar os valores do humanismo e do socialismo e estimular a prática concreta da solidariedade (CADERNOS DE ESTUDOS ENFF, 2007, p. 57-58).

Por exemplo, no 4º Congresso Nacional do MST, em 2000, ocorreu a “Noite Latina”, em que foi apresentada uma mística sobre a chegada espanhola no continente latino-americano. Na ocasião, Aleida March, filha de Che Guevara, recebeu inúmeras homenagens (JST, 2000, n. 203, p. 10). No II Fórum Social Mundial, em 2002, no espaço conhecido como “acampamento da Via Campesina Internacional”, no qual o MST teve forte presença, na abertura dos trabalhos ocorreu durante a abertura dos

---

mas tendem a enobrecer e dignificar a vida. Os ocidentais são místicos e religiosos ao seu modo. Ou não seria a emoção religiosa uma emoção revolucionária? No Ocidente acontece que a religiosidade se deslocou do Céu para a Terra. Suas motivações são humanas, sociais; não são divinas. Pertencem à via terrena, e não à vida celeste” (MARIÁTEGUI, 2011, p. 191).

<sup>107</sup> “As manifestações de origem ancestral, principalmente quando se constituem em movimento coletivo, são veículos de ideias daqueles que lutam pela hegemonia interna dos grupos nas mais diferentes sociedades, sendo, também, um componente estratégico da luta social e um elemento fundamental na construção da identidade regional e também nacional” (FERREIRA, 2001, p. 86).

trabalhou uma mística que recordava vários personagens históricos do continente latino-americano e mundial como Tupac Amaru, Simon Bolívar, Rosa Luxemburgo, Emiliano Zapata, Che Guevara (JST, n. 218, 2002, p. 09)<sup>108</sup>. Em 2007, durante o V Congresso Nacional do MST, foram apresentados por meio de rituais encenações dramáticas sobre o “inimigo” – o imperialismo – e, conseqüentemente, a necessidade de integração de todos os movimentos sociais rurais do planeta como uma resposta diante do “capitalismo mundial”. Ainda no encerramento desse mesmo congresso, foi encenado um casamento entre a figura do latifundiário (*nacional*) com as empresas e o capital *transnacional*. Um padre que dava a “benção” dessa aliança era representando pelo governo brasileiro. No momento do *sim, aceito!* os camponeses sem-terra – que não haviam sido convidados para a cerimônia – irromperam na cena, denunciando e tratando de impedir o casamento (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 282).

Bem entendido, outro elemento da relação entre a mística do MST e o internacionalismo pode ser compreendido também através de outras duas direções – a de “influência” (sujeito) e a de “influenciado” (objeto). Em primeiro lugar, na forte influência carregada de simbolismo que a luta do MST exerceu nos movimentos camponeses de todo mundo, especialmente com a repercussão do Massacre dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, que se converteu em Dia Internacional da Luta Camponesa pela Via Campesina. Desde então, anualmente, em todo dia 17 de abril em várias partes do mundo – Europa, Oceania, Ásia, América Latina –, organizações sociais realizam a jornada mundial de luta camponesa com uma série de protestos, mobilizações, comunicados, debates, coletivas de imprensa, marchas, caminhadas, manifestações e outras formas de ação. Os protestos procuram seguir a pauta estipulada pela Via Campesina como, por exemplo, a denúncia da política de liberalização do comércio agrícola, a destruição do meio ambiente, a rejeição aos agrotóxicos nas sementes agrícolas etc.<sup>109</sup> Paralelamente, ocorrem atividades e homenagens relacionadas à luta do

---

<sup>108</sup> O MST também tem incentivado a integração com outros movimentos sociais da América Latina através da música camponesa. Em 2005, por exemplo, foi organizado o I Festival Latino Americano de Música Camponesa, no Paraná (RST, 2005, n. 29, p. 55-56).

<sup>109</sup> Segundo as palavras do Secretário Internacional de Operações da Via Campesina: “Defendemos os nossos direitos camponeses e queremos que se levem em conta nacional, regional e internacionalmente nossas demandas principais: implementação dos princípios da soberania alimentar dos povos; reforma agrária verdadeira; manter e proteger as sementes como patrimônio dos camponeses, das camponesas e dos povos indígenas; proibição dos usos dos transgênicos, das patentes e de outras formas de propriedade intelectual sobre a vida; respeito e garantia de participação das mulheres, dos povos indígenas, dos ‘dalits’ e outros grupos marginalizados e excluídos nas nossas sociedades; denunciar internacionalmente a violação dos direitos humanos contra camponeses, camponesas e indígenas” (MONCADA, 2004, n. 239, p. 3).

MST em que diversas entidades apresentam exposições e lançam livros sobre a história da luta pela terra e a questão da reforma agrária no Brasil, além da emissão de cartas para autoridades brasileiras (JST, 2003, n. 229, p. 9). Nessas manifestações mundiais, o trabalho da mística ocorre ao fim e ao cabo de cada evento. Por exemplo, em 2001, em Montreal (Canadá), 19 caixões cobertos com bandeiras do Movimento Sem Terra foram colocados em frente à sede da Conferência de Montreal, em clara alusão simbólica ao episódio ocorrido em 1996 (JST, 2001, n. 210, p. 8).

De qualquer forma, muito da composição de valores que constituem a mística do MST é influenciada sob perspectiva supranacional pela figura do marxista argentino Ernesto Che Guevara, pois este seria o símbolo da “luta contra o imperialismo norte-americano”. Não por acaso, o MST realizou e participou de inúmeros eventos em homenagem ao guerrilheiro latino-americano. Basta mencionar, por exemplo, que o MST esteve com a maior delegação internacional no seminário “*Ernesto Che Guevara 30 anos*”, na cidade de Rosário (Argentina), em 1997 (JST, 1997, p. 09). Naquele mesmo ano, durante o mês de outubro, o Comitê de Defesa da Revolução Cubana (CDRC) e o MST, com mais de 350 famílias acampadas no Distrito Federal (Brasília), desenvolveram atividades de limpeza da cidade e de pintura as escolas públicas. Um pintor desenhou um painel da face de Che em um muro da cidade, marcando o dia 8 de outubro como Dia Internacional do Trabalho Voluntário (JST, outubro 1997, p. 9). Em 2005, jovens de assentamentos e acampamentos se reuniram na cidade de Cuiabá (Mato Grosso) para realizar a “*Jornada de Solidariedade e de Trabalho Voluntário*” (JST, 2005, n. 256, p. 06). Em 2008, a ENFF realizou o seminário “*América Latina: 80 anos do nascimento e o legado de Che*”, no qual mais de 120 militantes puderam estudar e debater a trajetória do teórico argentino (JST, 2008, n. 288, p. 07).

Naturalmente, esta influência que o MST possui sobre o legado de Guevara se manifesta constantemente não apenas no momento da mística, mas com outros setores, sobretudo os ligados à educação e à formação: o “homem novo”, a “solidariedade internacional”, o “trabalho voluntário”, o “espírito do sacrifício”, a “indignação” são os valores do *humanismo* marxista do qual defendidos sistematicamente por Guevara e que o MST sem nenhum segredo procura incorporar à sua práxis<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Para uma análise da perspectiva humanista nos escritos de Che Guevara, ver Bensancenot e Löwy (2010).

Além de entender o pensamento filosófico, crítico e revolucionário de Che, o desafio é compreender uma das coisas principais que ele demonstrou em sua prática. Negar os dogmas e os sectarismos que se implementavam na época, a partir da orientação do partido comunista da Rússia. A abertura de compreender o mundo e a realidade de forma dialética e dinâmica é uma marca no pensamento de Che. Ele fazia uma crítica às orientações fechadas que vinham do socialismo russo. Além disso, demonstrou um esforço em pregar teoria e prática cotidiana, na vida das pessoas, partindo dos valores, do trabalho voluntário, da solidariedade. [...] Nós do MST resgatamos permanentemente esses valores, as ideias centrais de seu pensamento e ação. Na lógica do funcionamento do MST, negamos também muitos dogmas, posições sectárias que tenham influência em nosso Movimento. Projetamos ideias e valores influenciados no humanismo de Che, que são valores muito presentes no nosso Movimento (Nei Orzekovski entrevistada pelo JST, 2008, n. 283, p. 12).

Tais valores éticos (“amor à humanidade”, “sentido da justiça e da verdade”, “respeito ao próximo”, “a indignação”, “os valores da entrega e do sacrifício”) que, no âmbito da consciência subjetiva, ativa a prática de solidariedade internacional que o MST conserva desde seu nascimento. Ou seja, por mais que a mística seja permeada por rituais, ela não se restringe a isso. Afinal, os princípios morais que a norteiam (guevaristas, por exemplo) são estimulados a que o militante os expresse em sua conduta individual, na prática cotidiana, (“viver a mística cotidianamente”) com o objetivo de formar uma identidade coletiva e política através da formação da consciência de cada indivíduo.

#### **4.2. Os comitês de apoio na Europa e América do Norte**

Em sua trajetória o MST sempre contou com a solidariedade internacional de vários movimentos, organizações, associações, igrejas e ONGs progressistas. Basta mencionar – além dos exemplos apresentados – que no conhecido acampamento que deu origem ao MST, a Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, em 1981, a organização francesa *Frères des Hommes* esteve presente. A luta do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil conseguiram exercer a simpatia de centenas de pessoas e grupos ao redor do planeta que tomaram iniciativa de levar informação e debate por conta própria para a classe trabalhadora de seu respectivo país. As entidades se multiplicaram rapidamente a partir de meados da década de 1990, sob a formação de coletivos, conhecidos comumente por *Comitês de Apoio*, *Comitês de Solidariedade*, ou simplesmente *Amigos do MST*, espalhados em diversos países do mundo. Naturalmente, tal apoio não

dependeu de um aval da DN do MST, muito embora os mesmos tenham percebido que era necessário que as organizações de solidariedade internacional tivessem mais força.

O surgimento dos comitês de apoio no Hemisfério Norte não dependeu de uma política direcionada do MST. Foram ao contrário, as nossas lutas por aqui, de forma massiva, que resultaram como catalisador de vontades, de pessoas de lá, que querem realizar atividades de solidariedade internacional e se somaram a nós. Tampouco tem relação com o Massacre de Eldorado dos Carajás, ela apenas influenciou a escolha da data de 17 de abril, como Dia Internacional da Luta Camponesa e mais pelo fato de que justamente durante o massacre estava se realizando a Conferência Internacional da Via Campesina, no México, e aí os delegados impactados pelo massacre, tomaram a decisão de criar o dia internacional no calor dos acontecimentos (Entrevista com João Pedro Stedile em 14/junho/2012).

No entanto, ao que tudo indica, uma possível explicação da multiplicação dessas entidades apoiadoras do MST assenta-se em três fatores – um episódio externo ao Movimento, um episódio que lhe é interno e um trabalho artístico que ajudou sua projeção no exterior: 1) o levante neozapatista, em 1994, com sua insurgência e sua nova forma de resistência e projeto alternativo de uma sociedade anticapitalista reabilitou – e expandiu – a solidariedade política com relação aos movimentos sociais, baseada na prática do internacionalismo. 2) a chacina de trabalhadores rurais em Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996. A maneira com que os camponeses foram assassinados nesses episódios gerou uma aguda onda de protestos no exterior (principalmente na Europa e nos Estados Unidos) contra a violência e a impunidade no campo, principalmente durante as viagens oficiais do presidente da República (na época Fernando Henrique Cardoso). 3) A exposição e um livro sobre o MST (com prefácio do escritor português – e prêmio Nobel de Literatura – José Saramago), produzido e organizado pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado com o tema/título “*Terra*” (1997). A exposição percorreu quarenta países e oitocentas cidades, levando a imagem em retrato os integrantes do MST<sup>111</sup>.

Evidentemente esses dois fatores estão longe de ser a *causa única* da visibilidade internacional da luta do MST, mas não há dúvida de que eles provocaram um aceleramento da repercussão Movimento com a finalidade de construí-lo em escala internacional uma opinião pública favorável às lutas camponesas no Brasil pela reforma agrária. Nesse contexto, houve a formação permanente dos comitês de apoio. Os setores

---

<sup>111</sup> “Boa parte se deveu a Sebastião Salgado e suas fotografias. A exposição ‘*Terra*’ foi um êxito mundial e deu ao MST uma visibilidade global no campo das artes, sem que fora preciso um discurso ideológico. As imagens de Salgado nos projetaram internacionalmente, algo que estamos enormemente agradecidos” (STÉDILE, 2002, p. 117).

que impulsionam esses comitês são diversos: professores, militantes sociais, jornalistas, pesquisadores. Ademais, muitos contam com a contribuição de centrais sindicais, ONGs e Igrejas Cristãs.

Atualmente o MST recebe em torno de quarenta apoios de comitês que estão concentrados basicamente em dois continentes, na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e na Europa (Espanha, Holanda, Suécia, Suíça, Áustria, Grécia Noruega, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Escócia, Portugal). Somente para se ter uma dimensão da quantidade dessas redes de solidariedade, na Espanha, país de maior número de comitês (e do mais antigo, o de Barcelona que começou em 1994), existem grupos em diversas regiões do país: o *Comité de Suport al MST* em Barcelona, o *Komite Internazionalistak* de Euskadi, o *Comité de Solidariedad Internacionalista* de Zaragoza, mas também em Santa Eugénia de Berga, Gernika, Bilbo, Mallorca, Galiza, Asturias, Valencia, Aragon<sup>112</sup>. Desde 1997 começou a ocorrer formalmente um encontro europeu dos Amigos do MST. Os *Friends of the MST* (FMST) nos Estados Unidos surgem a partir de 1997 e estão nas cidades de Seattle, Chicago, Nova York, Boston, Portland, Los Angeles e Washington.

Os comitês procuram empenhar-se em executar diversas atividades de divulgação: debates, exposição (lonas pretas, camisetas, textos), atividades de formação, exibição de vídeos, filmes, documentários e fotos sobre a história do MST e da reforma agrária no Brasil e na América Latina. Amiúde convidam as lideranças do MST para que eles próprios apresentem a situação social do campo<sup>113</sup>. Mais do que isso: organizam abaixo-assinados, vigílias, audiências com organizações internacionais, redigem cartas às autoridades do governo, realizam manifestações públicas. Procuram coordenar um grupo de tradutores voluntários para fazer atualizações e notícias do MST em inglês<sup>114</sup>. Organizam visitas aos assentamentos, acampamentos e escolas de formação brasileiras. Há também nos comitês uma preocupação em contribuir com o

---

<sup>112</sup> Até 2007, foi marcado o VII Encontro Europeu de Solidariedade com o MST, ocorrido em outubro de 2007, em Oslo (Noruega).

<sup>113</sup> De acordo com Daniela Stefano (2004, p. 48), até o ano de 2002, o MST esteve em 62 países para onde mais de 400 militantes viajaram. Não custa sublinhar que várias das informações factuais que compõem este item são baseadas nos textos de Stefano (2004, p. 47-49) e José (1998, p. 24-25).

<sup>114</sup> Para ficarmos apenas em dois exemplos europeus, a edição da revista brasileira *Caros Amigos* de novembro de 1999, sobre “O maior julgamento da história do Brasil” (a propósito da farsa do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás), foi publicada em Bruxelas, na Bélgica, em junho de 2000, graças a uma articulação de sindicatos, comitês e ONGs que tiraram um coletivo de tradutores franceses para realizar o trabalho de divulgação. No 1º Encontro Internacional Contra a Mundialização, em Milau, no Sul da França, foi distribuído um número especial (“*Solidarités*”) do jornal semanal do PCF “*La Terre*”, vinte e quatro páginas exclusivamente sobre o MST (JST, 2000, s/n).

financiamento e a arrecadação de fundos para o MST, juntando-se muitas vezes com organizações e movimentos sociais ambientalistas e de direitos humanos.

Embora pareça incrível, há um grupo de empresários estadunidense que envia fundos com certa frequência, sem que a gente tenha solicitado. Em regra geral, o dinheiro procedente da Europa se dedica a formação de ativistas. Estamos construindo uma escola – a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), aqui na Via Dutra – como projeto conjunto com a UE [União Europeia]. [...] Não vemos nenhuma contradição em colaborar com a UE em um projeto de construção, porque os países europeus têm saqueado o Brasil e já é hora que nos devolvam algo. Também tem outros projetos, por exemplo, existe com uma organização de direitos humanos que nos ajuda a ter representação jurídica (STEDILE, 2002, p. 113).

Ou seja, os comitês realizam, como destaca Daniela Stefano (2004, p. 47), um “trabalho importante de pressão e de atividades concretas nas questões de denúncias a violações dos direitos humanos e de conscientização da sociedade local em relação aos problemas da terra no Brasil”. Movidos pela solidariedade política baseada na prática do internacionalismo, tais grupos superam o âmbito institucional e as relações estatais. Como afirmam Breno Bringel, Jon Landaluze e Milena Barrera (2009, p. 196), para o MST, “não existe uma cooperação econômica *per se*”, já que há de existir por trás da solidariedade “laços políticos constituídos que incorporam na cooperação uma dimensão subjetiva construída ao largo de um processo histórico de lutas sociais”.

É verdade que não se pode superestimar a força que os comitês de apoio exercem em seu país – muitos têm dificuldade de se autossustentar, as atuações são de forma totalmente voluntária, não há remuneração. Por sua vez, o MST reconhece e estimula os projetos de cooperação e de divulgação, porém, não dependente inteiramente disso.

O MST como os zapatistas foram salvos pela solidariedade, isto a gente tem claro. [...] O trabalho de divulgação das lutas do MST feito por várias entidades nacionais e internacionais é muito importante, isto é, um contraponto com o que diz e faz o governo FHC. Quando ele foi à França e recebeu um caminhão de terra ou quando ele foi à Itália e os intelectuais bateram pesado, isto criou um impacto internacional muito grande e uma preocupação para o seu governo [...]. Temos a preocupação com a divulgação internacional do trabalho do MST, tanto é que está indo para Europa um quadro nosso para este trabalho mais político de articulação internacional. Mas volto a frisar, a solidariedade internacional não é suficiente se não avançar a luta concretamente na organização do povo. Eu sou convidado para vários debates: alguns participo, outros não, porque é aquele negócio: se ficar só nisto fico viajando. É interessante fazer o debate, mas se não é para organizar o povo, daqui a pouco você esta voando, você vai ficar com a brocha na mão e a escada se foi, a base escapou dos pés (Entrevista com Gilmar Mauro com PERICÁS; BARSOTTI, 1997, p. 208-209).



Sinteticamente, portanto, esse apoio internacionalista se expressa concretamente das seguintes maneiras: 1) na organização e no apoio para o desenvolvimento econômico (financeiro) do MST, o que toca aos projetos específicos de desenvolvimento social e político; 2) na organização dum fundo de informações e notícias com o objetivo de divulgá-las através dos canais de comunicação disponíveis, como internet, material impresso e eventos; 3) na construção de uma rede capaz de responder aos alertas da mais alta prioridade política e de direitos humanos, injetando força para a luta global pela justiça social; 4) em oferecer suporte à comunicação e coordenação entre o MST e os grupos interessados.

Outro fator que não pode deixar de ser mencionado é que a internet tornou-se tem se mostrado uma ferramenta importante na construção e integração do exercício de solidariedades desses comitês internacionais, na manutenção do fluxo regular de informações e denúncias em que os neozapatistas foram pioneiros<sup>115</sup>. Hoje em dia, no sítio da internet é possível ter informações do MST em inglês, espanhol, francês, italiano, sueco, alemão, holandês, suíço, finlandês e norueguês, como se pode notar no quadro abaixo. Com um olhar atento aos sítios, rapidamente se perceberá que eles não reproduzem copiosamente a página oficial do MST. Na realidade, trazem informações da história e dos objetivos de cada comitê, notícias de seus respectivos países e procuram atualizar as notícias sobre o MST.

**Quadro 4.1. Páginas na Internet em outros idiomas sobre o MST**

<b>Idioma</b>	<b>Endereço</b>
Inglês	<a href="http://www.mstbrazil.org/">http://www.mstbrazil.org/</a>
Espanhol	<a href="http://sindomino.net/mstmadrid/">http://sindomino.net/mstmadrid/</a>
Francês	<a href="http://amisdessansterre.blogspot.com">http://amisdessansterre.blogspot.com</a>
Italiano	<a href="http://comitatomst.it/">http://comitatomst.it/</a>
Sueco	<a href="http://mstverige.blogspot.com/">http://mstverige.blogspot.com/</a>
Alemão	<a href="http://www.mstbrasilien.de/">http://www.mstbrasilien.de/</a>
Holandês	<a href="http://www.mstnederlande.nl/">http://www.mstnederlande.nl/</a>
Suíça	<a href="http://www.infoterra.ch/">http://www.infoterra.ch/</a>
Finlandês	<a href="http://maattomienliike.wordpress.com/">http://maattomienliike.wordpress.com/</a>
Norueguês	<a href="http://www.brasilsolidaritet.com">http://www.brasilsolidaritet.com</a>

Finalmente, outro dado que contribui para entender esse amplo reconhecimento – e, por extensão, auxílio, apoio, assistência de amplos setores transnacionais – internacional são os prêmios que o MST recebe com certa frequência do exterior, o que

<sup>115</sup> Para uma análise sobre a internet e o EZLN, ver Figueiredo (2007).

também que funciona como ampla divulgação do Movimento. Por exemplo, em 1991, o MST ganhou o Prêmio Nobel Alternativo concedido pela Fundação *Right Livelihood Awards*, da Suécia (MST, 2010, p. 26). No ano do Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), o MST recebeu o Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento da Fundação Rei Balduino da Bélgica – inclusive com participação na cerimônia oficial da premiação com a cúpula do governo real. A premiação tinha como objetivo “reconhecer publicamente pessoas ou organizações que têm uma contribuição importante e substancial para o desenvolvimento da democracia do seu país”<sup>116</sup>. Em 1999, Gilmar Mauro, membro da Coordenação Nacional do MST, foi escolhido pela revista *Times* e pela rede *CNN*, ambas dos Estados Unidos, como um dos 50 jovens líderes do século 21 (JST, 2000, p. 14). Em 2001, a prefeitura de Siero, região da Astúrias, na Espanha, outorgou para o MST o Prêmio de Direitos Humanos, organizando exposições, debates e outras atividades em casas e institutos para que a população local conhecesse as ações do Movimento.

#### **4.3. O internacionalismo estatal: os projetos transnacionais de educação, formação e técnica**

O leitor mais atento a essa pesquisa certamente – e com toda razão – deve estar se indagando há algum tempo sobre a seguinte questão: por que afinal foi desenvolvida a relação entre Estado, sociedade civil e sem-terra, no Capítulo 1 do trabalho presente? Qual é sua relação efetiva com o tema proposto, isto é, o internacionalismo das direções do MST? Ora, além de organizar suas relações internacionais com movimentos e organizações, ou seja, com grupos da sociedade civil, como vimos amplamente, *ao mesmo tempo* desenvolveu relações políticas com o Estado, no âmbito internacional. Ou seja, o internacionalismo das direções do MST cultivou também *a ação da solidariedade estatal*, que sempre esteve presente em sua trajetória (exemplo paradigmático eram as práticas recorrentes de solidariedade internacional com o governo sandinista e cubano nos anos 1980), mas que ganha mais força a partir de 2003/2004, em especial com sua “adesão” ao projeto de governos latino-americanos

---

<sup>116</sup> Em entrevista com Jean-Paul Warmoe, coordenador de projetos e secretário na época do comitê de seleção do Prêmio Internacional Rei Balduino disse: “O prêmio quer encorajar o MST a continuar a sua luta pela Reforma Agrária. O objetivo da Fundação Rei Balduino é reconhecer e premiar o MST pelas atividades que ele vem desenvolvendo até hoje. Também queremos chamar a opinião pública internacional sobre a Reforma Agrária e o MST” (JST, 1997, p. 15).

Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), no qual os movimentos sociais tem um espaço ainda muito pequeno (MUHR, 2010).

Nos setores como formação, educação, projetos e produção técnica, *a dimensão estatal internacionalista do MST* ocupa também um lugar privilegiado. Longe de esgotar o tema, que é difícil de ser mensurado, ficaremos apenas na relação com que o MST estabeleceu com dois países da América Latina: Cuba e Venezuela (com mediação, às vezes, do governo federal a partir de 2003). Tal aproximação com os respectivos países através de projetos e cooperação específicos incide necessariamente em uma afinidade ideológica e política que o MST tem com os dois países.

Com respeito à Cuba, existe um contato de longa data; começa a ser construído ainda nos anos de 1980, ou seja, nos anos de formação e consolidação do Movimento. Antes do país caribenho atravessar um período de forte crise econômica – em razão do fim dos países “socialistas” europeus e o desaparecimento da União Soviética em dezembro de 1991, o que reduziu o fornecimento de diversos produtos<sup>117</sup> –, Cuba tinha escolas de formação latino-americana abertas para todos os jovens militantes do continente. Por isso, Cuba era considerada pelas organizações e movimentos de esquerda a principal referência de cursos de formação política.

Nos anos 1980, o Movimento ainda está nesse estágio de expansão e de consolidação, tanto essa expansão para nacionalizar o MST como de ir fortalecendo internacionalmente. [...]. E aí foi abrindo diferentes caminhos e construindo relações políticas. Obviamente com Cuba essa conquista [foi] aos poucos [...]. De uma relação que se consolidou e que se fortaleceu e, realmente num primeiro momento era mais as relações com os partidos aqui no Brasil, os partidos de esquerda, e Cuba mantinha esse papel realmente da formação política a nível continental muito fortemente. Então tinha escola das mulheres, cada organização de massa em Cuba e o partido mantinha a sua escola de formação política com essa abertura com os cursos internacionais, né? (Entrevista com Itelvina Masioli em 12/dez./2011).

Desde o princípio mantivemos uma relação fraterna e específica com a ANAP [Associação Nacional de Agricultores Pequenos] e, através dela, nos eram oferecidas oportunidades de cursos, que eram realizados para estudantes de vários países, em diversos aspectos, que iam desde cursos apenas para mulheres, para jovens, ou áreas de cooperativismo. E sempre procuramos participar de todos. Às vezes, como aqui era ditadura, tínhamos que ir de ônibus para Lima, para depois pegar o avião para La Havana. (Entrevista com João Pedro Stédile em 13/junho/2012).

---

<sup>117</sup> Só para ter uma dimensão da dependência econômica de Cuba, os países alinhados à União Soviética forneciam 85% das importações cubanas, 80% dos investimentos e recebiam ao redor de 80% das exportações do país (GARCÍA, 2011, p. 29).

Tradicionalmente, as escolas cubanas ofereciam cursos para organizações partidárias; contudo, aos poucos, foi se abrindo para organizações de outra natureza, como movimentos e associações. O MST enviou numerosos militantes para os diversos cursos de formação política em Cuba, organizados pelos movimentos camponeses, como a ANAP, com o apoio do governo cubano – tais militantes permanecem, hoje em dia, sendo os principais dirigentes do Movimento.

Então se abriu caminho primeiro com a CPT, depois com o PT, [...] porque eles [os cubanos] tinham uma tradição que eles só se relacionavam com os partidos e não com os movimentos. Então não tinha como entrar, nem conversar com esses partidos da América Latina, nem com os cubanos. Mas daí nossa relação mais direta vai se dar em 88, já na terceira turma nossa que foi para ANAP e daí se começa a estabelecer uma relação (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2011).

E nesse caminho fomos abrindo espaço na escola do partido, para mandar militantes e dirigentes nossos para cursos da escola do partido – a Escola Nico Lopes –, e para a escola da juventude também, que a mantinha com abertura para cursos latino-americanos e africanos. E nesse primeiro momento foi extremamente importante que muitos dirigentes, inclusive o Egídio [Brunetto] estudou; estudou em Cuba na escola da Niceto Peres, um conjunto de militantes. Eu fui pra escola da juventude (Entrevista com Itelvina Masioli em 12/dez./2011).

[...] Cuba nos oferece cursos de formação, aliás, não só a nós, mas a um monte de gente, as primeiras escolas de formação que nós mandamos nossos militantes. [...] em 1989, na verdade, eu fui fazer um curso de formação em Cuba, uns cinco meses (acho), formação de economia política, filosofia etc. e aprendi a falar espanhol e o MST precisava tava iniciando o processo de relações internacionais e, na verdade, o fato de dominar a língua permitia acompanhar várias atividades e a participar do setor de relações internacionais (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011).

No entanto, na década de 1990, os cursos foram fechando suas portas para a participação de militantes internacionais. O motivo dessa atitude deve-se ao período de crise econômica e às transformações profundas em que Cuba vai mergulhar – fase conhecida como “período especial”.

[...] ainda na escola da juventude nós praticamente fomos em dois grupos; foi uma vez duas companheiras, depois fomos em cinco. E aí já foram entrando para as dificuldades. Tu já pegas 1990, inicia a crise, o período especial, e também vai ser essa determinação em Cuba de ir fechando as escolas de formação política... Obviamente que elas continuam para os militantes e os quadros cubanos, mas fechando para participação internacional. E depois de 1994 com a crise, a força do período especial e toda a ofensiva imperialista, Cuba inicia uma nova etapa também a partir de 1994 que o comandante Fidel qualificou de as batalhas de ideias e é aí que vai nascer a Escola Latino-Americana de Medicina, a ELAM, que ela nasce nesse período (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

A suspensão dos cursos de formação política não encerrou as relações entre o MST e Cuba. No Brasil, diante do quadro social-econômico dramático que o país cubano vivenciava<sup>118</sup>, o MST juntamente com outras entidades, associações, movimentos e organizações, participou ativamente de campanhas de solidariedade internacional para arrecadação de fundos, como, por exemplo, para a “*Campanha uma Gota de Amor por Cuba*”, com o objetivo de conseguir enviar um navio de petróleo para os cubanos (JST, 1992, n.115, p.14).

Além disso, o MST tem uma verdadeira fascinação pela pedagogia cubana, o que, por sua vez, tem uma forte influência no setor de educação e formação, especialmente sobre o setor de juventude. Não custa recordar que os “princípios teóricos” da pedagogia do MST são buscados em teóricos latino-americanos como, por exemplo, Paulo Freire e José Martí. A importância que o MST confere à educação e à formação é capital:

Com o correr dos anos, o Movimento ajudou a organizar centenas de escolas e inúmeros cursos de capacitação para seus membros. Só entre 1988 e 2002, o setor de Formação fez cursos e oficinas para mais de cem mil ativistas do Movimento. Os cursos de formação realizados em parceria com universidades do país enfatizam o estudo da realidade brasileira e latino-americana. O MST, porém, é ciente de que a principal experiência educativa dos seus integrantes é feita na prática e na luta (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 320)<sup>119</sup>.

O internacionalismo da educação cubana se manifesta desde a década de 1970 através do envio de contingentes de professores e colaboradores para diversos países, como o Destacamento Pedagógico Ernesto Che Guevara, em Angola (1978), o Destacamento Augusto César Sandino, na Nicarágua (1980), entre outros. Somado isso, Cuba realizou eventos sobre educação. Para ficarmos em apenas dois exemplos, o MST participou do “*Encuentro por la unidad de los educadores latinoamericanos*”, em 1995 (conhecida também como “Pedagogia 95”), ocasião em que foram feitos importantes intercâmbios em espaços educativos – em círculos infantis, escolas primárias e secundárias, Institutos Politécnicos Agropecuários e Industriais, Centro de Estudos sobre José Martí, Centro de Estudos sobre a América, Associação de Educadores Latino

---

<sup>118</sup> “A crise econômica foi muito intensa. O PIB caiu quase 35% entre 1989 e 1993; o déficit fiscal chegou a 33% do PIB em 1993, e as importações a preços correntes caíram 75% nesses quatro anos. A condição de vida da população piorou fortemente apesar dos esforços do governo. Assim, por exemplo, houve queda de mais de 30% na aquisição de calorias e proteínas por parte da população, e surgiram doenças decorrentes de carências nutricionais, como a neurite óptica e a neuropatia epidêmica em 1993” (GARCÍA, 2011, p. 29).

<sup>119</sup> Para um estudo das relações entre pedagogia, educação e formação no MST, ver Caldart (2004).

América e Caribe (JST, 1995, n. 145, p. 15). Em 1997, a delegação do MST viajou com trinta e quatro militantes para o XIV Festival da Juventude e dos Estudantes em Cuba (JST, 1997, n. 172, p. 6).

Não se pode deixar de mencionar a criação da Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), fundada em 15 de novembro de 1999, que já formou 8.585 profissionais de 30 países da América Latina, do Caribe, da África, do Haiti e dos Estados Unidos (RODRÍGUEZ, 2011, p. 53). O objetivo é a formação de médicos que possam atuar em diversas comunidades urbanas e rurais precárias de acordo com as necessidades e limitações de cada região. Em 2000, segue a primeira turma do MST para estudar medicina em Cuba (MAZILÃO, 2011, p. 57). Desde então, com um convênio firmado entre o MST e o governo de Cuba, há em média de 15 a 20 jovens filhos de agricultores sem-terra que anualmente viajam a Cuba com a possibilidade de cursar Medicina (MARCH, 2009, p. 11). Para frequentar o curso, o governo cubano oferece aos alunos bolsas de estudo integrais com direito aos seguintes benefícios: alojamento, alimentação, materiais escolares e didáticos, atendimento médico e odontológico, além de uma pequena ajuda para necessidades extras (RST, 2004, n. 26, p. 31).

Um último elemento que o MST tem incorporado da pedagogia cubana é a utilização do método de alfabetização “Sim, eu posso”<sup>120</sup>, uma vez que a demanda por alfabetizações de jovens e adultos no MST é enorme (MAZILÃO, 2011, p. 42). Isso fez com que no V Congresso Nacional, em 2007, o MST lançasse a Campanha Nacional de Alfabetização voltada para as áreas de assentamento e acampamento. Para a consecução disso, segundo Ageu Mazilão (2011), foi preciso firmar um protocolo internacional de cooperação com Cuba, realizado pelo Governo Federal, em 2005, que contribuiu para que o MST utilizasse o método pedagógico, instalando experiências-piloto em assentamentos e acampamentos dos estados brasileiros (Maranhão, Ceará, Piauí). No Maranhão, por exemplo, onde a campanha foi mais sistemática, cerca mais de mil e duzentos trabalhadores rurais fossem alfabetizados através do método cubano que foi, testado principalmente no assentamento Balaiada, no município de Nina Rodrigues, no norte do Maranhão. Diante disso, a Secretaria do Estado de Educação declarou “território livre de analfabetismo” na região.

---

<sup>120</sup> Em 2006, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura) concedeu a Cuba o prêmio *2006 Rey Sejong* pelo programa de alfabetização de jovens e adultos *Yo si puedo*. Em 19 países, a aplicação do método de alfabetização conta com 3,5 milhões de pessoas alfabetizadas. (RODRÍGUEZ, 2011, p. 53).

Com relação à Venezuela, o MST iniciou uma aproximação muito mais recente com do que a que tem com Cuba. Nos anos 2000, o MST e a Via Campesina sondavam as organizações camponesas do país venezuelano na tentativa em incorporá-las no movimento da CLOC e Via Campesina. Na mesma época, o MST fez uma doação de mais de quatrocentos quilos de sementes de hortaliças agroecológicas Bionatur, produzidas organicamente pelas famílias assentadas em Hulha Negra (Rio Grande do Sul), através da Cooperativa Regional de Assentados (COPERAL), em razão da ocorrência de fortes chuvas que destruíram vários pontos do país venezuelano (JST, 2000, n., p.12). Além disso, a tentativa de golpe promovida pelas elites locais, canais de comunicação e os EUA para destituir o governo do presidente Hugo Chavez em abril de 2002 contou com uma reação apenas retórica do MST em defesa do presidente venezuelano.

Na realidade, o momento de estreitamento dá-se quando o presidente Hugo Chavez viaja para cidade de Porto Alegre para participar do V Fórum Social Mundial (FSM), em 2005. Na ocasião, o MST convida o presidente para visitar o assentamento Lagoa de Junco, na cidade de Tapes (Rio Grande do Sul). Ali será firmado um protocolo de compromisso assinado pelo Governo da Venezuela, Governo do Estado do Paraná, Via Campesina Internacional, MST e Universidade Federal do Paraná com objetivo de criar a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELA), na cidade de Lapa, Paraná, inaugurada ainda naquele ano, e a constituição do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Paulo Freire (IALA), na cidade de Barinas, na Venezuela inaugurada em 2006 (JST, 2005, n. 248, p. 11).

Nesse contexto, o MST e a Via Campesina debatem a ideia de levar uma brigada de militantes para a Venezuela. Contudo, diferentemente das brigadas que o MST desde sua gênese enviou, a brigada doravante teria como meta principal a cooperação em construir novas formas de produção agrícola e ter uma longevidade muito maior do que as brigadas anteriores (permanência de longos meses e, até mesmo, dois ou três anos) e, enfim, consolidar a aproximação com as organizações camponesas venezuelanas.

[Chavez] conheceu a produção de arroz orgânico e tudo mais, né? Conheceu os nossos assentamentos, e daí nesse ato, surgiu a ideia de conformar aí uma brigada para ir para a Venezuela, aí estavam os movimentos camponeses venezuelanos, estava a CANEZ [*Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora*] e outras organizações que subscreveram aí digamos esse acordo, nessa ideia de que nós pudéssemos conformar aí uma brigada da via campesina, do MST e que fossemos para a Venezuela que o governo iria nos apoiar, dar o suporte, para que pudéssemos iniciar um processo juntamente com os camponeses venezuelanos de construir de fato novas formas na

produção agrícola. [...] Então nós fomos para a Venezuela em 2005, em outubro de 2005, com a seguinte proposta: de iniciar um processo, de construir uma escola que pudesse ajudar na formação dos agricultores, dos camponeses venezuelanos e também, outra escola aqui no Brasil (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 10/dez./2011).

#### **4.4. O internacionalismo do MST entre a base e a direção: desafios e limites**

Nesta altura parece ser interessante apontar o seguinte questionamento: a vocação internacionalista do MST, que esta como se viu está presente desde sua origem, não seria na realidade uma aspiração mais retórica do que real? Afinal de contas, essa dimensão chega efetivamente na base social do Movimento, ou seja, nos assentamentos e acampamentos? Em outras palavras: trata-se apenas de um desejo circunscrito à cúpula da Direção Nacional do MST, já de sua dimensão não surte um efeito significativo nas lutas concretas? E se por um acaso o tema do internacionalismo se difundisse nas bases do MST, como isso seria observado? Há um consenso sobre esse princípio?

Aos mais atentos, a dúvida procede. O MST é um movimento social amplo e diversificado e, por mais que os dirigentes queiram ressaltar sua unidade, cada região tem seu próprio ritmo de luta e de formação política, e, sendo mais restrito ainda, cada acampamento e assentamento tem sua velocidade política, o que, muitas vezes, pode e ocasiona inúmeros descompassos<sup>121</sup>. Diante disso como analisar tal questão? O internacionalismo ecoa de fato nos espaços da luta cotidiana de sua base social? E se a resposta for afirmativa, de que forma isso acontece? Como o internacionalismo se constitui em espaços aparentemente distantes? Nesse sentido, existiriam contradições, visões de mundo distintas em relação da linha política “oficial” que expressa o corpo diretivo?

Nesse ponto específico, todos os dirigentes entrevistados nesta pesquisa convergem numa afirmação comum: o internacionalismo ainda não ocupa a totalidade dos espaços de que o MST se fazendo presente – como se deseja –, embora os sinais de avanço sejam muito significativos.

---

<sup>121</sup> “Embora, contudo, o MST possua um discurso interno pautado pela reivindicação do socialismo [...] ele acalenta um projeto claro de Reforma Agrária, embasado em características de ordem econômica presas à lógica do sistema capitalista. Talvez por isso trate questões regionais de maneira menos afinada com a linha política geral que apregoa. [...] Assim, discurso e prática não estão necessariamente vinculados no MST. Defende-se o socialismo, realizam-se campanhas de solidariedade às lutas sindicais até contra o governo norte-americano, promovem-se atos contra o neoliberalismo, mas não se mantêm princípios fixos de alianças exclusivas com partidos de esquerda que apoiam genérica e abertamente a Reforma Agrária” (TURATTI, 2005, p. 86-87).



Evidentemente o tema do internacionalismo, seja qual for sua dimensão – subjetiva ou objetiva –, está distante da realidade de vários assentamentos e acampamentos do MST. Seria provavelmente espantoso ou, no mínimo, surpreendente para uma grande parte da base social do MST saber da existência de uma militância assídua do Movimento em escala internacional. Qual é a solução que a direção do MST e o coletivo de relações internacionais apresentam? Ora, não é nosso objetivo responder a todas as questões apresentadas; contudo, é possível, mesmo que de maneira limitada, sugerir alguns prognósticos, embora uma parte da resposta já tenha apresentada ao leitor. Vejamos.

Em primeiro lugar, é necessário constatar que – ao menos nas entrevistas realizadas – existe a preocupação real das instâncias diretivas de traçar estratégias de como aproximar o tema do internacionalismo das direções do MST à sua base social:

Há um esforço das instâncias de levar que os temas da solidariedade internacional fluam para base, no acampamento e assentamentos. E pelo que tenho visto, nossa base tem acesso a muitas informações sobre temas internacionalistas, e tem também participação ativamente das campanhas que realizamos, e da motivação. Assim, como isso é feito nos muitos cursos que fazemos na escola (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

Assim como todos os outros temas que o MST coloca em discussão, ele é um, e sempre foi e vai continuar sendo, pela relação dialética que ele tem, uma grande dificuldade, ou um grande desafio nosso de traduzir o que a gente discute na nossa base e o que a gente discute na nossa direção e fazer com que essas coisas se encontrem. Então, é um desafio sempre em todos os temas, não só o internacionalismo (Entrevista com Antonio Netto em 18/nov./2011).

Eu diria assim que ele chega com mais força na militância do Movimento ainda, né? Então chega com mais força na militância e estão nas diferentes instâncias coletivas da organização, setores que estão nos diferentes cursos do MST, que vão para diferentes espaços, etapas de formação política do Movimento porque estão estudando, refletindo, debatendo, ajudando na tomada das decisões políticas do nosso Movimento. Então eu diria que ele tem mais força nesse público, que é a militância, já que estão nas diferentes instâncias e tarefas da organização e vivência. É convocado, a permanentemente refletir, organizar, a desenvolver tarefas de solidariedade, a receber delegações, organizar intercâmbio. Agora da nossa base, ela é parte da nossa determinação política (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Ele [o internacionalismo] chega, mas não com a intensidade que nós gostaríamos ainda. Mas ele chega. O número de pessoas que estão viajando para fora que tiveram a oportunidade de conhecer experiências de luta em outros países é muito grande. Eu arriscaria a dizer que hoje o MST é a organização que do Brasil que mais tem desenvolvido esse tipo de atividade de intercâmbio internacionalista. Outras organizações fazem, mas talvez não na intensidade que estamos fazendo nos últimos anos (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

Em muitas das campanhas de solidariedade internacional – como, por exemplo, com Cuba, Venezuela, Nicarágua, El Salvador, México e outros tantos – em que o MST esteve comprometido em sua trajetória de quase trinta anos houve muitas vezes aproximação direta com diversos acampamentos e assentamentos. Ou seja, há todo um debate de formação política (que pode ser realizada também através do trabalho da mística, música, eventos, jornal) para que todos compreendam a importância do compromisso de solidariedade até mesmo mediante ações muito simples como, por exemplo, arrecadar lápis para o povo nicaraguense. Além disso, o internacionalismo pode chegar, também, através d escolha do nome dos acampamentos e assentamentos, como homenagem a algum mártir da história internacional. Sem contar os intercâmbios frequentes pelos quais militantes de outros países passam dias ou até mesmo meses em espaços de socialização política. Tais estratégias que são colocadas na prática segundo determinação política da direção nacional do MST constituiriam o argumento central de que o internacionalismo expande para além da cúpula diretiva do Movimento.

Hoje você tem pessoas do acampamento mais interessadas em discutir esse tema, em conhecer. Eu diria que avançou no MST, não é uma coisa que está exclusivamente na direção, mas para nós precisaria avançar muito mais. É que no Brasil, na esquerda brasileira, achamos que tem uma dificuldade muito grande de manter viva essa ideia do internacionalismo porque os problemas do cotidiano puxam muito. Para você se preocupar mais com o corporativo, não é? Por isso precisa ter uma organização, militantes e dirigentes insistindo no tema para mostrar a ligação direta que tem a questão nacional e a questão internacional. Hoje, então, está bem melhor, não tá só na militância e nos dirigentes, mas ta na base. Mas ainda está em um nível e em um grau que não é satisfatório. Nós achamos que é ainda é pouco (Entrevista com Marcelo Buzetto, 04/out./2012).

Na campanha que nós fizemos na crise Cuba de arrecadação de materiais escolares etc. fizemos até um cartaz de uma menininha cubana, não sei se você já viu, um cartaz super bonito, com trajezinho de pioneiro, deve ser nos anos 90, 93, 94 tal.. e essa campanha foi muito intensa na nossa base com contribuição extraordinária dos assentados e acampados, as crianças se envolveram nisso. A campanha em relação ao Haiti, agora, envolveu a participação de nossa base em arrecadação de produtos, doações etc. Os meninos que vem de lá, a gente faz questão de fazer essas rodadas, os próprios haitianos que estiveram conosco durante um ano, sessenta haitianos que estiveram aqui vivenciaram experiências em todos os estados... então estiveram nos acampamentos e nos assentamentos difundindo isso. É um processo de tentativa permanente e construir jornadas socialistas nos assentamentos, mas também ações concretas de solidariedade quando necessário, seja ela um abaixo assinado, seja ela de arrecadações concretas (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/11/2011).

[...] quando a gente percebe, e dentro das nossas místicas, a presença de nomes, de lutadores de outros países, e isso são formas de a gente ir tentando transmitir ou até fazer com que esse processo vá fluindo naturalmente nesses espaços onde de fato o nível de consciência ainda é o da informação para

essas questões. Há o fato também de esses militantes receberem visitas de outros companheiros de outros países nesses acampamentos, nesses assentamentos, e ao fazer conversas e tentar entender melhor, eles explicarem como é que a vida deles, automaticamente também as pessoas que vão visitar falam como que é a situação nos países, isso também é parte de um processo de formação, que vai fazendo com que a gente vá entendendo cada vez mais a importância de se juntar, de se unir, de entender melhor o outro (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 10/dez./2011).

As diversas estratégias ordenadas dessa “determinação política” para que a dimensão transnacional da luta ecoe fortemente em sua base social do Movimento enquadram-se, principalmente, numa questão pedagógica e de formação política para que os sem-terra – atinjam uma espécie de “consciência política internacionalista madura”. Nesses termos, os limites e as fraquezas podem rapidamente ser apontados.

Você tem situações que são contraditórias também. É possível que você chegue num acampamento chamado Simon Bolívar ou em qualquer outro acampamento com outro nome [estrangeiro] é possível que você encontre gente que tenha dificuldade de explicar quem foi Simon Bolívar e tal. Pode lembrar que foi uma pessoa que foi revolucionária e coisa e tal, mas é possível que você chegue hoje em acampamento e encontre essa contradição que é uma alerta para nós. [...] É preciso fazer esse trabalho de formação da consciência e de esclarecimento de explicar o porquê se esta dando esse nome. Então às vezes acontece também isso: um grupo de militantes ou dirigentes por conhecerem a pessoa por ter... Dão o nome e não fazem o trabalho de formação política. [...]. O pessoal tem um nome de um revolucionário em seu núcleo e em seu acampamento, mas tem dificuldade de explicar. Nós ainda temos limites, falhas e contradições como essas. Não é tudo perfeito. (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

Desse modo, se o tema do internacionalismo, entendido como processo inacabado de formação política e pedagógica, tem muitas dificuldades em se difundir mais amplamente em espaços da base social – apesar do desenvolvimento de uma série de estratégias da DN para solucionar tal problema. Mas, existe outro ponto do mesmo problema: as viagens que o MST faz para o exterior. Tradicionalmente, nos partidos comunistas do século XX aquele que realizava as viagens internacionais só poderia participar uma cúpula extremamente restrita ligada necessariamente à secretaria de relações internacionais e ao comitê central do partido. Ou seja, a circulação é circunscrita há poucas pessoas. O MST seguiria um procedimento semelhante? Quais seriam são as pessoas que viajam? Seriam sempre as mesmas? Existe algum tipo de critério sobre essa questão?

Sobre tal quesito, o MST tem uma regra, um princípio, uma metodologia segundo a qual não se pode viajar mais de duas vezes por ano. Isso para que ocorra

justamente uma “democracia” de viagens, de rotatividade de pessoas no círculo de viagens ao exterior:

O importante é que nós conseguimos mudar a metodologia nas relações internacionais. Acho que a grande contribuição do MST é essa. Não só do MST, não vou querer atribuir isso a nós. Mas, o que era as organizações sindicais internacionais? Várias federações, muito turismo sindical, os países do Leste pagavam a passagem pra turma ir até Cuba, em isso fez a levar a muitos oportunismos. O MST muda isso. Primeiro que não constitui uma direção oficial internacional. São coordenações, representação de movimentos. Não tem nenhuma estrutura burocratizada internacionalmente. Segundo, que busca estimular movimentos reais e, a partir dos movimentos reais, um intercambio internacional, e o processo de formação político ideológico... mais autossustentado pelas próprias organizações e esse é o processo que a gente vive atualmente (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011).

Outro procedimento que a gente tem que é um princípio: estimular que novas pessoas façam viagens. A gente tem sempre um princípio de orientar o seguinte: que ninguém faça mais de uma viagem por ano ou duas viagens por ano. Que sempre a gente mande pessoas novas e outras pessoas que não tiveram uma oportunidade de viajar para conhecer essas experiências. A gente tem feito isso. Por isso que chega na base, porque é um pessoal da base que vai. Quem ta indo para essas atividades são pessoas que estão ligadas organicamente a uma tarefa concreta na base do MST. Seja uma tarefa de construir um movimento no meio urbano, seja na educação, seja a frente de massa na comunicação. Toda militância que ta indo são militantes e dirigentes que têm uma tarefa com vínculo concreto com aquele setor que é a base social do MST (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

A rotatividade de viagens, através do limite do número de viagens internacionais permite, com efeito, uma dinâmica muito maior de circulação em escala supranacional de militantes do MST, incomparável à esterilidade dos partidos e sindicatos. No entanto ainda assim esse critério não é garantia de que a base social tenha participação ativa hegemônica. Ela ocorre, ou seja, a base é incorporada nesse projeto, mas não é uma prática recorrente, constante. Além do mais, toda “regra” teria sua “exceção”. As tarefas específicas de cunho “orgânico” permitem que o militante viaje mais de duas vezes ao exterior.

[...]. se nós estamos falando de relações diretas, de intercâmbios diretos, de camponês a camponês, de experiências, de vivências, quanto mais dirigentes – e se nós estamos dentro de uma concepção que as Brigadas, que as viagens internacionais estão dentro da nossa estratégia de formação política da militância, de elevar o nível político, cultural da nossa militância – as viagens internacionais estão dentro dessa estratégia. Então por isso, como linha política, nenhum dirigente do Movimento deve fazer mais de duas viagens internacionais ao ano; exceto os dirigentes que estão com determinadas tarefas de funções que merecem algum e que são mais orgânicas. Exemplo: eu tô numa tarefa que é orgânica; eu não posso ir em cada reunião da coordenação internacional da Via Campesina; o Movimento vai definir que

vá um dirigente. Então se têm três reuniões da coordenação internacional num ano ou quatro, eu vou nas quatro (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Para terminar, uma das estratégias que o MST e a Via Campesina do Brasil traçaram para que principalmente a base social dos movimentos sociais possa viajar ao exterior é a formação das Brigadas Internacionalistas. Como foi visto neste trabalho, o MST sempre incentivou e enviou dezenas de brigadas para exterior, inspirados na revolução cubana e sandinista. Contudo, essas antigas brigadas do MST eram caracterizadas por sua efemeridade, ou seja, uma permanência de pouco tempo, com objetivo de prestar um serviço específico. O nome não mudou, mas a forma e o contexto das “novas brigadas” se transformaram.

Doravante, as Brigadas permanecem em um tempo muito maior para que as funções prestadas sejam mais sistemáticas e orgânicas. As Brigadas enviadas são da Via Campesina Brasil, mas o MST tem uma presença maior dentro do grupo. Além disso, a decisão dessa nova prática de internacionalismo é fruto da constatação de que a questão internacionalista tornou-se uma “realidade histórica”, como afirmava José Carlos Mariátegui.

[...] as brigadas são o resultado dessa nova estrutura organizativa do MST que de fato vai dando mais importância a esse tema internacional. Do ano 2000 para cá se fortalece no MST a ideia de que não basta mandar alguém lá para trocar experiências. O primeiro passo era ir, conhecer e voltar. Qual é o segundo passo? É você ver onde as organizações estão precisando de mais ajuda e apoio para fazer avançar suas lutas e mandar gente para ficar lá. [...] As brigadas surgem quando a gente começa a pensar o seguinte: um grupo de militantes que vão com a perspectiva de ficar mais tempo (seis meses, um ano, dois anos, quatro anos) porque aí a perspectiva de você ajudar a construir uma organização o que leva mais tempo. (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

Então é um conjunto de análises políticas do momento histórico que também vai levando o Movimento a compreender que se faz mais necessário ainda o exercício desse princípio do internacionalismo como seguindo essa tradição de ser uma das principais escolas de formação política da nossa militância, dos nossos dirigentes. Então agora, nessa nova etapa do Movimento, que vai se consolidando a partir de 2005 com as Brigadas é que nós vamos seguir humildemente indo pra os países aprender a conhecer, (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Há atualmente grupos de brigadas do MST/Via Campesina na Bolívia, Guatemala, Venezuela, Cuba, Haiti, Moçambique<sup>122</sup>. Eles estão articulados e integrados

---

<sup>122</sup> São informações que foram coletadas durante a palestra “Balanço e perspectivas”, proferida por João Pedro Stédile, em dezembro de 2010, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

com o projeto da ALBA<sup>123</sup>. Ademais, todo militante que acompanha alguma brigada tem a obrigação de “prestar contas” ao movimento, quando retorna.

Porque todo militante do MST que foram para outras experiências, outros países quando eles voltam eles são obrigados a prestar contas com a organização sobre o que fez. Então eles apresentam relatórios, trazem fotos, documentos, documentário, livros, dão palestras, falam nas reuniões, nos encontros do MST. Ou seja, tem um processo de socialização da experiência internacionalista. Na medida [em] que aumentava o numero de pessoas que iam pra fora do país aumenta essa consciência que de fato a luta é internacional. Fica mais claro para base, para os militantes e para direção do MST a necessidade da internacionalização da luta pela terra e pela reforma agrária (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

A linha política de atuação das Brigadas Internacionalistas tem um pré-requisito: sua principal função deve ser de *cooperação* e não de *imposição* de determinada ação política estratégica. Tal linha política nem sempre é aceita incondicionalmente. Ou seja, nesse caso, o problema não é nem tanto a possibilidade de agregar o assentado ou o acampado em atividades internacionalistas<sup>124</sup>; a questão está nas discordâncias em relação ao andamento prático-político das Brigadas.

Um exemplo que veem confirmar essa tensão política interna pode ser contemplado na Brigada Internacionalista Dessalines da Via Campesina, que atua no Haiti desde janeiro de 2009. A Brigada contou em um primeiro momento com quatro militantes, mas teve que redimensionar seus objetivos e reforçar o número de participantes (vinte e sete foram enviados no mês de Abril) diante do terremoto que assolou o país em janeiro de 2010. As linhas políticas adotadas eram: 1) construir uma

---

<sup>123</sup> A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) se originou da resistência a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) promovida pelos Estados Unidos e está centrada em conceitos de desenvolvimento endógeno. Ela é formalizada em 2004, a partir do Acordo de Cooperação Integral Cuba-Venezuela. Desde então, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Honduras, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda acederam ao acordo como membros plenos. Para Thomas Muhr, a declaração final da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo para os tratados de comércio da ALBA, publicada em novembro de 2008, pode ser vista como marco na “construção de um regionalismo contra-hegemônico” (MUHR, 2010).

<sup>124</sup> Nota-se que os dois entrevistados eram oriundos de acampamentos do Estado do Ceará, e posteriormente participaram da brigada de solidariedade do Haiti. Eles também fizeram parte do documento “Carta de Saída” assinada por 51 militantes de diversas organizações sociais do país, na primavera de 2011. Trocando em miúdos, membros ligados ativamente ao MST, Via Campesina, Consulta Popular e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) romperam com os respectivos projetos estratégicos desses movimentos, principalmente pela relação com o governo federal. À primeira vista, a relação entre projeto estratégico do MST (e sua relação de acrícia com o governo federal) e sua política internacionalista não tem relação imediata. Contudo, várias dos questionamentos dos dois militantes em relação ao andamento da política internacionalista do MST na brigada de solidariedade do Haiti podem conter instigantes pistas para aproximar essa relação. Essa relação fica evidente na própria formação de uma *práxis política internacionalista de caráter bifronte a partir de 2002*. Ou seja, a partir desse momento é intensificada sua práxis internacionalista no âmbito estatal que tem o aval do governo federal e, *até certo ponto*, controle sobre a natureza da relação que o MST cria.

brigada da Via Campesina/MST/ALBA, ampliada, com maior número de pessoas; 2) atuar no meio rural; 3) buscar apoio de governos locais no Brasil e da ALBA, para ações que exigem investimentos; 4) Atuar nas questões estruturantes; 5) realizar campanhas de esclarecimento sobre o Haiti e coleta de recursos materiais e humanos para a base. As cinco linhas de cooperação com os movimentos rurais haitianos são<sup>125</sup>: a) captação para o abastecimento de água; b) reflorestamento; c) instalação de banco de sementes; d) produção agrícola de alimentos; e) recursos humanos emergenciais.

O questionamento precípua dessa linha política de atuação, por parte de alguns militantes, desdobra-se em duas diretrizes: primeiramente, na ideia de que para realizar todas as atividades mencionadas deveria a resolução ser deliberada pelos próprios membros da brigada e não ser decidida “externamente”. Um segundo ponto gira em torno da própria atuação (ou função) política da Brigada. Ela não poderia prestar apenas assistência técnica e permanecer “neutra” nas manifestações políticas, como de fato ocorre; na verdade, a brigada deveria participar ativamente de todos os fóruns da vida política haitiana.

Então a gente entendeu que a direção política está clara, não é quem está lá, não era o coordenador da Brigada que dava a linha política, já estava dada. Então eu tive raiva do coordenador lá, a gente discutiu, mas não era ele, ele fazia conforme o comando que já tinha daqui. Já estava pensado e não só pra Brigada do Haiti, pra outras Brigadas, entendeu? Então nós éramos só tarefeiros, nós não pensávamos, e não valia o que nós avaliávamos (Entrevista com Socorro Lima em 07/junho/2012).

Mas se nós viemos para poder contribuir, ajudar, pra fazer um processo de formação, nós tínhamos que identificar o problema e depois tentar ajudar, acho que era isso a nossa função. E aí foi o primeiro balde de água. E aí começou a questão e começamos a dar uma apertada nesse Seminário que os caras começaram a dizer: ‘Mas, a Via Campesina já conseguiu o que queria aqui’, isso no primeiro Seminário, ‘com os blogs, as páginas e nós somos símbolo gente; então nós não precisamos fazer nada, nós já somos símbolo’ (Entrevista com Vanderley em 07/junho/2012).

A concepção oficial de que a brigada deveria permanecer na esfera política como símbolo da solidariedade internacionalista através do trabalho de cooperação em várias frentes era visto entre os que questionam a conduta política da Brigada como um limite político.

Então tem até uma hora que eu com raiva coloquei: ‘então, se eu fosse símbolo eu não vou trabalhar em coisa nenhuma, eu vou só passear aqui

---

<sup>125</sup> Os contatos com os movimentos sociais haitianos incluem aqueles articulados com a Via Campesina, como *Mouvement Peyizan Papay* (MPP), *Movimiento Popular Nacional Campesino de Papay* (MPNKP), *Tel Kole ti Peyizan Ayisyen* (TK), mas não ficam restritos a eles.

dentro; não sou símbolo? Símbolo não trabalha assim'. E nós não, nós fizemos o trabalho lá, cavar poço, o que nós tentamos fazer, ter uma relação com a comunidade, ir pra igreja, ir no vodu, tudo isso a gente foi (Entrevista com Vanderley em 07/junho/2012).

De qualquer maneira, isso reflete que os desafios e limites dessa política internacionalista do MST habitam fortemente o caráter da formação política e de ampliar os espaços de circulação para o exterior para que, com isso, se possa atingir plenamente sua base social. Não se pode ocultar, contudo, que se trata de um processo “inacabado”; e, portanto, em permanente “construção”. Há várias atividades implantadas para que essa questão possa ser solucionada. Ademais, a concepção internacionalista da DN do MST – em termos de linha política – pode destoar da perspectiva de alguns militantes, que nutrem uma visão diferente do que seja internacionalismo, a exemplo das atividades brigadas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto neste trabalho, depreende-se que a política internacionalista do MST apresentou dois traços acentuadamente marcantes: a) um aspecto de atuação constituída por diversas influências externas de caráter eminentemente político e ideológico que assediaram sua trajetória em contextos bem datados, mas também motivada pela dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo – a economia nacional e o mercado mundial –, especialmente a partir da década de 1990 quando a política neoliberal ganha toda sua força no campo; b) Um ativismo transnacional declaradamente heterogêneo que participa de múltiplas formas de mobilização (cooperação, solidariedade, informações, campanhas, intercâmbios, projetos), e se relaciona com distintos sujeitos (organizações sociais e políticas, ONGs, universidades, igrejas, governos...).

Diante disso, emerge daí o sentido segundo o qual é necessário levar em conta tanto a profundidade dos macrofundamentos (a estrutura agrária e suas contradições) que, são efetivamente os condicionantes reais de sua formação, quanto chafurdar a composição de sua prática articulatória historicamente situada, a lógica da mobilização (SCHERER-WARREN, 1998), que desenvolveu uma eficiente rede política internacional.

No primeiro ponto, captou-se parte dos processos sociais de modernização do campo na América Latina e, particularmente no Brasil, como parte indispensável ao padrão atual de acumulação capitalista mundial. Viu-se, também, que o conjunto da atual dinâmica do mundo rural na periferia engloba um amplo leque de relações sociais – industrial, financeira, tecnológica, mercado – onde atualmente as relações sociais capitalistas apropriaram-se do conhecimento técnico-informacional. A ideologia do progresso contida no programa do “agronegócio” parece se materializar no vertiginoso crescimento atual das exportações desse setor, embora não se deva apenas levar em conta apenas essa dimensão. Mesmo com os exorbitantes saltos na balança comércio favorável – nesse caso, no Brasil – juntamente com as diversas políticas da terra protagonizadas pelo BM, nos últimos anos, o processo de incomensurabilidade das novas forças produtivas modernas no campo têm agravado em medidas crescentes as populações tradicionais camponesas e os pequenos agricultores. A contínua expulsão e

deslocamento dos camponeses são determinados pelo avanço do capital internacional sobre a terra; quando se sujeita ao financiamento, a grande imensa maioria não consegue pagar sua dívida tendo que se submeter a diversas formas de exploração da força de trabalho no campo. Por outro lado, o processo de expansão do capital no campo tem, no transcurso das últimas décadas, se mostrado verdadeiramente impactantes e incontornáveis ao meio ambiente, assim como a saúde da população. Na arena ambiental particularmente, tem aparecido um espaço permanente de degradação dos ecossistemas rurais, diminuição da biodiversidade, alterações irregulares do aspecto climático e devastação de áreas florestais (CHESNAIS, 2007; DUPAS, 2006; VEIGA, 2003).

A condição permanente de substrato necessário à estratégia mundial sob a dominância da valorização financeira nas economias rurais periféricas tem razoável capacidade de produção de venda real – cuja expressão atual seria o supracitado “agronegócio”. Tal quadro desautorizaria de uma vez por todas a hipótese segundo a qual o “atraso” que reproduz os sucessivos laboratórios de pobreza pelo continente<sup>126</sup>. Destarte, ao ver e rever a importância econômica que a agricultura adquiriu em países da periferia do sistema por conta de sua modernização dependente (FERNANDES, 2008), o espaço rural periférico não está relegado a um papel “residual” e “secundário” em virtude do desenvolvimento urbano marcado na relação linear (e vulgar) entre modernização – industrialização – urbanização. Os intensos programas de modernização da agricultura e da agropecuária não assinalam o fim do campo e de seus agentes sociais, mas, ao contrário, provocam a *recriação* e a *reinvenção* do campo (SAUER, 2010) e de seus agentes sociais, modificando e intensificando suas relações sociais de exploração. Se por um lado, o avanço do capital no campo desenvolveu relações especificamente capitalistas, como o trabalho assalariado no campo, por outro lado, desenvolveu também “uma produção capitalista em relações não capitalistas” (MARTINS, 1989).

---

<sup>126</sup> A compreensão da particularidade da formação latino-americana como ponto de referência para uma história crítica do marxismo na América Latina esteve, como vimos, com muitas dificuldades para se consolidar, na medida em que ficou hegemonizada entre duas tentações opostas – o “excepcionalismo indo-americano” e o “eurocentrismo”. A primeira negava com afinco as sociedades industriais europeias e colocava o marxismo como uma teoria exclusivamente europeia o que, em outras palavras, significava a superação de seu aporte teórico para, afinal, aprofundar as próprias leis do “espaço tempo indo-americano” como fez Haya de la Torre; a segunda transplantou mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa do século XIX fazendo com que toda a especificidade do continente fosse negada.

Tal processo que, vale dizer, continua em “aberto”, pôde ser verificado conforme através do desenvolvimento das primeiras relações transnacionais que o Movimento participou, já desde a década de 1980, momento em que priorizava sua consolidação nacional enquanto movimento social brasileiro. Nos anos que antecederam sua fundação, em 1984, há fortes indícios de que a presença operante da construção de seu “DNA internacionalista” não se efetivou através da política de modernização do campo brasileiro (em sintonia com o capitalismo internacional) orquestrado pelo governo civil-militar. Naquele momento, as condições materiais do mundo rural brasileiro exercem pouca influência na construção de uma consciência internacionalista. Na verdade, a primeira injeção de internacionalismo – enquanto um princípio ético-social, político, econômico – que o MST recebe é através do trabalho político efetivado pelos teólogos, padres, bispos, pastorais que, em alguma medida, partilham da visão de mundo do movimento da Teologia da Libertação.

Afinal de contas, é justamente por efeito da difusão dessa visão de mundo que propaga a ideia do *universalismo* – a humanidade enquanto uma totalidade – e a libertação de “todos os pobres da terra” que fará com que o MST incorpore uma sensibilidade ético-social internacionalista, na qual é exigida a libertação dos seres humanos de todas as formas de opressão, dominação e exploração. Como princípio, o internacionalismo do MST significa, em primeiro lugar, a obrigação da solidariedade internacional para com as populações desfavorecidas em todo mundo, não importando a postura ideológica que ela tenha.

Recordemos, a este respeito, alguns dos principais exemplos de solidariedade internacional que o MST realizou na sua trajetória: na Nicarágua “sandinista” houve a realização de campanhas de arrecadação de ferramentas agrícolas para a população, o envio de uma brigada para colheita de café, o desenvolvimento de uma cooperação agrícola com os movimentos sociais rurais do país – como a ATC; em El Salvador que estava em guerra foi realizada moções, passeatas, palestras; em Cuba, a campanha uma gota de amor por Cuba com objetivo de arrecadar um navio de petróleo.

O internacionalismo do MST enquanto “realidade histórica presente”, como afirmava José Carlos Mariátegui, não surge em um vácuo, mas contra as forças econômicas e políticas de um programa prático conhecido como neoliberalismo. *É produto do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo na periferia do sistema capitalista.* Ela tem, portanto, uma base econômica sólida. O mercado mundial,

a “financeirização”, o aumento de empresas transnacionais, determinam internacionalização crescente das forças produtivas do campo.

O MST articula-se de maneira permanente e orgânica com a CLOC e Via Campesina. Mas participa e articula-se, também em outros espaços sociais e por circunstâncias específicas, como, por exemplo, nas manifestações do Grito Latino-Americano dos Excluídos (a partir de 1999), no Fórum Social Mundial (a partir de 2001), na Coordenadoria dos Movimentos Sociais (2001), no Encontro Internacional de Movimentos Sociais (2001), no Encontro da Campanha Jubileu Sul-Américas (2001), no Fórum Social das Américas (2004), nos protestos mundiais – conhecidos também como “movimentos antiglobalização” – contra as instituições. Daí que, nos limites que desse contexto – ou seja, de refluxo das lutas políticas e das organizações sociais “contra hegemônicas”<sup>127</sup> –, o MST em conjunção com a Via Campesina exerceria, nas palavras de James Petras (1997, p. 271-272), “uma liderança informal de um novo tipo de internacionalismo emergente que tem suas origens no campo, mas se movimenta para alianças rural-urbana internacionais”. Na realidade, o movimento primou em articular-se prioritariamente com as associações advindas da “sociedade civil” e com órgãos estatais, tendo, até aqui, orientado sua vocação internacionalista sob um nítido bifrontismo relacional.

Conforme também demonstrado, o desenvolvimento da CRI não ficou isolado, desamparado, separado da diversidade de setores e coletivos que compõem o MST. Contrariamente, o internacionalismo ressoou em outras dimensões de atuação, como no trabalho da mística, na cooperação, na formação e na educação. O papel da mística desempenha um papel relevante na relação entre religiosidade e movimentos sociais na América Latina. Ela está nas performances artísticas e dramáticas, nas canções, nos jornais, nas festas populares, na qual procuram incorporar os mártires da religião e da esquerda internacional, em especial da latino-americana. Além disso, movimentos camponeses do mundo inteiro passaram a realizar um ato semelhante ao trabalho de mística do MST, no dia 17 de abril, que se transformou Dia Internacional da Luta Camponesa, de homenagem ao Movimento, mas também para reivindicar suas plataformas políticas. Contudo, para além de suas manifestações em atos, a mística é

---

<sup>127</sup> “Se no século XIX os setores mais conscientes do movimento operário, organizado nas Internacionais, estavam mais avançadas do que a burguesia, hoje eles estão dramaticamente atrasados sobre aquela. Jamais a necessidade da associação, da coordenação, da ação comum internacional – do ponto de vista sindical, em torno das reivindicações comuns, e do ponto de vista do combate ao socialismo – foi tão urgente, e jamais ela foi também tão fraca, frágil e precária” (LÖWY, 2000b, p. 156).

um poderoso aditivo na recriação de um conjunto de valores culturais e ético-sociais, muito dos quais trazidos do passado, tendo em vista em formar os sujeitos políticos que compõem o MST. Basta mencionar, por exemplo, sua incontestável fascinação pelos valores humanistas defendidos pelo lendário marxista Ernesto Che Guevara.

Bem entendido, não podemos ocultar, que as relações sociais internacionais do MST costuradas com organizações políticas e movimentos sociais, isto é, genericamente chamada de sociedade civil, não anulou suas relações com governos, representante do Estado, em especial com Cuba e Venezuela. Na realidade, nos anos de 1980 já era possível notar relações de *solidariedade estatal* com o governo sandinista e cubano. Ora, tal “internacionalismo estatal”, ganha novos elementos a partir dos primeiros anos do século XXI, em especial com ascensão do PT no governo federal, 2002. Sua relação com o governo de Cuba e Venezuela (Hugo Chaves) é estreitada através de projetos específicos, como a construção de escolas de agroecologia, cooperação de cursos de formação política e de medicina (no caso cubano), importação do método de alfabetização cubano em assentamentos, intercâmbios (ou brigadas) com maior durabilidade, não raras vezes mediado pelo governo brasileiro. Diante desse quadro, tudo indica que a partir de 2003, essa *práxis bifronte*, isto é, articulações tanto com a sociedade civil quanto com o Estado, ganha força nas relações políticas internacionais do MST.

Por fim, por mais que o internacionalismo das direções do MST, na sua trajetória de trinta anos, tenha mobilizado o apetite internacionalista em outros espaços políticos do Movimento, sua difusão ainda é muito limitada na sua base social. No decorrer deste trabalho apresentamos inúmeros exemplos de prática de solidariedade da base social do MST, mas elas estão muito circunscritas e dependentes da Direção Nacional. De qualquer modo, essa e outras questões são um *desafio permanente* para a cúpula diretiva do MST.

Naturalmente, não há como prever o que vai acontecer com o MST nos próximos anos. As contingências da história podem surpreender qualquer previsão científica. No entanto, pode-se assinalar como se configura essa relação social política do internacionalismo das direções do MST atualmente. O principal movimento social camponês das três últimas décadas na América Latina, o MST, desenvolveu nos últimos anos uma existência bifronte no âmbito de suas relações internacionais: as direções se inclinam em relações cada vez maiores nos espaços estatais e nos ambientes da sociedade civil. É provável que esse contemporâneo internacionalismo bifronte das

direções do MST se resolva através de um cálculo estratégico com relação ao Governo Federal. Os próximos encontros e congressos serão decisivos para resolver as encruzilhadas do tempo presente...

## BIBLIOGRAFIA

ALIAGA, Luciana. *A forma política do MST*. Dissertação em Ciência Política (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

ALONSO, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. In: *Lua Nova*, São Paulo, v.76, 2009, p.49-86.

ANDERSON, Perry. “Internacionalismo: um breviário”. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 12, n.21/22, 2005, p. 13-42.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANGELIS, Massimo de. “Globalização, novo internacionalismo e os zapatistas”. In: *Novos Rumos*, n. 44, ano 20, 2005, p. 15-25.

ARANTES, Paulo Eduardo. “A fratura brasileira do mundo”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

ARBEX, José. “Um movimento contra a escravidão”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de maio de 2006.

ARCARY, Valério. “Internacionalismo e nacionalismo: dilemas da aposta estratégica”. In: *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011, p. 159-178.

ARICÓ, José. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Volume: VIII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459.

\_\_\_\_\_. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. “Balanço provisório do MST: entrevista com Gilmar Mauro”. In: *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 205-226.

BASTOS, Élide Rugai “Pensamento social da Escola Sociológica Paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social Brasileira* (vol. IV). São Paulo: ANPOCS: Ed. Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, p. 183-223.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “A Alca e o Brasil”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 17, v. 48, 2003, p. 267-293.

BERSNTEIN, Henry. “A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, 2011, p. 52-81.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Che Guevara: uma chama que continua ardendo*. São Paulo: UNESP, 2010.

BIANCHI, Álvaro. “O marxismo fora do lugar”. In: *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 9, 2010, p. 177-204.

\_\_\_\_\_. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

\_\_\_\_\_. “O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica”. In: *Ideias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 14, p. 57-99, 2007.

BOSI, Alfredo. “A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 8, v. 4, p. 50-61, 1990.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRINGEL, Breno. *O MST e o internacionalismo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, 2013 (no prelo).

BRINGEL, Breno; CAIRO, H. “Articulaciones del Sur global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e Iberoamérica en la globalización contra-hegemónica”. In: CAIRO, Heriberto; GROSFUGUEL, Ramón. (Org.). *Descolonizar la modernidad*,



*descolonizar Europa: un diálogo Europa - América Latina*. Madri: IEPALA, 2010, p. 233-255.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. “Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial”. In: *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 21, 2008, p. 269-288.

BRINGEL, Breno; LANDALUZE, Jon; BARRERA, Milena; “Solidaridades para el desarrollo. La política de cooperación activista con el MST brasileño”. In: *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Espanha, v. 22, 2008, p. 195-209.

BRUIT, Hector. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Atual, 1998.

BRUNO, Regina. “Agronegócio e novos modos de conflituosidade”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, p. 83-106, 2008.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. “O MST e a formação do sem terra: o movimento social como princípio educativo”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 15, v. 31, 2001, p. 207-224.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. “Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil”. In: *Id.* (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 27-78.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Horácio Martins de. “A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 287-330.

CARVALHO, Horácio Martins de. “A emancipação do movimento no movimento de emancipação social (resposta a Zander Navarro)”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: 2002, p. 235-281.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *Nicarágua: combate e profecia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CATÃO, F. *O que é a Teologia da Libertação?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERVO, Amado Luiz. “A periodização da História da Política externa Brasileira”. In: *Textos de História*, São Paulo, v. 1, n.1, 1993, p. 49-57.

COLETTI, Claudio. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

CHESNAIS, François. “As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade”. In: *Outubro*. São Paulo, n. 16, 2007, p. 11-34.

\_\_\_\_\_. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHONCHOL, Jacques. “A soberania alimentar”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n.55, 2005, p. 33-38.

COGGIOLA, Osvaldo. “A agonia da tradição crítica brasileira”. In: *Crítica Marxista*, n. 20, 2005, p. 90 -110.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 2007.

D’INCAO E MELLO, M. C. *O boia-fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

DELGADO, Guilherme Costa. “A questão agrária e o agronegócio no Brasil”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 79-112.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Estatísticas do meio rural*. Brasília: MDA: DIEESE, 2008. Acesso em: 06/01/2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/estatisticasMeioRural2008.pdf>

DESMARIAS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: globalization and power the of peasants*. Ann Harbor: Pluto Press, 2007.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Colección Sur Sur: Clasco: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, p. 55-70.

\_\_\_\_\_. “El marxismo de Mariátegui como ‘Filosofía de la Revolución’”. In: *Anuario Mariateguiano*. Lima: Amauta, n. 6, 1994, p. 249-254.

\_\_\_\_\_. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Formação e territorialização do MST no Brasil”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161-198.

\_\_\_\_\_. “O MST e as reformas agrárias do Brasil”. In: *OSAL*, ano 9, n. 24, 2008, p. 73-85.

\_\_\_\_\_. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Florestan. (1968) “Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil”. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008, p. 171-190.

\_\_\_\_\_. “Significado atual de José Carlos Mariátegui”. In: *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, n.7, v. 35, 1994.

\_\_\_\_\_. *Democracia e Desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.

FERREIRA, Maria Nazareth. “A cultura como instrumento de integração latino-americana”. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2001, p. 85-90.

FIORI, José Luís. “América Latina, um continente sem teoria”. *Carta Maior*. Data: 22/04/2009. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15943](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15943)  
Acesso em: 19/05/2011.

FLORES GALINDO, Alberto. *Obras Completas*, II. Lima: Fundación Andina/ Sur Casa de Estudios del Socialismo, 1994.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitay de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. São Carlos: RIMA/FAPESP, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Exportações do agronegócio atingem US\$76,4 bi e batem recorde em 2010”. Acesso: 12/01/2011. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/859321-exportacoes-do-agronegocio-atingem-us-764-bi-e-batem-recorde-em-2010.shtml>

FRANCO, Carlos. “Apresentação”. In: ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 11-28.

GARCÍA, José Luis Rodríguez. “A economía cubana: experiencias e perspectivas (1989-2010)”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, 2011, p. 29-44.

GOETHE, Johann. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. *Dialética e cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. “O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira”. In: PAULA; Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. “Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010, p. 159-176

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KAYSEL, André. *Dois encontros entre o marxismo e o Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2012.

IANNI, Octavio. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IOKOI, Zilda Maria. “Movimentos sociais na América Latina: mística e globalização”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina: encruzilhadas da história contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 233-243.

\_\_\_\_\_. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais do campo. Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JAMESON, Fredric. *Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Porto Alegre: LPM, 2009.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LESSA, Sérgio. “Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade”. In: *Outubro*, São Paulo, n. 16, 2007, p. 145-173.

LÖWY, Michael. “Introdução: pontos de referencia para uma história do marxismo na América Latina”. In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 9-64.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. “Por um marxismo crítico”. In: LÖWY, Michael. & BENZAÏD, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000a, p. 58-68.

\_\_\_\_\_. “Mundialização e internacionalismo: atualidade do Manifesto Comunista”. In: LÖWY, Michael. & BENZAÏD, Daniel. *Marxismo, Modernidade e Utopia*. São Paulo: Xamã, 2000b, p. 148-157.

\_\_\_\_\_. *Guerra dos deuses: política e religião na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000c.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *El asalto a la razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defesa do marxismo, polêmica revolucionária e outros escritos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. *Historia de la crisis mundial: conferencias (años 1923 y 1924)*. Lima: Amauta, 1971.

\_\_\_\_\_. *Temas de Nuestra América*. Lima: Amauta, 1970.

\_\_\_\_\_. *Peruanicemos al Peru*. Lima: Amauta, 1970a.

\_\_\_\_\_. *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy*. Lima: Amauta, 1970b.

\_\_\_\_\_. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “O manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (et. al.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 7-41.

MARTINS, José de Souza. “A dependência oculta”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. “A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso”. In: *Tempo Social*, São Paulo, v.15, n. 2, 2003a, p. 141-175.

\_\_\_\_\_. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b.

\_\_\_\_\_. “Comentário sobre a insurreição Zapatista em Chiapas”. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 61-66.

\_\_\_\_\_. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In: STÉDILE, João Pedro. (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Caminhando no chão da noite: emancipação política dos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAURO, Gilmar. “O significado da reforma agrária para os movimentos sociais”. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.) *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p. 353-364.

\_\_\_\_\_. “MST: lutas e perspectivas”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina: crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 89-124.

\_\_\_\_\_; PERICÁS, Luiz Bernardo. *Capitalismo e luta política no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2001.

MAZILÃO, Ageu. *O uso do método de alfabetização “Sim, eu posso” pelo MST no Ceará: o papel do monitor da turma*. (Dissertação em Educação) – Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.

MAZZEO, Miguel. *Invitación al descubrimiento: José Carlos Mariátegui y el socialismo de Nuestra América*. Buenos Aires: El Colectivo, 2009.



MEDEIROS, Leonilde Sérvo. “Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e deforma agrária na segunda metade do século XX”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 113-136.

MELIS, Antonio. *Leyendo Mariátegui*. Lima: Amauta, 1999.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. *A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MORAES, Reginaldo Carmello de Moraes. de (org.). *Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas*. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_; COLETTI, Claudinei. MST, o radicalismo agrário de um outro mundo... possível? In: *Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 91-115.

MARCH, Aleida. *Semiente de la vida y la esperanza*. México: Ocean Sur, 2009.

MONTOYA, Rodrigo. “7 tesis de Mariátegui sobre el problema étnico y el socialismo en el Peru”, *Anuario Mariateguiano*, Lima, Amauta, n. 2, 1990, p. 45-68.

MORISSAWA, Mitsue. *A história pela luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORLINA, Fábio Clauz. *Teologia da Libertação na Nicarágua Sandinista*. Dissertação de História social (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MUHR, Thomas. “Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos”. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, 2010, p. 611-627.

NAVARRO, Zander. “‘Mobilização sem emancipação’ – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: 2002, p. 189-231.

NEPOMUCENO, Eric. *O Massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

NIEYMEYER, Caroline. *Contestando a governança global: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC*. (Dissertação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

NUGENT, Daniel. “Os intelectuais do norte e o EZLN”. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 175-186.

NÚÑEZ, Estuardo. *La experiencia europea de Mariátegui*. 2ª ed. Lima: Amauta 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês”. In: *Agrária*, São Paulo, n. 12, 2010, p. 3-113.

\_\_\_\_\_. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O campo no século XXI: território vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

\_\_\_\_\_. “Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. In: *Terra Livre*, São Paulo, ano 19, n. 21, 2003, p. 113-156.

\_\_\_\_\_. “A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

OLIVEIRA, Francisco. “O momento Lênin”. *Novos Estudos*, São Paulo, n.75, 2006, p. 23-47.

\_\_\_\_\_. “Há vias abertas para América Latina?” In: BORON, Atilio (org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLASCO, 2004, p. 111-118.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina”. In: *Praga*, n. 4, São Paulo: Hucitec, 1997, p. 31-42.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José. “Do posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a*

*desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 257-284.

PARIS, Robert. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1981.

PEREIRA, João Márcio Mendes. “Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 279-302.

PERICÁS, Luiz. Bernardo. “José Carlos Mariátegui e o Brasil”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 335-361, 2010.

\_\_\_\_\_. “José Carlos Mariátegui e as origens do fascismo”. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010a, p. 7-59.

PESCHANSKI, João Alexandre. *A evolução organizacional do MST*. (Dissertação em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, 2008.

PETRAS, James. “Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina”. In: STÉDILLE, João Pedro (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 271-278.

PINASSI, Maria Orlanda. “Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres”. In: *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 73-82.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

POLETTO, Ivo. “A Igreja, a CPT e a mobilização do MST no Brasil”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 137-158.

QUIJANO, Aníbal. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. In: ARAUJO, C.; AMADEO, J. (org.). *Teoria política latino-americana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2009, p. 21-44.

\_\_\_\_\_. *Reencuentro y debate: una introducción a Mariategui*. Lima: Mosca Azul, 1981.

REGALSKI, Michael. “Internacionalistas e novos mundialistas: a grande convergência um ano após Seattle”. In: *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, v. 7, 2000, p. 65-70.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. “Existe um pensamento marxista latino-americano?”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 55-76.

RIZZI, Franco. “A Internacional Comunista e a questão camponesa”. In: HOBBSBAWM *et al.* *História do Marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 219-247.

RODRÍGUEZ, Justo Chávez. “A educação em Cuba entre 1959 e 2010”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, 2011, p. 45-54.

ROSA, Marcelo Carvalho. “Reforma agrária e *land reform*: movimentos sociais e sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul”. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, 2012, p. 99-114.

\_\_\_\_\_. “Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva do Brasil”. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, p. 197-227.

\_\_\_\_\_. “Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, 2008, p. 292-318.

ROSSET, Peter. “O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial”. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 16-26.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. “Do campo para o mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST – Entrevista com Gilmar Mauro”. In: *Revista Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos e Ideologias, São Paulo, v. 29, 2012, p. 21-30.

\_\_\_\_\_. “Notícias de uma luta inconclusa: o MST e a *questão* agrária no limiar do século XXI”. In: *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 22, 2011, p. 329-335.

\_\_\_\_\_. “A hipótese do capitalismo disforme no campo: dialética do progresso entre agricultura e capitalismo em um texto de Karl Marx”. In: *Agrária*, São Paulo, v. 12, 2010, p. 114-130.

SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAMPAIO, Plínio Arruda. “O impacto do MST no Brasil de hoje”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 397-408.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. “Prefácio”. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SAUER, Sérgio; LEITE; Sergio Pereira. “Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil”. In: *Revista da Economia e Sociologia Rural*, São Paulo, v. 50, n. 3, 2012, p. 503-524.

\_\_\_\_\_. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. “A terra por uma cédula: estudo sobre a ‘reforma agrária de mercado’”. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 40-60.

SCHERER-WARREN, Ilse. “A política dos movimentos sociais para o mundo rural”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v.15, n.1, 2007, p. 5-26.

\_\_\_\_\_. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. “Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais”. In: *Cadernos CRH*, Salvador, n. 28, 1998, p. 59-79.

SECCO, Lincoln. *A história do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

\_\_\_\_\_. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SIGAUD, Lygia Maria. “Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana”. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 237-256.

SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de VEJA e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Classes rurais na sociedade agrícola*. São Paulo: Loyola, 1979.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SUE-MONTGOMERY; WADE, Christine. *A revolução salvadorenha*. São Paulo: UNESP, 2006.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: University Press 2005.

TONI, Fabian. “Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais”, *BIB* – Boletim de Informação Bibliográfica da ANPOCS, São Paulo, n. 52, 2001, p. 79-104.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. Tese em História Social (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VARIKAS, Eleni. “Os refugos do mundo – Figuras do Pária”, In: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 24, v. 69, 2010, p. 31-60.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. “Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 45-54.

VEIGA, José Eli da. “Agricultura no mundo moderno: diagnóstico e perspectivas”. In: *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 198-213.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. “Camponeses na era da globalização neoliberal: América Latina em movimento”. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008, p. 79-117.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Terra; trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIEIRA, Flavia Braga. *Dos proletários unidos à organização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.

WALLIS, Victor “As respostas capitalista e socialista à crise ecológica”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 29, p. 57-74, 2009.

WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

WIESSE, Maria. *José Carlos Mariátegui: etapas de su vida*. Lima: Amauta, 1987.

ZAMPIER, Maika Bueque. *Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da Coordenadora latinoamericana de organizaciones*

*del campo*. Dissertação em Extensão Rural (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: UNESP, 2006.

## **DOCUMENTOS**

CADERNOS DE ESTUDOS ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. O legado de Che Guevara, 2007.

DOCUMENTOS PARA AS AMIGAS E AMIGOS DO MST. 2010.

DOCUMENTOS POLÍTICOS DE LA VÍA CAMPESINA. Vª Conferência Mozambique, del 17 al 23 de Octubre, 2008.

LA VÍA CAMPESINA. Las luchas del campesinato em el mundo. Ehne, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *MST: lutas e conquistas*. 2ª edição. 2010. (produzida pela Secretaria Nacional do MST).

## **JORNAL SEM TERRA**

*JST*, n. 11, p. 10-11, 1982.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *JST*, n.11, p.10.

*JST*, n. 14, p. 6, 1982.

*JST*, n. 21, p. s/n, 1982.

*JST*, n. 25, p. s/n, 1982.

*JST*, “A Nicarágua em audiovisual”, n. 38, p. 12, 1984.

*JST*, “A luta pela terra na Nicarágua foi intensa. Como é hoje no Brasil”, n. 39, p.14-15, 1984.

*JST*, “Encontros de Lavradores mostram a mesma realidade”, n. 41, p. 02, 1984.

*JST*, n. 41, p.15, 1984.

*JST*, “O maior Congresso pela terra”, n. 42, p. 4, 1985.



*JST*, “Hino a Reagan”, n. 43, 1985.

*JST*, “Solidariedade internacional”, n. 44, p. 2, 1985.

*JST*, “Apelo à solidariedade”, n. 47, p. 2 /14, 1985.

*JST*, “A paz na América Central depende dos EUA”, n. 48, p. 14, 1985.

*JST*, “1ª Jornada Nacional de Solidariedade a El Salvador”, n. 50, p. 12, 1986.

*JST*, “1º de Maio em El Salvador ‘Este es el pueblo’”, n. 52, p. 14, 1986.

*JST*, “Paz, terra e justiça”, n. 52, p. 19, 1986.

*JST*, “Nicarágua comemora sete anos de revolução”, n. 55, p. 14, 1986.

*JST*, “Mulheres na Luta”, n. 55, p. 16, 1986.

*JST*, “Um padre na guerrilha: ‘*No tengo iglesia, tengo una mochila*’”, n. 56, p. 3-4, 1986.

*JST*, “Sem terra participam de Congresso no Equador”, n. 57, p. 16, 1986.

*JST*, “Brasileiros colhem café na Nicarágua”, n. 60, p. 18, 1987.

*JST*, “Assentados viajam à Nicarágua”, n. 61, p. 15, 1987.

*JST*, “Cartaz da Nicarágua”, n. 62, p. 14, 1987.

*JST*, “Congresso de Trabalhadores rurais”, n. 62, p. 18, 1987.

*JST*, “Solidariedade Internacional”, n. 66, p. 12, 1987.

*JST*, “Pelo fim da Intervenção Norte Americana” / “Congresso de Camponeses”, n. 66, p. 18, 1987.

*JST*, “A luta por justiça e autodeterminação”, n. 68, p. 18, 1987.

*JST*, “Solidariedade Internacional”, n. 68, p. s/n, 1987.

*JST*, “Bispos brasileiros solidários à luta pela paz”, n. 69, p. 14, 1988.

*JST*, “Unir a América Latina”, n. 70, p. 15, 1988.

*JST*, “Companheiros do Equador”, n. 71, p. 19, 1988.

*JST*, “Nicarágua não está só”, n. 72, p. 17, 1988.

*JST*, “A luta em El Salvador”, n. 73, p. 13, 1988.

*JST*, “Visita à Alemanha”, n. 75, p. 15, 1988.

*JST*, “A caminho do socialismo”, n. 75, p. 16, 1988.

*JST*, “América Latina”, n. 76, p. 16, 1988.

*JST*, “Na fase final da luta”, n. 77, p. 17, 1988.

*JST*, “Solidariedade”, n. 77, p. 19, 1988.

*JST*, “Experiências latinoamericanas de pastoral da terra”, n. 84, p. 18, 1989.

*JST*, “Um povo heroico”, n. 85, p. 18, 1989.

*JST*, “Daniel Ortega na Câmara”, n. 92, p. 15, 1990.

*JST*, “Ocupar, Resistir e Produzir”, n. 93, p. 3, 1990.

*JST*, “Todo apoio ao MST!”, n. 93, p. 15, 1990.

*JST*, “CPT renova linhas de ação”, n. 10, 1991.

*JST*, “América Latina”, n. 103, p. 15, 1991.

*JST*, “Sair da marginalidade”, n. 104, p. 15, 1991.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. *JST*, “Solidariedade continental”, n. 104, p. 15, 1991.

BOGO, Ademar. *JST*, “A mística nos núcleos”, n. 103, p. 3, 1991.

*JST*, “Imperialismo” / “Conferência”, n. 114, p. 15, 1992.

*JST*, “Conferência dos povos” / “Abraço continental”, n. 115, p. 14-15, 1992.

*JST*, “Terceiro mundo discute terra, ecologia e direitos humanos”, n. 117, p. 12, 1992.

BOFF, Leonardo. *JST*, “A mística”, n. 125, p. 3, 1993.

*JST*, “I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo reafirma a unidade e a luta”, n. 134, p. 14, 1994.

*JST*, “Os movimentos sociais e o meio ambiente”, n. 133, p. 13, 1994.

*JST*, “Declaração Final do Congresso de Lima”, n. 134, p. 15, 1994.

*JST*, “Cuba: uma escola”, n. 145, p. 15, 1995.

*JST*, “Subcomandante Marcos conclama os povos do mundo a lutar contra o neoliberalismo”, n. 157, p. 15, 1996.

*JST*, “Camponeses do mundo todo se unem contra o neoliberalismo”, n. 158, p. 11, 1996.

*JST*, “Zapatistas conclamam todos a lutar contra o neoliberalismo”, n. 161, p. 17, 1996.

*JST*, “Via Campesina denuncia manobra dos países ricos na FAO”, n. 161, p. 18, 1996.

*JST*, “MST participa de Festival Mundial de Juventude”, n. 172, p. 6, 1997.

*JST*, “Camponeses contra o neoliberalismo”, n. 172, p. 16, 1997.

*JST*, “A pirataria moderna na América Latina”, n. 174, p. 15, 1997.

*JST*, “México 2000 – a marcha pelo milênio sem injustiças”, n. 174, p. 14, 1997.

*JST*, “4º Congresso Nacional do MST: alegria, emoção e estudo”, n. 203, p. 10, 2000.

*JST*, “Linhas políticas reafirmadas no 4º Congresso”, n. 203, p. 19, 2000.

*JST*, “Via Campesina é contra Plano Colômbia”, n. 205, p. 16, 2000.

*JST*, “Globalizamos a luta e a esperança”, n. 207, p. 14, 2001.

*JST*, “3º Congresso da Cloc: globalizando a luta”, n. 214, p. 12, 2001.

*JST*, “movimentos sociais aprovam formação da rede mundial”, n. 227, p. 12, 2003.

*JST*, “III Encontro Hemisférico contra a Alca propõe intensificar luta em 2004”, n. 237, p. 13, 2004.

*JST*, “IV Conferência Internacional da Via Campesina traça metas para 2004”, n. 242, p. 10, 2004.

*JST*, “Camponeses e jovens de todo o mundo compartilham experiências e lutas”, n. 242, p. 7, 2004.

*JST*, “América Latina se une contra Tratados de Livre Comércio”, n. 245, p. 13, 2004.

FERNANDES, Bernardo. *JST*, “Agronegócio: a nova denominação do latifúndio”. agosto 2004.

*JST*, “Camponeses da América latina unificam lutas e compartilham experiências”, n. 248, p. 13, 2005.

*JST*, “MST homenageia Che com Trabalho voluntario”, n. 256, p. 6, 2005.

*JST*, “Organizações latino-americanas do campo fazem balanço e definem estratégias”, n. 256, p. 13, 2005.

*JST*, “Alba pode ser caminho para países da América”, n. 263, p. 10, 2006.

*JST*, “A história de luta e de organização do Jornal Sem Terra”, n. 266, p. 11, 2006.

*JST*, “Carta do 5º Congresso Nacional MST”, n. 273, p. s/n, 2007.

*JST*, “Um marco na luta social latino-americana”, n. 273, p. 3, 2007.

*JST*, “Trabalhadores e trabalhadoras do todo mundo: Uni-vos”, n. 282, p. 2, 2008.

*JST*, “Guevarismo Sem Terra”, n. 283, p. 12, 2008.

*JST*, “Território Livre de analfabetismo”, n. 286, p. 7, 2008.

*JST*, “Manter vivo o legado de Che”, n. 288, p. 7, 2008.

BRUNETTO, Egídio. *JST*, “Sobre o internacionalismo e o MST”, n. 289, 2009.

Emiliano José, “Solidariedade europeia ao MST”, n. 3, 1998, p. 24-25.

Dom Pedro Casaldáliga, “O grito das Américas”, n. 14, 2002, p. 09.

Daniela Stefano, “Bandeira do MST tremula na Europa e América do Norte”, n. 24, 2004, p. 47-49.

Sueli Auxiliadora dos Santos, “MST cria oportunidade para jovens do campo e da cidade”, n. 25, 2004, p. 36-39.

Cristiane Gomes, “Congresso reúne movimentos da América Latina e Caribe”, n. 22, 2004.

Cristiane Gomes, “Via Campesina define plano de lutas”, n. 25, 2004, p. 33-35.

Sueli Auxiliadora dos Santos, “MST investe na formação e nos PROGRAMAS DE SAÚDE”, n. 26, 2004, p. 29-31.

Beatriz Pasqualino, “Festival latino-americano celebra música camponesa”, n. 29, 2005, p. 55-56.

Solange Engelmann, “Escola Latino Americana resgata agricultura camponesa”, n. 33, 2005. p. 39-40.

## **SÍTIOS ELETRÔNICOS**

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)

[www.movimientos.org.cloc](http://www.movimientos.org.cloc)

[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

[www.mstbrazil.org](http://www.mstbrazil.org)

## ANEXOS

### 1. Entrevistas feitas pelo autor com militantes do MST

Foram realizadas oito entrevistas gravadas e apenas uma via email, seguindo um roteiro aberto de questões com militantes do MST. A seguir, uma breve apresentação dos entrevistados e informações sobre elas:

#### - **Marcelo Buzetto**

Dia 04/out./2011, na Fundação Santo André. Marcelo faz parte da direção estadual no Estado de São Paulo e do Coletivo de Relações Internacionais do MST.

#### - **Gilmar Mauro**

Dia 16/nov./2011, durante uma reunião da direção nacional do MST, na ENFF, em Guararema, São Paulo.

Gilmar esteve por muitos anos no Coletivo de Relações Internacionais. Atualmente está na Direção Nacional do MST.

#### - **Egídio Brunetto**

Dia 17/nov./2011, durante uma reunião da direção nacional do MST, na ENFF, em Guararema, São Paulo.

Egídio é dos militantes mais antigos do MST e se dedicou muitos anos no Coletivo de Relações Internacionais. Foi representante da América do Sul no Comitê Coordenador Internacional (CCI) da Via Campesina. O militante faleceu dez dias depois da entrevista.

#### - **Joaquin Pinheiro**

Dia 17/nov./2011 e 10/dez./2011, no primeiro dia de entrevista foi durante uma reunião da Direção Nacional do MST, na ENFF, em Guararema, São Paulo. A segunda parte da entrevista foi na reunião dos amigos do MST no mesmo local.

Joaquim foi integrante da primeira Brigada de Solidariedade do MST/Via Campesina na Venezuela. Faz parte atualmente do Coletivo de Relações Internacionais.

#### - **Antonio Neto**

Dia 18/nov./2011, durante uma reunião da direção nacional do MST na ENFF, em Guararema, São Paulo.

Neto esteve no coletivo de juventude da Via Campesina Brasil. Atualmente integra a Brigada de Solidariedade na Bolívia.

**- Itelvina Masioli**

Dia 13/dez./2011, na Secretária Nacional do MST, em São Paulo.

Itelvina integra a direção nacional e o coletivo de relações internacionais do MST

**- João Pedro Stédile**

Dia 14/junho/2012, entrevista foi realizada por correio eletrônico.

Stédile é um dos fundadores do MST e participou de diversos eventos no exterior. É da coordenação do MST e um dos coordenadores da Via Campesina.

**- Francisco Moreira Neto (conhecido como “Vanderlei”)**

Em 07/ junho/2012, na cidade de Campinas. Entrou para o MST, em 2004 na ocupação da cidade Russas, no estado do Ceara. Viajou com a brigada do Haiti no dia 4 de abril de 2010 e voltou dia 19 de dezembro do mesmo ano. Saiu do MST em 22 de novembro de 2011.

**- Socorro Lima**

Em 07/ junho/2012, na cidade de Campinas. Entrou para o MST, em 2004 na ocupação da cidade Russas, no estado do Ceara. Viajou com a brigada do Haiti no dia 4 de abril de 2010 e voltou dia 19 de dezembro do mesmo ano. Saiu do MST em 22 de novembro de 2011.

PS: Os dois últimos desta lista eram militantes da base do MST e nunca fizeram parte da Direção Nacional, diferentemente dos demais entrevistados.

**2. Entrevista do autor com Gilmar Mauro, da Direção Nacional do MST\***

Um dos mais importantes líderes históricos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gilmar Mauro nasceu em Capanema, no Paraná, filho de pequenos agricultores que perderam a terra e deixaram o campo. Sem perspectiva em sua cidade, em

---

\* Entrevista publicada com o título “Do campo para o mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST. Entrevista com Gilmar Mauro”, *Revista Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos e Ideologias, São Paulo, n. 29, p. 21-30, 2012.

1985, participou de sua primeira ocupação. Em 1986 foi assentado em Lindo Oeste, que fazia parte do município de Cascavel na época. Dois anos depois, levou seus pais para assumir e morar no lote conquistado. Foi escolhido em 1999 pela revista *Times* e pela rede *CNN*, ambas dos Estados Unidos, como um dos 50 líderes que comandarão o século XXI. Publicou o livro (juntamente com Luiz Bernardo Pericás), *Capitalismo e Luta Política no Brasil* (2001). Atualmente é Dirigente Nacional do MST. Desenvolveu uma intensa colaboração e militância sobre as relações internacionais do MST.

Nesta entrevista, no espaço da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), ocorrida em novembro de 2011, Gilmar Mauro aborda um tema ainda pouco discutido pelo pensamento social contemporâneo, mas que tem uma crucial relevância teórica e política para as organizações sociais e políticas da esquerda mundial: o internacionalismo, com foco especialmente na América Latina. Procurou-se aprofundar a atuação política internacionalista do MST, com a finalidade de testar algumas hipóteses que estão sendo trabalhadas em nossa pesquisa em andamento. Como se poderá notar nesta entrevista, o internacionalismo é um dos princípios fundamentais que norteiam o MST desde a sua fundação. Contudo, a “vocação internacionalista” do MST não foi gerada *automaticamente* pela manifestação do capitalismo internacional no campo, mas também pela dimensão ética-moral e religiosa – principalmente da fonte da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra – que é um fator essencial na motivação subjetiva de uma consciência humanista e universal latino-americana e de uma cultura política de solidariedade internacionalista permanente que o MST desenvolve a partir de sua própria formação específica. Isso naturalmente não significa que o processo de internacionalização do capitalismo na realidade rural brasileira (e, por desdobramento e ampliação, da realidade latino-americana) não seja um ingrediente profícuo para conhecer e explicar a consolidação da articulação com a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e com a Via Campesina, da qual o MST faz parte. O processo da atuação política internacionalista do MST desenvolveu-se sob uma rica diversidade ligada a vários outros componentes políticos e circunstâncias históricas específicas: 1) na formação de quadros políticos de militantes; 2) no aprendizado e no conhecimento com os processos organizativos de luta de outros países, como a revolução nicaraguense e a experiência cubana na década de 1980; 3) na presença ativa da Teologia da Libertação que desenvolve uma consciência internacionalista e latino-americana; 4) no engajamento pela “Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” (1989-1992); 5) na articulação duradoura através da coordenadora continental de



camponeses (CLOC) e do movimento internacionalista de camponeses (Via Campesina); 6) na criação de inúmeras brigadas internacionalistas de solidariedade. Afinal, conforme a avaliação de Gilmar Mauro, “cada vez mais não é possível pensar em processos de transformação social olhando só para um país”.

**1) O que te atraiu nesse processo de internacionalização do MST, que fez com que, mesmo exercendo outras atividades internas no movimento, desempenhasse também uma militância mais concentrada nesse tema?**

Olha acho que eu já estive mais participando ativamente porque compus um tempo atrás o setor de relações internacionais do MST. Depois, de um tempo pra cá, não tenho tido o mesmo tempo, a mesma participação em função de outras questões internas. Mas a origem é a seguinte: em 1989, na verdade, eu fui fazer um curso de formação de economia política e filosofia em Cuba, acho que de uns cinco meses. E aprendi a falar espanhol, e o MST precisava, pois, estava iniciando o processo de relações internacionais e, na verdade, o fato de dominar a língua permitia acompanhar várias atividades e participar do setor de relações internacionais. E eu acompanhei naquele período a “Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena Negra e Popular”, o início da CLOC e um pouco da Via Campesina. Com isso tive uma atuação muito mais intensa em âmbito internacional. E o MST tem como linha política que cada militante não viaje mais de duas vezes por ano para fazer com que a política de relações internacionais primeiro seja assimilada por um conjunto maior de militantes. O espaço das relações é um espaço também de formação, de aprendizado, portanto, por isso que nós descentalizamos. Tem tarefas que são um pouco mais centralizadas que exigem mais acompanhamento, mas, as demais, buscamos a descentralização como forma inclusive de formar muito mais gente com uma compreensão e participação nas relações internacionais.

**2) No 1º Congresso do MST em 1985, em Curitiba (PR), havia algumas delegações estrangeiras de organizações populares do campo da América Latina. O MST desde o principio tem uma vocação internacionalista?**

Tem. Eu acho que o nosso movimento já surge, mesmo que a grande maioria dos próprios militantes não tivesse consciência, mas alguns tinham, e evidentemente eles surgem com essa visão de que a luta da classe trabalhadora é uma luta internacional e de que é preciso construir espaços de articulação e alianças em nível internacional, já que os “inimigos”

também – utilizando o jargão – têm uma atuação internacionalizada e, portanto, era preciso buscar nessas articulações políticas o fortalecimento da luta nossa e de outros. Mas também tem outro ingrediente: a ideia era aprender com os processos organizativos de luta dos outros países. Então, em um primeiro momento, o MST atribuía aos militantes, quando convidava organizações internacionais, para acompanhar de perto cada dirigente e aprender com isso e, ao mesmo tempo, quando havia um congresso nós também nos distribuíamos: quem vai acompanhar tal país e o envio de pessoas em missão internacionalista para acompanhar as experiências históricas.

**3) Nos anos 1980, ao que tudo indica, a revolução sandinista inspirou claramente forças sociais progressistas por todo o continente. Qual a importância da revolução sandinista e da experiência cubana para a internacionalização do MST?**

No início dos cursos de formação do MST – inclusive nós não tínhamos um setor de formação e realizávamos parcerias com outras organizações, escola sindical –, nós aprendíamos até as músicas, “*Nicarágua, nicaragueta*”, hino da Frente Sandinista Libertação Nacional (FSLN). A revolução nicaraguense tem um caráter popular bem interessante, ela conjuga elementos da Igreja, elementos dos setores indígenas, mas ela nos ensina muito sobre o trabalho de base, nos ensina nos princípios organizativos. Nós utilizamos vários documentos dos sandinistas, sobre vários assuntos, e reproduzimos para nossa militância. Evidentemente que ela tem um marco importante na composição do nosso movimento. Cuba também, embora fosse uma situação diferente. Cuba faz a revolução ainda em 1959 e o processo que vivia de construção do socialismo era diferente do nosso processo, mas há um aprendizado histórico. Cuba nos oferece cursos de formação, aliás, as primeiras escolas de formação que mandamos nossos militantes do MST foram para lá. A experiência da revolução cubana, nicaraguense, e depois, mais adiante, toda a experiência acumulada na América Latina, Revolução Mexicana, a tentativa de reforma agrária no Peru, o processo em El Salvador, enfim, as experiências dos anos 1980 foram muito importantes para o nosso movimento.

**4) Em relação à “*Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*” (1989-1992), trata-se da primeira manifestação mais intensa que o MST tem em nível internacional, que mais tarde, irá formar a CLOC e a Via Campesina. Como começou essa aproximação do MST com essa Campanha?**

A ideia de onde surgiu eu não sei, mas acho que foram dos povos indígenas da América Latina em função das comemorações dos 500 anos que estavam sendo propostos pela Espanha, o “descobrimento” da América Latina, então começou a surgir do movimento indígena a ideia que era preciso fazer uma contraposição. Com isso, em um primeiro momento, se chamou algumas reuniões, acabamos compondo um comitê de articulação internacional, algo que buscou discutir o que seria essa outra campanha. E a ideia foi juntar não só povos indígenas, mas organizações camponesas; tanto foi assim que o nome da Campanha acabou ficando “*Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*”, inclusive os setores negros foram incorporados também. Esse processo foi muito (evidentemente precisaria de muito tempo até porque ele foi muito rico e teria que ser escrito) interessante porque, na verdade, ele conseguiu conjugar três setores que, do ponto de vista clássico, estavam fora de qualquer perspectiva. O camponês era ainda incluído na aliança operário-camponesa, e o indígena, negro e camponês sempre subordinado à classe operária; então essa campanha continental surge com força porque ela consegue articular os três setores, consegue desenvolver luta de massa, consegue articular continentalmente esses movimentos e fazer grandes ações como foi o grande encontro que aconteceu na Guatemala, onde juntamos milhares de pessoas.

##### **5) Esse encontro na Guatemala foi quando?**

Em 1991 ou 1992, agora não lembro. Aconteceu na Guatemala um grande encontro, depois na Nicarágua, depois na Bolívia, mas o que acontece dentro disso: em 1990 vem a crise do socialismo real, e Cuba, até então, cumpria esse papel histórico de oferecer cursos para a América Latina e ela vive uma crise econômica muito grande e interrompe com a grande maioria dos cursos. O MST, nesse período, está em um processo de crescimento intenso e já como referência interessante na América Latina. Esse processo que articulou vários setores levou a que nós constituíssemos dentro do grande guarda-chuva que foi a Campanha Continental com articulações específicas. Os camponeses, por exemplo, constroem a CLOC. Os movimentos populares urbanos chegaram a ensaiar a criação de um organismo internacional, uma espécie de federação internacional de movimentos populares urbanos. Os indígenas também criaram uma articulação continental. Os negros tiveram certa dificuldade de criar uma articulação continental. No entanto, o que prosperou de fato foi a organização dos camponeses, com a CLOC, que virou uma estrutura organizativa e passou a funcionar, desde então, com congressos, discussões coletivas etc., com uma direção que articulasse os vários países, uma espécie de coordenação e, evidentemente, foi um elemento importante para

a criação da Via Campesina junto com as organizações europeias. Esse processo foi rico e leva o MST a cumprir um papel também protagonista importante porque, a partir de então, várias coisas que Cuba cumpria deixou de cumprir, como o espaço da formação, por exemplo. Hoje a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) cumpre um papel importante que Cuba talvez realizasse. O importante disso é que nós conseguimos mudar a metodologia nas relações internacionais. Acho que a grande contribuição do MST é essa. Não só do MST, não vou querer atribuir isso a nós. O que eram as organizações sindicais internacionais? Várias federações, muito turismo sindical, os países do Leste Europeu pagavam passagem para a turma ir até Cuba e, em certo sentido, isso levou a muitos oportunismos. O MST muda essa situação. Primeiro, não constitui uma direção oficial internacional: são coordenações, representação de movimentos; não tem nenhuma estrutura burocratizada internacionalmente. Segundo, busca estimular movimentos reais e, a partir dos movimentos reais, um intercâmbio internacional; e o processo de formação político-ideológico mais autossustentado pelas próprias organizações. Esse é o processo que a gente vive atualmente.

#### **6) O que mudou no MST depois que se articulou com a CLOC e com a Via Campesina?**

A própria experiência da construção da campanha nos leva a entender outras culturas, outras visões de mundo. Por exemplo, o movimento indígena tem outro tempo, eles veem o tempo de outra forma. Eu acompanhei muito isso, me agoniava porque um líder indígena de repente se inscrevia e gastava um monte de tempo para falar sobre um assunto ou, enquanto eles não tinham consenso entre eles, não interessava, não fechava. E a nossa forma de ponto, discute, aprova e encaminha não funcionou com o movimento indígena. Então, toda a paciência do mundo. Para você ter uma ideia desde o começo nós tivemos um aprendizado interessante disso. Em escala internacional – eu peguei esse exemplo para dizer – também são outros tempos e outras visões. Na verdade, a Via Campesina hoje se articula em mais de 70 países. São várias visões políticas e têm temas que unificam: reforma agrária, soberania alimentar, contra as empresas transnacionais, contra a Organização Mundial de Comércio (OMC), contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em defesa da água, da biodiversidade, das sementes, são temas que unificam. Agora, nem todo mundo é socialista. Por exemplo, vai falar em socialismo para a turma do Leste Europeu, para os camponeses de lá. Eles não querem nem ouvir falar. Por quê? Porque viveram uma experiência [traumática]...

Então se fôssemos pelo viés ideológico, nós teríamos muita dificuldade. Evidentemente que isso tem contradições, um monte de diferenças, mas nem por isso deixamos de construir essa experiência em escala internacional e eu acho que é uma experiência interessante que hoje existe. Lamentavelmente somente os camponeses têm isso. Lamentavelmente. Pois nosso sonho era ter uma internacional de trabalhadores, mas isso também não depende só da vontade de alguma organização, é um processo histórico e nesse tempo histórico de fragmentação e crise da esquerda dificilmente se viabilizaria um projeto desse tipo. Essa relação tem impactos dentro do MST também, porque você tem que se relacionar com gente que pensa diferente. Tem impactos positivos, inclusive de visualizar que uma construção política, uma aliança política, não se dá com quem pensa exatamente igual. E essa aliança política pode ser na tática, pode ser em temas comuns e pode ser uma aliança política que vai para além de temas comuns, uma aliança estratégica, como muitos movimentos que, além de lutarem por questões concretas, defendam a construção do socialismo. Então o aprendizado é bastante grande.

**7) Outro ponto que chama atenção nesse processo é a criação de brigadas internacionalistas de solidariedade. Apesar do MST sempre incentivar os intercâmbios, as atividades das brigadas parecem ser mais diferenciadas, os militantes passam mais tempo, por exemplo. Quando isso começou? Em que países as brigadas estão atualmente?**

Isto também não é novo. Se você pegar historicamente, Cuba tem uma participação de brigadas internacionalistas extraordinária, no envio de médicos nas catástrofes, sempre foram solidárias com o mundo todo, recebendo gente. É essa experiência histórica boa do socialismo que acho que nós recuperamos, resgatamos como parte de estimular o que nós chamamos de solidariedade internacional da classe trabalhadora. Ela tem o sentido de contribuir com os processos internos, não de intervir no sentido de dizer o que eles têm de fazer. A brigada do Haiti, por exemplo, está ajudando a fazer cacimba e a construir portas, a discutir uma escola de agroecologia por lá. São elementos da solidariedade humana em um país arrasado por uma série de fatores e ainda mais com a decisão do exército brasileiro de comandar as tropas da ONU. Agora tem o viés também da formação. Quer dizer, você conhecer outras realidades, você interagir com aquela realidade, você aprender com aquela realidade; hoje temos nossos “filhos” no Haiti contribuindo, no Paraguai, no Equador, na Bolívia, na Venezuela, em Cuba, na África. Eu me orgulho muito dessa parte do nosso movimento e acho que nós devemos

continuar porque assim a gente forma militantes, intercambiando, repassa experiências que nós acumulamos, não com intuito de dizer a cada país, a cada povo, o que fazer, mas no sentido de interagir permanentemente e aprender e levar a experiência que a gente acumulou.

#### **8) Qual a importância da Teologia da Libertação para o processo de internacionalização do MST?**

A origem do MST conjuga esse ingrediente religioso que é a tal da mística que traz para o cotidiano o sonho do futuro. Mas ela tem o sentido político que é o seguinte, e que a agricultura nos ensina: se você quer colher abacate você tem que plantar abacateiro. Não tem como plantar abacate plantando limão. Se você quer construir a nova sociedade, você tem que semear aqui e agora os valores da nova sociedade. Simples assim. Como é que vai ser a juventude amanhã? Olha o que ela está fazendo, o que está comendo, o que está vendo, o que está lendo, que você sabe o que vai ser a juventude amanhã, não tem milagre nisso. Você quer construir valores? Você tem que semear aqui e agora. Quer uma sociedade libertária? Você tem que ser libertário. Você quer homens e mulheres participando? Você tem que criar espaço para as mulheres participarem. Você quer ter juventude? É preciso criar as condições para que a juventude participe. Eu estou te dizendo tudo isso porque a ideia da mística é trazer para o presente e semear no presente – não na hora da mística, mas no cotidiano daquilo que você quer construir. O MST consegue conjugar os ingredientes da mística revolucionária que resgata a experiência nicaraguense, cubana, a própria experiência bolchevique; conjuga isso com as experiências históricas no Brasil, as lutas pela terra, Canudos, Quilombos, Ligas Camponesas, mas também com esse outro lado da Teologia da Libertação que foi muito importante no surgimento do nosso Movimento. E isso evidentemente é o que conforma o MST como uma espécie de síntese. Ele não é igrejeiro. Ele conjuga vários ingredientes, no meu modo de ver, positivos desses amplos processos de aprendizados desenvolvidos em diferentes áreas. Resgatamos, por exemplo, o [Augusto] Boal com o teatro popular do oprimido e isso acho que nos ajuda nessa visão também internacionalista, porque a Teologia da Libertação tinha bastante essa visão; o cristianismo, em geral, tem bastante dessa doação que quase chega a ser, às vezes, uma [espécie de] “franciscanismo”. Mas ela foi importante e construiu o que eu vou chamar de valores de uma militância, da entrega, da participação, da solidariedade que são fundamentais para aquilo que o MST defende como nova sociedade.

**9) O internacionalismo chega à prática cotidiana dos acampados e assentados do MST? Ou ele se restringe mais como uma aspiração retórica da direção do MST?**

Bem, essas são as contradições. Acho que ele chega, mas não da forma como se difunde, não se difunde em uma militância do MST. Mas se você pegar, por exemplo, para te dar questões concretas, a campanha que nós fizemos durante a crise em Cuba, de arrecadação de materiais escolares, essa campanha foi muito intensa na nossa base com contribuição extraordinária dos assentados e acampados, e as crianças se envolveram nisso. A campanha em relação ao Haiti, agora, envolveu a participação de nossa base em arrecadação de produtos, doações etc. Os meninos que vêm de lá, a gente faz questão de fazer essas rodadas, os próprios haitianos que estiveram conosco durante um ano, sessenta haitianos que estiveram aqui vivenciaram experiências em todos os estados, estiveram nos acampamentos e nos assentamentos difundindo isso. É um processo de tentativa permanente de construir jornadas socialistas nos assentamentos, mas também ações concretas de solidariedade quando necessário, seja ela um abaixo-assinado, seja ela de arrecadações concretas. Mandamos toneladas de alimentos para o Haiti e Venezuela, que foram construídas junto à nossa base. Agora, evidentemente que existe uma lacuna e um problema que, dentre os desafios, nós precisamos evidentemente avançar.

**10) Em sua opinião, quais são os benefícios e os riscos da internacionalização do MST?**

Olha, acho que tem uma coisa aí. O MST nunca vai deixar de atuar no seu espaço territorial que é o Brasil. Aliás, nenhuma organização conseguiria ter uma atuação internacional com algum reconhecimento e contundência se não tiver ação onde ela está, vive etc. Acho que aqui tem um elemento importante que é a conjugação da luta local com a luta mais geral. Ou seja, a luta específica com a luta mais ampla, universal. Eu digo sempre o seguinte: cada vez mais não é possível pensar em processos de transformação social olhando só para um país. No entanto, não é possível pensar um processo de transformação social da humanidade se você não atuar no seu país. Então alguém pode dizer: quem olha muito para o local pode perder a dimensão internacional. Um exemplo que usamos muito: quem olha para árvore não vê a floresta. É verdade. Quem olha muito para a floresta também não consegue ver a árvore. Eu digo sempre, você tem que olhar a árvore e a floresta, ou seja, tem que atuar no âmbito nacional, mas tem que atuar no âmbito internacional. Nós poderíamos, eu brinco, se não tivéssemos uma atuação no Brasil concreta como o MST, gente que vive, que mora

aqui, que quer lutar pela terra, colocar uma melancia na cabeça que não seríamos conhecidos internacionalmente. Ou seja, o reconhecimento internacional não é pelo trabalho internacional somente, é pelo trabalho desenvolvido aqui no país. Essa visão de que é preciso construir a luta pela reforma agrária aqui, construir a luta anticapitalista aqui, mas a luta anticapitalista tem que ser uma luta em escala planetária e, portanto, até para viabilizar a nossa luta pela reforma agrária, nós dependemos da solidariedade internacional. Veja bem: muitos movimentos foram derrotados, como as Ligas Camponesas etc., em um tempo histórico. Nós somos salvos em vários momentos da história do MST pela solidariedade interna e pela solidariedade internacional. Então, é uma conjugação, não tem só lá nem só aqui, mas a conjugação é uma interação dialética entre as lutas locais, específicas etc. com lutas de caráter universal e em escala planetária.

### **3. Documentos políticos**

#### **Carta da ATC da Nicarágua para o MST, 1985.**

(Publicado no JST com título “Solidariedade internacional”, 1985, n. 44, p. 02)

Companheiros:

Nós trabalhadores do campo da Nicarágua organizados na Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC), expressamos, na véspera do Primeiro de Maio, nossas saudações de unidade e de solidariedade.

Cada ano, nesta data, fazemos um resumo das experiências do movimento operário internacional, latino-americano e nicaraguense em particular para examinar o que e quanto temos realizado e com seguir avançando em nossa luta cotidiana.

É óbvio que para os trabalhadores nicaraguenses a luta é cada vez mais difícil. Ao fenômeno da crise mundial, cujos efeitos recaem em todos os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, há que somar, em nosso caso, a absurda e criminal política de agressão que, em todas as ordens, executam, os mercenários dirigidos pela Agência Central de Informação (CIA), financiados pela administração Reagan.

Nós trabalhadores do campo da Nicarágua, reafirmamos que nossa firme e inquebrantável decisão de ser livres e independentes, responde à doutrina latino-americanista,



à doutrina de Bolívar, de Martí e de Sandino, a qual estamos resgatando e que o presidente dos Estados Unidos pretende agora como antidemocrática e agressora.

Não obstante, todos sabemos de onde vem a agressão, quem a financia, quem a dirige, assim como quem sofre as consequências. Dela podem testemunhar as pe[r]sonalidades, organismos internacionais e as delegações de todos os países do mundo que diariamente nos visitam, inclusive membro do Congresso dos Estados Unidos.

Nós trabalhadores do campo, através do governo Revolucionário e de outros organismos, temos formulado diferentes propostas de paz sendo apresentadas em diferentes foros internacionais, nas quais se expressam a vontade de centenas de milhares de trabalhadores que desejam uma paz digna para produzir e reconstruir nossa Pátria da destruição do somozismo e do saque sistemático praticado pelos Estados Unidos até julho de 1979.

Em torno do mau chamado “plano de paz” do senhor Reagan, nós trabalhadores do setor agropecuário da Nicarágua, consideramos que não é mais do que uma declaração de guerra aberta, a qual rechaçamos redondamente. Este ultimato fere nossa soberana Pátria. A solicitação de Reagan ao Congresso norte-americano de aprovação de 14 milhões de dólares para continuar financiando as ações criminais dos mercenários, contra o nosso povo, constitui um crédito de guerra, tal e como se fez durante a 1<sup>a</sup>s e 2<sup>a</sup>s guerra mundiais.

Ante essa situação, nós, trabalhadores do campo, solicitamos que nossos irmãos trabalhadores do mundo, em todas as organizações sindicais, independentes das correntes políticas ou ideológicas, se pronunciem de uma maneira mais efetiva perante os partidos políticos, governos e demais organismos internacionais, contra todos os planos de destruição que a potência militar maior do mundo pratica contra as aspirações de paz e de liberdade do povo nicaraguense.

### **Documento redigido pela coordenação da campanha 500 anos de resistência do MST**

(publicado no JST, com título “MPEACHMENT NELLE”, n. 119, 1992, p. 15).

Uma importante aliança vem se consolidando a cada dia em nosso continente. É a aliança da resistência indígena, negra e popular.

Cada vez mais, os oprimidos descobrem a importância da unificação das lutas e o sentido de uma ação coletiva, para por fim aos 500 anos de exploração e dominação de nossos povos. É uma luta contra os saques colonialistas e neocolonialistas da nossa América, contra o

capitalismo que nos explora e empobrece, contra o neoliberalismo que nos engana e acomoda. Acima de tudo, é uma luta por liberdade, soberania e auto-determinação para os povos latinoamericanos.

São as lutas em defesa das terras indígenas, por uma reforma agrária que beneficie os trabalhadores rurais; por profundas reformas urbanas; ontra qualquer tipo de discriminação racial, sexual, de idade; por melhor ditribuição de renda e justiça social. E nestes últimos tempos, principalmente, por uma ética na política.

Sabemos eu para nós brasileiros, a data de 1492 não tem grande importância histórica, pois o Brasil foi invadido a partir de 1500 pelos portugueses. Mas é muito importante nos entrosarmos com outros povos latinoamericanos, para assim discutir nossos problemas comuns, bem como buscarmos formas concretas de fortalecer nossos laços de latinoamericanidade.

Nestes 500 anos, sofremos na carne o mesmo que outros povos do continente. O genocídio de nossos povos indígenas e a destruição de seus habitats, a escravidão dos negros, a miséria dos nordestinos, a prostituição de nossas crianças, o abandono de nossos menores de rua, a corrupção de nossos governantes, a miséria e exploração de nossos trabalhadores urbanos e o saque das terras dos rurais. Mas por outro lado, assim como em todo continente, vimos resistindo de todas as formas possíveis. Muitos quilombos foram erguidos e milhares de guerreiros tombaram, tanto no campo, como nas cidades, para não terem que viver de joelhos. Importantes ferramentas de luta foram criadas, fortalecendo cada vez mais a nossa organização.

Por tudo isso, é que no dia 12 de outubro, em todo continente, milhares de vozes se erguerão. Enquanto as classes dos países ricos, em conjunto com os governos espanhol e português preparam seu mitim, suas comemorações, nós nos preparamos com nossa resistência. Vigílias, passeatas, greves, atos políticos, caminhadas, serão organizadas, em toda América Latina, levando bandeiras do não pagamento da dívida externa, da reforma agrária, do fim do campesinato, da soberania e autodeterminação dos povos.

É fundamental que você, o seu sindicato, sua entidade classista, o seu movimento se engajem nesta campanha para juntos darmos juntos um basta nestes 500 anos de dominação e exploração, tal qual, o que iremos dar no governo Collor e seus aliados. São pessoas como ele e a estrutura de dominação que montaram nestes 500 anos que mataram nossos valentes antepassados, e que agora querem nos matar.

## **Documento redigido por Dom Pedro Casaldáliga e assumido pela direção da campanha continental contra a Alca**

(Publicado no RST, com título “O grito das Américas”, n. 14, 2002, p. 09).

Com todos os povos da Américas, nós, a partir de nossa mais (mais profunda convicção) íntima verdade e da nossa utopia, queremos levantar a voz e manifestar nossa inquietude e indignação diante de tantas injustiças, praticadas há séculos contra nossos Povos pelo capital internacional e por governos irresponsáveis.

Os povos (países) do Terceiro Mundo, como (em) nosso Continente, ainda parecem, e hoje de modo sistematicamente estrutural, problemas cruciais que atingem a maioria de sua (de seu povo) população. São negados os direitos ao trabalho, alimentação, terra habitação (moradia digna), educação e informação.

Globaliza-se a miséria, mas não o verdadeiro progresso. A globalização gera dependência, e cerceia a soberania dos povos. Os capitais circulam livremente, ma as pessoas não. Prioriza-se a competitividade, em vez da solidariedade. Absolutiza-se a mercadoria ao mesmo tempo em que são ignorados os valores éticos. Tudo tem (impõe-se preço a tudo) preço, inclusive a dignidade humana. Depredam-se os recursos naturais e se põe em risco a sobrevivência da humanidade. Privatiza-se a terra e agora se tenta privatizar a água, a biodiversidade, as plantas, os animais, quem sabe um dia os ventos, o sol... A cobiça está acima da igualdade fraterna (fraternidade). A propriedade tem mais valor (acima da) do que a vida.

Basta, esse sistema de morte não pode continuar!

Para isso, aqui, neste porto do Rio Guaíba, Porto Alegre e solidário, encontram-se (encontramo-nos) pessoas de todo o continente, trabalhadores do campo e da cidade, habitantes de todo os rincões (os lugares), migrantes, jovens e estudantes, brancos, negros e mulheres, crentes e não crentes, ecologistas, lutadores do Povo...Viemos para gritar e manifestar a nossa indignação e a nossa esperança!

Porém, sabemos que não basta gritar. É necessário lutar conscientemente, unindo as forças e as aspirações!

Para isto queremos fazer deste porto e encontro, um porto de compromisso para cada uma e cada um de nós e para nossas respectivas organizações.

Lutaremos pelos direitos fundamentais de nosso povo: soberania, identidade, autonomia, liberdade, alimento, trabalho, terra, habitação (moradia digna), educação pública e gratuita...

Lutaremos contra o monopólio da informação dos grupos econômicos e dos governos imperialistas, que controlam os principais meios de comunicação de massa.

Lutaremos contra o capital financeiro e seus insaciáveis interesses.

Lutaremos contra o pagamento da Dívida Externa, a qual denunciaremos como verdadeira usura internacional.

Lutaremos contra a violência e machismo, contra a manipulação política e a corrupção econômica.

Juntemo-nos todas e todos, contra o domínio imperialista que utiliza o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que favorece em nosso Continente o militarismo, a violência, a repressão, com suas bases militares e com seus planos – Plano Colômbia, Plano Puebla-Paraná, Plano Dignidade (Plano Dignidad) na Bolívia – e sua ganância sobre Amazônia.

Juntemo-nos agora para desmascarar e combater a ALCA, que o sistema quer nos impor, como uma nova forma, continental, de dominação colonialista. Propomos especialmente que se realize em 2002, em toda Nossa América, um grande plebiscito, (uma) verdadeira consulta popular continental, para que nossos Povos decidam sobre a ALCA e sobre todos os assuntos que nos afetam diretamente.

Conscientizemo-nos, organizemo-nos, em todos os espaços e rincões (lugares). E caminhemos sempre com o povo, como povo.

Porto Alegre, Brasil,  
Fórum Social Mundial,  
4 de fevereiro de 2002.

### **Documento redigido por Ana Cláudia Mielki e Ana Chã**

(Publicado no JST, com o título “Solidariedade mundial no 5º Congresso”, n.273, 2007, p. 13).

Trabalhadores de todo mundo uni-vos. Esta era a palavra de ordem que se podia ler numa das faixas de maior destaque pendurada dentro da grande plenária do 5º Congresso. A frase remete para um dos princípios fundamentais que norteia o MST desde a sua fundação: a unidade e solidariedade entre os povos. Mas este lema foi também, junto com a bandeira permanentemente hasteada da Via Campesina Internacional, o símbolo da participação ativa dos cerca de 180 delegados, de mais de 31 países, de quatro continentes neste Congresso.

Hoje, talvez mais do que nunca, as alternativas ao modo de produção capitalista passam pela articulação cada vez maior da resistência e das lutas dos povos em todos os

continentes. A Via Campesina Internacional entende que os inimigos do povo são os mesmo no mundo inteiro. Por isso, a luta passa pela solidariedade, só restando aos camponeses a formação, a mobilização permanente e a integração.

Uma delegação internacional, além de conhecer a realidade do povo brasileiro e captar experiências na luta pela terra, mostrou que mesmo muito longe do Brasil, é cada vez maior o número de movimentos populares que se organizam pela garantia da soberania alimentar, justiça social e contra o avanço do imperialismo.

Hajasoaninina Rakotomandimby, membro da *Coalition Paysanne de Madagascar* (CPM), na África, se impressionou com o tamanho e a organização da atividade. “É incrível um Congresso tão grandioso, com a participação das pessoas, o compromisso, o trabalho voluntário, a participação de cada um em prol de um mesmo ideal, que é a Reforma Agrária”, afirma.

Madagascar é um país cuja população é predominantemente rural. O país realizou a reforma Agrária logo na primeira república, instaurada após a independência da França, que aconteceu em 1960. Desde então as terras pertencem ao estado. Nenhum camponês tem título de posse. Em 2006 os movimentos sociais do campo elaboraram o Programa Nacional Fundiário, em que traçaram um panorama da situação da terra no país e estabeleceram as diretrizes para a regularização fundiária, a principal reivindicação dos camponeses da região atualmente.

Durante o debate na Tenda Internacional o africano falou da realidade de Madagascar para alguns jovens que participavam do Congresso. “Nós fizemos uma comunicação com cerca de 100 jovens do MST falando um pouco de nossa realidade, na qual nós afirmamos que é preciso fazer uma operação, discutir, conversar para tentar encontrar um espaço com as pessoas políticas que apoiam o Movimento, para não aceitar desenvolvimento se os camponeses não têm terra”, afirmou.

Para João Palate, agricultor do sul de Moçambique e membro da União Nacional de Camponeses (Unac), participar do 5º Congresso nacional no Brasil foi uma oportunidade maior de trocar experiências sobre formas de resistência. “Precisamos aprender mais dos conteúdos e estratégias do imperialismo”.

No entanto, ao contrário de Madagascar, em Moçambique já houve a perda total do controle das sementes. “Temos sofrido calamidades climáticas como secas e então passamos a receber doações de sementes que não são nossas. Recebemos sementes que não são nossas. Recebemos sementes que não se reproduzem”, conta.

Assim como os africanos, que se articulam na luta pela terra, os europeus que participaram do 5º Congresso também trocaram experiências de resistência. É o caso, de Thomaz Schmidt, que veio da Alemanha para participar da atividade. Sua relação com o Brasil, no entanto, é antiga. Ele esteve no país no início da década de 1980 para forma-se em teologia, tendo estudado com nomes como Leonardo Boff.

Como padre, atua nas pastorais sociais da cidade onde reside na Alemanha. Também é sindicalista de sua categoria de metalúrgicos. O padre-operário, como ele mesmo se identifica, acostumou a viver em vários mundos e a dialogar com diversos segmentos. Atualmente ele organiza um grupo de amigos do MST na Alemanha que realiza, entre outras coisas, trabalho na divulgação, intercâmbios e atividades de solidariedade ao Movimento.

Schmidt conheceu a realidade do campo brasileiro devido aos diversos intercâmbios que fez para o Brasil, convidado pelos sindicalistas. “Nossos companheiros daqui falavam, que, para conhecer o Brasil, precisávamos conhecer o campo”. Uma experiência que para ele foi bastante diferente na Alemanha, a agricultura representa menos de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e, por conseguinte, menos de 1% dos postos de trabalho, se concentra na agricultura.

“Eu estaria muito contente se nós na Alemanha conseguíssemos realizar um congresso de 20 mil militantes e esquerda. O MST é um exemplo de capacidade de organizar os excluídos. É uma coisa fantástica, porque todo mundo sabe como atualmente está complicado organizar gente que está muito longe da política, desacreditada, não esperando mais nada de ninguém”, afirma o padre-operário.

Para Schmidt há um processo de rearticulação da esquerda e dos movimentos populares em todo o mundo. “Acabamos de voltar dos protestos de Rostock, do encontro do G8 vejo que esses processos paralelos aos grandes encontros políticos estão acumulando forças. A gente não espera que amanhã vamos fazer a revolução, mas pelo menos, a gente existe e vai começar a formular, talvez melhor, o que a gente quer política, econômica, ecológica e socialmente, na Europa e no mundo”, completou.

### **Documento redigido pela Direção Nacional do MST**

(Publicado no JST, com título “Trabalhadores e Trabalhadoras de Todo Mundo: Uni-vos”, n. 282, 2008, p. 02).

Em 1886, os trabalhadores de Chicago, um dos principais polos industriais dos Estados Unidos, escreveram uma das páginas mais heroicas da luta da classe trabalhadora.

Predominavam nas fábricas estadunidenses condições indecentes de trabalho, salários miseráveis, jornadas superiores a 12 horas e exploração do trabalho infantil. Crianças de 7, 8 ou 9 anos de idade já eram obrigadas a acompanhar os pais em trabalhos duros e extenuantes.

Os trabalhadores passaram a reivindicar o fim do trabalho infantil, a redução da jornada para 8 horas diárias e melhores condições de trabalho. No dia 1º de maio daquele ano, iniciou-se uma greve em defesa dessas reivindicações. Nos confrontos com a polícia, trabalhadores grevistas foram assassinados.

Um dos líderes da greve, Parsons, não hesitou em afirmar: “Se é necessário subir também em um cadafalso pelos direitos dos trabalhadores, pela causa da liberdade e para melhorar a sorte dos oprimidos, aqui estou”. Foi preso e enforcado junto com outros três companheiros (Spies, Engel e Fisher), no dia 11 de novembro de 1887. Lingg, outro operário também condenado, foi morto no próprio presídio. Estes passaram a ser os mártires de Chicago.

Desde então, a data 1º de maio passou a ser uma referência internacional da luta contra a exploração e em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Recordar a história é prestar uma homenagem a esses trabalhadores, à sua coragem em defesa de melhores condições de vida para todo. É recordar do que a burguesia é capaz para perpetuar as situações de exploração e assegurar seus privilégios. A mídia da época exigiu repressão aos trabalhadores: “a prisão e os trabalhos forçados são a única solução adequada para a questão social”.

Mas, o exemplo dos mártires de Chicago é, sobretudo, uma referência histórica para avaliarmos o presente. Desemprego, existência de trabalho escravo e infantil, perda de direitos trabalhistas, condições desumanas de trabalho, impunidade aos crimes cometidos contra a classe trabalhadora, aumento da concentração da renda e da riqueza, crescimento da miséria. Todos estes elementos atestam uma realidade aonde há muito por lutar.

É bem verdade que a reestruturação do trabalho – os avanços tecnológicos, a terceirização e descentralização dos centros produtivos – e a hegemonia do capital financeiro, ocorridos nas duas últimas décadas, afetaram significativamente as formas organizativas e de lutas da classe trabalhadora.

Mas também não é menos verdade que estamos em dívida com a memória dos mártires de Chicago. Deixamos de fazer trabalho de formação política junto à classe trabalhadora. Há anos nos descuidamos do trabalho de base. Nos rendemos às migalhas dadas pela imprensa burguesa, ao invés de criarmos nossos próprios meios de comunicação. Nossas

conquistas eleitorais deixaram de ser um processo de acumular forças políticas para a classe trabalhadora e passaram a ser apenas projetos políticos individuais e oportunistas. O imediatismo substituiu a necessidade de termos um projeto político de toda a classe trabalhadora para o nosso país e mundo. Os valores de uma sociedade individualista e consumista ingressaram na cabeça das lideranças populares, sindicais e partidárias, que relegaram os valores e ideais de uma sociedade socialista ao passado. Deixamos de acreditar em nossa capacidade e poder de lutar. O conchavo e conluio com forças direitistas e conservadoras passaram a ser sinônimos de habilidade política e esperteza de muitos que se dizem representantes da classe trabalhadora. Vivemos o período em que, além de lutar permanentemente contra o inimigo comum de classes, devemos entender as divergências e divisões internas da própria classe trabalhadora.

Há muito que lutar! Há uma ofensiva da classe exploradora e um descenso do movimento social, como já houve em outros momentos na história da luta de classes. Esse período histórico apenas atesta a necessidade de encararmos, com seriedade, os desafios de construirmos a unidade da classe trabalhadora, recuperar o trabalho de base e de formação política, construir os meios próprios de comunicação e de pensar um projeto político para o nosso país. Que as históricas lutas do 1º de maio de 1886 nos incentive a encarar os atuais desafios da classe trabalhadora para construirmos um Brasil socialmente justo, democrático e igualitário.